



FAUUSP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

RENATA THAIS ANTONIALLI

**PERSPECTIVAS DA ARQUITETURA E URBANISMO PARA O TRABALHO SOCIAL
EM HABITAÇÃO: A PRÁTICA PROFISSIONAL PAULISTANA ENTRE 2018 E 2022**

São Paulo
2023

RENATA THAIS ANTONIALLI

Perspectivas da arquitetura e urbanismo para o trabalho social em habitação: a prática profissional paulistana entre 2018 e 2022

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Área de concentração: Habitat

Orientadora: Professora Doutora Camila D'Ottaviano

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 24 de abril de 2023.

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail: renata.antonialli@usp.br

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Antonialli, Renata Thaís
Perspectivas da arquitetura e urbanismo para o trabalho social em habitação: a prática profissional paulistana entre 2018 e 2022 / Renata Thaís Antonialli; orientadora Maria Camila Loffredo D'ottaviano. - São Paulo, 2023.
221.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat.

1. Trabalho Social em Habitação. 2. Arquiteto Popular. 3. Direitos Sociais. 4. Dimensão Social da Profissão. I. Loffredo D'ottaviano, Maria Camila, orient. II. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

ANTONIALLI, R.T. Perspectivas da arquitetura e urbanismo no trabalho social em habitação: a prática profissional paulistana entre 2018 e 2022. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professora Doutora _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Professora Doutora _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Professora Doutora _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Esta pesquisa teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2020/01908-0.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de dizer que a pesquisa acadêmica é muito solitária (ainda mais na pandemia!) e sem vocês, eu não teria conseguido.

Gostaria de agradecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por me possibilitar ter dedicação exclusiva ao mestrado, durante 18 meses.

À professora Camila D'Ottaviano, por ser uma excelente desorientadora e amiga, em todos os momentos. Por ser tão doce e brava ao mesmo tempo. À Rosângela Paz e ao Caio Santo Amore pela banca de qualificação e por todas as considerações importantíssimas para dar sequência à pesquisa e à escrita.

Às famílias do Residencial Elza Soares, dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns e às lideranças da Frente de Luta por Moradia (FLM) e da Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM), por me permitirem fazer parte desses processos e aprender com vocês. À equipe da Peabiru - Maria Rita, Andrei, Victor, Beatriz, Ester e Marina - por me acolherem de braços e corações abertos. À equipe da Integra - Fernanda, Lúcia e Adelcke - pelo espaço para ouvir e dialogar. Aos técnicos da Sehab e gerenciadoras que aceitaram conversar comigo, por compartilharem suas histórias e percepções.

À minha família pelo apoio e amor incondicionais. Meu pai Marcelo, minha mãe Fátima, meu irmão Dennys, minha prima-irmã Jéssica, minha vó Ana e minha Fefe. Vocês são tudo.

Aos meus amigos que conheci no mestrado, mas levarei para a vida, João Augusto, Mariana Pardo e Edilene Lira. E aos amigos que transformaram o difícil percurso acadêmico em algo prazeroso: Hernan Espinoza, Analu Garcia, Estefania Mom, Beatriz Mendes, Adriana Luz, Letícia Dupont, Cláudia Andrade, Clara Araújo, Ana Maria Haddad, Heitor de Abreu e Renan Sampaio.

À toda equipe da Integra, da qual passei a fazer parte justamente no momento mais "pesado" de escrever a dissertação. Obrigada ao Adelcke, sobretudo, pelo incentivo e compreensão. À Marcela, Laura, Helena, Isadora, Beatriz Colpani e Marina, por todo o apoio e empenho. Obrigada à Beatriz Alves pelo convívio diário leve.

À Rosana pela escuta, paciência e companhia durante a maior parte do processo. À Julia Borelli e Giulia Patitucci pelo suporte durante o processo seletivo, em 2019. À Giulia

por ter sido essencial na reta final, com nossos encontros de domingo que tanto me incentivaram. À Flávia Tadim e à Mariana Flório por terem me ajudado na parte gráfica.

Aos meus amigos de vida que são mais que especiais e necessários em toda e qualquer fase: Nana, Paula, Camis, Saccon, Leo, Marina, Larissa, Yasmin, Giovanna, Eileen, Gabriela, Jade, Camila, Erika, Michelle e João. À Camis por rir e chorar comigo sempre. À Jade por me lembrar o que é ter coragem. Ao João e à Michelle, em especial, por terem cotidiana e carinhosamente vivido isso comigo.

Muito obrigada!

Na avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar

(Trecho da música Mulher do fim do mundo, de Elza Soares)

Resumo

Esta dissertação debruça-se sobre o tema do trabalho social (TS) em provisão habitacional. O TS é um direito do cidadão, assim como a moradia digna, cruzando outros direitos sociais, e apresenta uma importância significativa na vida das famílias contempladas. A partir disso, busca-se aqui entender a contribuição do campo da arquitetura e urbanismo e dos arquitetos e urbanistas no TS em habitação, investigando o papel do arquiteto e a dimensão social de seu trabalho nesse contexto. Essa prática é essencialmente elaborada por assistentes sociais e/ou cientistas sociais, porém sabe-se que os grupos atuantes são interdisciplinares. Considera-se que os arquitetos e urbanistas que participam desses processos são profissionais militantes, ou seja, arquitetos e urbanistas populares, pois partem de valores democráticos e de justiça social em sua prática para atender a população de baixa renda. Com o objetivo de averiguar a contribuição e o papel dos arquitetos e urbanistas nesse processo, a pesquisa trata do Município de São Paulo, nos anos 2000. Por isso, cabe uma análise da construção da base normativa ético-profissional da área, para compreensão do cenário atual. Nesta investigação, verificou-se que, hoje, os arquitetos populares atuam em TS em duas principais conjunturas, que foram aprofundadas: (i) setor público e privado, por meio da ação da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo (Sehab-PMSP) com as gerenciadoras contratadas. Para melhor compreensão, aproximou-se do TS realizado no Conjunto Ponte dos Remédios; (ii) assessoria técnica com movimentos sociais, estudada por meio de dois estudos de caso de empreendimentos enquadrados no Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades - Residencial Elza Soares e Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns. A metodologia desta dissertação se baseia em uma abordagem qualitativa, tendo estudos de caso com observação participante e entrevistas com profissionais da área. Os resultados das análises após o acompanhamento dessas ações destacaram alguns elementos que interferem na prática profissional: o contexto local, o arranjo institucional, as condições de trabalho e o perfil do técnico, que foram detalhados à luz dos dados coletados. Assim, pôde-se trazer perspectivas do campo da arquitetura e urbanismo para o TS em habitação e reafirmar seu papel fundamental como componente da política habitacional e urbana.

Palavras-chave: trabalho social em habitação; arquiteto popular; direitos sociais; moradia digna; dimensão social da profissão.

Abstract

This Dissertation focuses on the theme of Social Work (TS – trabalho social) in housing production. TS is a citizen's right, as well as proper housing. It plays an important part on the live of the families involved, intersecting other social rights. The aim here is to understand the contribution of architecture and urbanism in TS. Moreover, to investigate the architect's role and the social dimension of their work in this context. TS is essentially executed by social workers and/or social scientists, even though the working team is interdisciplinary. Architects and urban planners who participate in these teams are militant professionals since they base their practice on democratic and social justice values, serving the low-income population. Here, They are called "popular architects and urban planners". In order to understand of the role of architects and urbanists in this cenário, this research focuses on city of São Paulo, in the 2000s. Therefore, it was necessary to analyze the historical development of the ethical-professional code and it's application on the field. In this investigation, it was observed that, nowadays, popular architects in TS usually work in two main conjunctures: (i) public and private sector, which were studied approaching Conjunto Ponte dos Remédios, developed by the Housing Department of the Municipality of São Paulo (Sehab-PMSP); (ii) technical assistance with social movements, studied through two case studies - Residencial Elza Soares and the Rosa Parks and Zilda Arns Buildings, both a part of the "Minha Casa Minha Vida"-Entidades Program. The research approach is qualitative, relying on case studies with participant observation and interviews. The results of the analyzes highlights some elements that influence in professional practice: the local context, the institutional arrangement, working conditions and the technician's profile, which are detailed in the light of the collected data. In a nutshell, this dissertation brings perspectives from the field of architecture and urbanism to the TS in social housing and reaffirm that TS is fundamental in social housing and urban policy.

Keywords: social dimension of professional practice; social housing; social rights; social work in social housing;

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Foto de capa da dissertação: área externa no térreo do Residencial Elza Soares, visita a obra. Renata Antonialli, 2021. | p. 01

Imagem 2: Foto de capa Introdução: salão do térreo do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2022. | p. 18

Imagem 3: Foto de capa Capítulo 1: assembleia da FLM, na Zona Leste. Renata Antonialli, 2021. | p. 29

Imagem 4: Linha do tempo com marcos e momentos importantes na atuação do arquiteto popular, trabalho social e políticas habitacionais. Elaboração gráfica: Flávia Tadim. | p. 60-64

Imagem 5: Foto de capa Capítulo 2: assembleia no Conjunto Ponte dos Remédios. Renata Antonialli, 2022. | p. 65

Imagem 6: Fotos (1), (2), (3) e (4): Ocupação Lord Hotel. Renata Antonialli, 2016. Fotos (5) e (6): Obra de reabilitação do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2019. | p. 70

Imagem 7: Fotos (1), (2), (3), (4), (5) e (6): Obra de reabilitação do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021. | p. 71

Imagem 8: Fotos (1) e (2): assembleia da FLM em terreno ocupado na Zona Leste. Renata Antonialli, 2021. | p. 72

Imagem 9: Foto (1): Visita a obra com futuros moradores do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021. Foto (2): Entrevista com liderança da FLM, no terraço do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021. | p. 73

Imagem 10: Fotos (1), (2) e (3): Visita a obra com futuros moradores do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021. Fotos (4) e (5): Assembleias gerais com as famílias. Renata Antonialli, 2022. Fotos (6), (7) e (8): Atividade para escolha dos apartamentos. Renata Antonialli, 2022. | p. 74

Imagem 11: Fotos (1) e (2): Terrenos dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, respectivamente. Integra Desenvolvimento Urbano, 2019. | p. 79

Imagem 12: Foto (1): Assembleia geral com as famílias. Integra Desenvolvimento Urbano, 2019. Fotos (2) a (6): Dia de vistoria dos moradores. Renata Antonialli, 2021. | p. 80

Imagem 13: Fotos (1), (3) e (5): Fotos do Edifício Zilda Arns. Renata Antonialli, 2021. Fotos (2), (4) e (6): Fotos do Edifício Rosa Parks. Renata Antonialli, 2021. | p. 81

Imagem 14: Foto (1): Vista aérea do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios. Hereñú e Ferroni Arquitetos, 2021. Foto (2): Vista do pátio. Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. | p. 86

Imagem 15: Foto (1): Vista aérea do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios. Hereñú e Ferroni Arquitetos, 2021. Fotos (2) a (6): Vistas do pátio e assembleia com as famílias. Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Fotos (7) e (8): Assembleia geral sobre gestão condominial. Renata Antonialli, 2022. | p. 87

Imagem 16: Localização dos estudos de caso Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, Residencial Elza Soares e Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios. Elaboração gráfica: Flávia Tadim. | p. 89

Imagem 17: Registo da pesquisa de raça entre as famílias do Residencial Elza Soares, em assembleia. Peabiru TCA, 2016. | p. 109

Imagem 18: Mapa da remuneração média mensal no emprego formal por distrito, em reais, na cidade de São Paulo. Fonte: Mapa da desigualdade 2022, Rede Nossa São Paulo, com base nos dados do RAIS - Microdados, 2020. | p. 112

Imagem 19: Mapa da remuneração média mensal no emprego formal por distrito, em reais, na cidade de São Paulo. Fonte: Mapa da desigualdade 2022, Rede Nossa São Paulo. Dados: RAIS - Microdados, 2020. | p. 112

Imagem 20: Térreo do Residencial Elza Soares em setembro de 2022, sem finalização dos serviços previstos inicialmente. Foto: Renata Antonialli, 2022. | p. 117

Imagem 21: Mapa do Local de moradia anterior das famílias do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios. Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 120

Imagem 22: Fluxograma das Coordenadorias e departamentos da Sehab, desde outubro de 2017. Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos no site da Secretaria Municipal de Habitação, 2022. | p. 131

Imagem 23: Mapa da área central de São Paulo: territórios negros (antigos e atuais), três ocupações do Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR) e o Residencial Elza Soares. Fonte: Equipe social Peabiru TCA, 2021. | p. 141

Imagem 24: Entrevistas com lideranças da FLM, na cobertura do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021. | p. 152

Imagem 25: Entrevistas com moradoras. Renata Antonialli, 2021. | p. 152

Imagem 26: Entrevistas com moradoras. Renata Antonialli, 2021. | p. 152

Imagem 27: Dia da escolha dos apartamentos no Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2022. | p. 164

Imagem 28: Dia da escolha dos apartamentos no Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2022. | p. 164

Imagem 29: Foto de capa Capítulo 3. Assembleia do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2022. | p. 167

Imagem 30: Diagrama síntese “quantos direitos cabem no direito à moradia?”. Elaboração gráfica: Flávia Tadim. | p. 181

Imagem 31: Diagrama síntese do trabalho social institucionalizado, virtuoso versus universal. Elaboração gráfica: Flávia Tadim. | p. 191

Imagem 32: Foto de capa Considerações finais. Vista corredor do Edifício Zilda Arns, em Cidade Tiradentes. Renata Antonialli, 2021. | p. 201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividades acompanhadas no trabalho social do Residencial Elza Soares, em 2020, 2021 e 2022. | p. 75-78

Quadro 2: Atividades acompanhadas no trabalho social dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, em 2020 e 2021. | p. 82-84

Quadro 3: Atividade acompanhada no trabalho social do Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios, em 2022. | p. 88

Quadro 4: Entrevistas realizadas entre 2020 e 2022. | p. 99-100

Quadro 5: Quadro síntese da categoria Contexto local. | p. 122

Quadro 6: Quadro síntese da categoria Arranjo institucional. | p. 136

Quadro 7: Quadro síntese da categoria Condições de trabalho. | p. 148

Quadro 8: Quadro síntese da categoria Perfil do técnico. | p. 158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das atividades acompanhadas no trabalho social do Residencial Elza Soares. Fonte: Elaboração própria, 2022. | p. 94

Tabela 2: Resumo das atividades acompanhadas no trabalho social do Residencial Rosa Parks e Zilda Arns. Fonte: Elaboração própria, 2022. | p. 94

Tabela 3: Quantidade de dissertações e teses defendidas em cada instituição de ensino, por ano, com as palavras-chave "assessoria técnica/assistência técnica; arquiteto e urbanista; prática/ofício" no título. Fonte: Elaboração própria, 2022. | p. 194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Renda familiar Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios. Fonte: Dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 106

Gráfico 2: Gênero dos chefes de família do Residencial Elza Soares. Fonte: Dados fornecidos pela Peabiru TCA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 106

Gráficos 3 e 4: Gênero dos chefes de família dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, respectivamente. Fonte: Dados fornecidos pela Integra Desenvolvimento Urbano, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 107

Gráfico 5: Gênero dos chefes de família do Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios. Fonte: Dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 107

Gráfico 6: Local de nascimento dos chefes de família do Residencial Elza Soares. Fonte: Dados fornecidos pela Peabiru TCA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 108

Gráfico 7: Autodeclaração de raça e etnia das famílias do Residencial Elza Soares. Fonte: Dados fornecidos pela Peabiru TCA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 108

Gráfico 8: Grupos de base de origem das famílias dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns. Fonte: Dados fornecidos pela Integra Desenvolvimento Urbano, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 114

Gráfico 9: Local de moradia anterior das famílias do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios. Fonte: Dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio. | p. 119

LISTA DE SIGLAS

ATHIS - Assessoria Técnica em Habitação de Interesse social
BM - Banco Mundial
BNH - Banco Nacional de Habitação
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CAO - Comissão de Acompanhamento de Obras
CAAP - Centro de Assessoria Técnica Popular
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CRE - Comissão de Representantes do Empreendimento
CTS - Coordenadoria de trabalho social
Cohab-SP - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
DTS - Divisão Regional de trabalho social
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FLM - Frente de Luta por Moradia
FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana
FUNAPS-Comunitário - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
HBB - Programa Habitar Brasil
HIS - Habitação de Interesse social
INOCOOPS - Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais
OGU - Orçamento Geral da União
Peabiru TCA - Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PMCMV-FAR - Programa Minha Casa, Minha Vida, Fundo de Arrendamento Residencial
PMCMV-Entidades - Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo
SAGMACS - Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SASP - Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
Sehab - Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade de São Paulo
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SSCM - Serviço Social Contra o Mocambo
TS - trabalho social
UBS – Unidade Básica de Saúde
ULCM - Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia
UMM - União dos Movimentos de Moradia
UNMP - União Nacional por Moradia Popular

Sumário

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 01: Políticas públicas de trabalho social em habitação e profissionais populares da arquitetura e urbanismo: imbricamentos da origem e da atualidade	29
1.1 Origens comuns: cruzando os campos da arquitetura popular e do trabalho social	32
1.2 O trabalho social como componente da política pública habitacional: tensões e desafios	44
CAPÍTULO 02: São Paulo entre 2018 e 2022: a prática em Assessoria Técnica com Movimentos de moradia e na Sehab com gerenciadoras	65
2.1 Minha vivência: Residencial Elza Soares, Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns e aproximação com Sehab	90
2.2 A prática dos arquitetos e urbanistas no trabalho social em habitação	101
2.2.1 Contexto local	105
2.2.2 Arranjo institucional	123
2.2.3 Condições de trabalho	137
2.2.4 Perfil do técnico	149
2.3 Perspectivas da arquitetura e urbanismo no campo do trabalho social em habitação	160
CAPÍTULO 03: Emaranhado de nós: reflexões sobre políticas públicas, direitos sociais e atuação profissional	167
3.1 Direitos Sociais: trabalho social para além da habitação	170
3.2 Política Pública: trabalho social virtuoso e universal	182
3.3 Prática Profissional: trabalho social que rompe as <i>caixinhas</i>	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	211



Apresentação

Esta dissertação é fruto da minha trajetória pessoal e profissional, na qual me encontrei e me perdi muitas vezes, orientada e desorientada pela influência dos que me acompanharam. Como aprendi, as mudanças de rota fazem parte do percurso. Por isso, me parece importante lembrar o porquê tudo começou. Minha história começa em uma casa térrea, em Campinas, onde moramos eu, meu irmão, meus pais, meus avós e meus tios por parte de mãe. Meu avô paterno era pedreiro, mas morava mais no interior ainda, e meu pai conta que ele passou uma temporada em Campinas para construir essa casa, com ajuda dos meus tios e meu pai. Eu nasci quando a casa já estava pronta. Na frente da casa tem um córrego com uma ponte e, depois dela, uma pequena favela, que eu nunca visitei. Na verdade, minha família não chamava de favela, e sim de “lá depois da pontinha”. Eu só cruzei e cheguei do outro lado dessas pontes na faculdade. Minha vó, que me criou, mora nessa casa até hoje. Nasceu em Minas Gerais, não estudou, trabalhou na roça, casou cedo, teve seis filhos. Nas cidades onde morou para acompanhar meu vô, teve muitos empregos. Foi lavadeira, faxineira, operária em fábrica... até que os filhos cresceram e começaram a trabalhar. Então, ela se tornou dona de casa e criou os netos. Também na faculdade, eu descobri que essa era a história da maioria das mulheres que fazem parte dos movimentos de moradia. Minha avó sempre morou de aluguel, até essa casa, que foi comprada pelo meu pai, no comecinho dos anos 1990. Meus pais foram os únicos entre seus irmãos que fizeram faculdade - particulares e que eles “penaram” para pagar. Filhos de uma professora de escola pública, eu e meu irmão sempre fomos incentivados a estudar. Somos os únicos da família a estudar em universidades públicas. Com certeza a minha história é muito diferente e muito mais privilegiada do que a da minha vó, da minha mãe e até dos meus primos. Compartilho isso porque eu entendo que a história de cada família é importante e que a casa tem papel central nisso, não só por ser o cenário de muitos acontecimentos, mas também por representar um lugar de troca, de encontro, de cultura, de modo de vida, de crenças, de costumes, de vivência cotidiana, de descanso e de segurança. Todas essas nuances subjetivas e abstratas, embaixo de um teto.

Posto isso, fica mais fácil explicar meu caminho até o tema desta dissertação. Apesar da pesquisa ter começado formalmente em março de 2020, as reflexões aqui apresentadas tiveram origem durante o Trabalho Final de Graduação, intitulado “Ocupação

José Bonifácio 237: um ensaio sobre reabilitação”, apresentado na FAU-USP, em 2017, o qual foi possível acompanhar o trabalho das assessorias técnicas nas ocupações do centro de São Paulo. Também foi nessa época que eu visitei a ocupação do Lord Hotel pela primeira vez, em novembro de 2016. Além disso, a atuação na Assessoria Técnica Fábrica Urbana, durante 2016 e 2017, enquanto estagiária e arquiteta recém-formada, enfatizou a importância da relação estabelecida entre os arquitetos e os moradores. O escritório ficava na sede do movimento Fórum de Cortiços, então o contato era cotidiano. Conheci o trabalho social (TS) desenvolvido em proximidade com as famílias atendidas nos projetos habitacionais, no contexto das assessorias com os movimentos sociais. O vínculo criado com as famílias participantes do processo e a formação política foram os motivos pelos quais eu me interessei pelo trabalho social.

Também contribuiu para a compreensão acerca do tema o curso “Trabalho Social em Habitação de Interesse Social: concepções e percursos metodológicos do Trabalho Social em programas de habitação”, ministrado pelo Instituto Pólis em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais (NEMOS) da PUC-SP, no segundo semestre de 2017. Percebi que havia um conflito nesse espaço interdisciplinar, o que me instigou ainda mais – e que vai aparecer ao longo desta dissertação. Igualmente, o curso “ATHIS-REURB ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA: Formação política e técnica sobre atuação em REURB-S”, ministrado pela Peabiru, em parceria com professores da FAU-USP e Unifesp, ao longo de 2020, trouxe grandes colaborações. O ambiente permitiu a aproximação com arquitetos e assistentes sociais do estado de São Paulo, em diálogo sobre o papel de cada técnico nas intervenções e sobre como atuar frente às contradições do contexto urbano. Isso enriqueceu a percepção sobre a interdisciplinaridade presente nos territórios e nas questões habitacionais.

Após decidir investigar quais eram as contribuições dos arquitetos no TS, percebi que não era um tema simples. O arquiteto com atuação tradicional não entende que isso faça parte do seu escopo de trabalho. Muitos assistentes sociais também defendem que a prática do TS seja função deles. É um campo em disputa. Ainda assim, me pareceu essencial me aproximar e destrinchar a participação dos arquitetos e urbanistas populares nesse contexto. É também uma tentativa de compreender o sentido da minha própria prática e como ela pode ser usada como ferramenta de luta política pela efetivação dos direitos sociais.

Introdução

O Trabalho Social (TS) em habitação de interesse social (HIS) tem três principais pressupostos. O primeiro deles é o conceito de que habitação é uma forma de proteção social, reconhecendo que a precariedade é um entrave para o desenvolvimento do cidadão. Nesse contexto, temos o segundo pressuposto, de que a moradia é um direito social e não meramente uma mercadoria, pois é a partir da moradia digna que o indivíduo passa a ter acesso ao direito à cidade, incluindo seu conjunto de bens e serviços (ROLNIK, 2015). Sendo assim, a não efetivação da habitação como direito impossibilita uma boa inserção urbana e agrava a exclusão sócio-territorial dessas pessoas (GRAZIA et al, 2017). Já o terceiro pressuposto é garantir uma gestão pública democrática. Para tanto, é necessária a abertura de instâncias de participação e de respeito à organização popular. Ainda, a integração de políticas públicas urbanas, habitacionais e sociais é de grande relevância para o desenvolvimento de uma perspectiva interdisciplinar do TS.

Como definem Paz e Taboada (2010, p. 70):

O Trabalho Social em habitação de interesse social é um componente essencial da política habitacional e urbana. Configura-se como processo de trabalho em territórios determinados, que efetiva um amplo leque de ações, permeado por uma perspectiva socioeducativa e política, pautado nos valores democráticos e de justiça social. O horizonte do trabalho é a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a defesa dos direitos sociais, o acesso à cidade, à moradia, aos serviços públicos e o incentivo e fortalecimento da participação e organização autônoma da população. O Trabalho Social deve estar articulado e conectado às diretrizes da política urbana e habitacional.

Esta dissertação trata sobre os arquitetos¹ e urbanistas² no trabalho social em provisão habitacional, com os objetivos de entender qual seria a contribuição do campo da arquitetura e urbanismo, o papel do arquiteto nas equipes e a dimensão social de seu trabalho nesse contexto. É notório que a bibliografia de referência é majoritariamente originária no campo do Serviço Social, não havendo um número significativo de pesquisas feitas no campo da arquitetura e urbanismo sobre o tema. Assim, esta dissertação mostra sua relevância para a produção acadêmica, por preencher essa lacuna e trazer perspectivas da arquitetura e urbanismo para o TS em habitação.

¹ Ao longo do texto, será utilizado o termo arquitetos e urbanistas no masculino, com a intenção de se referir a profissionais da arquitetura e urbanismo, sendo homens, mulheres, pessoas não binárias ou com gênero fluido.

² No Brasil, as escolas de arquitetura são também escolas de urbanismo, sendo assim, os profissionais da área são arquitetos e urbanistas.

O profissional aqui estudado pode ser chamado de arquiteto da habitação (PULHEZ, 2014), ou arquiteto dos sem-teto (LOPES, 2018), arquiteto militante (FERREIRA, 2017), social, engajado, ativista³, delimitando uma categoria profissional do arquiteto enquanto sujeito político. Aqui, foi escolhido o termo arquiteto e urbanista popular, remetendo ao povo em duas dimensões: “o povo no senso social, aqueles que sofrem as assimetrias do sistema capitalista; o povo no sentido político, toda pessoa que luta para acabar com essas assimetrias” (MELLO, 2022, 146). De acordo com o Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas, elaborado pelo CAU/BR, os arquitetos e urbanistas têm como obrigação geral: “1.1.5. O arquiteto e urbanista deve defender os direitos fundamentais da pessoa humana, conforme expressos na Constituição brasileira e em acordos internacionais” (CAU/BR, 2015, p. 6). Em relação às obrigações com o interesse público:

2.1.2. O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural (CAU/BR, 2015, p. 7).

Entende-se que os arquitetos populares compartilham de alguns princípios do TS, como o diálogo, a aproximação com o território, busca por autonomia das famílias atendidas e luta por justiça social. Alguns autores (SANTO AMORE, 2004, 2016; PULHEZ, 2007, 2014; LOPES, 2011, 2018; FERREIRA, 2017; CICUTO, 2019; MARTINS, 2019; MIRANDA, 2019; CARDOSO, 2021; AGUIAR, 2022; MASSIMETTI, 2022;) caracterizaram essa atuação junto às populações de baixa renda, no esforço de compreender e delimitar uma base normativa ético-profissional da área, o que também é foco de discussão nesta dissertação. Esse tema é considerado um recorte da dimensão social presente na prática profissional. É importante ressaltar que a dimensão sócio política é inerente a todas as profissões e, em algumas frentes de trabalho, especialmente com os setores populares, isso está mais evidente.

As equipes técnicas sociais que executam o TS são interdisciplinares e compostas, normalmente, por técnicos sociais, sendo assistentes sociais ou sociólogos, em parceria com arquitetos e urbanistas. Igualmente, é possível encontrar engenheiros, psicólogos, pedagogos ou outros profissionais das áreas de humanidades. Como se pretende demonstrar ao longo da dissertação, o cenário de atuação é um espaço interdisciplinar,

³ Para a ciência política o termo “ativista” determina alguém que trabalha com as causas nas quais acredita, mas é importante lembrar que para Paulo Freire (1968), o conceito de “ativista” se refere a alguém que tem ação sem reflexão, sendo, portanto, algo negativo.

com tensões e potencialidades, que também serão debatidas.

Dessa forma, são objetivos específicos dessa dissertação: (1) detalhar o escopo de trabalho do arquiteto e urbanismo no TS, os limites e dificuldades encontrados, bem como possibilidades e potencialidades. Por meio disso, investiga-se como se dá, na prática, a dimensão sócio-política da profissão. Ademais, (2) analisar os modelos de TS elaborados por diferentes instituições - o setor público, setor privado e as assessorias técnicas em HIS com movimentos sociais de luta por moradia. Essas divergências estruturais na concepção do trabalho geram engajamentos e resultados igualmente distintos, e interferem na prática dos arquitetos nesses cenários, por isso a importância de investigá-los. De maneira adjacente, (3) discutir os caminhos possíveis para esses profissionais militantes que buscam unir prática e política, no momento em que se deu a pesquisa. Com base na questão central da pesquisa e nos objetivos apresentados, a metodologia se baseia em uma abordagem qualitativa. Os principais métodos e técnicas utilizados na pesquisa foram: revisão bibliográfica, estudo de caso (com observação participante) e entrevistas semiestruturadas, escolhidos para aproximar-se da realidade e estabelecer uma interação com a atuação desses profissionais (MINAYO, 2004).

Ao longo dos anos, a concepção de trabalho social foi atravessada pelo contexto global em que sua implementação aconteceu e, por ser uma prática heterogênea e múltipla, seu conceito está em constante construção e desconstrução. Em resumo, desde os anos 1980, a prática com viés pedagógico e sócio-político já existia, unindo profissionais de várias áreas (arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, engenheiros) em prol dos direitos dos cidadãos, trabalhando com educação popular e habitação social. Em São Paulo, a participação dos arquitetos populares se consolidou nessas equipes interdisciplinares na mesma época, em parceria com os movimentos sociais de luta por moradia. A expressão trabalho social surge com sua institucionalização, se tornando componente da política pública habitacional no final dos anos 1990 e se consolidando nos anos 2000. A partir desse momento, o TS passa a ser financiável pelo setor público, como um direito do cidadão, e sua prática se modifica, devido aos recursos fixos e normatizações. Isto é, as legislações, programas e normativas também moldaram o seu formato e, por isso, o conceito aqui apresentado é recente (PAZ & TABOADA, 2010; PAZ et al, 2016; PAZ et al, 2018; SANTANA, 2018).

O trabalho social em habitação pode acontecer em 3 contextos: provisão habitacional, regularização fundiária e reurbanização. Embora os profissionais normalmente transitem entre os três, o recorte deste trabalho é a provisão habitacional,

porque é o contexto mais recorrente, já que os programas habitacionais recentes focaram nessa frente, como será mostrado no capítulo 1. A escolha do recorte espacial em São Paulo é justificada em função do histórico de atuação militante presente no município. Ainda, é o município brasileiro com maior volume de empreendimentos contratados pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (MCMV-Entidades)⁴, colaborando para uma dinâmica de trabalho mais intensa com mais dados para serem coletados e analisados. Com a intenção de retratar o momento atual, estipulou-se esse recorte temporal, com foco entre 2018 e 2022.

Além disso, apresentar o contexto social, econômico e político é importante, já que descreve as condições gerais para que o trabalho social se desenvolva e a situação em que as famílias integrantes do processo vivem. Para caracterizar a macro conjuntura, Oliveira (2003) e Harvey (1994) apontam as principais mudanças que ocorreram para a urbanização contemporânea, com um processo de passagem do domínio econômico industrial para o domínio econômico financeiro. Isso ocorre por meio de uma reestruturação econômica, política, social e cultural, gerando mais flexibilização nos processos de trabalho, mercado, produção e padrão de consumo, ocasionando uma porosidade no tempo e espaço. A informalidade torna o trabalho abstrato, desaparecendo os tempos de não trabalho (tempo livre, de descanso, lazer e afetos). Também faz parte desse processo a reorganização do sistema financeiro global. Os interesses industriais, comerciais e imobiliários se tornam interesses financeiros, na medida em que a importância está no lucro financeiro e não na produção real. Por isso, recentemente, com essa financeirização da economia, os vínculos entre mercado imobiliário e mercado financeiro aumentaram (HARVEY, 1994; FERRARA; RUFINO; SHIMBO, 2018).

Historicamente, o desenvolvimento econômico do Brasil foi desigual e combinado, com concentração de renda, propriedade e poder (OLIVEIRA, 2003). Atualmente, a produção do espaço urbano na cidade de São Paulo passa por um período complexo, pois as primeiras décadas do século XXI são marcadas pela intensificação da produção imobiliária no Brasil, aumentando o volume da produção e a valorização imobiliária. Isso porque a ascensão recente do capital financeiro impulsionou a construção imobiliária e os negócios com a propriedade da terra urbana, acelerando o uso do espaço como instrumento de reprodução do capital, consolidando um capitalismo dominado pelas finanças (PEREIRA, 2016; RUFINO et al, 2021). A financeirização deve ser entendida

⁴ Enquanto a cidade de São Paulo teve 36 empreendimentos contratados pelo MCMV-Entidades, num total 9.267 unidades, Rio de Janeiro teve 4 empreendimentos contratados (288 unidades) e Belo Horizonte não teve nenhum empreendimento contratado. A cidade de São Paulo contratou cerca de 12% do total nacional (D'OTTAVIANO, 2021a).

como um processo de aceleração das contradições capitalistas, onde há necessidade de expandir o processo de valorização do capital (GUERREIRO, 2019). Assim, pode-se afirmar que o processo de acumulação se consolida como rentista e especulativo.

Ademais, o cenário recente no Brasil aponta para uma radicalização do neoliberalismo e desses mecanismos de acumulação financeira (RUFINO et al, 2021). Como resume Silva (2019, p. 37):

O neoliberalismo é uma forma contemporânea de organização do capitalismo, com centro na redefinição do papel do Estado na economia e na política social. Há maior participação do Estado no que se refere à condução da financeirização da economia (controle da taxa de juros, da oferta de moeda no mercado, conversão da dívida externa em interna e consequente política de emissão de títulos da dívida e de controle de seu preço pela taxa de juros e de câmbio, dentre outros mecanismos), e retração no que se refere à regulamentação da relação capital-trabalho e oferta de serviços públicos para efetivação de direitos sociais e econômicos.

Para Dardot & Larval (2009), o neoliberalismo é visto como racionalidade política, significando avanço do capitalismo sobre todas as formas sociais, reconfigurando o tecido social e as formas de vida humana. Envolve a lógica do mercado como lógica normativa desde o Estado até o íntimo da subjetividade humana. Ou seja, o neoliberalismo redefiniu a forma como se vive, pensa e sente, ao se consolidar como única alternativa e modelo possível de sociedade. Com o avanço das ideias neoliberais, também se consolidou como meta uma gestão pública eficiente e a ampliação crescente na terceirização dos serviços públicos. Dessa forma, a lógica que impera na produção de habitação social é a de um Estado regulador, que passa a responsabilidade de produção de unidades habitacionais para o setor privado. Por isso, até o próprio Estado se torna uma instituição neoliberal (DARDOT & LARVAL, 2009; COSTA, 2018; FERRARA, RUFINO & SHIMBO, 2018).

Em suma, a urbanização contemporânea prioriza a acumulação rentista do espaço urbano (PEREIRA, 2016; RUFINO; WEHBA; MAGALHÃES, 2021). É nesse sentido que a habitação se consolida cada vez mais como mercadoria e o direito social passa a ser um direito a ter acesso à mercadoria da casa, ou seja, um direito neoliberal (GUERREIRO, 2019). Combinam-se processos espoliativos, unindo a espoliação urbana,⁵ (KOWARICK, 1979) com novas formas de espoliação, como a imobiliária e financeira. Todos esses

⁵ O conceito de espoliação urbana foi definido por Kowarick (1979, p. 59): "(...) é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho". Complementando: "colocado no âmbito das lutas sociais, o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, têm direito" (KOWARICK, 1979, p.73).

fatores são relevantes para compreender que a vulnerabilidade socioeconômica a qual vastas camadas pobres encontram-se submetidas é uma situação de desproteção, sem a garantia de moradia digna, sem serviços de saúde e médico-hospitalares, assistência social, saneamento, educação, mobilidade, aposentadoria digna e outros direitos sociais básicos da cidadania. É uma forma de violência rotineira, que pesa sobre os indivíduos cotidianamente (DARDOT & LARVAL, 2009; KOWARICK, 2009).

Cabe pontuar que, historicamente, o racismo e o machismo são critérios de grande importância para a articulação dos mecanismos para manutenção da estrutura de classe e lógica dominante descrita, partindo da divisão sexual e racial do trabalho (FEDERICI, 2019; GONZALEZ, 2019). Para Akotirene (2020), existe uma inseparabilidade estrutural entre racismo, cis-hetero-patriarcado e capitalismo, pois o sistema de opressão é interligado e essas opressões são experienciadas simultaneamente no corpo. Isso implica em agravamento das condições precárias da população de baixa renda, ao somar várias camadas de violações de direitos, violências, expropriação e opressão, extorquindo as possibilidades de uma vida plena e digna na cidade.

Aqui, considera-se que o TS é o lugar onde a equipe técnica, arquitetos inclusos, se encontra e se aproxima da população de baixa renda atendida pelas políticas públicas habitacionais. Nesse vínculo, as questões da vida cotidiana aparecem e, então, se tornam constituintes do processo. Os temas abordados durante o TS também se conectam com uma perspectiva mais ampla, abrangendo questões nacionais e globais. Assim, no TS, fica nítido que o direito à moradia cruza com outros direitos sociais, sendo um direito difuso (D'OTTAVIANO, 2021d). Essa ideia se desenvolveu em paralelo com a noção de moradia digna, que inclui o significado de lar e abarca outros aspectos da vida humana, como conforto, proteção e segurança, modo de vida, etc. Escalante (2016) defende que esse conceito diverge da moradia adequada entregue como mercadoria - que seria aquela tecnicamente ligada à habitabilidade do espaço, ou seja, com caráter apenas funcional.

Outra importante colocação é o fato de a pesquisa ter se desenvolvido durante a pandemia de Covid-19. O isolamento social e o impedimento de reuniões presenciais geraram a necessidade de adaptação dos trabalhos sociais, com passagem abrupta para o espaço virtual. Como as atividades tiveram que continuar mesmo com a distância física, isso não impediu o acompanhamento dos estudos de caso, apesar das perdas de sociabilidade e proximidade entre os moradores e técnicos. Por isso, esta dissertação também registra, de forma indireta, os impactos da pandemia no trabalho social.

Essa dissertação encontra-se dividida em três capítulos. Por meio da revisão bibliográfica, o primeiro capítulo explica a relação entre os objetos centrais da pesquisa: a atuação dos arquitetos populares e o trabalho social em habitação. Primeiramente, relembra as origens comuns dos dois campos, mostrando que as histórias se cruzam. Assim, a recuperação histórica conta como a prática do TS se consolidou ao longo dos anos, se aproximando da concepção que se tem hoje. Da mesma forma, demonstra como a atuação profissional do arquiteto popular, constituída ao longo dos anos enquanto prática política e socialmente engajada, se aproxima da ação interdisciplinar do TS. A partir disso, foi possível identificar e detalhar a formação dos principais arranjos institucionais nos quais os arquitetos estão inseridos nessas equipes.

O segundo capítulo se aprofunda na prática do TS em São Paulo, entre 2018 e 2022. A partir dos dados coletados e analisados nos estudos de caso e nas entrevistas, foi possível sintetizar os fatores que interferem na atuação do arquiteto popular em TS. Portanto, esse capítulo é ilustrado com as atividades do campo, detalhando o trabalho junto aos movimentos sociais, em parceria com as assessorias técnicas por meio do acompanhamento do trabalho social desenvolvido no (i) Residencial Elza Soares e nos (ii) Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, ambos financiados pelo PMCMV-Entidades. Igualmente, o capítulo relata as principais percepções e reflexões acerca da atuação junto ao setor público com as empresas por ele contratadas. Para isso, aborda o TS dentro da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab), principalmente por meio das entrevistas coletadas com profissionais da área - servidores públicos e terceirizados - e da aproximação do trabalho social do Conjunto Ponte dos Remédios. Com isso, discute-se as principais contribuições dos arquitetos no TS e como eles entendem sua participação na efetivação desse direito.

Finalmente, o terceiro capítulo reflete sobre as principais questões levantadas durante a pesquisa, por meio de três eixos analíticos: (i) direitos sociais, (ii) política pública e (iii) atuação profissional. Em síntese, discute-se sobre os direitos sociais que estão abrigados no direito à moradia digna, com destaque para as questões de gênero e raça, que são muito presentes nos trabalhos sociais mostrados no capítulo 2 (eixo i). Ainda, foi relevante discorrer sobre a construção das políticas públicas que efetivam esses direitos, com foco nas contradições presentes na implementação do trabalho social e suas possíveis intencionalidades (eixo ii). Por fim, o capítulo também traz a discussão recente sobre a atuação do arquiteto popular, com o objetivo de atualizar sua base normativa ético-profissional, ressaltando os desafios dos atravessamentos da racionalidade neoliberal

(eixo iii).

Esse tema ganhou novos significados nos últimos anos no Brasil. O país vive, desde 2016, uma onda de avanço da extrema direita neoliberal, com desmonte e destruição das políticas sociais e habitacionais. A presença do setor privado no campo da habitação social escalonou exponencialmente e a situação é de incerteza, devido à ausência de políticas e recursos públicos para esses fins. Ademais, o governo federal de Jair Bolsonaro (2019-2022) estimulou ameaças golpistas às instituições e, de maneira geral, à democracia brasileira. Frente a esse contexto, agravado pelas crises econômicas e sociais da pandemia, a resistência política por meio da defesa das práticas populares, pautadas nos valores democráticos e de justiça social, se mostrou ainda mais urgente e necessária e reforçou a importância do trabalho social.



Capítulo 01

**Políticas públicas de
trabalho social em
habitação e profissionais
populares da arquitetura
e urbanismo:
imbricamentos da
origem e da atualidade**

Os arquitetos envolvidos nos processos de trabalho social em habitação, em geral, concordam com os princípios de que o direito à moradia vai além da construção física da casa. Portanto, investigar o papel do arquiteto nesse contexto inclui aprofundar o entendimento sobre a atuação profissional daquele que trabalha para as populações de baixa renda em prol da autonomia e efetivação de direitos sociais. Esse profissional contesta também o papel dito tradicional do arquiteto, que seria atender os desejos de seus contratantes, com projetos autorais, servindo ao mercado de quem pode pagar por esse serviço. Reconhecer esse tipo de atuação como única opção de sucesso é fruto da elitização da profissão, a qual faz parte de um processo histórico e estrutural, em que a valorização do trabalho intelectual o colocou como superior ao trabalho prático. Nesse caso, isso causou uma separação profunda entre quem desenha e quem constrói, além de, ao longo do tempo, entre os arquitetos e as populações pobres (LOPES, 2018).

Embora o recorte dessa pesquisa seja os anos 2000, resgatar historicamente o início da prática do arquiteto popular é importante para destacar os momentos de inflexão e ruptura com as lógicas estabelecidas. De maneira geral, ao longo do século XX, o protagonismo que se encontrava, principalmente, no intelectual e na técnica passa para as famílias de baixa renda, consolidando a relevância da participação e do conhecimento popular nos projetos e obras de habitação social.

Cabe reforçar que a dimensão sócio-política é inerente a todas as profissões, podendo ser encontrada, também, no campo da arquitetura e urbanismo. A dimensão sócio-política é diferente da prática do trabalho social em habitação, mas ambas estão intimamente conectadas pelos princípios da conscientização política, mobilização social e perspectiva pedagógica da ação profissional. Por isso, tratar de experiências emblemáticas que marcam as maneiras de atuar dos arquitetos e urbanistas é essencial para entender a construção de uma nova base normativa ético-profissional na área, que se desenvolveu no decorrer da segunda metade do século XX.

Nesse exercício de recapitulação, é possível perceber que a história da prática do trabalho social em habitação se cruza com a do arquiteto popular, principalmente por ambas estarem atreladas aos ciclos governamentais e às suas respectivas políticas habitacionais. Essa reconstrução entrelaçada serve de base para entender as possibilidades de atuação profissional do arquiteto popular hoje, mas também como o TS está sendo implementado, refletindo sobre as contribuições possíveis para as políticas habitacionais atuais. Considera-se aqui que as políticas públicas são produzidas por processos complexos, com fases interpenetradas e superpostas, envolvendo conjuntos

interconectados de atores estatais e não estatais em disputa e negociação, cercados por ideias de e sobre políticas. Além disso, são fortemente influenciadas pelos legados de políticas e soluções prévias (MARQUES, 2018)⁶. Por isso, é importante retomar detalhadamente os cenários em que as políticas habitacionais e de trabalho social se desenvolveram, caracterizando o contexto socioeconômico e a racionalidade neoliberal que os atravessaram. De acordo com Santos (2021), o TS deve ser compreendido no seu contexto social e político, nos diferentes momentos históricos.

1.1

Origens comuns: cruzando os campos da arquitetura popular e do trabalho social

Até os anos de 1930, a questão social era encarada como inevitável e não algo a ser resolvido. Nesse momento, a pobreza era tratada com repressão física, como caso de polícia. A partir do projeto nacional estadonovista de Getúlio Vargas (entre anos de 1930 e 1940), a assistência social passou a ser interpretada por uma visão intervencionista, sob uma perspectiva higienista e conservadora. As populações de baixa renda que viviam em assentamentos precários eram consideradas indignas e teriam que passar por um processo de educação popular para se tornarem cidadãos. Nessa época, o trabalho realizado pelos profissionais do serviço social tinha um caráter disciplinador e com práticas de controle social da pobreza (BONDUKI, 1998; NASCIMENTO, 2006; SANTANA, 2018).

Devido ao processo de metropolização vivido no país, principalmente em São Paulo, a partir da década de 1940, acontece um acirramento dos problemas urbanos. Os anos 1940 e 1950 também foram marcados pelo movimento moderno no Brasil, em que os intelectuais da arquitetura e urbanismo estavam discutindo sobre como lidar com as questões habitacionais e refletindo sobre a habitação mínima, tratando como supremacia seus saberes técnicos e vertentes ideológicas. O modo de morar estaria atrelado ao novo

⁶ O legado institucional do Estado fornece o enquadramento para a percepção dos atores, ditando o que é possível e desejável, criando dependência na trajetória das soluções políticas prévias. O legado de ideias e desenhos de política também tendem a se repetir, porque é mais seguro politicamente para os novos governos continuar o que já foi feito anteriormente, apenas com mudanças incrementais (MARIN, 2012).

modo de vida moderno, processo do qual a população pobre estava excluída social, econômica e espacialmente (BONDUKI, 1998). De acordo com Kopp (1990, p. 22), “A arte, arquitetura e urbanismo deixariam de ser um reflexo da sociedade existente para se tornarem um dos instrumentos de sua reconstrução”. A partir da década de 1950, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e depois no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), as políticas e ações voltadas para as camadas populares tiveram viés paternalista, com respostas paliativas e que não buscavam entender ou resolver o cerne do problema da desigualdade social nas metrópoles brasileiras (BONDUKI, 1998; NASCIMENTO, 2006; SANTANA, 2018).

Alguns exemplos de iniciativas demonstram a quebra da lógica de atuação impositiva, de cima para baixo, para trazer reflexões e ações insurgentes em que o técnico social e o arquiteto estão mais próximos da população atendida. A seguir, ao citar algumas iniciativas, percebe-se a formação de diferentes matrizes de pensamento sobre o assunto por todo o país, que também influenciaram a vivência paulista.

A Sociedade para Análise Gráfica e Mecnográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), por exemplo, foi uma instituição de planejamento urbano que teve atuação no país entre 1947 e 1964. Deixou um legado de procedimentos metodológicos para elaboração de diagnósticos e diretrizes para o desenvolvimento social, econômico e urbanístico. Apesar de não tratar dos problemas habitacionais diretamente, vale destacar a importância dada para os níveis de qualidade de vida da população, criando uma compreensão mais humana da totalidade dos territórios estudados. Após o término do órgão, os profissionais das áreas de Arquitetura, Direito, Economia, Sociologia e Geografia deram continuidade a suas carreiras, propagando os princípios da SAGMACS para outras instituições por todo o Brasil (CESTARO, 2015).

Outro destaque é o Plano Piloto Habitacional de Cajueiro Seco, uma iniciativa do governo estadual de Pernambuco, que aconteceu entre os anos de 1960 e 1964. O plano consistia em lotear uma gleba desocupada e abrigar famílias removidas de outra área por meio de autoconstrução subsidiada pelo Estado. Os políticos envolvidos explicitaram que a intenção era dar ao cidadão a oportunidade de ascensão social e de autonomia. Isso estava inserido no programa estadual Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM), que agregava profissionais da Arquitetura e do Serviço Social. É interessante perceber que, na história da habitação social pernambucana, houve uma grande proximidade nos dois campos disciplinares, marcada pelas redes de discussão ideológica, política e intelectual (SOUZA, 2009).

Igualmente, a experiência na favela Brás de Pina, que se passou no Rio de Janeiro, entre os anos de 1964 e 1971, é emblemática por não seguir a prática mais comum até então: expulsar a população pobre para áreas menos valorizadas da cidade, ou seja, para as periferias. A urbanização da Brás de Pina começou devido à organização dos próprios moradores, que reivindicaram a elaboração de um plano alternativo, com ajuda de profissionais militantes (TANAKA, 2017). O processo como um todo tem grande importância histórica, por envolver, pioneiramente, a participação dos moradores nas tomadas de decisões. Esse planejamento priorizou o bem estar da comunidade e não a eficiência e rapidez da obra, indo contra a lógica da indústria da construção civil e imobiliária (SANTOS, 1978).

Concomitantemente a esse processo, durante a Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil vivenciou um período de forte ação do Estado na produção maciça de moradias, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) via Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A missão do BNH era gerar empregos, financiar obras de saneamento e empreendimentos imobiliários, fomentando, conseqüentemente, a economia da época. Os recursos utilizados advinham do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no caso de habitações de interesse social. O programa refletiu a ordem estabelecida no país e teve um caráter autoritário, com gestão centralizada e ausência de participação popular na elaboração dos projetos. Tampouco houve grande envolvimento de arquitetos nesse processo, ou, pelo menos, essa participação não foi estudada e explicitada até então. Com o tempo, a questão ideológica do movimento moderno já não fazia mais sentido e o que ficou de legado para os projetos do BNH foi, principalmente, a racionalidade e tecnicidade, gerando projetos desconectados dos contextos urbanos, que acabaram por incentivar o processo de expansão periférica para áreas carentes de infraestrutura urbana (PULHEZ, 2007; CARDOSO, ARAGÃO e JAENISH, 2017; NOIA, 2017).

Alguns programas pontuais com financiamento do BNH, como Promorar (1979) e Profilurb (1975), se baseavam na ideia de autoconstrução, vendida como participação e autonomia da população pobre. Os programas, no entanto, eram uma forma de economia dos investimentos públicos em habitação, porque contavam com recursos das

7 Pulhez (2007) aponta que, nessa época, muitos arquitetos estavam envolvidos nos grandes projetos e obras públicas de infraestrutura e não de habitação, devido ao forte investimento estatal no desenvolvimento do país.

8 Profilurb, de 1975, foi um programa federal de financiamento de moradias que dava suporte para as famílias sem estabilidade financeira e com renda de até três salários mínimos. Promorar, também um programa federal, foi instituído em 1979, com a finalidade principal de melhorar a qualidade dos núcleos habitacionais nas favelas e assentamentos precários, sem remoção das famílias (SANTO AMORE, 2004).

próprias famílias para a construção das casas. Prevalencia, ainda, a política de remoção de favela nas metrópoles (PULHEZ, 2007). Ainda assim, foi nesse período que os recursos para a realização do trabalho social começaram a ser viabilizados. As principais atividades eram debater sobre direitos e deveres dos moradores, acompanhar a obra, preparar a mudança e apoiar a formação de associações entre as famílias (PAZ, TABOADA, 2010; SANTANA, 2018).

Nessa mesma época, foram criadas as Cooperativas Habitacionais para atender trabalhadores sindicalizados, das quais faziam parte os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops). Foram então instituídas equipes sociais que aprovavam projetos de conjuntos habitacionais, acompanhavam as obras e permaneciam no local mesmo após a entrega dos apartamentos. Em 1972, aconteceu o 1º Encontro dos Inocoops, no qual foi definida e estruturada a ação do TS. Institucionalizou-se então a prática do TS em todo o país e, em 1975, tornou-se uma exigência em alguns programas governamentais, como o Projeto João de Barro e Prosanear,⁹ embora a atuação estivesse ainda atrelada ao controle da demanda e de inadimplência (PAZ et al, 2016). Por outro lado, o trabalho social realizado nos conjuntos habitacionais da época ajudou a construir o alicerce teórico e metodológico para o que veio em seguida (DINIZ e PAZ, 2020). Foi nesse momento que o prefeito Olavo Setúbal (1975-1979) decretou que assistentes sociais deveriam participar das intervenções em favelas. Com isso, os grupos de técnicos começaram a se unir aos grupos atendidos para formar uma resistência contra as remoções de favelas, incitando uma mobilização organizada dos favelados a favor de seus direitos (MARIN, 2012).

Além disso, nesse período, começaram estudos sistematizados sobre as casas proletárias¹⁰ e o termo moradia popular foi criado devido à valorização dos saberes do povo. Igualmente, o campo da educação popular reforçava a ideia de construção coletiva do conhecimento, por meio do diálogo com as comunidades e em busca de transformações sociais, como pregava Paulo Freire (PULHEZ, 2007; FREIRE, 1987, 2002). Paralelamente, nos anos 1970, surgiu uma tendência reflexiva acerca da atividade profissional do Serviço Social, conhecida por movimento de reconceituação, que questionava práticas assistencialistas e defendia ações mais desenvolvimentistas, pautadas na intersectorialidade (MARIN, 2012).

9 Projeto João de Barro foi um programa de autoconstrução de habitação popular, criado em 1984 com o objetivo de evitar a precariedade das autoconstruções espontâneas e sem planejamento. Prosanear foi criado 1988 com a intenção de prover saneamento básico em favelas, além de educação sanitária e ambiental (SANTO AMORE, 2004).

10 Os professores da FAU-USP João Sampaio e Maria Ruth Amaral desenvolvem pesquisas na década de 1960, investigando a composição e as formas de construção das casas autoconstruídas nas periferias da cidade de São Paulo, compilando as informações no livro Casas Proletárias em São Paulo, publicado em 1993.

Isso ilustra um caminho trilhado para a compreensão do problema habitacional como uma questão interdisciplinar, envolvendo uma série de ações com diferentes profissionais e áreas, além da participação mais ativa da população. Na Antropologia e na Sociologia, surgiram diversos estudos sobre os favelados e suas condições de vida, ligados às formas de morar e viver na cidade. Intelectuais de cunho marxista estudaram as questões urbanas e habitacionais, colocando a luta de classes como central na discussão sobre a produção do espaço construído na cidade, como por exemplo, Maricato (1982) e Kowarick (1979), que evidenciaram a situação de vida precária das populações mais pobres em São Paulo.

Como reação aos problemas vividos nas cidades brasileiras, tem destaque a formação de movimentos sociais¹¹ e urbanos que passam a encabeçar a luta em diferentes frentes de direitos sociais - na área da saúde, educação, transporte, entre outras -, e, em especial, a luta pela reforma urbana¹², que apresentou grande relevância nesse período. Inicialmente, esses grupos lutavam por condições mínimas de habitabilidade, como saneamento básico, rede de água e asfalto, nas periferias autoconstruídas¹³. Com o tempo, as pautas do direito à cidade, à moradia digna e à gestão democrática ganharam importância. Os movimentos de moradia se consolidaram como desdobramento dos movimentos sociais mais gerais (D'OTTAVIANO, 2021b).

Os primeiros movimentos de moradia institucionalizados estavam relacionados à melhoria da qualidade de vida nos cortiços das áreas centrais, que eram muito precários e com valores altos de aluguel. É o caso da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), fundada em 1987. Esses movimentos também tiveram grande atuação em favelas e periferias, adquirindo influência nacional e sendo institucionalizados ao longo dos anos 1980 e

11O termo movimento social foi criado na década de 1970 por grupos que pediam mudanças sociais de forma pacífica, distantes do poder estatal. O principal objetivo era persuadir a sociedade civil, em uma atitude de oposição e resistência aos padrões de normalidade sociocultural, lutando por participação, direitos humanos, equidade e qualidade de vida. Ou seja, são ações coletivas que possuem organização, lideranças e estratégias. Ao longo dos anos 1980 e 1990, essa dinâmica se alterou e os movimentos sociais dos grandes centros urbanos ganharam destaque. No século XXI, as organizações civis se profissionalizaram e as mobilizações coletivas passaram a ter escala global (ALONSO, 2009).

12 O debate sobre reforma urbana é centrado na função social da propriedade, no direito à cidade e na gestão pública democrática (D'OTTAVIANO, 2021a). De acordo com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), lutar pela reforma urbana seria "lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas. (...) é uma importante frente de resistência e contestação contra as forças dominantes que têm determinado o modelo excludente de nossas cidades. A cidade é uma construção coletiva, é para todos e todas, portanto, é essencial construirmos cidades que permitam vivências urbanas e acesso aos bens de maneira democrática. Não podemos ter cidades construídas pelos interesses do mercado, privilegiando certo grupo e segmento social" (FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, 2021).

13 Para mais informações sobre a formação das periferias autoconstruídas, ver Maricato (1982).

1990 (LOPES, 2011; D'OTTAVIANO, 2021b). Cabe pontuar que esses grupos, a princípio, se opunham ao abandono do Estado e ao sistema que exclui grande parte da população. Porém, com a consolidação de suas ações, passou a ficar evidente a dualidade existente devido à necessidade e dependência de financiamento público para os projetos (LOPES, 2011). Ao longo da década de 1980, arquitetos populares e assistentes sociais se juntaram ainda mais aos movimentos sociais urbanos, aumentando a importância dos grupos que lutavam por melhores condições de vida e a favor da redemocratização do país (SANTANA, 2018). De acordo com Lopes (2011), no início, as ações engajadas dos técnicos junto aos movimentos de moradia ainda eram desarticuladas e de cunho voluntarista, mas marcaram a introdução de uma aproximação qualificada entre as partes.

É nesse contexto que o trabalho interdisciplinar ganha maior relevância, pois profissionais de diferentes áreas (como arquitetura, engenharia, direito e serviço social) passam a estruturar organizações não governamentais com atuação militante, em prol do direito à moradia digna e à cidade, nas chamadas assessorias técnicas (SANTO AMORE, 2004)¹⁴. Em São Paulo, outras experiências tiveram como foco a democratização do acesso à arquitetura, como os trabalhos e reflexões dos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império - que colaboraram com a formação de profissionais engajados e a constituição das assessorias técnicas paulistas (ARANTES, 2002; MIRANDA, 2019).

Relacionado a isso, vale ressaltar que há uma especificidade das assessorias técnicas atuantes na Região Metropolitana de São Paulo, devido aos pontos que já foram mostrados, mas também pela história imbricada de ação conjunta com movimentos de moradia. Assim, criou-se uma parceria entre os agentes das ATHIS, que lutam em conjunto por novas políticas habitacionais, por melhorias nas normativas existentes, pela aprovação de leis e suas devidas implementações. Sobre isso, Evaniza Rodrigues (em entrevista, 2020), liderança da União Nacional Por Moradia Popular (UNMP) que atua na área desde os anos 1980, pontua:

Seria impossível, ou seja, a assessoria técnica, né, a assessoria técnica é física e social, as duas são assessorias técnicas, eu não separo as duas, inclusive a jurídica também. (...) Então isso vem dos princípios da autogestão desde lá, da concepção uruguaia, né. A assessoria técnica independente, ou seja, contratada, né, contratada em parceria com a associação, ele é um componente indispensável da autogestão. Não existe como fazer sem a assessoria técnica. Por mais que, eu sou assistente social, tá, então de vez em quando metida a arquiteta, de vez em quando eu dou umas opiniões aí atravessadas, né. Mas não adianta, né. Então, na verdade, faz parte do conceito da autogestão a

¹⁴ Vale lembrar que é nesse contexto também que surgiu a assistência técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), no pioneiro Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) de 1976, em Porto Alegre - que mais tarde vai servir de base para a criação da lei federal da assistência técnica (CARDOSO e LOPES, 2019).

assessoria técnica vinculada ao movimento, né. (...) Porque nós não estamos falando de fazer projeto, gente, só. Fazer projeto é uma das atividades da assessoria técnica. Então, desde escolher o terreno, ver o terreno se era bom ou se não era bom, que coisas que o terreno apresentava de características positivas ou não, que dificuldades a gente teria, formulação do programa, essas alterações que eu falei do programa que eu falei ao longo do tempo, a gente debate junto, a gente tem um fórum que se reúne... Não é muito regular, mas a gente se reúne, né, pra discutir o programa, discutir a regra, discutir a mudança, tudo, né, que vai dando, inclusive as contribuições que o movimento vai fazer na política habitacional. Então, e no social eu já falei, né, a gente sempre fez o trabalho social sem profissionalismo, mas com, existindo uma assessoria técnica social, o projeto, você tendo uma estrutura pra isso, é claro que isso potencializa muito a atuação, né. E aí eu falei do jurídico também, porque como são contratos absolutamente dentro da área jurídica, né. (...) Então, se você não tiver uma atenção nos contratos que você faz, os contratos de fornecedor, etc, né, você corre o risco de inviabilizar o processo no começo dele. Então a assessoria, ou seja, o conhecimento técnico colocado a serviço da organização popular, né, em todas as áreas, ele é indispensável. Não dá pra gente pensar sem ele, por isso que a gente sempre reivindicou que tenham recursos destinados especificamente pra elaboração de projeto, acompanhamento de obra e trabalho social.

A fala de Evaniza Rodrigues mostra como a atuação conjunta dos movimentos sociais e dos profissionais militantes é importante para a formulação e implementação da política pública. Ela descreve uma relação que é permanente e política, pois não está atrelada apenas ao programa em andamento, ou seja, independe da situação e governo em vigor e tampouco se restringe a questões técnicas. Além disso, a conjuntura sociopolítica dos anos 1980 permitiu maior articulação entre as camadas populares. Esse momento foi marcado por iniciativas pulverizadas que questionavam a supremacia do saber técnico, ao colocar as populações de baixa renda como protagonistas nas tomadas de decisão sobre a moradia. Mais especificamente na grande São Paulo (especialmente a região do ABCD e Osasco), em meados dos anos 1980, aconteceram grandes ocupações de terra, em um cenário de criação de novos tipos de ações coletivas de reivindicação por efetivação do direito à moradia.

Em outras palavras, o trabalho social, desenvolvido nos programas habitacionais, junto aos movimentos de favelas, ocupações e mutirões, priorizou a participação, mobilização, organização coletiva e a socialização de informações, constituindo-se como importante aliado com as organizações e lutas populares (DINIZ e PAZ, 2020, p. 39).

É nesse momento também que a autogestão entra em pauta, como exigência desses movimentos. Entende-se que, por meio da prática autogestionária, é possível avançar no processo de desmercantilização da moradia e de democratização da cidade. Por isso, a autogestão é uma ferramenta importante para a ação de emancipação social, já que propõe melhores condições, capacidades econômicas e políticas para a população de baixa renda. Na habitação, isso significa o controle dos recursos públicos e

da intervenção física por parte da sociedade civil, de forma organizada em associações, cooperativas ou movimentos sociais. Tem como pano de fundo os questionamentos à estrutura desigual e ao sistema capitalista neoliberal vigente, que domina a produção nas cidades. Ou seja, a autogestão é uma proposta contra hegemônica de produção do espaço urbano (RODRIGUES, 2013; D'OTTAVIANO, 2021a).

De diferentes formas, as práticas autogestionárias foram amparadas pelos órgãos públicos, universidades, entidades de classe e, em alguma medida, pela igreja católica (SANTO AMORE, 2004; MIRANDA, 2019; DUARTE, 2021). Isso porque algumas prefeituras criaram programas habitacionais locais que permitiram a autogestão. Um fato marcante foi o documentário¹⁵ do engenheiro civil Guilherme Coelho sobre a ação das cooperativas uruguaias, que foi divulgado nas periferias de São Paulo e motivou a união e organização de muitos moradores por novas formas de produzir habitação. Esse movimento deu origem ao projeto Vila Nova Cachoeirinha, no bairro Freguesia do Ó, pioneiro na formação de mutirão no município. Os moradores lutaram para serem atendidos por políticas habitacionais e, posteriormente, o empreendimento foi assumido pela COHAB-SP (SANTO AMORE, 2004).

Outra referência foi a experiência dos moradores da Vila Comunitária, constituída em 1983, em São Bernardo do Campo, que representou uma conquista do movimento de moradia ao negociar a construção de 50 casas com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH) e com a prefeitura da cidade. Tiveram o apoio de um dos primeiros grupos de assessoria técnica em habitação de interesse social (ATHIS) criados em São Paulo, o Centro de Assessoria Técnica Popular (CAAP) e do arquiteto uruguaio Leonardo Pessina (SANTO AMORE, 2004; LOPES, 2011; MARTINS, 2019).

Soma-se a isso o fato que os sindicatos tinham grande força, tanto na união dos trabalhadores para discussão das pautas, quanto em estímulos à prática militante, por meio de pequenos incentivos. Por exemplo, em 1987, o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP) promoveu o Primeiro Encontro das Assessorias Técnicas. Ademais, a presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas periferias foi determinante, funcionando como local de encontro e de disseminação de um pensamento mais solidário e humano.¹⁶

15 Sem nome, realizado de forma amadora, em 1980.

16 Evaniza Rodrigues (em entrevista, 2021) conta como sua atuação nos movimentos de moradia começou devido à sua participação nas pastorais das igrejas da Mooca, desde adolescente. Para ela, a Igreja foi uma forma de encontro entre os movimentos de moradia na década de 1980, época em que não havia grandes divisões entre esses trabalhos. O movimento e a Igreja se conectam pelos valores, princípios, formação, ideias de horizontalidade e solidariedade. A Igreja também trazia legitimidade para a luta pelo direito à moradia. Com o tempo, isso se complexificou e as tarefas se separaram. O movimento mudou (a partir dos anos 2010 tem mais autonomia e é mais estruturado) e a Igreja também (antigamente, era comum padres

(LOPES, 2011; DUARTE, 2021). Simultaneamente, nas faculdades de arquitetura do estado de São Paulo, surgem laboratórios de alunos e professores que têm como foco estudar formas de integrar a sociedade civil nos processos de elaboração de projetos habitacionais (RONCONI, 1995)¹⁷. Essas iniciativas foram dispersas e difusas, mas colocaram os alunos em contato com a realidade social, com o objetivo de unir teoria e prática e, sobretudo, imbuir ação crítica, formando profissionais diferentes daqueles com o papel tradicional (POMPEIA, 2006; LOPES, 2011). Para Lopes (2011), o debate sobre arquitetura, urbanismo e participação popular aproxima os arquitetos dos sem-teto, fazendo a ligação entre prática de ofício e política. Por isso, esse foi o início da estruturação dessa forma de atuação profissional dos arquitetos populares.

Projetar sob os preceitos da autogestão, através de bases democráticas e na troca de saberes é se despir de vaidades e compreender que o arquiteto é também um instrumento de luta, longe de ser a solução protagonista de problemas, desses parâmetros é se colocar permanentemente num lugar desconfortável de constante questionamento, é buscar a todo instante o porquê do bonito, o que é o feio para além da estética socialmente construída, aprendida e ensinada inclusive nos espaços acadêmicos. É também repensar o papel do arquiteto enquanto um profissional que depende de outros sujeitos para realizar um bom trabalho, ele é apenas mais um dentro de todo o processo, desconstruindo esse imaginário de superioridade e completude de soluções (AGUIAR, 2021, p. 158).

Nesse contexto, a partir de meados dos anos 1980, o Banco Mundial (BM) coloca o TS como exigência em seus programas. Nesse momento, os agentes financeiros internacionais passam a considerar que o TS garantiria o sucesso das intervenções habitacionais públicas, evitando conflitos durante as obras, além da boa adaptação das populações à nova condição de vida. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹⁸ foi responsável por desempenhar um papel legitimador das práticas participativas do TS, favorecendo a ação das equipes sociais, principalmente em alguns programas de reurbanização de favelas, como os da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e

e freiras participarem de manifestações, por exemplo, o que parou de acontecer), por isso, em 2022, as atividades dessas instituições são muito distintas entre si.

17 Exemplos disso são o Laboratório de Habitação de Belas Artes e da Unicamp, além de disciplinas interdisciplinares nos primeiros anos da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

18 BID, BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI) são agentes financeiros internacionais que agiram para o controle da pobreza no terceiro mundo. O discurso era de trazer estabilidade social e econômica, por meio de boa governança, com técnicas modernas de gerenciamento do setor público. No Brasil, governos e elites locais se associaram a essas instituições. Consolidou-se o pensamento de que a pobreza deveria ser administrada com ações eficientes, o que também pode ser visto como uma estratégia para o avanço neoliberal (PULHEZ, 2013).

Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)¹⁹ (SILVEIRA, 2018).

As trajetórias das políticas públicas de TS e da atuação do arquiteto e urbanista popular têm outro marco que as aproximou: a gestão de Jânio Quadros (1986-1989), na prefeitura de São Paulo, na qual o programa de HIS foi transferido para a Secretaria de Habitação, saindo da Secretaria de Bem Estar Social (MARIN, 2012). Esses fatos mostram como o trabalho social ganhou importância na agenda pública, sobretudo no município de São Paulo, e também o início do entendimento do trabalho social enquanto componente da política habitacional e não somente de assistência social.

Ademais, o processo de luta pela democratização e participação popular nos programas habitacionais impulsionou experiências autogestionárias, em paralelo aos processos de autoconstrução que aconteciam nas periferias da cidade. Isso explicitou a importância de projetos com maior apoio e inclusão das famílias, o que começou a ser incorporado pelo Estado. Vale ressaltar a gestão da Luiza Erundina, assistente social, na Prefeitura de São Paulo (1989-1993), que teve um quadro técnico de “arquitetos-militantes-professores-assessores” (SANTO AMORE, 2004, p. 63), reafirmando uma nova base normativa ético-profissional da atuação dos arquitetos e urbanistas. Nessa época, os profissionais militantes que trabalhavam com habitação eram assessores populares, independente da área de atuação (SANTOS, 2021). Ainda, o fomento de programas habitacionais baseados na autogestão teve notoriedade inédita, pois nesse período foi criado o FUNAPS-Comunitário²⁰.

Sobre o método de trabalho das assessorias junto aos movimentos sociais durante o FUNAPS Comunitário, Ronconi (1995) coloca que havia um processo contínuo que passava pelo projeto da edificação até a fase de construção, e em alguns casos, discutia-se como se daria a manutenção após a ocupação. Durante todas as etapas, contava-se com a participação dos futuros moradores, tratando de questões importantes, até mesmo em relação à valorização do próprio indivíduo ao mesmo tempo que qualificava o resultado coletivo alcançado. Essa prática, resultava em uma resposta técnica, humanizada e construtiva de vários aspectos daquilo que podemos chamar de cidadania - uma noção abstrata que cada vez mais nos foge do horizonte (CARDOSO, LOPES, 2019, p. 7).

Nessa conjuntura, ao longo dos anos 1990, foram oficialmente formadas algumas das assessorias técnicas paulistas que atuam até hoje: Usina (1990), Ambiente (1992),

19 Para detalhes sobre a atuação das equipes sociais na CDHU, ver Silveira (2018).

20 O Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS) foi criado em 1979, destinado a famílias com renda de até 4 salários mínimos. É na gestão Erundina que ganha importância, principalmente com a criação da modalidade de provisão habitacional por mutirão, chamado FUNAPS-Comunitário, baseado na união da Associação de Construção Comunitária, com assessoria técnica e o poder público. Por isso, o FUNAPS-Comunitário foi fundamental para a instituição de uma estrutura para a autogestão em programas habitacionais (SANTO AMORE, 2004).

Peabiru (1993) e Integra (1999), todas compostas por equipes interdisciplinares (RONCONI, 1995; SANTO AMORE, 2004). As assessorias trouxeram soluções mais criativas e com maior qualidade urbana aos projetos de habitação social, por unir as questões técnicas às ideias dos moradores (CARDOSO, LOPES, 2019). Por exemplo, o programa de mutirões com a CDHU (1993) e o de urbanização de favelas em Diadema (1993-1996) foram simbólicos, pois mostraram as novas relações entre arquitetos e sem-teto. Além disso, os arquitetos populares, nas assessorias, tinham a função de articular diferentes escalas de luta por direitos sociais, ampliando o alcance e ajudando na legitimação da causa, principalmente com o setor público (LOPES, 2011).

Após o fim da ditadura militar, o período entre 1987 e 1999 apresentou avanços e retrocessos para o campo do TS. Com o fechamento do BNH, em 1986, a Caixa Econômica Federal (Caixa) tornou-se responsável por dar continuidade aos projetos de habitação de interesse social em andamento. As políticas habitacionais nacionais ficaram dispersas e, conseqüentemente, prevaleceu a atuação dos poderes locais e municipais. Nesse cenário, o TS era muito restrito a ações emergenciais e atendimentos individualizados. A partir da aprovação da nova Constituição Federal, em 1988, os estados e municípios passaram a ser responsáveis pela promoção de programas habitacionais, ainda sem diretrizes ou possibilidades de financiamento federal. Seguindo essa lógica, em 1994, na gestão de Itamar Franco (1992-1995), o governo federal criou o Programa Habitar Brasil (HBB), que estipulou o TS como contrapartida dos poderes estaduais e municipais. Isso foi considerado um avanço, mas, de certa forma, também restringia essa ação devido à grande falta de recursos locais vivida na época, quando se enfrentava uma série de crises financeiras internacionais (PAZ, TABOADA, 2010; PAZ et al, 2018).

Ao mesmo tempo, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que a assistência social entrou para a agenda nacional como um direito da população e um dever estatal, se distanciando das ideias de prática repressiva, filantrópica e higienista que marcaram o início do século XX. Nesse sentido, as reivindicações dos grupos organizados da sociedade civil em prol do direito à moradia e à cidade foram de extrema importância para a consolidação desses direitos em leis (PAZ et al, 2016; MARIN, 2012; NOIA, 2017).

Transversalmente aos processos descritos, desde os anos 1980, consolidou-se a ideia de liberação financeira e comercial, com grandes privatizações e enxugamento da máquina estatal. Durante a década de 1990, a influência da racionalidade neoliberal legitimou a ideia de eficiência, com a redução de custos e aumento da produtividade, além da busca por resultados, agilidade na execução dos projetos, por meio de

especialização em métodos de gestão que vinham do setor privado. De acordo com Dardot e Laval (2009), o neoliberalismo se desenvolve por meio de uma multiplicidade de processos heterogêneos, com efeito global, implementando uma nova racionalidade. O neoliberalismo não dá limite ao governo, ao mercado ou aos direitos, mas faz do mercado o princípio do governo político e do governo dos seres humanos sobre si mesmos. É a lógica do mercado como normativa generalizada, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida, além de colocar a competição como regra. Isso se tornou senso comum e conhecimento popular. Houve uma diminuição da interferência do Estado na economia e uma reforma administrativa, que separou em dois setores: (i) o estritamente estatal (onde se encontram as funções e órgãos legislativos, de regulação e fiscalização, etc.) e (ii) o das atividades que não são exclusivas do Estado e sofreram terceirização (limpeza, vigilância, transporte, serviços públicos, etc.) (PULHEZ, 2014).

Além disso, como já comentado, o BID e outros bancos internacionais, como o BM, tomaram medidas para o desenvolvimento da América Latina. Nessas organizações, as camadas populares eram encaradas como uma ameaça à segurança do capitalismo, por estarem mais abertas a revoltas. Por isso, seria necessário neutralizar as lutas e reivindicações populares. Isso se deu por meio de uma ideologia que apagava as razões das desigualdades, culpando as próprias famílias pobres por seus problemas e colocando o fim da pobreza como uma questão emergencial, a ser resolvida de forma eficiente, sem discutir o cerne do problema. A intensificação do endividamento também serve a esse propósito, uma vez que o comprometimento da renda futura torna a pessoa endividada mais subserviente e disciplinada. Isso é aplicado para o próprio Estado em desenvolvimento, por meio das dívidas públicas, mas também para as famílias diretamente, por meio de financiamentos e microcréditos - por exemplo, na década de 1990, o beneficiário passou a ser mutuário final no financiamento habitacional²¹ (FONTES, 2010, 2017).

Dentro da lógica neoliberal, reduziu-se ainda mais a participação do Estado como financiador de novas unidades habitacionais para baixa renda e intensificou-se o atendimento privado nesse campo. Dessa maneira, a provisão habitacional e de serviços se consolidou como proveniente da união entre Estado e setor privado. Com o tempo, a

21 Na década de 1990, com a “Criação dos Programas Carta de Crédito FGTS (voltado para setores de menor renda) e Carta de Crédito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE (voltado para os setores de maior renda), visando basicamente a concessão direta de crédito ao mutuário final (pessoa física), permitindo-o adquirir unidades habitacionais novas ou usadas, terreno, material de construção, além de reforma e ampliação de moradia. O programa, além de alavancar o mercado de usados, teve como grande virtude dar maior poder de mercado aos adquirentes que passam a não mais ter acesso ao crédito “filtrado” pelas construtoras, como acontecia na época do BNH com o Plano Empresário.” (CARDOSO et al, 2017, p. 17).

ideia de gestão eficiente, racional e apolítica prevaleceu e ampliou a terceirização até para as funções de gestão, antes desempenhadas pelo Estado, que se manteve como agente regulador (PULHEZ, 2014).

Em meio a essa conjuntura, a partir de 1999, no contexto da criação do Programa Habitar Brasil BID, o TS é incluído nos custos totais dos empreendimentos, fazendo parte dos recursos federais disponibilizados pelo Orçamento Geral da União, passando a ser uma obrigatoriedade para a aprovação dos projetos (PAZ, TABOADA, 2010; PAZ et al, 2018). Apesar desse avanço, aumentaram as exigências na gestão do TS, com formatos mínimos e formalização dos resultados, além de eixos padronizados para o trabalho, a serem seguidos em escala nacional (SANTANA, 2018). A participação social começa a ser entendida, então, no âmbito da mediação de conflitos mais do que da construção política de cidadania. Isso evidencia a contradição presente entre a disponibilidade de recursos para a implementação do TS e a intencionalidade com que isso será feito. É a partir desse marco, ou seja, da institucionalização do trabalho social enquanto serviço público financiável, que se dá o recorte da presente pesquisa.

1.2

O trabalho social como componente da política pública habitacional: tensões e desafios

Os anos 2000 foram marcados por uma série de avanços e retrocessos para o campo do trabalho social, em um contexto complexo, como será visto a seguir. De forma institucionalizada, o TS marca sua importância, mas também cresceu a exigência por resultados padronizados e a disputa na sua implementação. A recuperação histórica abre uma reflexão crítica sobre as perspectivas do TS em habitação e como se dá a participação dos arquitetos populares nessa prática.

No início dos anos 2000, o contexto nacional era de retomada de investimentos em políticas urbanas, marcado pela aprovação do Estatuto das Cidades (2001), da criação do Ministério das Cidades (2003-2019) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) (CARDOSO et al, 2017). Igualmente, cabe pontuar que o chamado ciclo lulista

(2003-2016)²² foi marcado por uma constelação de políticas sociais²³ (RIZEK et al, 2014), destacando o esforço em acolher as demandas das camadas populares. No entanto, houve uma dualidade, ao atender os interesses do setor privado ao mesmo tempo. Ou seja, foram criadas políticas distributivas e redistributivas, onde há aumento de recursos para populações de baixa renda, mas sem necessariamente tirá-los de outro setor, sem alterar o sistema estruturalmente.

Após décadas de políticas habitacionais desarticuladas, foi criada a Política Nacional de Habitação (2004), no qual o TS passou a ser reconhecido como um direito do cidadão. Assim, de maneira geral, esse período foi de extrema importância na concepção e consolidação do trabalho social em habitação. A partir de 2003, o programa HBB-BID foi colocado em prática e o TS passou por mudanças significativas em sua configuração, com a definição de novas normativas. Foi nesse momento que o TS passou a incluir projetos com diagnósticos, objetivos, cronogramas e prazos previamente delimitados, além de planos debatidos e aprovados pelas famílias. Foi orientado, pela primeira vez, que os recursos de obra não poderiam ser liberados caso o trabalho social não fosse executado (PAZ et al, 2018). Entretanto, ao se adequar ao modelo de gestão de um banco, passou a ter maiores exigências por resultados padronizados, produtos parciais e, por consequência, um processo mais engessado.

Essa nova forma de enxergar a realização do trabalho social vai trazer outra dimensão, que é de subdivisão de atividades, mensuração do tempo utilizado na realização das atividades, passando a ser um novo e importante indicador no processo de avaliação do trabalho desenvolvido. O trabalho social passa a ser acompanhado e avaliado nos moldes da execução de obras (SANTOS, 2021, p. 138).

Ainda nessa crescente de avanços regulatórios, em 2008, foi aprovada a Lei Federal 11.888, que tornou a Assistência Técnica²⁴ um direito do cidadão e visa garantir esse serviço para produção de moradia para famílias de baixa renda²⁵. A ação dos movimentos de moradia e das associações de classe (SASP e CAU) foi crucial para a consolidação desta lei. Além disso, em 2009, na gestão de Gilberto Kassab da Prefeitura de São Paulo

22 Conforme definido por SINGER (2012).

23 Como aumento da base salarial, Bolsa-família, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Minha Casa Minha Vida, entre outros.

24 A diferença entre os termos assessoria técnica e assistência técnica será melhor explorada no capítulo 3. Existem algumas diferenças de concepções, mas de todo modo, ambos os termos designam o trabalho executado pelos arquitetos e urbanistas aqui chamados de populares e militantes. Portanto, em alguma medida, para esses fins, os termos podem ser considerados sinônimos.

25 No entanto, sua implementação e efetivação ainda enfrentam problemas, principalmente devido à dificuldade de viabilização financeira (CARDOSO e LOPES, 2019).

(2009-2012), a coordenadoria de trabalho social da Secretaria de Habitação passou a ser dividida por regionais (Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Leste). Isso tem um lado positivo, que é facilitar uma atuação das equipes sociais mais próximas ao território, mas ao mesmo tempo tem o lado negativo, de distanciar os profissionais implementadores (que entregam a política para a população, são a ponta da cadeia) das equipes que estão formulando a política, tornando-a mais centralizada (MARIN, 2012).

Nessa conjuntura, como forma de enfrentamento à crise norte-americana do subprime, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)^{26f} em 2009²⁷. O programa atendia, de forma inédita, famílias de baixíssima renda, com renda até 3 salários mínimos (chamada Faixa 1), fazendo uso de verbas do Orçamento Geral da União (OGU). Por pressão dos movimentos sociais, criou-se também a sub-modalidade Entidades do programa (PMCMV-Entidades), destinada ao atendimento de famílias organizadas em movimentos, associações ou entidades. O programa teve um conjunto de subprogramas, modalidades, diferentes fontes de recursos, linhas de financiamento, agentes operadores e apresentou condições distintas (valor de subsídio, mecanismo financeiro e comercial), de acordo com as faixas de renda das famílias atendidas (CICUTO, 2019; D'OTTAVIANO, 2021a).

A partir de então, todos os investimentos públicos em provisão de habitação de interesse social foram direcionados ao PMCMV, fazendo com que os outros programas (federais, estaduais e municipais) fossem encerrados ou então por ele incorporados. O trabalho social foi mantido como exigência para a contratação dos projetos da Faixa 01 e tinha recursos próprios. Na primeira fase do programa (2009-2011), o trabalho social tinha como verba 0,5% do orçamento total do empreendimento. A partir da fase 2 do programa, lançada em junho de 2011, o recurso aumentou para 1,5% ou 2% do orçamento total do empreendimento. O TS também passou a ser considerado uma contrapartida do setor público. Então, no caso do PMCMV-FAR (Faixa 1 construtoras)^{28f}, os trabalhos sociais eram responsabilidade do município, sendo executados por ele mesmo ou por empresas terceirizadas. No PMCMV-Entidades, o trabalho social era implementado por assessorias

26 A concepção do PMCMV teve fortes heranças do BNH: ambos buscavam impulsionar a indústria da construção civil, gerando emprego e renda, como forma de enfrentamento da crise econômica (CARDOSO et al, 2017). O FGTS manteve-se como uma das principais fontes de recursos. Ambos os programas tiveram dificuldade em viabilizar ações integradas entre as três escalas de governos (NOIA, 2017).

27 Nesse mesmo cenário, em 2007, também foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento, para priorizar o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, reurbanização e transporte.

28 "O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) é utilizado na faixa 1 e destinado à aquisição de terrenos e construção de imóveis em operações realizadas diretamente pelas prefeituras, construtoras ou em parceria entre estes agentes. O município pode disponibilizar terra e promover 'chamamentos' para que construtoras apresentem o pacote completo da produção: projetos, licenciamentos e obras." (CICUTO, 2019, p. 185)

técnicas ou pela própria Entidade Organizadora (associações e movimentos de moradia) (SILVA, 2017; CICUTO, 2019; D'OTTAVIANO, 2021a).

Reforçando a dualidade do período e retomando o atravessamento da racionalidade neoliberal nas políticas habitacionais, em São Paulo (município e estado), os órgãos públicos passaram a contratar empresas privadas, conhecidas como gerenciadoras sociais, para fazer o gerenciamento do trabalho social dos empreendimentos habitacionais de forma terceirizada. A justificativa é de incapacidade estatal²⁹ para suprir a demanda. Há uma ampliação e modificação do escopo de atuação das consultorias terceirizadas, para alcançar, além da intervenção física, o processo de autonomia e cidadania dos moradores. Segundo Pulhez (2014), isso também é uma forma de criar um novo nicho empresarial voltado para o mercado da habitação digna.

A contratação do chamado gerenciamento habitacional é um dispositivo de gestão, que traz recursos e um conjunto de práticas e procedimentos facilitadores para a viabilização da política pública. Por isso, não encontrou grande oposição entre progressistas de esquerda, nem neoliberais de direita³⁰, já que é uma estrutura que articula serviços públicos aos interesses privados. Dessa maneira, na cidade de São Paulo, tanto a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da Cidade de São Paulo (Sehab) quanto a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP-SP) praticam a superterceirização, mas essa é também prática nas demais prefeituras da RMSP, mostrando que se trata de uma questão estrutural das agências públicas estaduais e municipais (PULHEZ, 2014).

No caso do governo do estado, na CDHU, por exemplo, as atividades de gerenciamento contratadas entre 1988 e 2013 foram paulatinamente expandidas, passando de mero apoio funcional ao serviço de consultorias interdisciplinares, com contratos cada vez mais abrangentes. O escopo de apoio ao desenvolvimento social começa a aparecer nos editais de contratação a partir de 2000, se intensificando em 2008 e se consolidando em 2013, com o gerenciamento da área social, onde passa a ser mencionado o trabalho social. Criou-se, então, uma dependência do Estado nessas empresas e os avanços foram em favor dos agentes privados empresariais, uma vez que

²⁹De acordo com Marques (2018, p.18), capacidades estatais “dizem respeito às burocracias técnicas, às estruturas operacionais, aos conhecimentos e aos apoios políticos necessários para a realização das políticas públicas”. Ou seja, designa as condições, presentes ou ausentes, para que o Estado execute seus programas ou políticas. Como visto, não precisam ser necessariamente supridas totalmente pelo Estado, podendo se apoiar em diferentes combinações entre o setor público e privado.

³⁰ Segundo Marques (2018), todos os governos da prefeitura de São Paulo, entre 1889 a 2016, sendo de partidos de direita ou de esquerda, trabalharam recorrendo cada vez mais a um modelo de gestão terceirizada, se apoiando em gerenciadoras e outros provedores privados.

a justificativa da eficiência não foi comprovada (PULHEZ, 2014; SILVEIRA, 2018).

Em relação aos arquitetos populares, historicamente consolidou-se sua atuação como militância intelectualizada, como profissional engajado, cumprindo a função de articular diversos conhecimentos técnicos, sobre custos, métodos construtivos e legislação vigente, independentemente do local no qual trabalha. Esses agentes não têm um caráter tecnicista, pois têm interesses próprios e uma atuação política, formando um grupo heterogêneo (PETERS, 2001). Os técnicos que desejam trabalhar com habitação possuem perfis variados, mas compartilham características semelhantes, como práticas, valores, interpretações de seu papel na política pública, trajetórias pessoais e profissionais. Majoritariamente, são pessoas que se importam e entendem que têm uma função social importante na conquista do direito à moradia dos cidadãos (SILVEIRA, 2018).

No cenário descrito acima, percebe-se que os arquitetos populares têm algumas possibilidades para atuar junto aos sem-teto. São elas, de acordo com Lopes (2011): (i) engajamento técnico-profissional sustentado por atividade paralela, como nas universidades; (ii) vínculo autônomo de caráter laboral, como nos sindicatos e conselhos de classe; (iii) administração e setor público, com comprometimentos políticos e aproximação mais burocrática da população; (iv) assessorias técnicas e organizações sem fins lucrativos. Adiciona-se ainda, (v) as gerenciadoras. De acordo com Pulhez (2014), muitos dos profissionais vão trabalhar nas gerenciadoras com o desejo de atuar com as questões habitacionais³¹.

No entanto, o campo da habitação social é um território de contradições, podendo ter propósitos transformadores ou avessos às questões políticas. Além disso, as instituições nas quais os arquitetos trabalham apresentam constrangimentos, restrições e atravessamentos que impõem diferentes formas de exercer o ofício. Por exemplo, no escopo do gerenciamento social estão serviços como conhecer a realidade do território, dialogar com os atores locais, planejar e gerir de forma participativa e integrada, debater sobre consciência e vivência coletiva para sustentabilidade, mas também monitorar resultados e garantir qualidade. Ou seja, a atividade de gerenciar o social pode ter caráter instrumental, com objetivo de tornar a intervenção bem sucedida, cumprindo cronogramas e metas (PULHEZ, 2013; 2014).

31 A empresa é vista como dispositivo de viabilidade, pois desburocratiza e agiliza os processos. Ainda, é uma possibilidade de emprego estável, sendo as assessorias técnicas inviáveis devido ao salário e ao setor público, com poucos cargos oferecidos (PULHEZ, 2014). Nas assessorias técnicas, o trabalho é, muitas vezes, mal remunerado devido à ausência de programas habitacionais e, conseqüentemente, de recursos adequados (CARDOSO, 2021).

Nesse caso, o trabalhador social pode ser visto como gerente comunitário, que integra a esfera popular e empresarial em um campo mercadológico de administração da pobreza. A participação social pode ganhar assim, um estatuto de eficiência e controle, distanciando-se do seu propósito sócio-político que foi construído ao longo do século XX, como mostrado anteriormente. Além disso, nesse sentido, o TS é visto como uma estratégia para mediação de conflitos e resolução pacífica de problemas, em um caráter de disciplinarização dessa população (PULHEZ, 2013; 2014; RIZEK, 2011). Cabe pontuar que Rizek (2011, p. 5) usa a expressão “administração da pobreza” para designar um:

(...) modo novo de configuração da questão e da gestão da vida e da vida urbana, na perspectiva da acomodação, do apaziguamento e da pacificação, na chave de uma elisão da possibilidade do conflito e de formação de sujeitos capazes de ação política, o que despolitizaria crescentemente o horizonte e a vida na cidade (...)

É importante destacar que nesse contexto, o setor público e o setor privado estão muito imbricados. Dentro desse *modus operandi*, nas equipes de trabalho em si, é comum que trabalhadores da linha de frente sejam terceirizados, enquanto os gestores e cargos mais altos são servidores públicos. Assim, há certo conflito entre os interesses públicos e privados, devido à dificuldade de diferenciação entre suas atividades. Muitas vezes, os terceirizados ocupam espaços físicos na própria agência estatal e as funções se sobrepõem, se transformando em profissionais híbridos (SILVEIRA, 2018; PULHEZ, 2014). Essa discussão se estenderá e será melhor detalhada nos Capítulos 2 e 3 desta dissertação.

De forma geral, a implementação do TS está muito atrelada às normativas e às características estipuladas pelo programa habitacional que estiver em vigor, pois a implementação se desenvolve também baseada nesses parâmetros. Nas políticas sociais, incluindo o caso do TS, os técnicos da ponta da cadeia, ou seja, aqueles que de fato se relacionam com a população, têm um poder discricionário grande, pois precisam interpretar as regras para aplicá-las nos diferentes contextos (PETERS, 2011). O desenho da política pública já considera isso. Então, no TS, a discricionariedade permite que as ações sejam adaptadas ao território e à comunidade, de acordo com suas especificidades e demandas particulares, o que é positivo. No entanto, isso também dá margem para que as ações tenham intenções distantes do viés político, se aproximando da linha da administração da pobreza, como descrito anteriormente.

A Portaria 21 de 2014 é um marco, pois aprovou o Manual de Instruções do

trabalho social para os programas do Ministério das Cidades (2003-2019), ou seja, todas as modalidades do PMCMV. Além disso, flexibilizou a formação técnica do coordenador, passando a exigir apenas experiência em ações socioeducativas em habitação, sem qualquer especificação para o curso de graduação (PAZ, TABOADA, 2010). Posteriormente, a Portaria N° 464/2018 definiu o que era TS nesse contexto e quais seriam os requisitos para cada programa de financiamento:

O trabalho social, de que trata este normativo, compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária. Esses estudos consideram também as características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2018, p. 01).

Em contrapartida, nas normativas do PMCMV-Entidades, a Caixa trazia os seguintes apontamentos sobre definição do TS:

Valor correspondente ao custo das ações que objetivem promover o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos temas mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental, e geração de trabalho e renda. (...)

O investimento no componente deve corresponder a 1,5% do valor da operação, quando se tratar de loteamentos, e 2% para empreendimentos sob a forma de condomínios. (...)

O TS é desenvolvido em 3 etapas, conforme Manual de Instruções do trabalho social publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional: Etapa Pré-Obras, Etapa Obras e Etapa de Pós-Ocupação (CAIXA, 2019, p. 19).

No PMCMV-Entidades, as obras tinham a possibilidade de acontecer em regime de autogestão por autoconstrução, autogestão por mutirão, autogestão por administração direta ou cogestão por empreitada global da obra a ser feita por empresa construtora. De maneira geral, isso permitiu que o envolvimento das famílias fosse maior e mais autônomo devido à presença da Entidade Organizadora (D'OTTAVIANO, 2019). O PMCMV-Entidades possibilitou que 21.166 unidades habitacionais fossem contratadas no estado de São Paulo, entre 2009 e 2019, com a participação de várias assessorias técnicas e movimentos sociais³². Apesar da modalidade Entidades representar apenas 0,7% da produção do Programa como um todo, isso impulsionou o trabalho das assessorias técnicas por uma

32 Na RMSP, destacam-se as atuações da União dos Movimentos de Moradia (UMM), vinculada nacionalmente à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), da Frente de Luta por Moradia (FLM), da Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 e, conseqüentemente, das assessorias que os atendem (D'OTTAVIANO, 2021a).

década, com diversidade de projetos construídos (D'OTTAVIANO, 2021a). O programa foi oficialmente encerrado em 2020 pelo Governo Federal, na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), sob circunstâncias que serão melhor explicadas a seguir.

Como o PMCMV era a única possibilidade de aporte governamental para o TS em provisão habitacional, suas regras foram determinantes para a concepção e execução do trabalho social na última década. Seguindo as normativas, desenvolveu-se como metodologia que o TS deveria, na medida do possível, ocorrer em quatro marcos temporais: pré-contratação (da apresentação de propostas/projeto habitacional até a assinatura do instrumento de financiamento); pré-obras (da liberação dos recursos financeiros até o início da obra); obras (do início das obras até a mudança das famílias para os apartamentos); pós-ocupação (a partir da entrega das chaves por um período de três a doze meses). No primeiro momento, a intenção era consolidar informações e ações preparatórias para o programa, ou seja, previa-se um trabalho de reconhecimento e construção de dados de diagnóstico dos territórios, além de definição de demandas. No segundo momento, o objetivo maior era fazer com que as famílias se apropriassem da proposta técnica de intervenção (ou seja, do projeto arquitetônico e das disciplinas complementares) e debatessem as questões relativas à sua execução (ARREGUI et al, 2017).

Já no terceiro momento (durante as obras), o foco era garantir a participação dos moradores e a consolidação de espaços onde a população pudesse se informar, manifestar e deliberar coletivamente sobre o processo. Em alguns casos, são formadas comissões administrativas e orçamentárias para a tomada de decisões ao longo da obra³³. Por fim, no momento pós-ocupação, a preocupação principal era assegurar as conquistas advindas da nova inserção urbana, incluindo a segurança da posse, a ressignificação da participação social para um contexto mais amplo e um novo olhar sobre a cidade e o morar (ARREGUI et al, 2017). Em cada uma dessas etapas, os objetivos das atividades do TS variam, de forma complementar, mas também dependem das possibilidades e recursos disponíveis para cada caso (PAZ et al, 2015). Detalhes sobre o funcionamento dessa dinâmica serão trazidos no capítulo 2 desta dissertação.

Considerando o enorme contingente produtivo do programa a nível nacional³⁴, o orçamento estipulado para financiar o TS (de 1,5% a 2% do valor do empreendimento)³⁵,

33 Algumas dessas comissões são exigências dos próprios programas habitacionais ou de financiamento, como é o caso da Comissão de Representantes (CRE) e da Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) no PMCMV-Entidades.

34 De acordo com D'Ottaviano (2021a), o PMCMV contratou 1.910.555 unidades habitacionais no país para a Faixa 1.

35 Os programas habitacionais calculam o orçamento do empreendimento baseado no número de apartamentos ou casas.

se tornou alvo de disputas. Criou-se um mercado em torno dessa prática, agravando o cenário de terceirização em curso. De acordo com Diniz e Paz (2020, p. 42), nesse contexto “há um redirecionamento do trabalho social para favorecer a sustentabilidade dos empreendimentos, perdendo sua dimensão de processo, reduzindo-o a um produto que deve responder às exigências do mercado”.

Ademais, conforme mostram as análises consolidadas de D’Ottaviano (2021a) e Castro (2018), o programa, de maneira geral, reproduziu padrões excludentes em sua produção. Cabe aqui pensar como isso interfere na prática do TS, em relação à sua capacidade reflexiva e problematizadora, principalmente. Por exemplo, o programa focou em provisão habitacional, mingando as outras possibilidades de atendimento na política habitacional (locação social, urbanização, melhoria habitacional, entre outras). Como afirmam alguns autores (CASTRO, 2018; PAZ et al, 2015), isso inclui a disseminação do sonho individual da casa própria enquanto propriedade privada, reforçando a lógica capitalista neoliberal. Uma vez que o trabalho social acontece dentro desse contexto e formato, em que cada família terá acesso a um apartamento subsidiado ao final do processo, está posta a dimensão dialética entre o objetivo individual e o debate coletivo. Como refletir sobre a produção injusta do espaço urbano e seus efeitos espoliativos na vida cotidiana dentro de um programa que reproduz essa lógica?

Outro ponto relevante é que a forma condomínio, largamente difundida pelo programa, reproduz uma visão de cidade da classe média, baseada em espaços comuns delimitados por muros e grades, com regras de convivência que, quando não cumpridas, levam a multas em dinheiro. Isso reflete uma forma de morar e de se relacionar socialmente que não é diversa e nem condiz com as camadas populares³⁶. A localização periférica desses conjuntos também reforça a ideia de que essa população deve estar excluída espacialmente, distante do centro, da infraestrutura e das áreas valorizadas. Assim, até que ponto a equipe social consegue dialogar e debater sobre esses padrões? Há tempo, abertura, espaço para questionar algo que, como regra do programa, será implementado?

Existe um valor máximo pago pelo Estado para a produção de cada unidade habitacional e o valor total do empreendimento é a multiplicação desse valor total vezes o número de unidades. No PMCMV-Entidades o valor para a construção de cada unidade variou entre R \$76.000,00 e R \$130.000,00, ao longo da duração do programa. Além disso, poderia haver contrapartida dos estados, municípios e famílias participantes, para complementar a verba necessária (D’Ottaviano, 2021c).

³⁶ Normalmente, famílias com maior renda têm seus vínculos formados e reforçados com e pelo capital. Ou seja, conseguem comprar ou contratar todas as suas necessidades básicas e desejos em troca de dinheiro. Quando se entra no universo das famílias de baixa renda, o vínculo que sobressai é o afetivo, porque é preciso uma rede de suporte para suprir necessidades básicas, com trocas de favores e ajuda mútua (LACERDA et al, 2020).

Da mesma forma que o PMCMV foi criticado por priorizar o setor privado da construção civil,³⁷ isso acontece no TS. Pelas normativas e exigências do programa, o foco das ações do trabalho devem ser a sustentabilidade do empreendimento e a adequação da forma de vida das famílias ao novo local. Ou seja, a questão principal não é o protagonismo da população, organização cidadã ou acesso aos direitos sociais, mas sim que o investimento público seja bem sucedido - o que inclui que o patrimônio não seja degradado, que não haja conflitos entre as famílias e que elas consigam se manter no local, financeiramente. No entanto, isso depende de uma série de questões transversais ao trabalho social, que deveriam ser asseguradas por políticas sociais integradas, de assistência social, saúde, educação, segurança trabalhista, etc. Colocar esses temas a serem debatidos pelo trabalho social de forma obrigatória e superficial não resolve os problemas, apenas condiciona aquela população a seguir as regras estabelecidas, em um processo de disciplinarização, reforçando a ideia trazida sobre administração da pobreza. Isso, além de despolitizar o grupo, coloca a culpa dos problemas urbanos enfrentados na própria família, pois, em teoria, ela já foi devidamente atendida pelo Estado (RIZEK, 2011). Ou seja, a ideologia trazida pelo BID, desde os anos 1990, de apagamento das razões estruturais para a desigualdade, pontuada por Fontes (2010, 2017), se mantém.

Além disso, esses temas obrigatórios pré-estabelecidos não dão ênfase às questões e demandas específicas de cada grupo. Como dito, a fase inicial do TS envolve um diagnóstico para perceber as necessidades existentes, possíveis conflitos, pontos sensíveis e, assim, planejar as ações.

A natureza do TS é essencialmente relacional e processual. Trabalhar com a população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios; as disputas e os conflitos e intervir respeitando as características socioculturais (PAZ et al, 2015, p. 283).

No entanto, as normativas do PMCMV não priorizavam que isso acontecesse,

37 De acordo com Rufino (2015, p. 57): "O reforço de uma lógica financeira está pautado em grande medida pelo papel das empresas de construção no Programa, que passam a atuar como proponentes de empreendimentos junto à Caixa, seguindo as normas e condições mínimas estabelecidas. Dentro dessa racionalidade, conduzida pelas empresas, a escolha dos terrenos e as características dos projetos são condições essenciais para 'viabilizar' os empreendimentos. A seleção de terrenos mais baratos, a ampliação da escala e padronização dos projetos tornam-se assim estratégias financeiras essenciais no desenvolvimento do PMCMV. Essas estratégias são ainda mais evidentes nas grandes empresas." Ainda, complementa: "A produção do Programa Minha Casa Minha Vida para a Faixa 1 tem como características mais significativas a ampla padronização dos projetos e o grande porte dos empreendimentos, de maneira praticamente independente das diferentes realidades locais. De modo geral, técnicas construtivas, arranjos espaciais e programas das unidades, desempenho e conforto ambientais e padrão de implantação não correspondem às diversidades urbanas, bioclimáticas, sociais, culturais, tecnológicas das regiões, municípios ou dos bairros" (RUFINO, 2015, p. 62). Essas características marcam a forte presença do setor privado na provisão habitacional.

ao não fornecer recursos antes da contratação. Dessa forma, nos TS com equipes mais qualificadas e capacitadas, isso poderia ser atendido de forma complementar, para além do mínimo exigido. Mas em um contexto mercadológico de maior rendimento e eficiência, muitas vezes apenas o padrão mínimo é cumprido, deixando os temas aquém de todo o potencial sócio-político do processo. Isso pode ser ilustrado visualmente com a própria produção física do PMCMV, que copiou prédios iguais em condomínios espalhados em terrenos periféricos em diversas áreas do país, sem se atentar às realidades culturais e regionais. Essa produção massiva, padronizada e escalonada perde a sensibilidade e a proximidade com a riqueza da realidade local (SANTO AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015).

Nesse esboço de aproximações, há uma diferença que merece ser mencionada. As avaliações dos impactos físicos do programa são visíveis e mensuráveis de forma espacial, o que nem sempre é possível com o trabalho social. Justamente por ter um caráter processual e depender do percurso do grupo sobre diversas questões, os produtos do trabalho social devem ser analisados de uma maneira mais complexa e completa, que exigiria participação e aproximação com a realidade local e com as famílias. Como medir o quanto uma família se sentiu pertencente a um novo bairro, o quanto uma mulher preta chefe de família conseguiu assimilar seus direitos sociais, o quanto uma pessoa com baixa renda compreendeu que seus problemas não são pessoais e sim estruturais, ou o quanto aquele grupo aprendeu a resolver problemas cotidianos de forma coletiva? Esse tipo de efeito ou desdobramento do trabalho social tem uma grande complexidade e por isso não cabe dentro de uma análise engessada de procedimentos padrões elaborados por uma instituição financeira responsável pela operação do programa habitacional.

Desde o golpe parlamentar de 2016, que culminou com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, deu-se início a um estado de desconstrução e desmonte das políticas sociais, que impactam as práticas atuais dos arquitetos populares. A virada conservadora nos governos eleitos e a inflexão ultraliberal possibilitam a sucessiva destruição das políticas progressistas que haviam sido implementadas durante o ciclo lulista citado anteriormente. Um exemplo disso é a extinção do Ministério das Cidades, em janeiro de 2019. Em 2020, ocorreu também a aprovação da extinção da CDHU, que apresentou forte influência nos programas habitacionais durante a década de 1990 e começo dos anos 2000, mas que já se encontrava esvaziada de corpo técnico desde 2014. Isso mostra a precarização e sucateamento das agências estatais de habitação. Mesmo nas gerenciadoras não há grandes equipes como antigamente, pois são montadas equipes subcontratadas para projetos específicos, por duração limitada de tempo, explicitando

também uma precarização da profissão dos arquitetos e urbanistas (PULHEZ, 2014).

Dentro desse quadro de desmonte, a ausência de recursos estatais tornou inviável a implementação da Lei 11.888/2008, de Assistência Técnica para HIS. Segundo Cardoso e Lopes (2019), para a efetivação da lei, seria necessário articular os três níveis de governo para aportes financeiros, além de capacitar mais profissionais para essa área. Para Magami e Santo Amore (2021), também é preciso que a sociedade reconheça a assistência técnica como um direito humano, uma vez que possibilita o acesso a uma moradia adequada. Ou seja, a falta de financiamento público para a habitação inviabiliza boa parte das opções de mercado de trabalho para atuação dos arquitetos populares. Maricato (em palestra, 2019) reforça essa ideia:

(...) Como nós vamos reagir? Primeiro, temos que olhar para a cidade que existe. Como é que eu vou atuar na cidade se eu não considerar que o arquiteto, o engenheiro, a assistente social vão ter que atuar no espaço construído, no espaço edificado, onde as pessoas tão morando e isso é impossível sem interação social. É disso que a lei fala. A 11.888. (...) Olha o tamanho da tarefa de ATHIS. (...) É na interação com o povo. Vocês não concordam? E isso é ATHIS. Sem o engajamento não dá pra fazer. (...) Então você tem: vamos consertar tudo que tá aí e vamos fazer novas moradias. São dois eixos muito evidentes. (...) É a realidade que tá pedindo, gente. (...) Então, eu acho que tá na hora da gente fazer aquilo que a gente fez na Constituição Federal. Reafirmar o poder local. Nós não vamos redemocratizar esse país sem o poder local, sem passar pela democratização das cidades. (...) A centralização dos recursos públicos no governo federal não favorece a participação social, tem que capilarizar. (...) Não há como interferir, reformar, melhorar esses ambientes construídos sem leis e sem conhecimento técnico, sem entrar em contato com a realidade urbana, portanto com seus moradores. É disso que trata a lei [Lei 11.888/2008]. Consertar o que existe é fundamental. Construir novas moradias é fundamental. Mas temos que repensar essa institucionalidade. (...) É muito difícil fazer isso? (MARICATO, em palestra, 2019)³⁸.

Ademais, no final de 2017, foi aprovada a reforma trabalhista. Essa reforma favoreceu contratos informais, ocupações e atividades profissionais por conta própria, à margem da regulação (POCHMANN, 2019). A partir daí, o trabalhador foi colocado como alguém que pode, individualmente, negociar suas condições de trabalho com o empregador em posição de igualdade. Também se legalizou o trabalho intermitente (formalização do bico) e a terceirização em qualquer circunstância, o que trouxe a precarização como regra. Desde 2016, há recordes de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, causando instabilidade e falta de perspectivas de futuro digno (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019). Isso impacta diretamente a vida da família de baixa renda, ao reduzir os salários, as horas de descanso, a segurança de um emprego fixo e, conseqüentemente, abalando sua qualidade de vida. Isso traz novas questões a serem enfrentadas e discutidas no

38 Palestra de abertura de Ermínia Maricato, no Seminário Nacional de ATHIS, promovido pelo CAU-RJ, em novembro de 2019.

cotidiano do trabalho social, relacionadas à renda e às relações trabalhistas, mas também à disposição e disponibilidade das famílias para uma participação ativa nas atividades propostas. Ainda, a reforma trabalhista dificultou as possibilidades de contratação dos próprios arquitetos e outros profissionais militantes.

Essas transformações de ordens econômica, política, social e cultural na sociedade brasileira, ocorridas ao longo dos anos 1980 e 1990, impuseram uma agenda neoliberal que adentrou o século XXI e influenciou sobremaneira a atuação reducionista do Estado no qual cada vez mais esse tem se tornado “máximo” para o capital e o “mínimo” para o trabalho e para a classe trabalhadora (...) (SANTOS, 2021, p. 23).

Na contramão, em 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) aprovou uma diretriz que determina a destinação de 2% do orçamento do conselho de cada região para o apoio de programas de ATHIS. Dessa maneira, o conselho desempenhou importante papel na construção dessa prática, divulgando o tema, fomentando debates, financiando cursos de formação e editais que viabilizaram alguns projetos. O problema é que isso também cria um mercado, uma oportunidade de trabalho para o arquiteto urbanista, independente de seus ideais políticos. Questões locais, como operacionalização e atendimento de normas, viraram centrais e houve afastamento das questões estruturais, que discutiam e atacavam o cerne das desigualdades sociais - o que deveria ser o foco da ação. Aqui entra o aspecto elitista da arquitetura, com uma atuação tradicional e impositiva, onde os saberes técnicos são colocados como superiores aos saberes populares (CARDOSO e LOPES, 2019).

Para Santo Amore (2016, p. 16), “é preciso, enfim, construir e disputar o trabalho voltado a esse público [população de baixa renda], não apenas como um ‘mercado viável’, mas como parte estruturante da formação e atuação profissional”. Por isso é preciso valorizar as atividades de extensão e escritórios modelos das universidades, que aproximam os estudantes dos problemas sociais e provocam uma formação crítica sobre o papel do projeto técnico e dos próprios arquitetos (CARDOSO e LOPES, 2019), como visto nos anos 1980 e 1990. De acordo com D’Ottaviano (2019), as atividades de extensão universitária comprometida socialmente têm a função de provocar troca, em uma relação dialógica entre alunos e população, extrapolando os limites da educação formal da universidade e se fazendo presente no território. Isso reforça a importância da presença dos arquitetos populares em espaços formativos, para multiplicar essa forma de atuação. Dessa forma, a prática se torna um instrumento pedagógico, político e social (MASSIMETTI et al, 2020).

A multiplicação de ações de assessoria técnica em relação direta com os moradores, encontrando saídas que ainda não foram imaginadas e respondendo objetivamente à diversidade de problemas, é o que permitirá que o direito à moradia possa ser reconhecido por seu caráter público, mesmo quando se trata de condições mais elementares de proteção dos corpos de pessoas para quem as noções de cidadania, humanidade e autonomia na construção do seu próprio destino são conceitos abstratos. Porque existir não é uma tarefa banal (Magami e Santo Amore, 2021).

Desde 2018, com a eleição presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022), o PMCMV não contratou novos empreendimentos e foi oficialmente encerrado em 2020, juntamente com todas as modalidades do programa (D'OTTAVIANO, 2021a). Apesar dos problemas e críticas consolidadas a respeito de sua implementação e do TS, o fechamento do programa deixou um vazio de incertezas e de falta de possibilidades. Em 2020, foi lançado o Programa Casa Verde e Amarela³⁹, que é um programa federal de financiamento para aquisição da casa própria, sem possibilidade de subsídios para as famílias de baixíssima renda. Isso demonstra desvinculação com as demandas populares, pois não foram previstas modalidades autogestionárias, como era o PMCMV-Entidades (D'OTTAVIANO, 2021a), tampouco o TS é mencionado. Nas modalidades de regularização fundiária e melhorias habitacionais, embora o termo trabalho social não apareça, há menções à presença do técnico social (item 6.4 do Memorial de Instruções do Programa Casa Verde e Amarela) para “realizar ações com as famílias residentes no núcleo urbano informal, por meio de técnico(s) social(ais), de forma a propiciar a sensibilização, mobilização, informação e envolvimento destas no processo de regularização fundiária e melhoria habitacional;” (BRASIL, 2021, p. 5). Vale pontuar que garantir a presença do técnico social é função da empresa privada, que é o único agente promotor do programa.

A nível municipal, o Programa Pode Entrar⁴⁰, aprovado em julho de 2021, é fruto da luta dos movimentos sociais por um programa do poder local, resgatando o papel da prefeitura. O programa é coordenado pela COHAB-SP e conta com recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação, além de aceitar outras fontes do orçamento municipal ou repasses de outros entes federativos, para atender famílias de 0 a 6 salários mínimos. O programa inclui algumas modalidades de provisão habitacional, contando com locação social e melhorias habitacionais. Os empreendimentos de provisão habitacional podem ser produzidos com regime de execução por empreitada, cogestão ou autogestão. Muito similar ao PMCMV, há também a modalidade Entidades, em que o trabalho social está

39 Para mais informações, ver <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela>.

40 Para mais informações, ver <https://podeentrar.cohab.sp.gov.br/programa-pode-entrar> e https://cohab.sp.gov.br/Editais/docs/EDITAL_VF.pdf.

previsto, com recursos disponíveis e um manual de instruções próprio para orientação das equipes. No entanto, cabe pontuar que até dezembro de 2022, as contratações do programa ainda estavam muito incipientes e incertas. Ou seja, o ano de 2022 é marcado, tanto em São Paulo quanto no país, pela ausência de políticas habitacionais com opções de subsídio para as populações mais pobres. Isso é considerado um grande retrocesso, visto que o TS é uma exigência de programas habitacionais desde os anos 1970 e recebe financiamento público desde os anos 2000.

Outrossim, durante a pandemia da Covid-19, a desigualdade social no país aumentou ainda mais. Entre 2019 e 2020, para os 40% mais pobres das regiões metropolitanas brasileiras, o rendimento médio do trabalho teve queda de 34,2%. Com isso, os mais ricos passaram a ganhar 39 vezes mais que os mais pobres (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2021). Agudizando essa situação, ainda ocorrem remoções de famílias em assentamentos precários e pedidos de reintegração de posse em ocupações. A crise gerada pela pandemia ocasionou que o TS em habitação estivesse mais relacionado a medidas assistencialistas para ajudar as famílias mais vulneráveis a sobreviver, a nível de emergência, do que com estratégias mais elaboradas de luta política por direitos.⁴¹ Somado a isso, o distanciamento social, imposto para prevenção contra o aumento do número de infectados, impossibilitou insurgências coletivas e enfraqueceu a mobilização dos grupos e movimentos reivindicativos, ao longo de 2020 e 2021.

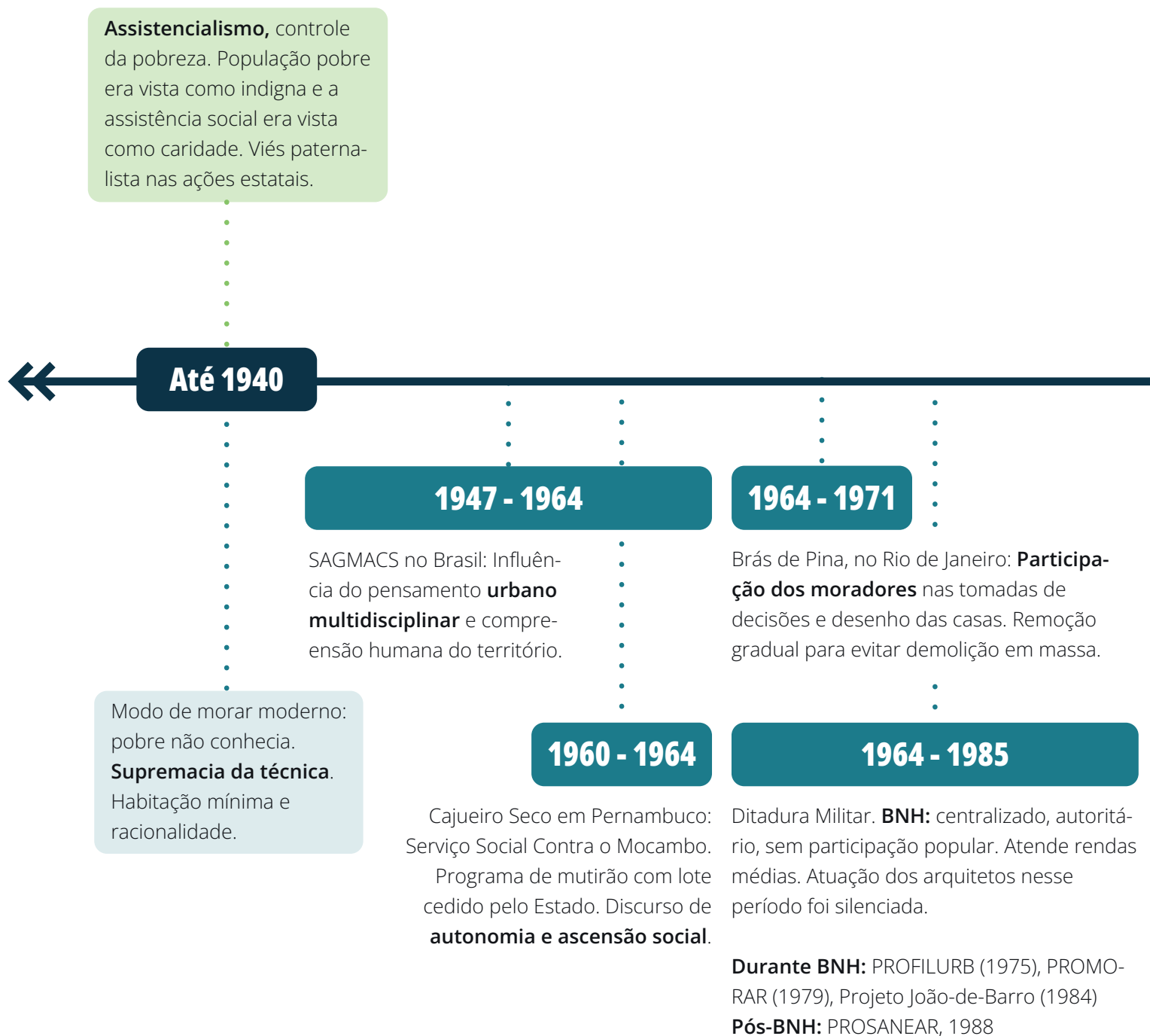
As diferentes exigências de cada um dos programas, instituições e contextos sócio-políticos mudam as oportunidades e constrangimentos para o desenvolvimento do TS. O TS se configura como espaço de disputa, não apenas entre os diversos agentes implementadores, mas entre os interesses e intenções trazidos para essa prática. Nesse sentido, é importante compreender como o TS se encontra no cenário atual e quais são os desafios para que esse trabalho se fortaleça enquanto ação transformadora, na perspectiva de resistência à reprodução das desigualdades. A Imagem 4, das páginas seguintes, é uma linha do tempo síntese da recapitulação histórica elaborada neste capítulo, unindo os acontecimentos das políticas públicas habitacionais, do campo do TS em habitação e da atuação dos arquitetos e urbanistas populares.

A luz dos elementos trazidos, pode-se perceber que a prática de TS em provisão habitacional nos últimos anos se deu, principalmente, em dois contextos muito distintos,

41 Esse tema foi discutido na Live do BRCidades com o Fórum de trabalho social de São Paulo, que aconteceu dia 07 de julho de 2020.

porém igualmente relevantes. Primeiramente, com as assessorias técnicas e movimentos populares, ligados à autogestão possibilitada pelo PMCMV-Entidades e com forte influência da atuação militante originária dos anos 1980. Em paralelo, na atuação via setor público e as empresas privadas terceirizadas, nas quais as características do setor privado e do funcionamento estatal interferem em grande medida. Como o objeto desta dissertação é a atuação profissional dos arquitetos e urbanistas frente às equipes interdisciplinares que executam o trabalho social em habitação, entendeu-se que essas duas conjunturas deveriam ser analisadas com maior profundidade. Dessa forma, o Capítulo 2 trata dos dois eixos: (i) assessorias técnicas em parceria com movimentos sociais e (ii) o setor público em parceria com as gerenciadoras por ele contratadas.

Imagem 4: Linha do tempo com marcos e momentos importantes na atuação do arquiteto popular, trabalho social e políticas habitacionais.



1º Encontro Inocoops: **estrutura ação do TS**. Centralidade na participação e organização coletiva dos mutuários e na discussão dos direitos e deveres do cidadão.

1972

TS aliado com as **organizações e lutas populares**. Autogestão entra em pauta. Os agentes financeiros internacionais passam a considerar que o TS garantiria o sucesso das intervenções.

Movimento de Reconceitualização dos profissionais do Serviço Social: questionava práticas assistencialistas em defesa de posições mais desenvolvimentistas, como a promoção social pautada na **intersectorialidade**.

TS passa a ser uma **exigência** em alguns programas do BNH, embora a atuação estivesse atrelada ao controle da demanda e inadimplência. Assistentes sociais começaram a se unir aos grupos atendidos para formar uma resistência contra as remoções de favelas.

1975

Déc. 1970

Estudos de cunho marxista sobre questões sociais, urbanas e habitacionais.

1976

Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), em Porto Alegre.

Déc. 1980

1983

Vila Comunitária, em São Bernardo do Campo: moradores se organizam e negociam a construção de 50 casas.

1980

Documentário do engenheiro civil Guilherme Coelho (sem nome, realizado de forma amadora) sobre a ação das **cooperativas uruguaias**. Projeto Vila Nova Cachoeirinha, na Freguesia do Ó: pioneiro em mutirão em SP.

Movimentos sociais urbanos: apoio à luta pela redemocratização do país, direito à moradia digna e à cidade. Laboratórios de alunos e professores estudam habitação no estado de SP. **Interdisciplinaridade** entra em pauta. Ocupações e novos tipos de ações coletivas de reivindicação por efetivação do direito à moradia.

Constituição Federal: a assistência social entra para a agenda nacional como um **direito da população** e um dever estatal, assim como a moradia digna e outros direitos sociais.

TS incluído nos **custos federais** do empreendimento, mas também são estipulados eixos de trabalho e padrões mínimos.

1988

Gestão de Luiza Erundina, assistente social, na Prefeitura de SP. Foco em cooperativas, autogestão, programa de **mutirão** e parceria com os movimentos sociais. Gestão participativa.

1999

TS se torna **contrapartida de municípios e estados** (sem financiamento federal).

Após o fim do BNH, a Caixa tornou-se responsável por dar continuidade aos projetos de HIS em andamento. Consolidam-se ideias neoliberais no Brasil, **eficiência e produtividade** na gestão pública. Nas prefeituras, terceirização ganha força.

1989 - 1993

Déc. 1990

1994

1987

SASP promoveu o Primeiro Encontro das Assessorias Técnicas. Na gestão do prefeito de SP Jânio Quadros (1986-1989), o programa de habitação popular foi transferido para a **secretaria de habitação**.

Assessorias Técnicas paulistas são oficialmente formadas: Usina (1990), Ambiente 1992), Peabiru (1993) e Integra (1999), com equipes multidisciplinares.

Gestão de Luiza Erundina: Quadro técnico de arquitetos-militantes-professores-assessores. Atrelada à **militância política**.

Programa Habitar Brasil/Banco Interamericano de Desenvolvimento (HBB).

Portaria 21: flexibiliza a formação técnica do coordenador do TS.

2014

PMCMV fase 2: TS passa para responsabilidade das prefeituras: aumento da **terceirização**.

2011

PMCMV: TS **exigência para execução**, mas foco na sustentabilidade do empreendimento. Na Sehab-PMSP, são criadas as coordenadorias regionais.

TS como direito do cidadão.

Déc. 2000

Escopo das empresas gerenciadoras aumenta gradativamente, ampliando para o gerenciamento social.

2004

2003

Criação do Ministério das Cidades.

2007

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

2009

2010

Início das obras Conjunto Ponte dos Remédios.

2008

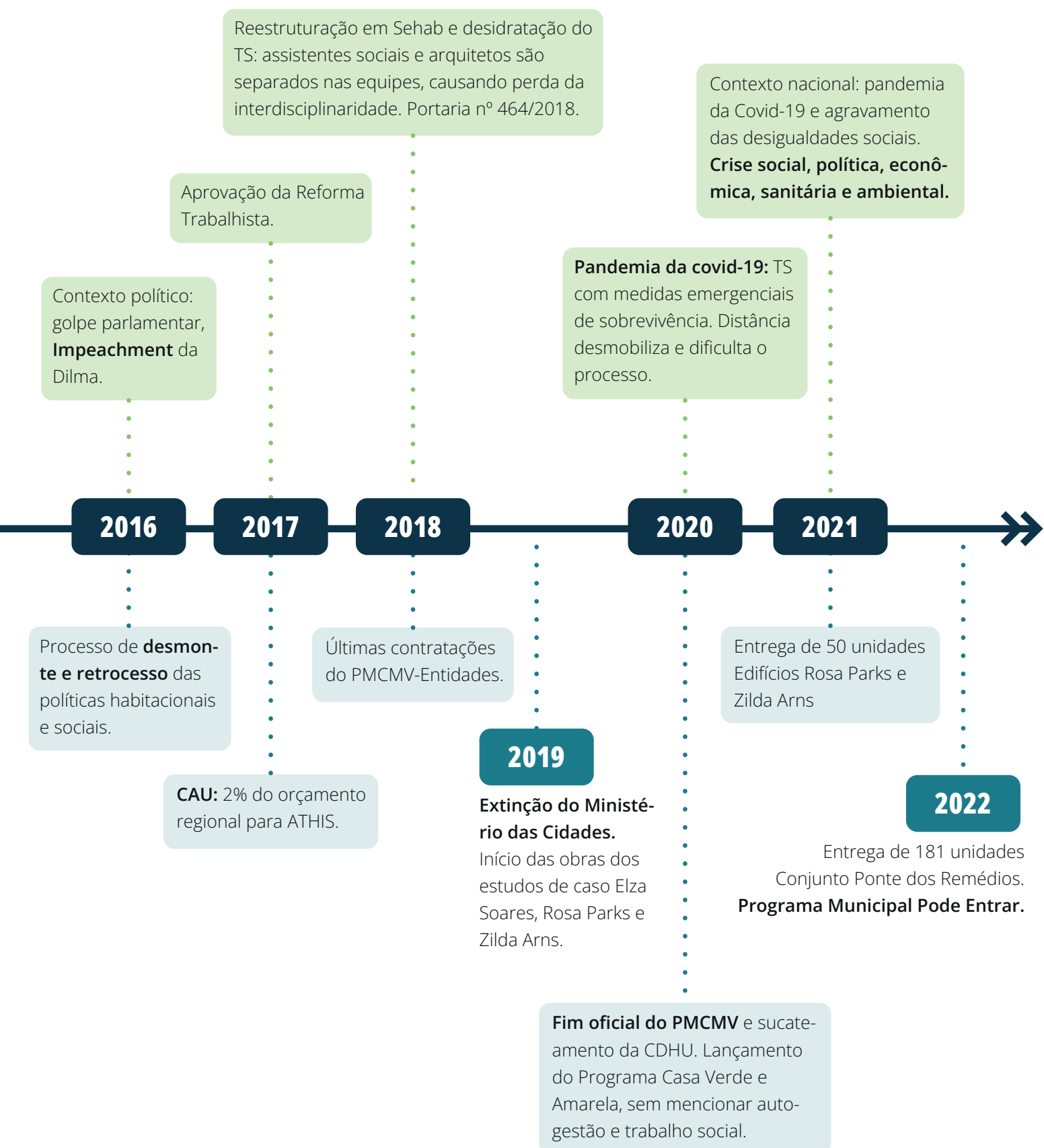
Lei Federal 11888/2008: **Assessoria Técnica como direito do cidadão.**

PMCMV: solução única para o problema da habitação, unidades isoladas em condomínio, sob a **protagonismo do setor privado**. PMCMV-Entidades: conquista dos movimentos de moradia.

Plano Nacional de Habitação (PNH) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

recorte temporal







Capítulo 02

**São Paulo entre 2018
e 2022: a prática em
Assessoria Técnica
com Movimentos de
moradia e na Sehab com
gerenciadoras**

“Mas Adelcke, eu não quero saber das fundações, eu quero ver as paredes, a primeira parede subindo, pelo menos um bloco, dois blocos, porque esse negócio de ficar vendo fundação não tem sentido, só pra vocês que estudaram...” e ele ria. Até que um dia, pra minha surpresa, em 2019, já no mês de julho ele falou: “Eliana, eu tenho uma surpresa pra mostrar pra você”. Aí a gente chegou na obra e ele mostrou os primeiros blocos sendo levantados. Nossa, a minha reação foi assim, eu chorei, gritei, falei: “Nossa, eu não acredito, a gente esperou tanto por esse dia e agora a gente tá aqui, vendo isso”, tanto que na mesma semana eu peguei as meninas e falei: “Vamo lá também que já colocaram os primeiros tijolos”, porque na nossa cabeça, enquanto não tem os primeiros tijolos, a construção está parada (Eliana dos Santos, em entrevista, 2021).

Após levantar as questões envolvidas no trabalho social em habitação nos anos 2000, para aprofundar o debate cabe investigar mais detalhadamente como acontece a prática dos profissionais da arquitetura e urbanismo. O que é o trabalho social em habitação no cotidiano, no território, para os técnicos que estão de fato executando? No que difere o trabalho social apresentado nas normativas da realidade? Nesse sentido, aproximar-se da prática tem a intenção de entender: o que é construído nesse processo; quais são os objetivos iniciais; quais são as principais demandas e dificuldades; como as equipes se dividem entre arquitetos e técnicos sociais; quais são os conflitos desse espaço interdisciplinar; quais são as metodologias e estratégias de trabalho e debate dos temas; quais são os produtos parciais e desdobramentos finais; como são feitas as tomadas de decisão do grupo; como se dá a relação dos arquitetos com a população atendida e a importância dessa relação; e, por fim, quais são os limites e principais contribuições dos arquitetos nessas equipes. A aproximação com a dinâmica do processo do TS foi fundamental para o aprofundamento e compreensão das discussões propostas por esta dissertação.

Para obter as respostas, foram utilizados procedimentos metodológicos que deram suporte para uma análise qualitativa das dimensões estudadas do TS. Os principais métodos e técnicas para coleta desses dados foram estudo de caso (com observação participante) e entrevistas semiestruturadas. Aqui, entende-se que a observação participante se dá por meio da inserção ativa em determinada situação, conhecendo suas circunstâncias a partir de seu interior (GIL, 1999). Essa foi a técnica para acompanhar as atividades de alguns trabalhos sociais, com o objetivo de apreender sua dinâmica mais detalhadamente. Isso permitiu a aproximação do universo social dos futuros moradores e dos técnicos

envolvidos, absorvendo as circunstâncias e perspectivas desses sujeitos. Isso gerou um caderno de campo, com os registros de todas as atividades acompanhadas, sendo virtuais ou presenciais. Além disso, as entrevistas realizadas foram semiestruturadas, apresentando questões-chave pensadas a partir do estudo teórico feito previamente (LOPES, 2011, 2021; MARIN, 2012; PULHEZ, 2007, 2014; SANTO AMORE, 2004, 2016, 2021; SANTOS, 2016; SILVEIRA, 2018), com diálogos livres, para que os entrevistados pudessem demonstrar suas reflexões e percepções próprias sobre os temas.

Como dito, o campo estudado se divide em dois principais arranjos. Para se aproximar das questões do contexto (i), das assessorias técnicas com os movimentos sociais, foram escolhidos dois estudos de caso: o Residencial Elza Soares e os Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, ambos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades. A lista completa de todas as atividades acompanhadas ao longo de 2020, 2021 e 2022 pode ser vista nos quadros 1, 2 e 3. Para complementar, foram feitas entrevistas semiestruturadas, com arquitetas e urbanistas, lideranças de movimentos e moradoras dos empreendimentos. Referente ao eixo (ii), para entendimento das práticas de TS elaboradas pelo setor público e gerenciadoras, foi escolhido focar na Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab), que é responsável por planejar, coordenar e operacionalizar o trabalho social nas ações e programas do município de São Paulo⁴². A secretaria trabalha com duas gerenciadoras sociais, que se dividem por regiões geográficas da cidade. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com profissionais da área e, a partir desse contato, foi possível se aproximar do Conjunto Ponte dos Remédios, apreendendo assim, o trabalho social desenvolvido por Sehab e gerenciadora, sob a perspectiva dos participantes desta pesquisa. Os três empreendimentos serão apresentados nas fichas a seguir e ao longo do Capítulo 2. O quadro 4 mostra os detalhes e o perfil de todos os entrevistados ao longo do processo.

Cabe pontuar que a maioria dos integrantes das equipes sociais são mulheres, sendo profissionais da arquitetura e urbanismo ou técnicas sociais. Por exemplo, dentre as equipes dos três empreendimentos analisados, somados, são 3 homens (um sociólogo e dois arquitetos e/ou urbanistas) e 11 mulheres (cinco assistentes sociais, quatro arquitetas e urbanistas, uma socióloga e uma pedagoga).

42 Além disso, as principais referências bibliográficas sobre o tema (SILVEIRA, 2018; PULHEZ, 2014) tratavam sobre o TS na CDHU, mas o órgão encontra-se sucateado, principalmente desde 2020, quando sua extinção foi autorizada pelo Governador João Dória (2019-2022).

Residencial Elza Soares



Foto: Letícia Dupont, 2022.

Movimento social/Entidade: Associação Amigos do Jardim Ipanema e Frente de Luta por moradia (FLM)

Nº de famílias: 176

Endereço: Rua das Palmeiras, 58 x Rua Helvétia, Santa Cecília

Assessoria Técnica: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais

Trabalho Técnico Social: Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais

Construtora: Integra Desenvolvimento Urbano

Programa Habitacional: Programa MCMV - Entidades

Forma de Construção: Autogestão

Contratação: 2018

Início da Obra: 2019

Início do Trabalho Social: 2019

Entrega das Unidades: 2022

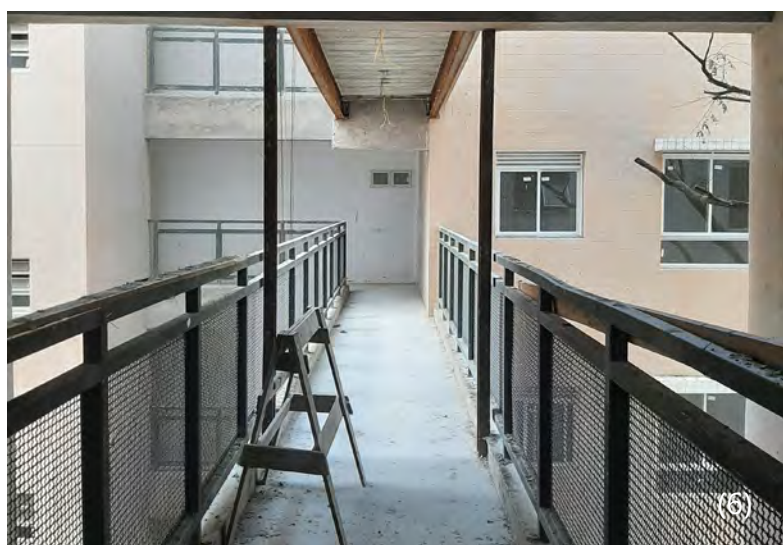
Encerramento do Trabalho Social: previsão junho 2023

Comissões do Trabalho Social: Comissão Acompanhamento de Obra (CAO), Comissão de Fiscalização e Segurança do Trabalho, Comissão de Conselho Fiscal, Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE), Comissão de Relação com o Entorno, Comissão Ocupações, Comissão Geração de Renda, Comissão Apoio ao Trabalho Social, Comissão de Pontuação, Comissão de Mediação de Conflitos e Comissão de Gestão Condominial

EQUIPE SOCIAL - ELZA SOARES

MEMBRO	INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO
1 Andrei Massa	Peabiru TCA	Cientista Social
2 Maria Rita Horigoshi	Peabiru TCA	Arquiteta e Urbanista
3 Beatriz Mendes	Peabiru TCA	Arquiteta e Urbanista
4 Ester Cruz	Peabiru TCA	Estudante Arquitetura e Urbanismo
5 Mayara Luiza	Moradora/Associação	Pedagoga







(1)



(2)



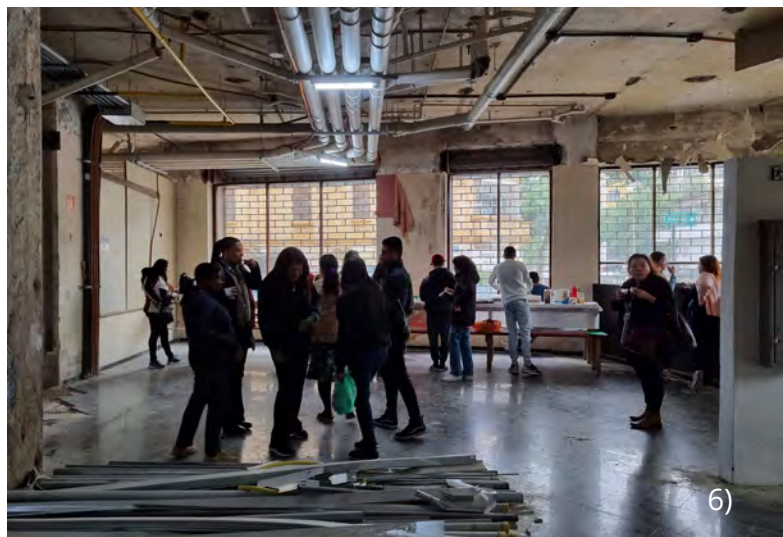


Imagem 6 (p. 70): Fotos (1), a (4): Ocupação Lord Hotel. Renata Antonialli, 2016. Fotos (5) e (6): Obra de reabilitação do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2019.

Imagem 7 (p. 71): Fotos (1), (2), (3), (4), (5) e (6): Obra de reabilitação do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021.

Imagem 8 (p. 72): Fotos (1) e (2): Assembleia da FLM em terreno ocupado na Zona Leste. Renata Antonialli, 2021.

Imagem 9 (p. 73): Foto (1): Visita obra com futuros moradores. Renata Antonialli, 2021. Foto (2): Entrevista com liderança da FLM, no terraço do Residencial Elza Soares. Renata Antonialli, 2021.

Imagem 10 (p. 74): Fotos (1), (2) e (3): Visita obra com futuros moradores. Renata Antonialli, 2021. Fotos (4) e (5): Assembleias gerais com as famílias. Renata Antonialli, 2022. Fotos (6), (7) e (8): Dia para escolha dos apartamentos. Renata Antonialli, 2022.

Quadro 1: Atividades acompanhadas no Trabalho Social do Residencial Elza Soares, em 2020, 2021 e 2022.

ELZA SOARES			
2020			
TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Assembléia geral	Informes gerais + devolutiva pesquisa sobre pandemia	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	12/07/2020
Reunião interna Peabiru	Planejamento Atividades comissões	Equipe TS Lord	03/08/2020
Assembléia comissões	Atividades comissões	Peabiru + comissão de geração de renda, relação com o entorno e ocupações	09/08/2020
Reunião interna Peabiru	Devolutiva assembleia + encaminhamentos	Equipe TS Lord	10/08/2020
Reunião interna Peabiru	Planejamento Atividades comissões	Equipe TS Lord	08/10/2020
Assembléia comissões	Atividades comissões	Peabiru + comissão de geração de renda, relação com o entorno e ocupações	11/10/2020
Assembléia geral	Retrospectiva 2020 + nome do Lord	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	13/12/2020
2021			
TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Reunião interna Peabiru	Planejamento Atividades comissões 2021	Equipe TS Lord	01/02/2021
Reunião interna Peabiru	Planejamento Atividades comissões	Equipe TS Lord	08/02/2021
Assembléia geral	Informes gerais + calendário atividades 2021	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	21/02/2021
Reunião interna Peabiru	Planejamento Atividades comissões	Equipe TS Lord	11/03/2021
Assembléia comissões	Feminismo	Peabiru + comissão de geração de renda, relação com o entorno e ocupações	14/03/2021
Reunião interna Peabiru	Devolutiva assembleia + encaminhamentos	Equipe TS Lord	15/03/2021
Assembléia geral	Informes gerais + nome do Lord	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	28/03/2021
Assembléia comissões	Atividades comissões	Peabiru + comissão de geração de renda, relação com o entorno e ocupações	11/04/2021
Reunião interna Peabiru	Devolutiva assembleia + encaminhamentos	Equipe TS Lord	12/04/2021

2021

TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Formação interna Peabiru	Discussão texto Raquel Rolnik sobre territórios negros na cidade de SP	Equipe TS Lord	13/04/2021
Reunião interna Peabiru	Apresentação sobre formação da cidade que será feita em assembleia	Equipe TS Lord	16/04/2021
Assembléia geral	Informes gerais + apresentação sobre cidade negra	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	25/04/2021
Reunião interna Peabiru	Oficina sobre Instagram	Beatriz Mendes, Amanda Limone e Renata Antonialli	14/05/2021
Reunião Comissões	Oficina sobre Instagram	Beatriz Mendes, Renata Antonialli e 03 moradoras (representantes da Comissão de Relação com Entorno)	17/05/2021
Assembleia comissões	Oficina sobre Instagram do Elza Soares	Peabiru + comissão de geração de renda e relação com o entorno	23/05/2021
Assembleia comissões	Atividades comissões	Peabiru + comissão de geração de renda e relação com o entorno	06/07/2021
Assembleia comissões	Formação das periferias	Peabiru + comissão de geração de renda e relação com o entorno	25/07/2021
Assembleia geral	Informes de obra e orçamento	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	13/06/2021
Assembleia geral	Informes gerais e relatos das atividades das comissões para todos	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	27/06/2021
Atividade presencial: Reunião comissões	Entrevista com duas moradoras que participaram da ocupação (Marcela e Laura)	Beatriz Mendes, Maria Rita, Renata Antonialli e 02 moradoras entrevistadas	24/08/2021
Reunião interna Peabiru	Atividade sobre movimento social	Equipe TS Lord	08/09/2021
Assembleia comissões	Movimentos sociais e seus integrantes	Peabiru + coordenação do movimento + Comissões Ocupações e Relação com o Entorno	12/09/2021
Reunião comissões	Entrevistas	Peabiru + Comissões Ocupações e Relação com o Entorno	21/09/2021
Atividade presencial: Reunião comissões	Entrevista com duas lideranças da FLM	Equipe TS Lord e entrevistados	21/10/2021
Atividade presencial: Visita Obra	Visita na obra com famílias	Equipe TS Lord + 15 moradores	23/10/2021
Assembleia geral	Informes gerais e processo de exclusão	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	24/10/2021
Assembleia geral	Informes gerais	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	28/11/2021

2022

TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Assembleia geral	Informes gerais	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	13/02/2022
Formação interna Peabiru	Trabalho social	Equipe TS Lord	08/03/2022
Reunião interna Peabiru	Avaliação do Trabalho social	Equipe TS Lord	09/03/2022
Reunião interna Peabiru	Debate sobre Trabalho Social na Peabiru	Equipe geral da Peabiru	09/03/2022
Assembleia geral	Informes gerais	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	10/04/2022
Assembleia geral	Informes gerais	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	15/05/2022
Assembleia geral	Informes gerais e pontuação das famílias	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	24/07/2022
Atividade presencial: Assembleia geral	Informe pontuação das famílias	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	13/08/2022
Atividade presencial: Escolha das unidades	Escolha dos apartamentos	Peabiru + coordenação do movimento + moradores	04/09/2022
Atividade presencial: Assembleia geral	Informes gerais e entrega do manual do proprietário	Peabiru + coordenação do movimento + todos os moradores	20/11/2022

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns



Rosa Parks. Foto: Integra Desenvolvimento Urbano, 2021.



Zilda Arns. Foto: Renata Antonialli, 2021.

Movimento social/Entidade: Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM)

Nº de famílias: 50

Endereço: Rua Igarapé do Frade e Igarapé do Índio, Conjunto Habitacional Santa Etelvina, Cidade Tiradentes

Assessoria Técnica: Integra Desenvolvimento Urbano

Trabalho Técnico Social: Integra Desenvolvimento Urbano

Construtora: Integra Desenvolvimento Urbano

Programa Habitacional: Programa MCMV - Entidades

Forma de Construção: Autogestão

Contratação: 2018

Início da Obra: 2019

Início do Trabalho Social: 2019

Entrega das Unidades: janeiro a abril 2021

Encerramento do Trabalho Social: agosto 2021

Comissões do Trabalho Social: Comissão Democracia Participativa, Comissão Meio Ambiente, Comissão Conhecendo o Bairro, Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE), Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO), Comissão Compras e Cotações, Comissão Comunicação, Comissão Controle de Participação, Comissão Geração de Renda

EQUIPE SOCIAL - ROSA PARKS E ZILDA ARNS

MEMBRO	INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO
1 Lúcia Ágata	Integra Desenvolvimento Urbano	Assistente Social
2 Fernanda Gimenes	Integra Desenvolvimento Urbano	Assistente Social
3 Adelcke Rossetto	Integra Desenvolvimento Urbano	Arquiteto e Urbanista
4 Estudante	Integra Desenvolvimento Urbano	Estudante Arquitetura e Urbanismo





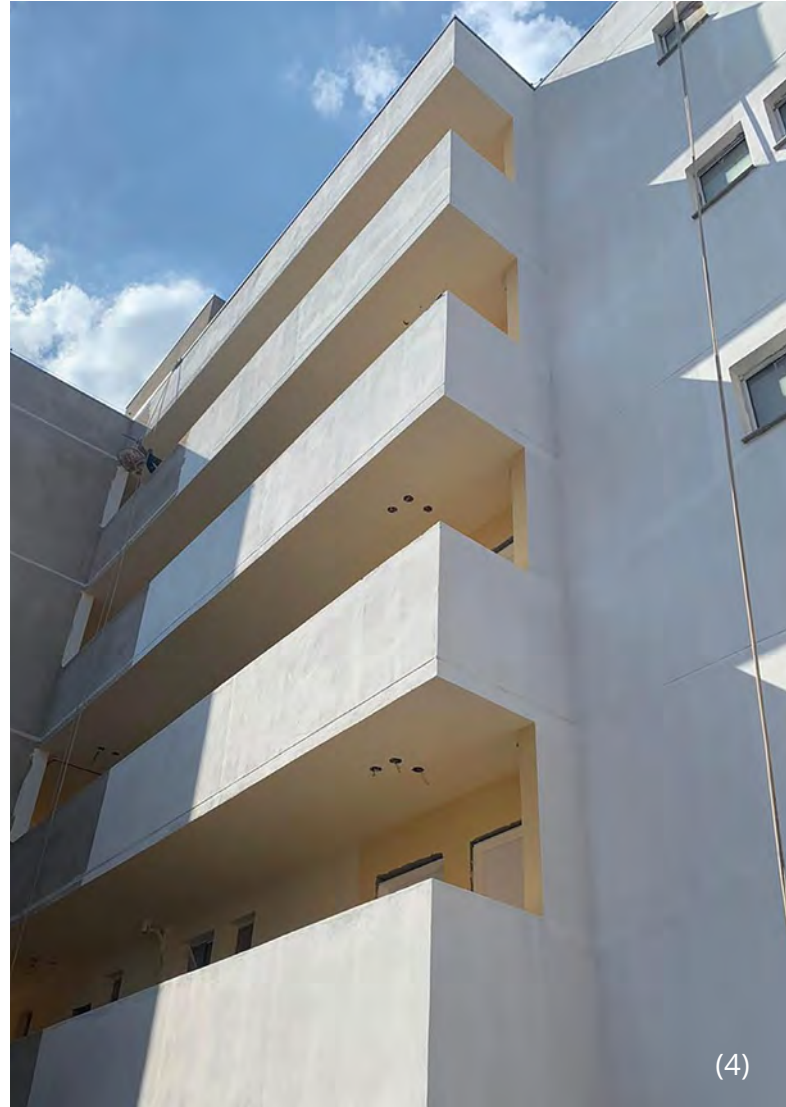


Imagem 11 (p. 79): Fotos (1) e (2): Terrenos dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, respectivamente. Integra Desenvolvimento Urbano, 2019.

Imagem 12 (p. 80): Foto (1): Assembleia geral com as famílias. Integra Desenvolvimento Urbano, 2019. Fotos (2) a (6): Dia de vistoria dos moradores. Renata Antonialli, 2021.

Imagem 13 (p. 81): Fotos (1), (3) e (5): Fotos do Edifício Zilda Arns. Renata Antonialli, 2021. Fotos (2), (4) e (6): Fotos do Edifício Rosa Parks. Renata Antonialli, 2021.

Quadro 2: Atividades acompanhadas no Trabalho Social dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, em 2020 e 2021.

ROSA PARKS E ZILDA ARNS			
2020			
TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Reunião interna Integra	Material gráfico para apresentação	Equipe social Integra + estagiário da arquitetura	28/07/2020
Reunião Comissões	Critérios para pontuação das famílias	Equipe social Integra + Comissão de Participação social	29/07/2020
Assembléia geral	Informes gerais + aprovação de critérios para pontuação das famílias	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	01/08/2020
Reunião Comissões	Prestação de contas da obra + pagamentos	Integra + coordenação do movimento + CRE	11/08/2020
Reunião interna Integra	Material gráfico para apresentação	Equipe social Integra + estagiário da arquitetura	24/08/2020
Assembléia geral	Informes gerais + planejamento TS + exclusão de família	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	04/10/2020
Reunião Comissões	Gestão condominial	Equipe social Integra + grupo interessado	21/10/2020
Reunião Comissões	Gestão condominial	Equipe social Integra + grupo interessado	28/10/2020
Reunião Comissões	Gestão condominial	Equipe social Integra + grupo interessado	04/11/2020
Reunião Comissões	Gestão condominial	Equipe social Integra + grupo interessado	18/11/2020
Reunião Comissões	Gestão condominial	Equipe social Integra + grupo interessado	04/12/2020
2021			
TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Assembléia geral	Informes gerais + vigília + pagamentos	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	10/01/2021
Reunião Comissões	Formação do corpo diretivo	Integra + corpo diretivo do Rosa Parks e Zilda Arns	29/03/2021 a 31/03/2021

ROSA PARKS

2020

TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Assembleia geral	Escolha dos apartamentos	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	06/09/2020
Assembleia geral	Regimento interno	Integra + todos os moradores	18/10/2020
Assembleia geral	Regimento interno	Integra + todos os moradores	25/10/2020
Assembleia geral	Regimento interno	Integra + todos os moradores	01/11/2020
Assembleia geral	Aprovação Regimento interno	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	08/11/2020
Assembleia geral	Escolha do nome	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	22/11/2020
Assembleia geral	Gestão condominial	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	20/12/2020

2021

TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Atividade presencial: vistoria das unidades	Vistoria nos apartamentos	Equipe de obra + moradores agendados	09/01/2021
Assembleia geral	Gestão condominial	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	17/01/2021
Assembleia geral	Instruções para mudança	Integra + todos os moradores	26/01/2021
Assembleia geral	Gestão condominial - eleição do corpo diretivo	Equipe social Integra + todos os moradores	07/02/2021
Assembleia geral	Informes gerais + pós-ocupação	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	21/02/2021
Assembleia geral	Informes gerais + pós-ocupação	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	06/03/2021
Assembleia geral	Informes gerais + pós-ocupação	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	27/03/2021
Assembleia geral	Informes gerais + pós-ocupação	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	10/04/2021
Assembleia geral	Pós ocupação: grade do térreo, antena do prédio e documentação	Integra + todos os moradores	26/06/2021

ZILDA ARNS

2020

TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Assembléia geral	Regimento interno	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	18/10/2020
Assembléia geral	Regimento interno	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	25/10/2020
Assembléia geral	Regimento interno	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	01/11/2020
Assembléia geral	Informes gerais + votação do regimento interno	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	08/11/2020
Assembléia geral	Informes gerais + vigília + escolha do nome do prédio	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	22/11/2020
Assembléia geral	Informes gerais + vigília	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	06/12/2020
Assembléia geral	Informes gerais + vigília + gestão condominial	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	20/12/2020

2021

TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Atividade presencial: vistoria das unidades	Vistoria nos apartamentos	Equipe de obra + moradores agendados	09/01/2021
Assembléia geral	Gestão condominial	Integra + todos os moradores	17/01/2021
Assembléia geral	Informe de obra + vigília	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	23/01/2021
Assembléia geral	Informes gerais + vigília	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	27/01/2021
Assembléia geral	Gestão condominial	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	07/02/2021
Assembléia geral	Gestão condominial e eleição do corpo diretivo	Integra + todos os moradores	21/02/2021
Assembléia geral	Gestão condominial	Integra + coordenação do movimento + todos os moradores	21/03/2021
Assembléia geral	Pós-ocupação: fachada, melhorias, limpeza	Integra + todos os moradores	16/05/2021
Assembléia geral	Pós ocupação: fechamento de varanda, grade térreo, troca de síndica	Integra + todos os moradores	18/07/2021
Reunião com corpo diretivo	Pós ocupação: formação do corpo diretivo, prestação de contas e famílias que ainda não mudaram	Integra + corpo diretivo	20/07/2021
Assembléia geral	Pós ocupação: fconta de água, cerca elétrica, antena coletiva e grade do térreo	Integra + todos os moradores	15/08/2021

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios



Foto: Hereñú e Ferroni Arquitetos, 2021.

Nº de famílias: 181 (Demanda da Prefeitura)

Endereço: Rua Major Paladino, s/n – Ponte dos remédios, Vila Leopoldina

Órgão Executor do Trabalho Técnico Social: Secretaria Municipal de Habitação (Sehab-DTS Centro) e Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA

Órgão Executor da Obra: Prefeitura Municipal de São Paulo

Programa Habitacional: Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

Contratação: 2010

Início da obra: 2010

Entrega das unidades: 2022

Eixos do Trabalho Social: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social; Educação Ambiental e Patrimonial; Desenvolvimento Socioeconômico; Assessoria à Gestão Condominial

EQUIPE SOCIAL - CONJUNTO HABITACIONAL PONTE DOS REMÉDIOS

MEMBRO	INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO
1 Técnica 1	Diagonal	Assistente Social
2 Técnica 2	Diagonal	Assistente Social
3 João (AUGE2) Técnico 3	Diagonal	Urbanista
4 Técnica 4	Diagonal	Socióloga
5 Técnica 5	Sehab/DTS-Centro	Assistente Social
6 Angélica (AUH12) Técnica 6	Sehab/DTS-Centro	Arquiteta e Urbanista



(1)



(2)

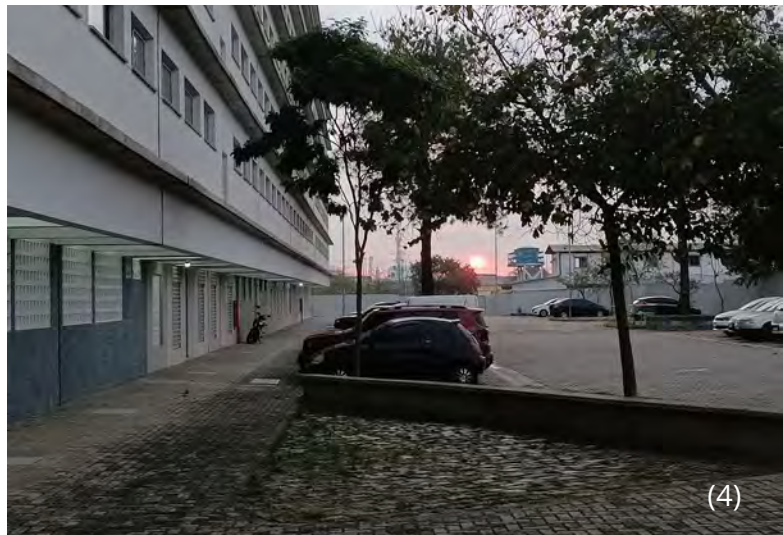


Imagem 14 (p. 86): Foto (1): Vista aérea do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios. Hereñú e Ferroni Arquitetos, 2021. Foto (2): Vista do pátio. Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022.

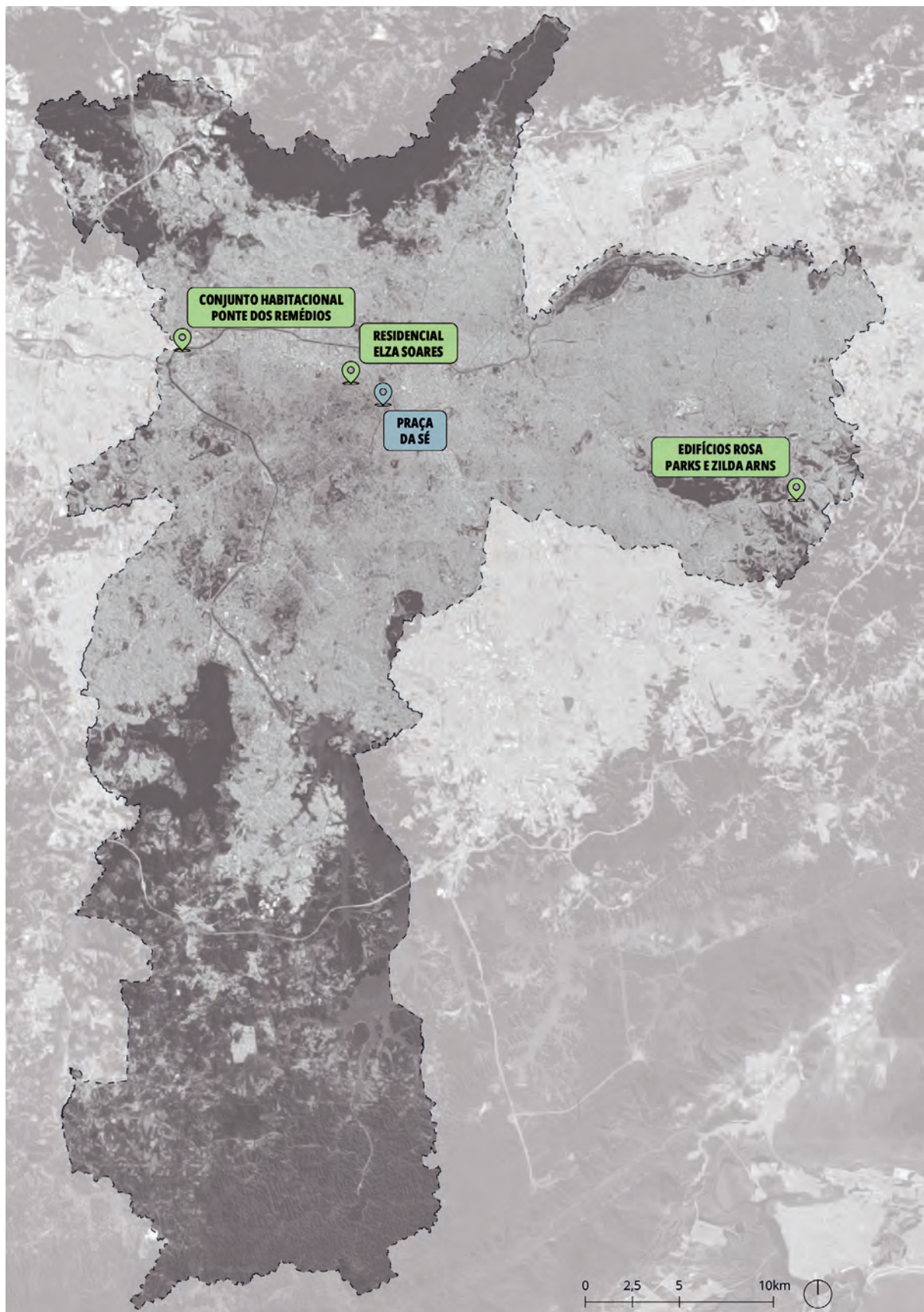
Imagem 15 (p. 87): Foto (1): Vista aérea do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios. Hereñú e Ferroni Arquitetos, 2021. Fotos (2) a (6): Vistas do pátio e assembleia com as famílias. Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Fotos (7) e (8): Assembleia geral sobre gestão condominial. Renata Antonialli, 2022.

Quadro 3: Atividades acompanhadas no Trabalho Social do Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios, em 2022.

CONJUNTO HABITACIONAL PONTE DOS REMÉDIOS			
2022			
TIPO	TEMA	PARTICIPANTES	DATA
Assembleia geral	Gestão condominial pós ocupação	Equipe social (Sehab+Diagonal) + todos os moradores	17/03/2022

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Imagem 16: Localização dos estudos de caso Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, Residencial Elza Soares e Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios.



Fonte: Elaboração própria, 2022. Elaboração gráfica: Flávia Tadim.

2.1

Minha vivência: Residencial Elza Soares, Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns e aproximação com Sehab

As assessorias técnicas, acompanhadas por movimentos sociais de luta por moradia, são contextos importantes que o arquiteto faz parte das equipes interdisciplinares de trabalho social e, por isso, foram escolhidos dois estudos de caso. Ambos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades (PMCMV-Entidades) - única forma de enquadramento e financiamento público de HIS com autogestão da última década - e coordenados por assessorias técnicas e movimentos sociais com atuações historicamente relevantes no município⁴³. O primeiro, Residencial Elza Soares⁴⁴, está localizado no centro expandido da cidade (bairro Santa Cecília) e é executado pela assessoria técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambiental⁴⁵, em parceria com a Frente de Luta por Moradia (FLM). O outro, Rosa Parks e Zilda Arns, é na periferia da zona leste (bairro Cidade Tiradentes), coordenado pela assessoria técnica Integra Desenvolvimento Urbano e movimento Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM)⁴⁶. Diante do contexto político-econômico recente, poucos eram os projetos efetivamente em andamento na cidade, mas os dois estavam alinhados com o cronograma para a realização desta dissertação.

A ULCM foi fundada em 1987 para articular os muitos movimentos de moradia atuantes na época. Nacionalmente, faz parte da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Como comentado no capítulo 1, foi o primeiro movimento institucionalizado juridicamente em São Paulo e também o responsável pela primeira ocupação de edifício vazio, em 1997. A partir disso, teve um histórico de ocupações temporárias como forma

43 A ideia inicial era ter apenas um estudo de caso, sendo o Lord Hotel ou o Rosa Parks e Zilda Arns. No entanto, devido à pandemia de Covid-19 e a inconstância dos repasses de verba da Caixa, foi decidido acompanhar os dois, para caso um deles fosse interrompido. Embora o contato com as equipes técnicas tenha começado em março de 2020, as atividades puderam ser acompanhadas com maior intensidade a partir de julho de 2020, depois que os próprios profissionais e famílias se ajustaram ao formato remoto, imposição da pandemia.

44 O edifício é o antigo Lord Palace Hotel, mas em abril de 2021 os moradores escolheram o novo nome: Elza Soares. Os detalhes serão explicados ao longo do texto.

45 Para maiores informações, ver: <http://www.peabirutca.org.br/>.

46 Para maiores informações, ver: <http://integraurbano.com.br/>.

de reivindicação e uma atuação relevante frente aos programas habitacionais, já que viabilizou um total de 415 unidades habitacionais pelo PMCMV-Entidades (D'OTTAVIANO, 2021b). A FLM foi fundada em 2004, como desdobramento dos movimentos originários dos anos 1980, em um contexto marcado pelo diálogo entre os movimentos sociais de luta por moradia e os governos, principalmente nas gestões presidenciais petistas (2003-2016). Foi também nessa época que houve um boom de ocupações em áreas centrais, das quais a FLM participou ativamente. Desde então, a FLM é um agente importante na mediação entre a população de baixa renda e o Estado (COSTA e GUERREIRO, 2020).

A Peabiru foi fundada em 1993, com uma equipe interdisciplinar de profissionais militantes que haviam atuado nos programas municipais de mutirões com autogestão. Desde então, mantém uma estrutura horizontal e conta com profissionais de arquitetura e urbanismo, engenharia, serviço social e ciências sociais. Desde 2015, uma parte importante de seu trabalho é dedicada a cursos e formações acadêmicas relacionadas à prática em ATHIS.

A Integra foi oficializada em 1999 e surgiu do escritório modelo das Faculdades de Arquitetura e Engenharia da USP. Atuou como assessoria técnica de movimentos populares, com equipes interdisciplinares, por mais de uma década e, ao longo do tempo, se consolidou também como construtora. Hoje, executa a obra de empreendimentos de HIS de projetos próprios e de outras assessorias. A Peabiru e a Integra são duas das sete assessorias técnicas paulistas, formadas na década de 1990, após a gestão Erundina, dentre as quais seis atuaram no PMCMV-Entidades (CICUTO, 2019; MARTINS, 2019).

O antigo Lord Palace Hotel, hoje Residencial Elza Soares, foi ocupado por integrantes da FLM em 2012⁴⁷. O prédio era propriedade da COHAB-SP-SP e já possuía uma primeira proposta de reforma para fim de moradia. Em 2016, a propriedade foi repassada para

47 “Lembrando do dia da ocupação do Lord, Osmar Borges [coordenador da FLM] conta que a então coordenadora do movimento não queria entrar no prédio, por ser em um bairro considerado nobre. Todos ficaram com medo de ocupar um prédio tão bem localizado, em uma esquina em frente ao metrô Santa Cecília, com características tão marcantes. O Lord Hotel funcionou como hotel de luxo na década de 1960 e todo esse glamour ainda existia, com os acabamentos em mármore e muitos espelhos no térreo. Na madrugada de 28 de outubro de 2012, Osmar arreventou o portão e incentivou as 326 famílias a entrarem. Logo em seguida, chegou um pedido de reintegração de posse, mas a liderança conseguiu negociar a estadia das famílias com o prefeito Fernando Haddad, que tinha acabado de ganhar as eleições. Como o edifício já estava abandonado há 8 anos, a FLM promoveu a ocupação com o objetivo de pressionar a COHAB a executar o projeto de reabilitação e destinar as novas unidades para famílias de baixa renda. (...) O movimento acredita que é necessário se articular com o governo, mas também fazer pressão e conscientização popular, para que as transformações sejam verdadeiras e duradouras. (...) Durante os 6 anos de ocupação do edifício, a FLM passou por várias negociações pacíficas com o poder público para que as 276 famílias que moravam na ocupação permanecessem no local. Houve algumas tentativas de reintegração de posse, todas anuladas judicialmente. Essa realidade de negociações é constante, inclusive com a polícia e seguranças, para que não haja uso de violência contra as famílias” (Caderno de campo da autora, 21/10/2021).

o movimento, que contratou a assessoria técnica Peabiru para revisar o projeto de reabilitação existente. A obra foi executada pela construtora e Assessoria Técnica Integra, mas o trabalho social era responsabilidade da Assessoria Técnica Peabiru. O TS teve início em 2018, quando ocorreu a efetivação da assinatura do contrato das obras junto à Caixa⁴⁸. Já o Conjunto Residencial Santa Etelvina, hoje nomeado Rosa Parks e Zilda Arns, é um projeto viabilizado por meio da parceria histórica entre a ULCM e a Integra, assessoria técnica e construtora. São dois edifícios novos construídos em dois terrenos, totalizando 50 unidades. As obras tiveram início em 2019, bem como o TS⁴⁹.

Inicialmente, em março de 2020, me comuniquei com a equipe da Peabiru por e-mail, solicitando participar das reuniões do TS do Lord. A primeira atividade seria uma assembleia no dia 15 de março de 2020, um domingo às 9h, no salão térreo do Hotel. Ao chegar, descobri que a reunião havia sido cancelada devido à pandemia do Covid-19. A quarentena foi decretada pelo governo estadual de São Paulo nessa semana. A partir disso, mantive contato por e-mail com a arquiteta e o técnico social responsáveis, perguntando sobre como andava o processo e sobre como estavam sendo as estratégias para adequar o TS a encontros virtuais. Essa adaptação aconteceu de forma abrupta, então o começo não foi simples. Dois meses depois, a equipe e as famílias já estavam melhor adaptadas às atividades virtuais. Com isso, desde meados de 2020, foi possível acompanhar, mensalmente, as assembleias gerais do projeto e as atividades extras que aconteciam para debater temas específicos. Acompanhei também algumas reuniões internas da equipe da Peabiru, quando era feito o planejamento das atividades a serem realizadas com as famílias, e alguns encontros de formação dos profissionais.

Conforme mostrado na ficha inicial, a equipe da Peabiru era composta por: duas arquitetas e urbanistas, Maria Rita Horigoshi e Beatriz Mendes; o sociólogo Andrei Massa; uma estudante de arquitetura e urbanismo⁵⁰; e Mayara Luiza, representante do movimento (pedagoga de formação e futura moradora do projeto). As comissões⁵¹, mostradas na ficha do empreendimento, foram definidas por esses profissionais. Primeiramente, escolhi acompanhar mais de perto o grupo das comissões de Geração de Renda, Relação

48 Informações obtidas em entrevistas com a Assessoria Técnica Peabiru e em visitas à antiga Ocupação Lord Hotel.

49 Informações obtidas em entrevistas com a equipe da Assessoria Técnica Integra, principalmente as assistentes sociais.

50 No processo, a composição da equipe teve algumas variações. Um arquiteto e urbanista saiu da assessoria técnica em dezembro de 2020 e uma estagiária, em julho de 2021. Além disso, uma estagiária se formou em dezembro de 2020 e passou a integrar a equipe como arquiteta e Maria Rita, arquiteta responsável pela maior parte do tempo, assumiu um cargo na Prefeitura de São Paulo no final de 2021.

51As comissões do trabalho social são grupos menores, separados por temas relevantes para aquele caso, onde os moradores se dividem e podem trabalhar de acordo com seus interesses. A Comissão de Representantes (CRE) e a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) são exigências do próprio PMCMV-Entidades.

com o Entorno e Ocupações e Direito à cidade.

Em 2020, tanto a coordenação do movimento quanto a assessoria técnica estavam se habituando às dificuldades do isolamento social, dedicados a manter o vínculo com as famílias e a garantir que todos tivessem condições dignas de sobrevivência durante a pandemia. No final de 2020, houve uma avaliação do processo e foram escolhidas algumas diretrizes para o ano seguinte. O ano seguinte, 2021, contou com discussões mais complexas, alguns encontros presenciais depois das vacinas para Covid-19 e uma articulação maior dos técnicos com as famílias. Os principais temas desse ano foram: racismo, feminismo, gênero e raça na cidade, formação da cidade de São Paulo, apagamento dos territórios negros e participação nos movimentos de moradia. Em 2022, como a obra já estava praticamente finalizada, a intensidade das atividades foi reduzida, mas a equipe social, a coordenação e alguns representantes das famílias ficaram sobrecarregados com a etapa final: vistorias dos apartamentos, elaboração do ranking de pontuação das famílias, escolha dos apartamentos e processos burocráticos nos órgãos públicos que antecedem a mudança para os apartamentos.

Desde o início, todos os integrantes da equipe foram muito abertos à minha participação, inclusive me convidando para opinar ativamente nas atividades e encontros com as comissões. Isso me colocou em um lugar híbrido, onde eu não respondia como assessoria técnica, não tinha relação direta com a coordenação do movimento e nem era próxima das famílias, mas ainda assim, de alguma forma, estava contribuindo nas discussões. Foi um desafio ser pesquisadora, observadora participante e entender a importância e os limites dessa posição.

Em relação ao Santa Etelvina, em meados de 2020, entrei em contato com a assistente social da Integra para acompanhar o TS desse empreendimento, que é composto por dois pequenos prédios na mesma rua, com 25 famílias cada. O TS, nesse caso, foi um processo complicado, pois começou no início de 2019 e foi interrompido no final do mesmo ano, devido à falta de repasse de verba da Caixa. Em fevereiro de 2020, o processo foi retomado e, em seguida, paralisado pela pandemia. No início, minha comunicação com a assessoria foi difícil, porque ainda estavam tentando encontrar formas de adequar o TS à distância. Nessa etapa, a equipe era formada por duas assistentes sociais e o arquiteto da assessoria, como mostrado na ficha do empreendimento.

Durante 2020, acompanhei alguns ciclos de encontros, voltados para discussões com temas e objetivos específicos, como pontuação das famílias, escolha dos apartamentos,

regulamento interno e gestão condominial. Como observado no Quadro 2, até outubro de 2020 as reuniões e assembleias aconteceram com as 50 famílias juntas, mas depois, o Rosa Parks se separou do grupo do Zilda Arns, ficando 25 famílias em cada. Eles se mudaram para os novos apartamentos no primeiro semestre de 2021 e aconteceram as conversas e atividades relacionadas à pós-ocupação. Como esse empreendimento era pequeno, sinto que eu pude me aproximar mais e explicar melhor a pesquisa em andamento. Embora eu não tenha participado das reuniões internas de planejamento do TS, fui incluída em todas as reuniões e assembleias que aconteceram com as famílias.

Conforme mostrado nas tabelas 1 e 2 a seguir, os estudos de caso possibilitaram uma intensa coleta de dados, com mais de 100 atividades acompanhadas, que geraram uma extensa documentação de registros, atas e diários de campo. As reuniões e encontros foram classificados em três tipos, para melhor compreensão. As (1) assembleias gerais contam com a participação de todos os moradores do empreendimento, podendo ter caráter deliberativo ou não. Essas aconteciam, no mínimo, uma vez por mês e tinham o principal objetivo de alinhar expectativas e passar informes gerais sobre os andamentos dos processos. As (2) assembleias ou atividades das comissões se referem a encontros com grupos menores, com temas e objetivos específicos, que não tinham uma frequência regular, pois variavam de acordo com as demandas. Por fim, as (3) reuniões internas correspondem aos encontros entre os técnicos das equipes sociais para discussão, planejamento e preparação das ações propostas a serem realizadas com as famílias.

Tabela 1: Resumo das atividades acompanhadas no trabalho social do Residencial Elza Soares.

RESIDENCIAL ELZA SOARES			
TIPO	2020	2021	2022
Assembleia geral	2	7	11
Assembleia/atividade comissão	2	11	1
Reunião interna	3	9	3

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Tabela 2: Resumo das atividades acompanhadas no trabalho social do Residencial Rosa Parks e Zilda Arns.

EDIFÍCIOS ROSA PARKS E ZILDA ARNS			
TIPO	2020	2021	2022
Assembleia geral	10	16	-
Assembleia/atividade comissão	13	8	-
Reunião interna	2	-	-

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Durante esse período de acompanhamento, ficou nítido como a participação do trabalhador social é essencial, principalmente no início das atividades das comissões. Para além do planejamento e decisão dos instrumentais que serão utilizados, é ele que organiza, estipula prazos e metas, estabelece os responsáveis pelas tarefas - em acordo com as famílias - e dá todo o suporte para que as ações se desencadeiem. Há também um diálogo importante feito com a coordenação e lideranças, para que todas as ações estejam em concordância com os objetivos gerais do movimento social.

Além disso, conforme pode ser visto no Quadro 4 nas páginas seguintes, durante o processo de pesquisa, participei de entrevistas com a liderança da UNMP, Evaniza Rodrigues, o que me levou a entrevistar também duas arquitetas e urbanistas da Assessoria Técnica Ambiente, que trabalham em parceria com esse movimento, para complementar as informações obtidas sobre o TS nesses arranjos. Durante o acompanhamento do trabalho social do Elza Soares, aconteceram quatro entrevistas das quais pude participar, com duas lideranças da FLM e duas moradoras. Como essa experiência foi muito rica, decidi entrevistar a subsíndica do Rosa Parks, que era uma pessoa muito ativa no TS do empreendimento. As conversas com essas três moradoras, Marcela, Laura e Eliana dos Santos, foram muito importantes para que eu trouxesse, de maneira mais direta, a voz dessas famílias para a dissertação.

Entretanto, essa era apenas uma parcela da investigação, pois ainda se mostrava necessário o aprofundamento na prática do segundo eixo de atuação profissional, em relação ao trabalho social executado via setor público com as gerenciadoras. A ideia inicial era conversar com os técnicos, em entrevistas semiestruturadas, para que eu pudesse entender como o arquiteto estava inserido nessas equipes, visto que há poucas referências bibliográficas que abordam o tema. Ou seja, essa descoberta se daria por meio do diálogo direto com os envolvidos. A escolha dos profissionais se deu pela relevância de suas atuações dentro do arranjo do setor público com as gerenciadoras; foi utilizada a amostragem em bola de neve⁵², em que um entrevistado indica o próximo. Não é possível generalizar as questões aqui trazidas, pois a atuação no setor público e privado é muito complexa. Ainda assim, foi possível apreender fatores importantes de acordo com as falas dos entrevistados, trazendo a perspectiva deles sobre essa realidade.

Conforme sistematizado no Quadro 4, os entrevistados foram: uma assistente

52 A metodologia denominada bola de neve é uma técnica que inicia a pesquisa entrevistando uma pessoa e, depois, cada entrevistado indica o próximo. É utilizada em populações em que é difícil ter acesso às informações ou aos participantes e, por isso, foi adequada entre os técnicos da Sehab e gerenciadoras (VINUTO, 2014). Além disso, foi uma forma de conversar com os arquitetos e urbanistas que trabalharam com TS e se interessavam pelo tema.

social (ASFP) e uma arquiteta (AUFPP), que são funcionárias públicas; três arquitetas terceirizadas, porém que compõem a equipe da Sehab (AUHI1, AUHI2 e AUHI3); e um urbanista de gerenciadora (AUGE1), totalizando 6 entrevistas. Após esse ciclo de conversas, tive a certeza de que o material apresentado justifica a relevância de sua abordagem, como será detalhado ao longo do capítulo, principalmente porque não são informações encontradas em estudos acadêmicos⁵³. Assim, decidi que seria interessante me aproximar da prática com um estudo de caso também nesse eixo. Analisando os trabalhos sociais via Sehab que estavam em andamento, primeiramente, pensei em acompanhar o trabalho social do empreendimento HIS Coliseu, por parte da Coordenadoria de trabalho social da Regional Sul. O processo para autorização formal e oficial da Prefeitura Municipal de São Paulo ficou em análise no sistema de agosto a dezembro de 2021, enquanto foi mantido diálogo constante com as técnicas responsáveis, por telefone e por e-mail, para solicitar informações sobre o andamento. No entanto, não foi possível obter um retorno definitivo da Secretaria. Essa dificuldade de acesso ao trabalho social, realizado pelo órgão público, já foi um dado importante para a pesquisa.

Ainda assim, com o objetivo de me aprofundar na prática desses agentes, houve uma segunda tentativa de acompanhar o trabalho social de outro empreendimento, com a Regional Centro. Entre janeiro e fevereiro de 2022, o pedido de acompanhamento ficou em análise e finalmente foi aprovado. Assim, foi possível entrevistar uma arquiteta e um urbanista, que fazem parte da equipe do trabalho social do Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios. O conjunto está localizado na zona oeste da cidade, no bairro Vila Leopoldina, embaixo da Ponte dos Remédios (Ponte Carmen Fernandes Neves), que cruza a Avenida Marginal Tietê, sentido leste, km 1. Está a cerca de 13km da Praça da Sé (marco 0 da cidade), apesar de estar ligado à Divisão Regional de trabalho social Centro (DTS Centro). A estação de trem Imperatriz Leopoldina (linha 8 - Esmeralda da CPTM) fica aproximadamente a 1km do empreendimento. O percurso até a obra não é tão movimentado, porque o entorno é repleto de galpões e áreas institucionais. Segundo o escritório de Arquitetura responsável pelo projeto:

(...) O projeto prevê a ocupação das antigas instalações da Siderúrgica Barra Mansa, situada às margens do rio Tietê junto à Ponte dos Remédios, em uma região amplamente servida por infraestruturas de transporte e logística. Esta iniciativa acompanha o processo de transformação das antigas plantas industriais do entorno em edifícios de habitação e serviços, valendo-se de altos índices de aproveitamento do solo. O projeto parte da

53 Dentre as principais pesquisas que falam sobre o TS pelo setor público e privado, apenas Pulhez (2014) trata sobre os arquitetos e urbanistas, com foco nas gerenciadoras. Silveira (2018) parte das ciências políticas e abrange o TS por parte da CDHU. Já Santos (2021) está inserida na perspectiva do Serviço Social.

utilização das instalações já realizadas no terreno, cujo arranjo original dos antigos aterros, galpões, ruas e aleias orientou o desenho das novas ocupações, mantendo-se parte dos edifícios existentes para abrigar equipamentos públicos (...) (Hereñú e Ferroni Arquitetos, 2021).

O empreendimento teve sua construção iniciada em 2010, com a previsão de atender 1013 famílias. A primeira etapa vai atender 181 famílias, removidas de dez comunidades diferentes, em bairros vizinhos, sendo elas: Nova Jaguaré, Diogo Pires, Nossa Senhora das Virtudes, Tancredo Coutinho, Ilha Verde, Lidiane, Humaitá II, Japiaçu, Cristina Tomás e Hassib Mofarrej⁵⁴. As entregas da torre F1 (103 unidades) e torre F2 (78 unidades) começaram no primeiro semestre de 2022, ou seja, 12 anos depois, e estão sendo feitas em etapas.

A equipe permitiu o acompanhamento de uma assembleia com as famílias, que aconteceu presencialmente em março de 2022, mas não houve compartilhamento da agenda das demais atividades, inviabilizando a continuidade do processo. Apesar disso, esses dados trouxeram detalhes mais concretos para exemplificar essa forma de atuação e, por isso, foram considerados na dissertação. Essas informações são importantes como contraponto e registro de um *modus operandi* pouco encontrado em pesquisas acadêmicas. Conforme mostrado na ficha do empreendimento, a equipe social, nesse caso, é formada por uma assistente social e uma arquiteta via Sehab, e uma equipe da gerenciadora⁵⁵ que cuida de todos os empreendimentos da regional centro (sete assistentes sociais, uma socióloga, um gestor de condomínio e um urbanista).

Saindo da estação a caminho do conjunto, o mais comum eram homens passando de bicicleta. Poucas mulheres na rua, sempre em dupla. Quando cheguei próximo à Marginal, fiquei um pouco perdida. Parei em um estacionamento e perguntei onde era o conjunto, mas me indicaram a entrada de trás do prédio, que não é o endereço que a prefeitura tinha me passado. Então continuei andando por uma calçada estreita, ao lado de um muro alto, onde eu chegaria na entrada oficial, que fica, literalmente, embaixo do começo da ponte, ao lado do Rio Tietê. Por sorte, encontrei outra mulher sozinha indo na mesma direção e fomos juntas. Ao chegar, vi um homem em um portãozinho, expliquei que ia encontrar o pessoal da prefeitura para uma reunião na torre chamada F2. Me deixaram entrar e me apontaram a torre. O terreno é muito grande e só tem as duas torres construídas, além de um galpão lindo, porém em ruínas, na direita. Entre

54 Informações fornecidas pela Diagonal, em conversa com a equipe e por meio do compartilhamento do Plano de trabalho social (PTS) do empreendimento.

55 A Diagonal - Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA é uma gerenciadora social, criada em 1990, em Pernambuco. Trabalha com a Sehab desde 1996 e em 2022 atende as regiões Centro, Leste e Sudeste do município de São Paulo. A outra gerenciadora social que atende Sehab (regiões restantes do município) é a Cobrape – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, que atua em território nacional desde os anos 1990 e também desenvolve parcerias com outras instâncias do setor público. Nesta dissertação, optou-se por não entrar nos pormenores das empresas, por não ser o foco do estudo.

as duas torres, tem duas bases da GCM, não sei se por causa do tráfico, ou do risco de ocupações. (...)

Chegando, a equipe estava organizando as coisas no salão de festas. Lá encontrei uma técnica da prefeitura e quatro técnicos da gerenciadora. Eles sabiam quem eu era, mas não exatamente o que eu queria ou ia fazer. Imediatamente, eles assumiram que o que me interessava era a parte física do projeto, por ser arquiteta. Uma das assistentes sociais lamentou que eu perdi a entrega de uma unidade que tinha acontecido à tarde, antes de eu chegar, como se meu interesse fosse apenas a casa construída (Caderno de campo da autora, 17/03/2022)⁵⁶.

A aproximação com esses estudos de caso, durante a pesquisa acadêmica em meio a uma pandemia mundial, foi essencial porque possibilitou contato e troca com outras pessoas envolvidas no tema. No caso das assessorias técnicas, eu me senti incluída nos grupos, tanto das equipes técnicas, quanto das famílias, e foi enriquecedor para o meu processo ter esses espaços de compartilhamento e de afeto, mesmo que virtual. Nas atividades presenciais possíveis, lembro da alegria em reconhecer e ser reconhecida pelos olhos sorridentes acima das máscaras. Nas entrevistas, ao conversar com os profissionais da área, foi positivo perceber neles as mesmas dúvidas e inquietações que movem essa pesquisa. Era comum ouvir “nossa, que pergunta difícil, isso também é uma questão para mim”, o que me motivou no percurso.

No entanto, o processo para tentar um estudo de caso no setor público foi bastante desestimulador, pois foi notório que muitos dos técnicos não entendiam o tema, nem as razões para uma arquiteta estar interessada no trabalho social. Houve um estranhamento. Ainda assim, as técnicas entrevistadas compartilharam percepções muito relevantes. Uma técnica em especial, Neide (Profissional AUIF, em entrevista, 2021), inclusive, me emocionou na conversa, ao dizer que trocou de setor na Sehab, principalmente, por não compreender qual seria seu papel dentro da Coordenadoria do trabalho social. Isso reforçou a importância de seguir com a pesquisa e com o levantamento de dados. Discutir o papel e contribuição dos arquitetos no trabalho social em habitação nesses espaços permite tensionar esses entendimentos e romper com as caixinhas compartimentadas e pré-concebidas dos saberes.

⁵⁶ O caderno de campo é formado por todas as atas e registros escritos e fotográficos das atividades, reuniões e conversas acompanhadas durante a pesquisa, virtuais e presenciais. As entrevistas que puderam ser gravadas foram transcritas.

Quadro 4: Entrevistas realizadas entre 2020 e 2022.

ENTREVISTAS						
ASSESSORIA TÉCNICA E MOVIMENTOS DE MORADIA						
TIPO	ENTREVISTADA	INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	PERFIL	OUTROS PARTICIPANTES	DATA
Entrevista virtual	Evaniza Rodrigues	União Nacional por Moradia Popular	Assistente Social / liderança do movimento	Assistente social. Entrou para o movimento de moradia nos anos 1980, pela Pastoral da Moradia da Igreja do seu bairro. Atua como liderança desde então, tendo importante articulação política.	Camila D'Ottaviano (entrevistadora) e orientandos da pós graduação	17/12/2020 e 05/02/2021
Entrevista presencial	Eliete Cruz e Osmar Borges	Associação Amigos do Jardim Ipanema / FLM	Liderança do movimento Coordenação Lord / FLM	Lideranças do movimento, que atuam desde os anos 1980. Osmar hoje tem importante articulação política.	Beatriz Mendes, Andrei Massa e Maria Rita (Peabiru) em atividade do TS	21/10/2021
Entrevista virtual	Renata Miron	Assessoria Técnica Ambiente	Arquiteta e urbanista	Arquiteta e Urbanista, formada em 2009 e desde então trabalha em assessoria técnica, com obras autogeridas. Conselheira do CMH. Assessora da UNMP. Mestre em Serviço Social (2021).		29/03/2021
Entrevista virtual	Paula Paschoal	Assessoria Técnica Ambiente	Arquiteta e urbanista	Arquitetura e Urbanista, formada em 2009 e desde então trabalha em assessoria técnica, com obras autogeridas.		25/03/2022
Entrevista virtual	Eliana dos Santos, Moradora Rosa Parks	ULCM / Projeto Rosa Parks	Moradora e subsíndica do Edifício Rosa Parks	Moradora e subsíndica do Edifício Rosa Parks. Mulher nordestina, mãe e faxineira.		18/10/2021
Entrevista presencial	Marcela e Laura, moradoras do Lord	Associação Amigos do Jardim Ipanema / FLM	Moradoras do Residencial Elza Soares	Moradoras da Ocupação Lord e futuras moradoras do Residencial Elza Soares. Mulheres nordestinas e chefes de família.	Beatriz Mendes e Maria Rita (Peabiru) em atividade do TS	24/08/2021

ENTREVISTAS						
SEHAB E GERENCIADORAS						
TIPO	ENTREVISTADA	INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO	PERFIL	OUTROS PARTICIPANTES	DATA
Entrevista virtual	Ana (Profissional ASFP)	SEHAB - CTS	Assistente Social - Funcionária pública	Assistente social, formada em 2004. Sempre trabalhou com famílias (já trabalhou em associação para pessoas com deficiências, na área da educação e saúde). Funcionária pública, em Sehab (CTS) desde 2010.		24/06/2021
Entrevista virtual	Neide (Profissional AUIFP)	SEHAB - DEPLAN	Arquiteta e urbanista - Funcionária pública	Arquiteta e urbanista, formada em 2010. Funcionária pública, em Sehab desde 2013. Trabalhou em CTS de 2013 a 2018 e depois em DEPLAN. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2017).		07/07/2021
Entrevista virtual	Fátima (Profissional AUHI1)	SEHAB terceirizada - CFT	Arquiteta e urbanista - híbrida	Arquiteta e urbanista, formada em 2009. Funcionária híbrida, em Sehab desde 2011. Trabalhou em CTS de 2011 a 2018 e depois em CFT. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (2019).		29/07/2021
Entrevista virtual	Jéssica (Profissional AUHI3)	SEHAB terceirizada - CTS	Arquiteta e urbanista - híbrida	Arquiteta e urbanista, formada em 2001. Funcionária híbrida, em Sehab (CTS) desde 2002.		12/08/2021
Entrevista virtual	Angélica (Profissional AUHI2)	SEHAB terceirizada - CTS	Arquiteta e urbanista - híbrida	Arquiteta e urbanista, formada em 2007. Funcionária híbrida, em Sehab (CTS) desde 2010.		08/02/2022
Entrevista virtual	João (Profissional AUGE1)	Gerenciadora Diagonal	Urbanista - terceirizado	Urbanista, formado em 2020. Especialista em Habitação e Cidade (2021). Profissional terceirizado em gerenciadora desde 2021.		10/10/2022

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Legenda: Os nomes sem sobrenomes são fictícios, para pessoas que optaram por se manter anônimas. A sigla AU refere-se a Arquiteto e Urbanista e AS à Assistente Social. Igualmente, FP refere-se a funcionário público, HI a profissional híbrido - classificação de Pulhez (2014), como explicado no texto - e GE a profissional de gerenciadora.

2.2

A prática dos arquitetos e urbanistas no trabalho social em habitação

O trabalho social em habitação, como foi mostrado no capítulo 1, tem uma concepção que foi construída ao longo das últimas décadas. No campo da arquitetura e urbanismo, não possui definição bem delimitada, portanto a forma de atuação fica a cargo da dimensão sócio-política da profissão e da base normativa ética dos profissionais militantes.

As Assessorias Técnicas não têm uma concepção única e formal sobre a participação dos arquitetos no processo de TS. No entanto, em geral, em sua atuação cotidiana, as assessorias têm a compreensão de que a construção da moradia vai além do seu caráter meramente físico, abrangendo também a luta pela reforma urbana, construída a partir de um processo coletivo e democrático entre os envolvidos (SANTOS, 2016). Por isso, o viés político do TS é essencial para que as famílias se vejam como cidadãos com direitos, se apropriem dos espaços tanto do empreendimento quanto do bairro e da cidade em que vivem. O trabalho social também pode ser visto como um eixo condutor, que norteia e articula todas as ações da equipe técnica com os moradores, em um projeto maior de transformação social. É essencial para integrar os participantes, aproximar os saberes técnicos dos saberes populares e possibilitar essa troca (Renata Aguiar, em entrevista, 2021).

Com base no que foi observado, na Assessoria Técnica Peabiru, a forma como o TS é encaminhado depende do técnico social responsável pela coordenação da equipe, que normalmente conta com assistente social ou cientista social e os arquitetos/urbanistas envolvidos no projeto. De maneira geral, são profissionais que trabalham em prol da tomada de consciência dos grupos minorizados. Ou seja, buscam formas contra-hegemônicas de pensar a habitação e a cidade, independente de suas formações acadêmicas. Há uma grande atenção dada para o compartilhamento de ferramentas entre técnicos e moradores. As famílias são estimuladas a contribuir com seus conhecimentos e ideias para a formação do grupo. O método para isso é dividir as famílias em grupos menores, para criar espaços que elas consigam falar. Além disso, buscam espacializar os

temas, por meio de mapas, imagens, fotos, vídeos, notícias e oficinas. As famílias também recebem capacitação técnica sobre diversos assuntos - como cronograma de obra, segurança do trabalho, orçamentos, paisagismo, entre outros. O intuito é que elas se tornem autônomas para discussões com a Caixa, órgãos públicos ou a construtora. Para a assessoria, o TS é o lugar de aproximação do cotidiano das famílias, uma oportunidade para territorializar a luta.

Já na Assessoria Técnica Inteira, o TS é considerado, sobretudo, um processo construído com as famílias, portanto, depende da disponibilidade e reação do grupo em relação aos temas ponderados. O produto do TS é o percurso do próprio processo, portanto, não é palpável ou mensurável. Assim, a concepção de TS seguida pela assessoria é de ação coletiva, pautada no diálogo e que, gradualmente, capacita o grupo para discutir e decidir de maneira autônoma e autogerida seus problemas comuns. Espera-se que essa ideia seja extrapolada para o cotidiano das famílias e, assim, elas reflitam criticamente sobre suas relações de trabalho, de vizinhança e sobre todas suas ações como cidadãos. Também é um ambiente de reafirmação de direitos sociais, alimentando a luta do movimento.

No final do encontro, Lúcia compartilha alguns pensamentos com os moradores: O corpo diretivo é também uma referência para os outros moradores, pois são lideranças. Por isso deve estimular os moradores a participar da vida e decisões do bairro Cidade Tiradentes. Por exemplo, o pancadão do bairro não pode ser visto apenas como algo negativo, é também uma forma de entretenimento dos jovens. É importante participar do Conselho Participativo da Subprefeitura, que se reúne online, na última segunda-feira do mês. O bairro tem um conselho gestor dentro da UBS Sol Nascente e dois núcleos do conselho tutelar. Além disso, tem vários grupos de moradores, associações de bairros, equipamentos públicos, etc. Os moradores devem ter contatos, se inserir na luta, se articular no bairro. O corpo diretivo deve fazer uma administração dentro do condomínio, mas se articular para fora também. (...) Os moradores vieram de um movimento de moradia e é importante lembrar dessas raízes e desses aprendizados para atuar dentro do bairro atual. Nem tudo se resume às funções administrativas de dentro do condomínio. O corpo diretivo pode estimular os outros moradores a participar e lutar por melhorias para a vida de todos. (...) É bom aprender sobre a história do bairro Cidade Tiradentes. O bairro tem uma organização de luta muito grande, principalmente das mulheres. Nesse momento, uma das moradoras pede a fala para contar que no bairro Cidade Tiradentes desde criança e conhece muitos equipamentos bons, como o CEU, ETEC, Casa de Cultura, Biblioteca, Circo Palombar, monotrilha, entre outros. (...) Por fim, Lúcia reforça que conquistar o apartamento foi uma luta muito intensa, mas se manter no condomínio vai ser a segunda etapa da luta coletiva. Isso é algo para os moradores lutarem juntos, para manter essas famílias de baixa renda no condomínio e minimizar a saída das famílias atuais (Caderno de campo da autora, 29/03/2021).

De acordo com o que foi possível apurar, no setor público e privado, a visão sobre o que é trabalho social em habitação tampouco é homogênea, devido à heterogeneidade

e diversidade de agentes em campo. No entanto, nas entrevistas coletadas, uma fala recorrente é a questão da aproximação com o território e com as famílias, como uma forma de conseguir atender a população com mais cuidado e afeto e apreender suas reais necessidades e vontades. É a construção de um vínculo. É voltar o olhar para o outro, para o lado social e humano da política habitacional. Além disso, aparece o objetivo de buscar que as famílias de baixa renda se percebam enquanto sujeitos de direitos, que podem ter acesso a uma moradia digna e a uma vivência plena na cidade. Nesse sentido, é uma atuação que está diretamente ligada à sua dimensão sócio-política, divergindo do papel tradicional dos arquitetos.

Então, mas eu acho que o nosso trabalho mesmo é sair um pouco do nosso pedestal e entender que a gente também é parte, é cidadão e é parte da cidade. E nisso, construir as coisas, auxiliar as pessoas a construir tudo, a construir as coisas juntos, a gente tá, o nosso trabalho é ajudar a construir algo e não trazer algo pronto. Então, conversar com a comunidade. Ouvir muito (Neide Profissional AUFF, em entrevista, 2021).

Isso posto, percebe-se que a intencionalidade com o qual o trabalho social é implementado dita como vai se dar a atuação desse profissional. Aqui, entende-se que a intencionalidade é o pensamento aplicado em ação, ou seja, a militância transformada em um projeto de trabalho social a ser cotidianamente implementado por esse técnico. Ainda, “O método é (...) a forma exterior e materializada em atos, que assume a propriedade fundamental da consciência: a sua intencionalidade.” (FREIRE, 1987, p. 31). Com isso, percebe-se que essa intencionalidade vai determinar, inclusive, os objetivos e o alcance do trabalho social. Ou seja, essa prática pode ter como intenção discutir apenas questões locais e relacionadas ao empreendimento ou expandir-se em uma escala global da cidade e sociedade.

Complementando o que foi descrito no Capítulo 1, para além da intencionalidade, o programa habitacional que está financiando o trabalho social vai, igualmente, determinar as regras do jogo. Primeiramente, o recurso financeiro disponível estipula o tamanho da equipe e, conseqüentemente, a presença ou ausência de interdisciplinaridade. Vale lembrar que o recurso é proporcional ao tamanho do empreendimento, por isso, o número de unidades também é uma questão. Igualmente, interfere na dedicação desses profissionais, na quantidade de encontros e de horas trabalhadas, além da existência ou não de formações extras. É o programa habitacional que dita a duração e as etapas do processo, ou seja, sua temporalidade, possibilitando maior vínculo dos técnicos com os moradores, a depender de quanto tempo antes da obra dá-se início ao trabalho social e

por quanto tempo as famílias são acompanhadas no pós-ocupação.

No caso do PMCMV-Entidade, o programa oficializou nas suas diretrizes quais eram os temas e comissões obrigatórias, influenciando nas discussões e organização dos grupos. As comissões mínimas obrigatórias eram a Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO) e da Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE). Todas as demais comissões são definidas pelos técnicos, com maior ou menor participação das famílias, dependendo do caso. Já os eixos para os temas obrigatórios eram:

1. Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando promover a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações existentes no território, a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
2. Acompanhamento e gestão social da intervenção - visa promover a gestão das ações sociais necessárias para a consecução da intervenção, incluindo o acompanhamento, a negociação e interferências ocorridas ao longo da sua execução, bem como preparar e acompanhar a comunidade para compreensão desta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.
3. Educação ambiental e patrimonial - visa promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente, ao patrimônio e à vida saudável, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção.
4. Desenvolvimento socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo (PORTARIA 468, 2018, p. 4).

Ademais, o programa e suas normativas dizem quem será a demanda escolhida, ou seja, a faixa de renda atendida, os requisitos para a família acessar o programa e a formação do grupo em geral. A demanda do movimento social é composta por seus associados, com participação semanal nos encontros do grupo de base⁵⁷ e demais atos e manifestações políticas. A seleção se dá por critério de localização, envolvimento com as atividades e tempo na luta para acessar uma moradia digna. Já a demanda elaborada pela Prefeitura e COHAB-SP, normalmente, segue uma lista própria de prioridade, que vem de grupos que passaram por remoções, reintegrações de posse ou estão inscritos nos canais formais para acesso à moradia, desde que preencham todos os requisitos. A

57 Os chamados grupos de base são grupos locais, formados a partir da proximidade geográfica, ou seja, moradores dos mesmos bairros ou regiões da cidade. Acolhem os novos integrantes dos movimentos de moradia e são responsáveis por sua formação política, por meio de encontros frequentes (D'OTTAVIANO, 2021d).

origem das famílias e suas especificidades interferem na coesão do grupo e nas relações pré-existentes no início do trabalho social, o que impacta na atuação dos técnicos com aquele grupo.

Reforçando essas ideias, segundo Silveira (2018), os principais fatores que importam na implementação do TS são: (i) a prioridade dada ao projeto dentro da instituição que o executa; (ii) a vinculação e exigências dos agentes financeiros (como a Caixa); (iii) vínculo e relação com os outros órgãos públicos, como a prefeitura do local do empreendimento; (iv) articulação existente entre os diferentes níveis de burocracia, o que gera a possibilidade de criar diferentes soluções e capacidades de respostas aos desafios encontrados; (v) condições de infraestrutura para o trabalho e recursos; por fim, (iv) composição da equipe, importando o número de integrantes e caráter interdisciplinar.

Com isso, foi possível identificar os principais aspectos que interferem na atuação dos técnicos nas equipes interdisciplinares, sendo eles arquitetos ou profissionais de outras áreas. As categorias são: (1) contexto local, (2) arranjo institucional, (3) condições de trabalho e (4) perfil do técnico. Isso se deu a partir da revisão bibliográfica sobre TS - principalmente da literatura originária das ciências políticas, como Silveira (2018) e Pulhez (2014) - e da análise dos dados obtidos ao longo de 2020, 2021 e primeiro semestre de 2022 (documentos de registro, transcrições das entrevistas, atas e diários de campo dos estudos de caso, informações verbais de conversas informais e escuta atenta nos encontros). Então, esta sistematização é também uma forma de apresentar o que foi coletado de mais relevante durante o processo de pesquisa. À luz desses elementos, será possível discutir sobre como os arquitetos atuaram em TS em provisão habitacional, nos últimos anos, em São Paulo, e quais são as suas especificidades frente aos demais membros da equipe.

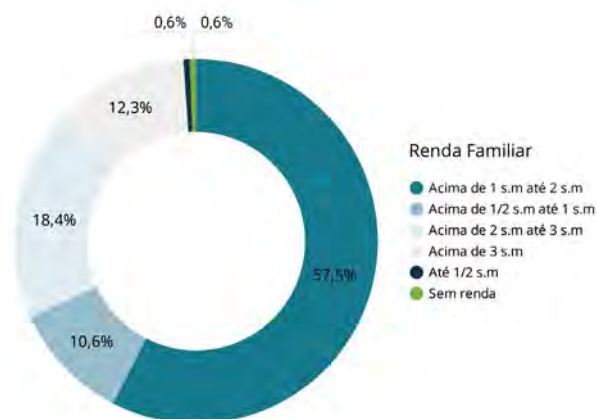
2.2.1

Contexto local

A prática do trabalho social entendida nesta pesquisa está intrinsecamente ligada ao território e ao grupo de famílias que participarão do processo. Portanto, aqui, interfere a localização do empreendimento, a configuração e histórico do local, a presença ou não de lideranças comunitárias e relações prévias, as características das famílias, o arranjo estabelecido entre elas e a equipe técnica para funcionamento do trabalho, configurando o que foi chamado de contexto local.

Primeiramente, o perfil socioeconômico das famílias é muito semelhante, conforme os dados disponibilizados pelas instituições responsáveis pelo TS, que foram sistematizados nos gráficos a seguir.

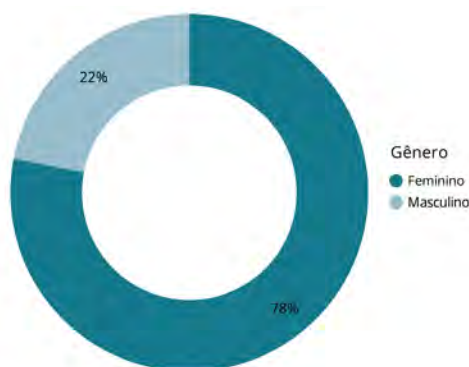
Gráfico 1: Renda familiar Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

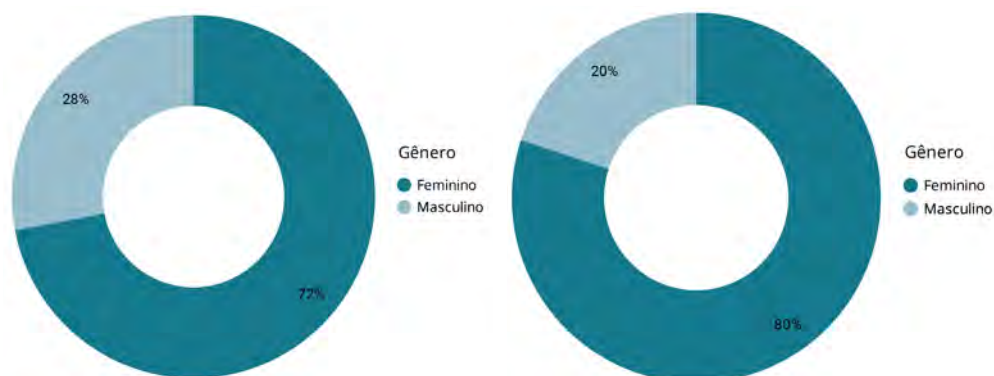
Em geral, as famílias que são atendidas pelos empreendimentos de provisão habitacional em HIS têm renda familiar de até três salários mínimos, como era obrigatório no PMCMV-Entidades. No Elza Soares, a maioria das famílias possui renda entre R\$1.200,00 e R\$1.800,00. Já no Rosa Parks e Zilda Arns, a maioria das famílias (39%) tem renda entre R\$ 800,00 e R\$ 1200,00. Nos programas da Sehab, pode haver variações e chegar até a faixa de 3 a 6 salários mínimos. No Conjunto Ponte dos Remédios, como mostra o Gráfico 1, a maioria das famílias tem renda média entre 1 e 2 salários mínimos. É importante ressaltar que, de acordo com os dados fornecidos pela gerenciadora, 44,1% das famílias têm mais de 4 integrantes que vão morar na unidade habitacional. Isso significa que a renda per capita de 46,4% das famílias é menor que metade do salário mínimo, evidenciando a precariedade a que estão submetidas, devido à desigualdade na distribuição de renda.

Gráfico 2: Gênero dos chefes de família do Residencial Elza Soares.



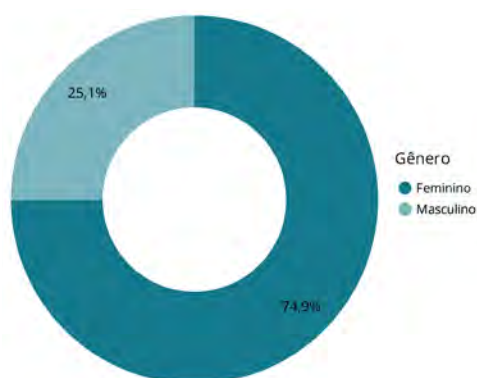
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Peabiru TCA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

Gráfico 3 e 4: Gênero dos chefes de família dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Integra Desenvolvimento Urbano, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

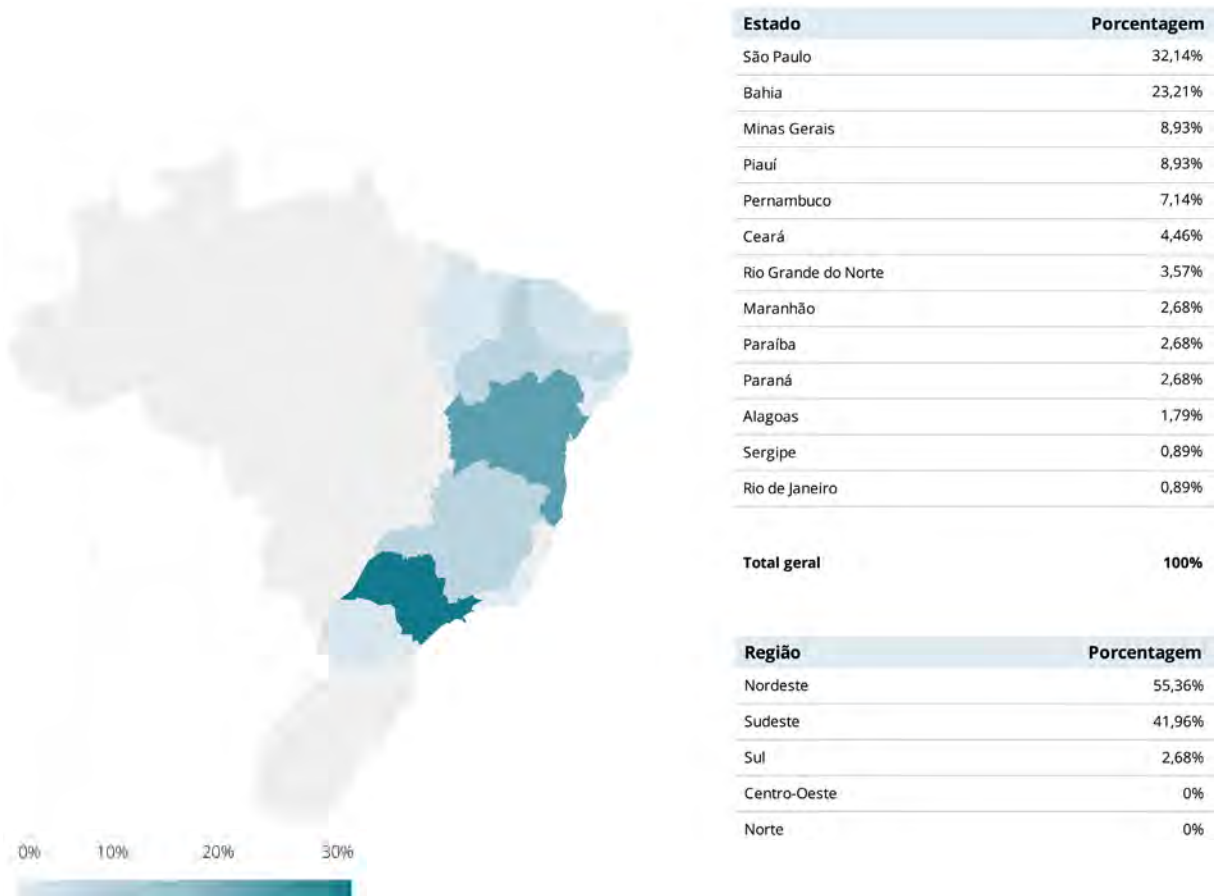
Gráfico 5: Gênero dos chefes de família do Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

Além disso, a maioria das famílias da demanda tem mulheres como chefes da família. Muitas vezes, são pessoas que migraram de outros estados e chegaram em São Paulo com o propósito de buscar condições melhores de vida. Por fim, encontram uma solução possível para sua sobrevivência nas ocupações de edifícios no centro, ou em pensões, cortiços, ocupações de terra, favelas e casas autoconstruídas nas periferias. A Integra e a Diagonal não têm os dados de origem de nascimento das famílias de forma sistematizada. A Peabiru incluiu essa pesquisa em uma dinâmica de reconhecimento entre as famílias, que aconteceu em 2019, para estimular que elas se reconhecessem e criassem afinidades entre si, além de priorizar a história de vida dos moradores. Assim, chegou-se à conclusão de que 55,36% das famílias nasceram no Nordeste, principalmente no estado da Bahia (32,14%).

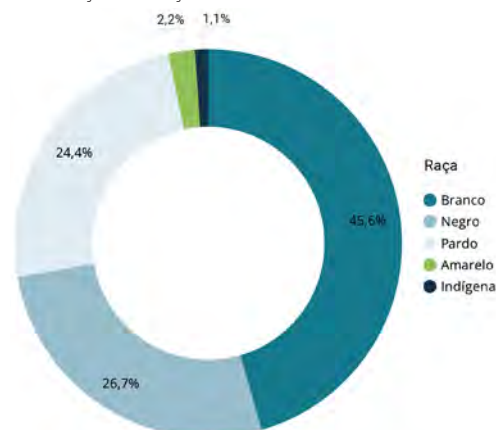
Gráfico 6: Local de nascimento dos chefes de família do Residencial Elza Soares.



Fonte: Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Peabiru TCA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

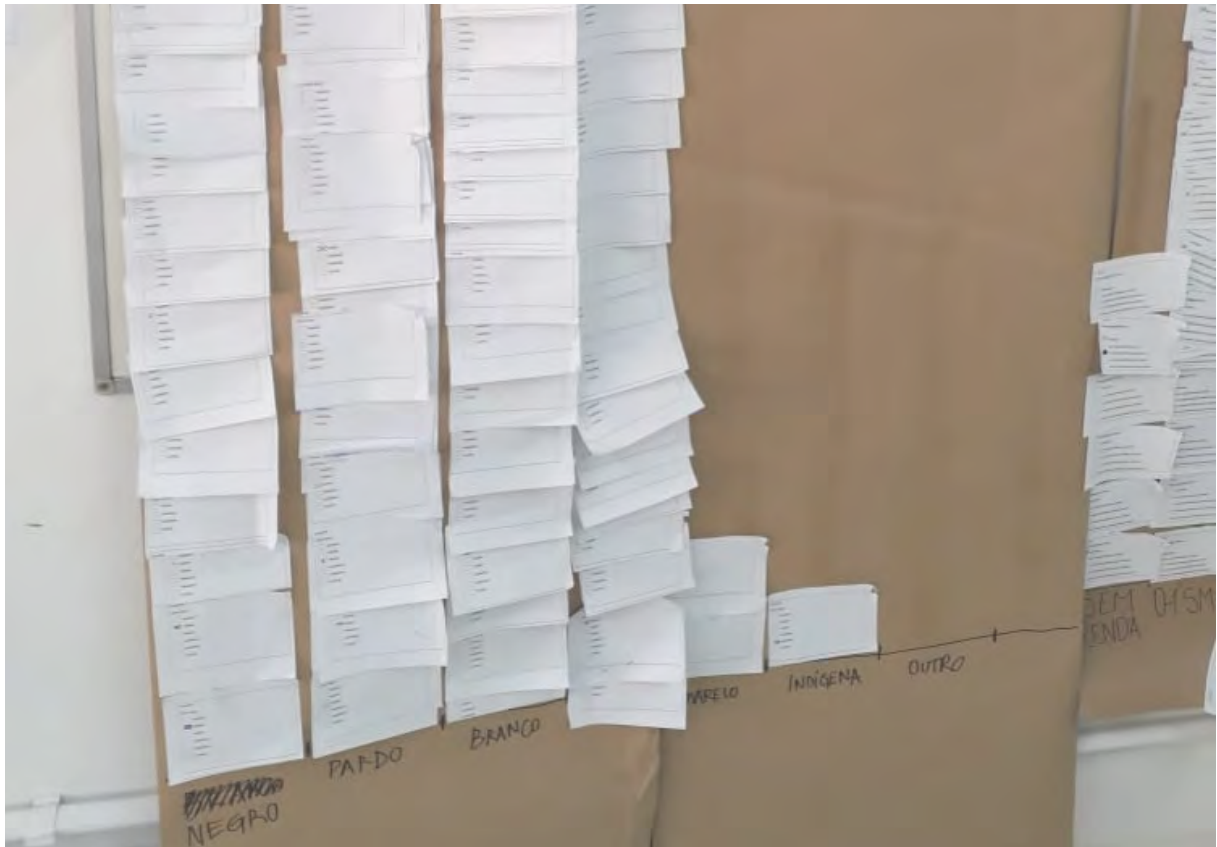
É importante ressaltar que a Caixa e a Sehab não fazem levantamento de raça e etnia entre as famílias dos empreendimentos, no entanto, foi informado por uma das técnicas de que isso passará a ser exigido a partir de 2023. A Peabiru coletou os dados de autodeclaração de raça das famílias do Elza Soares na mesma dinâmica, em 2019, trazendo à tona o fato de que a maioria dos integrantes (51,1%) se identificam como pretos e pardos.

Gráfico 7: Autodeclaração de raça e etnia das famílias do Residencial Elza Soares.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Peabiru TCA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

Imagem 17: Registo da pesquisa de raça entre as famílias do Residencial Elza Soares, em assembleia.



Fonte: Peabiru TCA, 2019.

Vale lembrar que os estudos de caso de ATHIS estavam num contexto de autogestão, permitido pelo programa habitacional PMCMV, modalidade Entidades. Ou seja, é uma situação bem delimitada, em provisão habitacional, com demandas formadas pelos movimentos sociais, de acordo com regras de participação e sistema de pontuação próprios pré acordados entre os participantes. Isso gera ganchos para que o grupo de famílias se constitua de determinada maneira, em prol de interesses em comum, que é o acesso à moradia digna, por meio de subsídio estatal. Isso interfere bastante na lógica em que o trabalho social se desenvolve.

Isso posto, nas assembleias do Elza Soares, principalmente em 2021, em que o foco das ações era discutir feminismo e racismo, muitas mulheres se sentiram à vontade para contar suas trajetórias. Esses momentos são importantes pois as moradoras podem se identificar umas com as outras, fortalecendo os laços entre as famílias. Uma das moradoras, por exemplo, contou que nasceu no interior da Bahia, em uma cidade pequena, onde “cada um consegue ter uma casa, mas todos têm muito pouco”. Ela veio para São Paulo com 24 anos, na busca por melhores condições de vida e está até hoje na luta por uma moradia digna. Inicialmente, morou em Guaianazes, na zona Leste, e depois mudou para a periferia da zona Sul. Depois de conhecer os movimentos de moradia,

mudou-se para uma ocupação no centro. Desde que chegou na cidade, trabalha como doméstica, em casas de famílias no Jardins, um bairro de classe alta.

Ao ouvir esse relato, outra colega compartilhou que é pernambucana, mas veio para São Paulo com 16 anos. Para ela, vir para São Paulo foi muito difícil, pois teve que se separar da família. Aqui, sem conhecer ninguém, se casou cedo e com 18 anos teve seu primeiro filho. Inicialmente, morava em uma pensão na zona Leste. Entrou no movimento de moradia pelos seus filhos, porque há mais de 20 anos paga aluguel com muita dificuldade. Esse perfil social é comum não apenas entre as famílias vinculadas aos movimentos de moradia, mas entre milhares de famílias no país, cujas trajetórias semelhantes se cruzam na longa luta por direitos sociais.

Veio de Minas, ainda menina que gostava de brincar(...) Foram morar numa favela que disseram que tinha sido um quilombo. (...) O trabalho de arrumadeira dava tempo até pra assistir à novela das oito na televisão bonita que o doutor comprara para os empregados. (...) Nem chegaram a se casar, ela se perdeu com ele. Sua mãe e seus irmãos encararam com naturalidade o crescimento daquele ventre jovem e bonito. (...) ele se enranchou por outra, com quem fora morar, deixando-a com a responsabilidade total das duas crianças. (...) Trata que nem cachorro, só porque a gente é preto e pobre. Será que a gente tem culpa de ter nascido assim? (...) No barraco com uma parede caída desde a última chuva e em como arranjar dinheiro pra comprar umas madeiras naquela demolição lá de baixo. (...) a mulher-sentada-na-porta-do-barraco era a própria Solidão (Trechos recortados de GONZALEZ, 2020, p. 173-178).

O texto de Lelia Gonzalez se chama “Mulher negra: um retrato”. Esse resumo é um retrato da série de privações de direitos sociais que as mulheres sofrem, de maneira sistêmica. Não por acaso essas histórias se repetem. O desenvolvimento urbano de São Paulo foi historicamente marcado pela forte concentração da renda e da terra (KOWARICK, 1979, 2009; MARICATO, 2000). A legislação urbanística de São Paulo, desde o início da formação da cidade, condiciona os territórios populares à ilegalidade, rejeitados pela ordem a ser seguida (ROLNIK, 1997)⁵⁸.

Colocar a população pobre e negra na marginalidade é uma ideologia orientada e tendenciosa, para manter a exploração e o processo de acumulação capitalista. Os grupos sociais étnicos e de gênero apresentam desvantagens consolidadas historicamente, o que dita as chances de sucesso dos indivíduos. É importante pontuar isso, porque reduzir a desigualdade à questão econômica ignora as questões de gênero e étnico-raciais, que

58 Isso aconteceu com os territórios negros do centro da cidade - como bairros com cortiços, largos e igrejas, porões no centro velho, sobretudo no sul da Sé, Bexiga, Santa Efigênia, Campos Elísios e Barra Funda -, que foram destruídos e apagados da história hegemônica (ROLNIK, 1997).

são partes fundamentais da estrutura para perpetuar os mecanismos de dominação (LIMA, 2012; GONZALEZ, 2020). Essas causas estruturais das desigualdades sociais foram temas estudados e esmiuçados com as famílias durante o trabalho social do Elza Soares. Para tal, os técnicos fizeram oficinas de formação sobre o assunto.

Segundo Villaça (2011), a segregação espacial é a forma de dominação social que tem espacialidade e se dá pela união dos aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Por exemplo, em São Paulo, a região sudoeste⁵⁹ reúne os grupos mais ricos, ou seja, com maior capital econômico. Conseqüentemente, são pessoas com menor vulnerabilidade social. Essa localização é privilegiada, com temperaturas mais amenas, melhor IDH, melhor renda média, menos homicídios e mais zonas exclusivamente residenciais no plano diretor da cidade. Nos aspectos políticos, recebe mais investimentos do Estado e por isso, tem mais transporte público e de melhor qualidade. Além disso, possui menos negros em sua população do que o restante da cidade.

O Elza Soares, localizado no bairro Santa Cecília, é vizinho dos bairros de Higienópolis e Perdizes, sendo muito próximo da região sudoeste. O projeto, então, representa uma resistência aos processos de expulsão da população pobre da área central e de acumulação rentista do espaço urbano, evidenciando a importância dessas famílias se manterem ali. Não só por ficarem, assim, mais visíveis - e não afastadas nas periferias longínquas, como deseja o mercado e o Estado - mas também para poderem usufruir das infraestruturas e serviços urbanos já existentes e que lhes são negados. Por isso, durante as atividades do trabalho social e outras ações, a FLM e a Peabiru reforçam essas ideias com os moradores, colocando o tema de morar no centro como uma pauta relevante para esse grupo em especial.

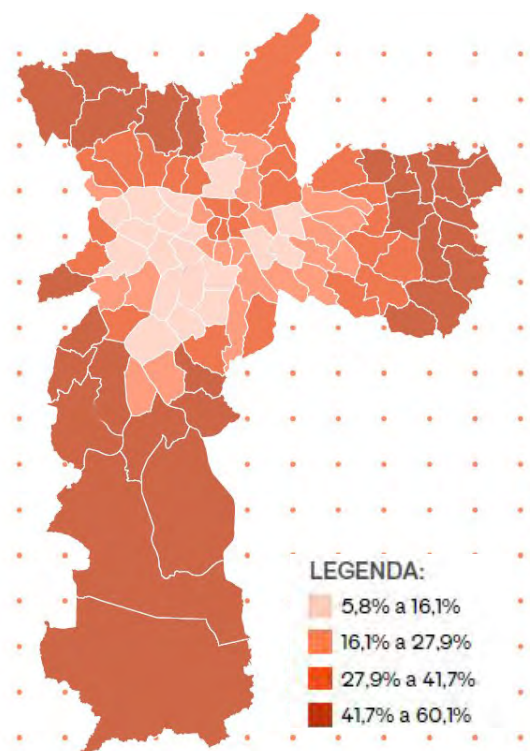
Já os edifícios Rosa Parks e Zilda Arns estão localizados na periferia da zona leste. O bairro Cidade Tiradentes teve sua origem em 1975, com a construção de um grande conjunto habitacional para realocar população pobre de outras regiões e, teoricamente, diminuir o déficit habitacional. Com forte estigma da pobreza, longe das ofertas de emprego e com transporte público ruim, é tratado como outra cidade (LIMA, 2012). Sobre isso, Villaça (2011) argumenta que faz parte do processo ideológico colocar a região sudoeste como a cidade, como a parte que importa do município. Os bairros populares são colocados como inferiores, decadentes, velhos, etc. O centro é, na verdade, onde estão as camadas mais ricas e não necessariamente uma posição geográfica. Isso representa a

59 Composta pelos bairros: Higienópolis, Pacaembu, Consolação, Av. Paulista, Vila Mariana, Aclimação, Ipiranga, Sumaré, Perdizes, Vila Pompéia, Altos da Lapa, Pinheiros, Jardins, Butantã, Morumbi e vizinhanças, Moema, Brooklin e Alto da Boa Vista.

distribuição desigual das vantagens.

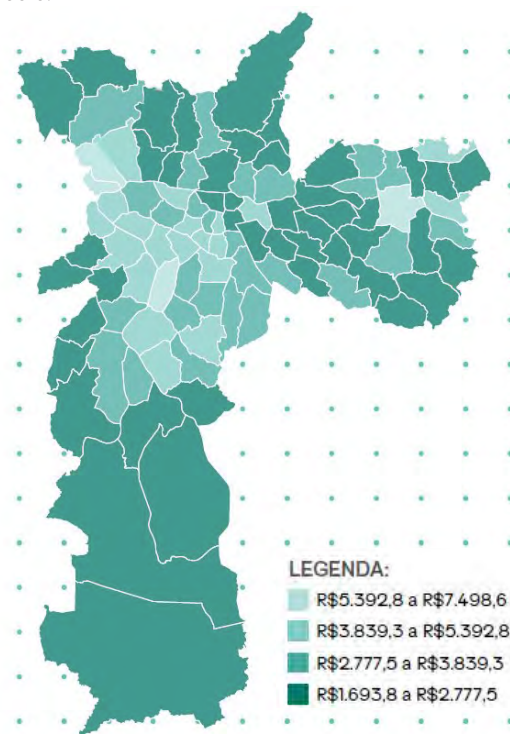
Outrossim, reforçando esses pensamentos, segundo Lima (2012), a desigualdade racial e a segregação social são fenômenos distintos, porém, inter-relacionados. No Brasil, a desigualdade racial também gera segregação, por isso, a raça é um componente analítico importante. Nota-se uma sobrerepresentação de pretos e pardos nos grupos sociais mais pobres, assim como há mais pobres entre os negros do que entre os brancos. Nesse sentido, entende-se porque a discussão sobre raça aparece com grande relevância entre as famílias de baixa renda. Essa pauta também está mais forte nos movimentos de moradia, desde 2016 (XAVIER et al, 2020).

Imagem 18: Mapa proporção (%) da população preta e parda, por distrito, na cidade de São Paulo.



Fonte: Mapa da desigualdade 2022, Rede Nossa São Paulo, com base nos dados do IBGE 2010.

Imagem 19: Mapa da remuneração média mensal no emprego formal por distrito, em reais, na cidade de São Paulo.



Fonte: Mapa da desigualdade 2022, Rede Nossa São Paulo, com base nos dados do RAIS - Microdados, 2020.

Por exemplo, a população branca na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é de 68%, enquanto a população branca em Cidade Tiradentes é de 35,4%. A taxa de desemprego na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) é de 12% e em Cidade Tiradentes, 18,3%. Além disso, pretos têm maior taxa de desemprego que pardos e brancos, na RMSP como um todo, incluindo Cidade Tiradentes, assim como os brancos ganham mais que os

pardos e os pretos. Ainda, a média de renda em Cidade Tiradentes é metade do valor da RMSP⁶⁰. Isso foi ilustrado pelas imagens 18 e 19, em que fica nítido que a concentração das menores rendas está nas zonas periféricas da cidade, assim como a maior parte da população negra. Assim, é possível perceber que o foco das discussões em cada processo de TS também vai depender de seu contexto geográfico, por mais que a pauta do direito à cidade e a relação com o entorno sempre apareçam.

As violações sofridas por essa população marginalizada estão principalmente relacionados à casa e ao trabalho, mas perpassam todas as esferas da vida: infâncias carentes, baixa escolaridade, violência policial, discriminação, estigma da pobreza, abusos sexuais, gravidez precoce, abandono parental e mães solo, problemas com vícios e alcoolismo, falta de acesso a serviços de saúde, violência doméstica, racismo, fadiga, falta de acesso a lazer, medo, tristeza e solidão (KOWARICK, 2009; GONZALEZ, 2020). Diante de todas as injustiças e opressões cotidianas, há muitas camadas de vulnerabilidade enfrentadas. Assim, essas pessoas tendem a ter mais medo de falar e de se expressar, como será mostrado em alguns pontos deste capítulo. Por isso, cabe à equipe social também a preocupação de os estimular a se colocar e criar um espaço onde a escuta seja sincera e afetiva. Esse assunto será retomado e melhor trabalhado no Capítulo 3.

Igualmente, fica a cargo do trabalho social perceber as necessidades do grupo e dar atenção a todos esses aspectos, não só para promover discussões sobre os temas, mas também para suprir algumas demandas. Nesse sentido, ao longo de 2020 e 2021, as equipes sociais e os movimentos de moradia se articularam para conseguir entregas de cestas básicas para as famílias com maiores dificuldades e que passavam por situações de insegurança alimentar. Durante a pandemia isso foi fundamental. Coube ainda o esforço para atender outras demandas, como promover o acesso à internet para as famílias que tinham mais restrições, não só para que fosse possível acompanhar as reuniões virtuais do TS, mas para aulas online ou venda de produtos e serviços em plataformas digitais como fonte de renda.

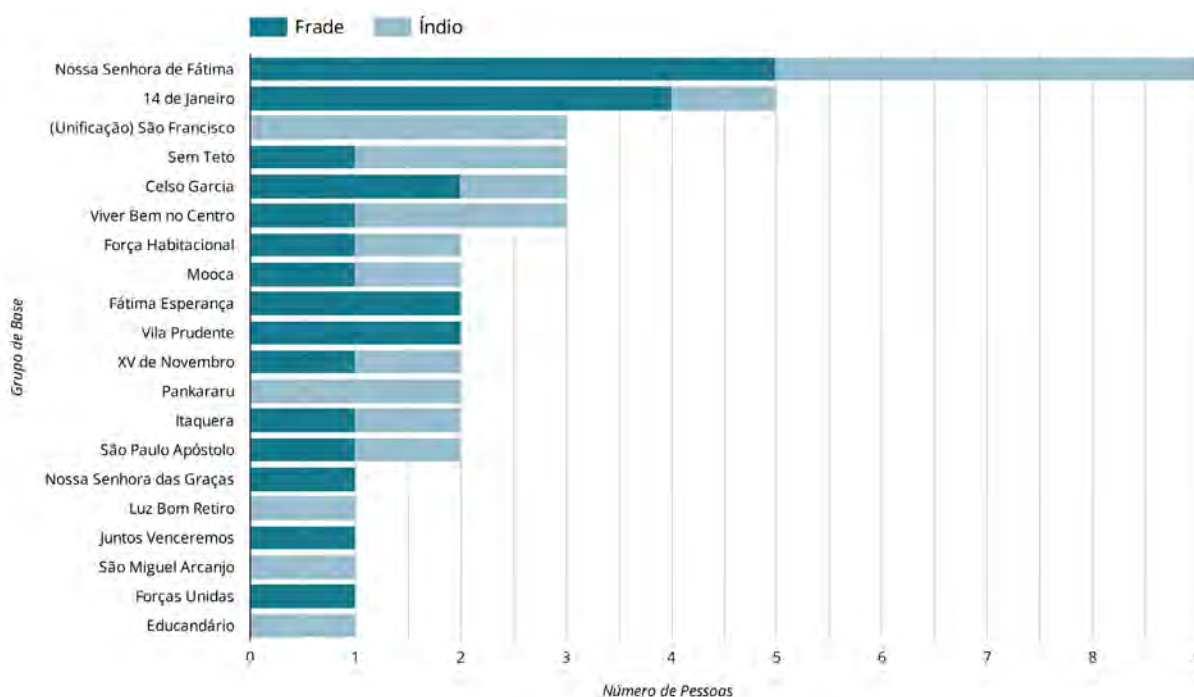
Além das características comentadas, outro ponto que interfere bastante no andamento do trabalho social é a relação prévia entre as famílias. No caso do Elza Soares, muitas famílias já se conheciam, seja dos grupos de base do movimento, ou porque moravam nas ocupações do centro da cidade. Isso significa que eles já estavam habituados à dinâmica das discussões coletivas e decisões tomadas em assembleia. O

60 Entrevistas realizadas em Cidade Tiradentes, em 800 domicílios, com população de 20 a 60 anos, apresentada no artigo em 2012, comparações baseadas nas informações do censo de 2000 (LIMA, 2012).

fato de as famílias já terem essa vivência e laços afetivos criados diminuiu os impactos negativos do distanciamento social da pandemia. No entanto, para formar a demanda da reabilitação do hotel, dois grupos diferentes se juntaram: um de pessoas que moravam na ocupação do Lord Hotel e outro de uma ocupação de terreno na zona leste. Embora ambos sejam filiados à FLM, houve algum estranhamento entre eles, porque o primeiro se sentia muito mais pertencente ao projeto que o segundo. Percebendo essa questão, aos poucos, a equipe de trabalho social tentou tornar a demanda ainda mais coesa, no geral, atenuando os conflitos. Essa percepção das pautas relativas às especificidades de cada grupo é uma tarefa importante da equipe social.

No caso do Rosa Parks e Zilda Arns, como a ULCM tem mais força no centro da cidade, a demanda foi formada por grupos mais distantes do movimento e, portanto, em geral, menos articulados nas questões políticas. Além disso, houve uma junção de 20 grupos de base diferentes, por isso os moradores não tinham relações próximas pré-existentes entre si antes do começo das obras, o que demandou um trabalho maior da equipe social para que essas famílias se unissem e se reconhecessem como corpo coletivo. Isso pode ser visto no gráfico 8 a seguir, que mostra o grupo de base de origem de cada família da demanda. Ainda, como comentado, o processo foi truncado, pois foi duas vezes interrompido: em 2019, por falta de repasse de verba e, em 2020, por causa da pandemia.

Gráfico 8: Grupos de base de origem das famílias dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns.



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos pela Integra Desenvolvimento Urbano, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

Ainda assim, em ambos os casos, pode-se considerar que o trabalho social começou antes do início das obras, tanto nas atividades do movimento social, quanto na etapa de pré-ocupação elaborada pelas equipes sociais. No PMCMV-Entidades, a lista de famílias do projeto tinha que ser enviada para a Caixa antes da contratação, para análise e aprovação. Portanto, a demanda se forma antes mesmo da oficialização do empreendimento.

O número de famílias do projeto também faz diferença. O Elza Soares vai abrigar 176 famílias, enquanto o Rosa Parks e Zilda Arns é composto por 25 famílias cada. Isso tem muitas implicações nas tomadas de decisões da equipe social. Primeiramente, é mais fácil se entender e conversar em grupos menores. Por outro lado, a divisão entre as comissões gera grupos muito pequenos, que exigem mais disposição e disponibilidade das famílias participantes, então as ações ficam bastante limitadas. Além disso, se o projeto é pequeno, o orçamento também é baixo, tanto para a obra quanto para o trabalho social, o que impede a contratação de uma equipe maior e interdisciplinar. Isso não quer dizer que esses problemas não tenham sido enfrentados no Elza Soares, mas foram menos marcantes.

Essa questão fica nítida, inclusive, no planejamento do cronograma do TS. Como no Elza Soares o número de participantes é maior, a programação tem que ser pensada, acordada e passada para os moradores com antecedência e clareza. Ou seja, existiu uma continuidade e frequência mantida ao longo do processo. Em geral, havia assembleias todo segundo e/ou último domingo do mês. Em 2021, elas aconteceram duas vezes por mês - o primeiro encontro era voltado para informes gerais e atividades mais amplas, com todos os moradores, enquanto o segundo era dividido entre as comissões, para tratar de temas específicos, de forma mais aprofundada. Já no Rosa Parks e Zilda Arns, tirando as assembleias gerais mensais, as atividades com as comissões aconteceram de maneira mais espontânea, sendo acordadas aos poucos, de acordo com a evolução de cada grupo. Isso era possível devido ao número baixo de participantes, tanto da Integra, quanto de moradores.

Nesse arranjo do trabalho social executado pelas ATHIS com movimentos sociais, também há o acordo de que cada participação da família vale uma pontuação, que no final, será somada e formará um ranking. A escolha dos apartamentos, no final da obra, é feita pela ordem dessa lista, ou seja, a família que participou de mais atividades do trabalho social, não faltou nas assembleias, foi aos atos e ocupações durante o processo, poderá escolher sua casa antes. Isso é uma opção do movimento e é pactuado desde o início,

mas interfere diretamente na disposição e preocupação das famílias no envolvimento com o trabalho social.

Da mesma maneira, dentro do contexto da autogestão possibilitada pelo PMCMV-Entidades, há um grande envolvimento dos participantes com a obra. Existem as comissões que são mais diretamente ligadas a essas atividades, como a CAO e a CRE, mas no geral, todas as famílias visitam a construção regularmente. Durante a pandemia, esse processo foi interrompido, pois o grupo não podia se reunir fisicamente e também havia o cuidado com os próprios trabalhadores do canteiro. Essa falta de acesso e acompanhamento por parte dos moradores é, muitas vezes, comentada como o principal problema do TS à distância. Ainda assim, no Elza Soares, depois das vacinas para a Covid-19 serem aplicadas, as famílias se revezaram para visitar a obra uma vez por mês. Essa é uma atividade na qual o arquiteto está ativamente envolvido, devido à ligação com a parte física do processo.

Como visto, no contexto local, também estão inclusas as regras determinadas pelo programa habitacional, que vão determinar aspectos importantes. No caso do PMCMV-Entidades, a ausência de recursos impactou nas atividades coordenadas pela equipe social, como será detalhado a seguir. Em algumas situações, foi necessário que as famílias se organizassem para arrecadar dinheiro, como forma de complementação de verba, ou se organizassem para realizar serviços e atividades em mutirão - isso é chamado de contrapartida das famílias no projeto. Isso demanda que a equipe social converse com os moradores, justifique detalhadamente e forneça material para prestação de contas ou articulação da dinâmica. Além disso, existe um conflito entre as famílias que conseguem ou não pagar essas quantias e participar ou não dos pequenos mutirões, o que precisa ser administrado nas assembleias. Ou seja, algumas lacunas do programa têm que ser supridas pelos próprios moradores, passando a ser responsabilidade do trabalho social mediar esses acordos e diálogos.

Um exemplo disso refere-se ao fato que os orçamentos das obras são aprovados pelo agente financeiro no momento da contratação e não sofrem atualizações posteriores, para reajuste dos valores em relação à inflação. No Elza Soares, o orçamento foi aprovado e contratado em 2018, mas até a conclusão da obra em 2022, o valor inicial se tornou insuficiente, já que entre 2017 e 2021 o preço dos materiais e serviços aumentou em média 30% (MATOS, 2022). Por isso o movimento e as famílias tiveram que optar por fazer alguns serviços em mutirão, como o paisagismo, e outros foram pagos pelos próprios moradores, em pequenas parcelas, como é o caso da pintura dos apartamentos. Ainda,

como mostra a imagem 20 a seguir, as áreas comuns e boxes comerciais previstos no térreo e no subsolo não foram finalizados, ficando a cargo do condomínio conseguir fundos para realizar esses serviços posteriormente, o que foi acordado entre as famílias.

Imagem 20: Térreo do Residencial Elza Soares em setembro de 2022, sem finalização dos serviços previstos inicialmente.



Fonte: Renata Antonialli, 2022.

Outro ponto é a falta de verba destinada para a segurança dos empreendimentos. Quando os edifícios destinados a HIS estão quase prontos, é recorrente que outros movimentos ou grupos de pessoas invadam com o intuito de morar, o que atrasa muito a entrega dos apartamentos para as famílias originárias da demanda. O processo de pedido de reintegração de posse é bastante moroso e, além disso, o uso por outras pessoas gera a necessidade de refazer muitos serviços, sendo que não há recursos para isso. Mesmo assim, os programas habitacionais, em geral, não dão nenhum suporte para a segurança das obras. Isso gera medo nas famílias de que os prédios sejam ocupados por outras famílias ou pelo tráfico e crime organizado. Assim, cabe ao grupo de famílias, junto com os técnicos e coordenadores, encontrar alternativas e soluções.

No Rosa Parks e Zilda Arns, os edifícios estavam nas fases finais de obra desde julho de 2020 e as famílias só mudaram no primeiro semestre de 2021, devido à demora

das questões burocráticas (como ligação na rede da concessionária de energia paulista ENEL, vistoria para o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros/AVCB⁶¹, etc.). Assim, em outubro de 2020, a ULCM e a Integra sugeriram que os moradores se organizassem para fazer vigília noturna, já que durante o dia os riscos de invasão são menores. A ideia não funcionou, por mais que os moradores parecessem concordar com a proposta nas assembleias, porque os apartamentos individuais ainda não estavam liberados e nem tinham água e luz. Ou seja, a vigília implicaria em ficar todos juntos no salão de festas, sem local adequado para descanso e banho, sendo que muitos teriam que ir e vir direto do trabalho. Ainda mais grave, não haveria espaço para fazer o distanciamento social necessário durante uma pandemia. Uma vez que muitas famílias não conseguiram se organizar para tamanho sacrifício, a dinâmica como um todo foi inviabilizada, pois ela só seria efetiva com a participação de todos. Essa foi a única solução encontrada pelo movimento que não envolvia recursos financeiros. Ainda assim, é injusto que as famílias tenham que enfrentar mais essa situação para alcançar o direito a uma moradia digna. Novamente, essa lacuna no desenho do programa habitacional gera conflitos entre as famílias, o que passa a ser uma demanda para o trabalho social resolver durante as reuniões.

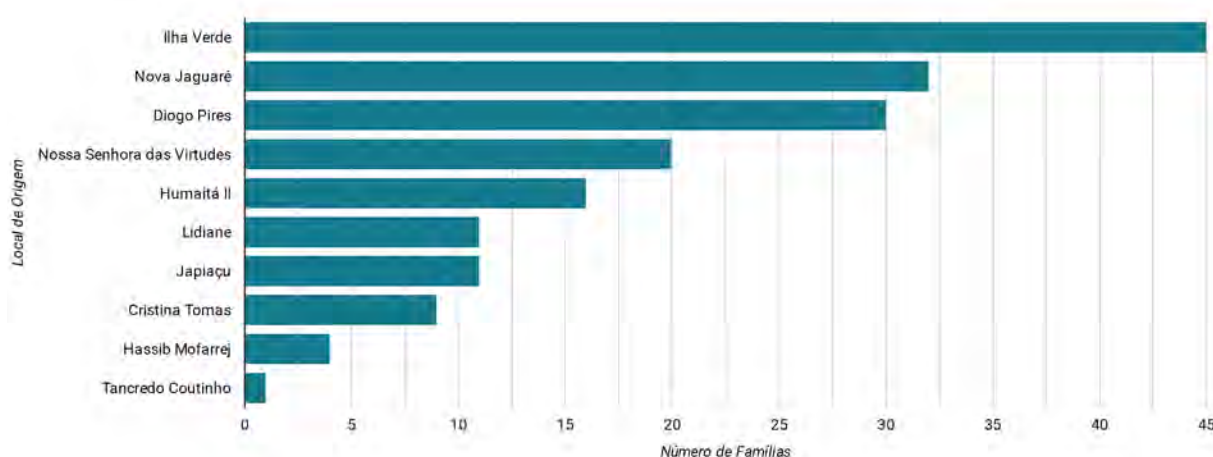
No Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios, dentro do contexto do arranjo da Sehab com as gerenciadoras, a primeira entrega de 78 unidades (F2) seria feita em março de 2021. No entanto, alguns dias antes, centenas de pessoas ocuparam os apartamentos. Alegaram que estavam na fila para atendimento da CDHU há anos, portanto, também teriam direito àquelas unidades. Apesar da Polícia Militar ter tentado intervir, não conseguiram remover as famílias ocupantes e deu-se início a um processo de reintegração de posse, que demorou alguns meses (DANTINE, 2021). Em 2022, houve uma negociação da prefeitura e as famílias foram retiradas para que a demanda original entrasse. Por isso, essa torre foi entregue apenas em fevereiro e a F1 (103 unidades) em abril de 2022. Isso mostra como os programas habitacionais não atendem um problema que é recorrente.

É importante pontuar também que, de acordo com a equipe social do empreendimento, a lista de famílias selecionadas pela prefeitura é do começo dos anos 2010. São pessoas que vieram de remoções de favelas do entorno, das regiões das Subprefeituras Lapa, Casa Verde e Sé, em decorrência de obras públicas de urbanização e

61 O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) é uma licença emitida pelo corpo de bombeiros que comprova legalmente que o edifício está apto para ser habitado. Por questão de segurança, o movimento de moradia não autoriza a mudança das famílias antes de obter esse documento, mesmo que a obra esteja finalizada.

áreas de risco. Em suma, o histórico dessas famílias é muito variado. As favelas Vila Nova Jaguaré e Diogo Pires passaram por processo de urbanização, com um Plano de Intervenção de 2006. Em 2011, parte das famílias foram removidas. Dessas, ao todo, 66 famílias foram atendidas pelo empreendimento Ponte dos Remédios. No mesmo ano, algumas famílias da área Nossa Senhora das Virtudes também foram removidas de suas casas de origem, das quais 20 fazem parte desse projeto. A área Tancredo Coutinho tratava-se de uma ocupação de praça pública e, em 2015, 1 família foi removida. O assentamento Ilha Verde caracterizava-se por uma ocupação altamente adensada, que resistiu por quase 40 anos em uma área não edificante, mas 44 famílias foram removidas. Já a favela Lidiane teve 11 famílias removidas por conta de risco aos moradores e às crianças devido à proximidade com o sistema viário e uma ponte que atravessa a Marginal Tietê. Além disso, a demanda também é composta por pessoas que passaram por situações emergenciais - como incêndio no assentamento Humaitá II (15 famílias), em 2012, ou na comunidade Japiáçu (11 famílias), em 2011. Ainda, algumas famílias ocupavam um imóvel no Bom Retiro, mas 9 delas foram removidas em 2013 devido às más condições dos edifícios. Por fim, 4 famílias indicadas moravam em barracos na rua, na região da Lapa. Isso foi ilustrado no Gráfico 9 a seguir, que mostra o número de famílias por local de moradia anterior, e na Imagem 21, onde é possível ver cada localização e distância em relação ao Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios⁶².

Gráfico 9: Local de moradia anterior das famílias do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios.



Fonte: Dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

⁶² Ressalta-se que esses dados gerais não detalham a história individual de cada família. Como o contexto de reurbanização de favelas não é foco desta dissertação, não coube investigar cada um desses processos anteriores, nem analisar criticamente os motivos para as remoções. Aqui, interessa o momento em que essas famílias chegam no TS em provisão habitacional, como atendimento definitivo no Conjunto Ponte dos Remédios.

Imagem 21: Mapa do local de moradia anterior das famílias do Conjunto Residencial Ponte dos Remédios.



Fonte: Dados fornecidos pela Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios LTDA, 2022. Elaboração gráfica: Mariana Florio.

Essas famílias estão há anos desalojadas e, no período de espera, recebem o auxílio aluguel (R\$ 400,00), sem nenhum outro suporte do poder público, apenas com acesso ao plantão social⁶³ fornecido pela Sehab e pela gerenciadora, caso precisem. Na época das remoções, passaram pelo atendimento do trabalho social em reurbanização de favelas. No entanto, depois da mudança, isso foi interrompido, então não houve um acompanhamento próximo continuado. Essas famílias não mantêm contato entre si, visto que cada um mora onde pode, dependendo de suas circunstâncias pessoais. Segundo os técnicos, essa questão é vista como um problema e debatida internamente, na tentativa de encontrar formas de melhorar o atendimento. Porém, seria muito complexo dialogar com essas famílias, em situações tão diversas e por tanto tempo. Como seria possível planejar e implementar esse trabalho social?

Nessas circunstâncias, o que acontece é que, normalmente, o trabalho social começa quando o empreendimento está quase pronto, cerca de um ano antes da entrega. Para a etapa de pré-ocupação, a Sehab libera a lista da demanda, para que as gerenciadoras entrem em contato com as famílias, atualizem seus cadastros, se preparem e organizem as atividades. É feito o plano de trabalho social, que é apresentado para a Sehab para ser aprovado. Como o tempo da ação é muito longo (nesse caso, aproximadamente 10 anos), e a vida das famílias nos territórios é muito dinâmica, é preciso esperar uma data mais próxima da finalização da obra para começar as reuniões.

63 Plantão social é um atendimento individualizado a cada família ou morador, como espaço de acolhida e diálogo e trata de assuntos diversos. É oferecido para as famílias de um empreendimento, em horário e dias pré estabelecidos, em que o técnico fica disponível para receber as pessoas presencialmente ou por ligação telefônica. A PMSP também oferece esse serviço, na Central de Habitação, localizada no centro da cidade, todos os dias da semana (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2022).

No Conjunto Ponte dos Remédios, em especial, como a invasão atrasou a entrega dos apartamentos, também houve uma pausa no trabalho social pré-ocupação que estava em andamento devido à incerteza de quando a situação seria regularizada. Sendo assim, o trabalho social começou em 2020, de forma remota, em 2021 foi paralisado, e em 2022 voltou a acontecer, de forma híbrida. Segundo as técnicas, isso prejudicou muito a união do grupo, que já era originalmente disperso, como mencionado. Como mostrado, quando já existem relações entre as famílias, lideranças e uma organização coletiva prévia, o TS tende a ser um processo mais fluido e, por isso, consegue se aprofundar melhor nas questões e ações propostas. Complementar a isso, as técnicas entrevistadas comentaram o fato das decisões serem tomadas de cima para baixo. Isto é, normalmente, a gestão da secretaria define onde e quando acontecerá o trabalho social, passando para a equipe social, que a partir daí consegue se planejar e tomar as rédeas do processo. Além disso, como os projetos, em geral, vêm prontos das licitações públicas, não há uma abordagem de participação social, para que as famílias se apropriem e discutam os detalhes e as características da intervenção. Dessa forma, às vezes o processo de protagonismo das famílias se vê atropelado pelas exigências obrigatórias e definições externas, que chegam prontos e de forma verticalizada.

Cabe enfatizar que, nesse arranjo, não existe trabalho social fora do contexto de um programa e projeto habitacional específico. Enquanto nos movimentos e ATHIS, há uma relação prévia, uma construção de ideias, o que pode ser considerado como uma preparação inicial para o TS, no caso da Sehab com as gerenciadoras, esse contato só começa depois que tudo já está contratado. Angélica (Profissional AUH12, em entrevista, 2022) comentou que, na região central, por exemplo, apesar da variedade de programas existentes (relacionados a ocupações, cortiços, ocupações de terrenos, favelas, locação social, empreendimentos novos, etc.), não há ações próximas com as famílias quando não há financiamentos disponíveis. Isso porque não haveria formas de viabilizar o atendimento habitacional adequado. Ou seja, a atuação está estritamente ligada aos programas públicos vigentes, o que agrava o fato de que São Paulo vive uma lacuna de financiamentos possíveis para o TS, como mostrado anteriormente no capítulo 1.

Quadro 5: Quadro síntese da categoria Contexto local.

CONTEXTO LOCAL		
ASPECTOS GERAIS	ASPECTOS ESPECÍFICOS	RELAÇÃO COM ARQUITETOS E URBANISTAS
Características do grupo	Conflitos internos	Indireta
	Perfil socioeconômico	Temas a serem trabalhados, questões estruturais e formação da cidade
	Relações preexistentes	Indireta
	Origem	Indireta
	Histórias e trajetórias individuais	Indireta
Características do empreendimento	Bairro/localização	Segregação sócio espacial, relação com o entorno, uso do espaço público
	Tamanho	Indireta
Programa habitacional	Recursos financeiros	Presença maior ou menor de multidisciplinaridade, mais ou menos arquitetos na equipe
	Formação da demanda	Indireta
	Padrões e exigências mínimos	Usar produtos e exigências para trabalhar outras questões, de forma complementar ao mínimo
	Tempos do TS	Pré-obra pode incluir apresentações do projeto e projeto participativo; no pós-ocupação, ocorrem as aprovações nos órgãos públicos e os arquitetos ajudam a passar essas informações, além de questões relativas a usos e reformas nos espaços comuns e apartamentos;

Fonte: Elaboração própria, 2022.

2.2.2

Arranjo institucional

O arranjo institucional é “o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica” (PIRES e GOMIDE, 2014, p. 13). Isto é, o arranjo institucional é entendido nesta pesquisa como o arranjo estabelecido para viabilizar a elaboração e execução do trabalho social. Assim, cabe o aprofundamento nas dinâmicas organizacionais nos quais os trabalhos sociais são concebidos e como isso influencia a atuação de seus agentes, a partir das condições que eles encontram para fazer seu trabalho. Como explicado, foram dois arranjos estudados: (i) movimentos sociais em parceria com as assessorias técnicas e (ii) setor público em parceria com as gerenciadoras.

(i)

Movimentos sociais em parceria com assessorias técnicas

Parte-se do pressuposto que em ATHIS, a prática do arquiteto em trabalho social é definida por ação, reflexão e diálogo, o que remete aos pensamentos do educador Paulo Freire.

Como visto, teoria e prática estabelecem uma relação dialógica na vida e obra de Freire. A união entre reflexão e ação é definida como práxis. Por meio dela é que o ser humano domina a história e a cultura, torna-se um ser capaz de criar, sendo, portanto, um ser do que fazer. Para Freire, a reflexão sem ação se transforma em verbalismo, palavras alienadas e alienantes. Não há comprometimento com a transformação uma vez que não há ação. Da mesma forma, ação sem reflexão se converte em ativismo, que impossibilita o diálogo e nega a práxis verdadeira. O que fazer do ser humano é sua práxis, é dessa forma que ele consegue superar as condições de opressão que o tornam objeto para assumir sua posição como sujeito da história. Por isso, a práxis acompanha o processo de conscientização do sujeito possibilitando a transformação da realidade (MASSIMETTI, 2022, p. 70).

Em um dos casos estudados, isso ficou muito nítido. Foi extremamente relevante acompanhar uma série de três encontros da equipe da Peabiru para avaliação interna do processo do trabalho social do Lord Hotel, que aconteceu em março de 2022. No primeiro,

os profissionais debateram sobre dois textos - Freire (1987) e Fidelis e Gusmão (2020) - que foram usados como base para refletir e analisar suas atuações, suas intencionalidades e seus lugares na implementação dessa política pública. Depois disso, no segundo encontro, foi realizada uma conversa para avaliar o trabalho social, em relação aos seguintes pontos: objetivos, envolvimento da equipe, atividades com as famílias, criação dos momentos e espaços de formação e compartilhamento, politização do processo, relação com os outros agentes, planejamento, ferramentas e instrumentais e, por fim, desdobramentos. Por último, essas conclusões foram apresentadas em uma reunião geral, onde houve uma reflexão coletiva sobre o que é trabalho social para a assessoria técnica e quais seriam as diretrizes futuras para os próximos TS desenvolvidos por eles. Esses debates vão de encontro com o que esta pesquisa investiga, mostrando que o assunto é caro para os profissionais dessa assessoria técnica e que o arranjo organizacional estabelecido dá grande importância ao TS dentre todas as atividades que são desenvolvidas.

Cabe reforçar que a prática das assessorias técnicas não é homogênea, por isso existem diferenças entre os TS desenvolvidos por elas, sendo coerente com as formas de trabalhar de cada assessoria. Por exemplo, como já foi dito, a Peabiru tem uma vertente voltada a atividades acadêmicas e formativas. A Integra, além de assessoria técnica, é também uma construtora. A Ambiente, assessoria técnica das arquitetas e urbanistas entrevistadas, trabalha com regime parcial de mutirão (CICUTO, 2019). Essas características intrínsecas às organizações e às suas equipes de trabalho transparecem e influenciam a forma de implementar o trabalho social.

O principal ponto em comum é a autogestão. A proximidade com os movimentos de moradia permite um diálogo muito maior com as famílias, porque o foco do processo é justamente seu protagonismo, garantindo voz e poder a cada uma delas. O movimento social, em geral, já trabalha essas questões quando trata do direito à moradia e à cidade com seus grupos de base. Ou seja, estar em um arranjo em que isso é o grande destaque do trabalho social permite que os arquitetos populares aprofundem suas discussões. As famílias são estimuladas a contribuir com seus conhecimentos e ideias para a formação do grupo, mas também recebem capacitação técnica sobre diversos assuntos - como cronograma de obra, segurança do trabalho, orçamentos, paisagismo, entre outros. O intuito é que elas se tornem autônomas para discussões com a Caixa ou outros órgãos financiadores, órgãos públicos ou a construtora.

Um exemplo foi quando, no Residencial Elza Soares, os moradores da comissão de Fiscalização e Segurança do trabalho se atentaram e ficaram preocupados com as

condições de higiene da obra, pois não havia quantidade suficiente de álcool em gel e nem todos usavam máscaras - elementos de proteção essenciais durante a pandemia de Covid-19. Como as relações no canteiro de obras e as condições de trabalho são temas caros aos movimentos sociais e às assessorias técnicas, essa questão foi muito debatida. Então, uma das futuras moradoras, que é técnica de segurança do trabalho, organizou uma oficina para formar os outros membros da comissão. Posteriormente, a questão foi resolvida por meio do diálogo com a construtora.

Outro princípio fundamental é informar a população sobre todos os detalhes do processo. Isso se inicia na etapa de pré-obra, quando as famílias ficam a par do que vai acontecer e como, alinhando expectativas para a intervenção. No entanto, continua durante todas as etapas. Nesse arranjo, a autogestão e a proximidade com a obra permitem maior transparência no que é passado para a demanda. A prestação de contas é detalhada e, apesar de ser digerida pela assessoria técnica para ficar mais compreensível, tem o acompanhamento da comissão responsável (CRE), que também tece explicações e comentários nas assembleias gerais para os demais moradores, já que participa ativamente das reuniões com a construtora e com a coordenação do movimento.

Uma questão igualmente essencial para as assessorias técnicas e movimentos sociais é o viés sócio-político do processo. Ou seja, o tempo todo o contexto sócio-político e econômico é trazido para o debate, politizando os discursos e encontros. Para Fidelis e Gusmão (2020), o cotidiano do TS é decidido, primeiro, pelas determinações macrossocietárias, que estabelecem o cenário possível para a atuação e, depois, pelas respostas construídas pelos sujeitos coletivos para a leitura da realidade. Dessa forma, os técnicos problematizam a vida vivida, em parceria com as famílias, que também aprimoram seu senso crítico. Questionar os acontecimentos da cidade e do país se torna uma prática constante.

Um caso emblemático é o do empreendimento Florestan Fernandes e José Maria Amaral⁶⁴, onde o TS foi executado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1, em parceria com a Assessoria Técnica Ambiente. Apesar de não serem objeto específico desta pesquisa, duas arquitetas e urbanistas dessa assessoria foram entrevistadas, como mostrado no Quadro 4. A arquiteta Renata Aguiar (em entrevista, 2021) conta que houve um momento para discutir e definir as cores das fachadas dos edifícios. Além de trazer opções de composições e referências, os arquitetos orientaram sobre a legislação vigente

⁶⁴ Esses empreendimentos também estão localizados em Cidade Tiradentes e foram contratados pelo PMCMV-Entidades, em 2010, em esquema parcial de mutirão. Em março de 2021, os empreendimentos estavam 97% prontos.

e limitações técnicas. Os moradores queriam que os prédios fossem em tons de bege, enquanto a equipe de arquitetura propôs pinturas muito coloridas. Para os técnicos, a paleta bege representava o que era produzido pelo mercado imobiliário para a classe média, visando imitar um padrão de beleza da classe alta, enquanto para os moradores, a paleta colorida remetia aos prédios produzidos pela CDHU no bairro. Dessa forma, esse momento foi utilizado para refletir sobre o que é socialmente considerado bonito e problematizar a questão, pensando sobre a paisagem que os moradores queriam para a cidade. No fim, foi escolhida uma opção intermediária.

Outro ponto importante é que os movimentos sociais recorrentemente chamam os moradores para atos, manifestações ou novas ocupações, como forma de reivindicar pela efetivação dos direitos sociais. Da mesma maneira, o programa habitacional e suas condições de contratação também são debatidas e contestadas.

A liderança do movimento começa falando e passa um informe político importante. No dia 26, às 10h, vai haver um ato para fazer pressão na Sehab. (...) O movimento precisa continuar suas mobilizações para que haja mudanças no estado e no Brasil, contra o sucateamento dos hospitais e da saúde. Cada dia mais direitos são retirados dos trabalhadores. Hoje, praticamente não existe mais CDHU, nem programas habitacionais. A FLM tem alguns empreendimentos com projetos prontos e aprovados, com alvará de execução de obra, mas não tem programa para contratação. O movimento e as famílias não sabem se haverá recursos para finalizar a obra do Lord, porque a inflação e os valores dos materiais subiram muito, então será necessário pedir recursos extras na prefeitura. A FLM marcou o ato dia 26 para fazer pressão, pedir recursos extras e tirar do papel os projetos que estão parados. A liderança considera que o ano é bom para luta, porque não tem eleição. Vão tentar ter recursos municipais. Ano que vem precisamos derrotar os ultraliberais e o bolsonarismo, nas eleições de 2022 (Caderno de campo da autora, 21/02/2021).

Em todos os empreendimentos estudados aparece o fato de que os recursos financeiros são insuficientes. Como visto, no PMCMV não era possível atualizar a verba de acordo com a inflação e isso fez com que, muitas vezes, não houvesse dinheiro para completar todos os serviços previstos inicialmente, devido à demora entre a contratação e a finalização da obra. Isso pode ser observado nas fichas dos empreendimentos. Por exemplo, no Rosa Parks e Zilda Arns, a contratação foi feita em 2018, a obra começou em 2019 e finalizou em 2021. Por isso, os movimentos de moradia e as assessorias técnicas veem como fundamental lutar por adequações nas políticas e programas existentes, para que eles atendam às suas reais necessidades.

As mudanças normativas, a grande maioria delas foram exigências nossas porque não tava conseguindo resolver questões concretas. Vou te dar um exemplo: em 2012,

por exemplo. Você podia comprar um terreno no Fase 1 como Pessoa Jurídica, sendo a Entidade que assinava o contrato, mas todos os contratos que vinham, inclusive da época do Crédito Solidário e a primeira fase do Minha Casa Minha Vida, eram assinados na parte de obra, na fase de obras, já com o parcelamento aprovado e registrado em cartório, gerado uma matrícula e cada pessoa já assinava o seu contrato de financiamento no começo da obra. Nós mostramos, pela experiência que a gente tinha, tanto com a Prefeitura quanto com a CDHU que isso era ruim, por vários motivos. (...) Era um negócio que só tinha sentido para incorporação imobiliária, novamente, eles pegaram na figura que era do mercado e trouxeram pra produção pra gente. E foi assim, tão vendendo apartamento. Ninguém né, nem pra uma, nem pra outra. E aí foi isso, nós ficamos brigando quase um ano para mudança de normativa, pra permitir que a fase de obras também fosse contratada com a Associação e não com as Pessoas Físicas, né. Então isso gerou uma baita duma mudança, inclusive depois mesmo que não tinha fase de projeto, fase de obra, passou a contratar direto como Pessoa Jurídica, assim, que foi uma mudança profunda que aconteceu em 2012 (Evaniza Rodrigues, em entrevista, 2020).

Uma das pautas mais conversadas durante o trabalho social, que é, inclusive, obrigatória, é a renda das famílias. A geração de renda pode ser trabalhada de forma superficial, com oficinas que ensinam pequenos ofícios, como costura, venda de objetos, etc. Mas no caso do arranjo dos movimentos com as assessorias técnicas, esse tema é visto como uma oportunidade para aprofundar a análise sobre a questão econômica do país, as crises enfrentadas nos últimos anos e suas causas. Como mostrado no capítulo 1, o conjunto de medidas que desregulamentou o mercado de trabalho, implementado desde 2017, trouxe a precarização como regra. Não houve diminuição da taxa de desemprego, mas sim aumento da vulnerabilidade e desigualdade social. Desde 2016, há recordes de informalidade no mercado de trabalho brasileiro (DRUCK; DUTRA; SILVA, 2019).

Essas mudanças têm interferências diretas nas condições de vida das populações mais pobres, que são as mais afetadas. Assim, aumentaram os índices de fome, violência urbana, miséria, etc., implicando também na precarização das moradias. Como visto, durante a pandemia de Covid-19, essa situação se agravou ainda mais. É por isso que, durante o trabalho social executado pelas assessorias técnicas, esses assuntos são trazidos à tona. Isso também permite que os moradores entendam que seus problemas pessoais não são isolados e fazem parte de uma questão estrutural, que precisa ser resolvida por meio de políticas públicas.

É a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tornando-se cômico das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias em que ele. (...)

Chegamos a saber que todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma sequência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento

dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico (MILLS, 1959, p. 12).

Nesse sentido, as próprias relações sociais são colocadas em cheque. A forma hierárquica e baseada em dinheiro de se relacionar não condiz com a ideia de organização social horizontal e coletiva dos movimentos sociais organizados e arquitetos populares. A democracia também é constantemente reafirmada. As decisões são conversadas e acordadas entre todos, por meio do voto em assembleia, o que já traz uma vivência bastante horizontal e democrática para o grupo. No pós-ocupação do Rosa Parks e Zilda Arns, a equipe social teve um grande esforço para estimular esses princípios para a gestão dos empreendimentos. Isso pôde ser visto no dia da eleição dos membros do corpo diretivo do Edifício Rosa Parks, quando a subsíndica se pronunciou:

A nossa proposta é coletiva, uma ajudando a outra, para que tudo corra bem. Agora é hora de pôr em prática. O que a gente pede é que a partir de agora a gente se ajude. O movimento nos proporcionou esse sonho que é a moradia digna. Quando eu entrei no grupo de base, eu não tinha coragem de falar. A gente aprendeu muito com o Sidnei, Vera [coordenadores da ULCM] e coordenadores. Nossa proposta maior é que a gente se una e trabalhe no coletivo. Precisamos de união, com todas as famílias. Todas as propostas vão ser bem vindas! Estamos muito felizes de estar no prédio. Todas as famílias aqui são capazes e vamos atender a todos, porque chegar aqui foi muito difícil. Serão todos bem vindos a nos ajudar. Viva! (Eliana dos Santos, em assembleia, 2021).

Relacionado a isso, é notável a existência da intenção de extrapolar as dimensões do empreendimento e abordar tópicos que são históricos e estruturais na sociedade. Isso inclui a formação da cidade de São Paulo e as temáticas de gênero e raça nas vivências urbanas. Então, nesse arranjo, os momentos obrigatórios são usados como impulsionadores de questões mais abrangentes. A escolha do nome do empreendimento, por exemplo, em ambos os casos, gerou uma reflexão sobre feminismo. Ao escolher homenagear mulheres importantes em lutas sociais, a ideia é representar a maioria de mulheres que integram os movimentos sociais⁶⁵.

O nome definitivo para o Lord - Elza Soares - foi discutido ao longo do primeiro semestre de 2021. Primeiramente, os moradores entraram em consenso que seria o de

65 "As mulheres possuem um papel de protagonismo na luta pelo direito à moradia e o direito à cidade na organização dos movimentos sociais. O processo de autogestão potencializa a capacidade de análise crítica da realidade e é a porta de entrada para outras tantas lutas e reivindicações, sob a perspectiva de igualdade de direitos e oportunidades. A expressiva participação de mulheres nos movimentos de moradia, tanto em sua base como, mais recentemente, na direção e responsabilidades de gestão, é marca encontrada em diversos processos autogestionários." (UNIÃO NACIONAL DE MORADIA POPULAR, 2019, p. 23). De acordo com Helene (2019), as pautas sobre feminismo começam a se intensificar e se estruturar nos movimentos de moradia a partir de 2016.

uma mulher negra, para marcar o simbolismo da presença desse empreendimento no centro da cidade, como já foi mostrado. Algumas místicas⁶⁶ e debates foram organizados sobre o tema, sugestões foram trazidas, tanto pelo movimento, quanto pelos moradores. No final, as opções mais votadas foram: Antonieta de Barros, Esperança Garcia, Tereza de Benguela, mas a vencedora foi Elza Soares. É importante lembrar que a cantora Elza Soares, em 1964, foi barrada de se hospedar no antigo Lord Hotel, junto com seu esposo da época, Garrincha, vítimas de racismo. Esse fato influenciou a votação e trouxe ainda mais força e significado para a escolha.

Por fim, lembra do processo de escolha do nome do prédio, Elza Soares. Eliete conta que o racismo e feminismo já eram temas debatidos com as famílias desde os grupos de base. Era unânime a decisão de homenagear uma mulher negra, que são as pessoas que mais batalham. Ela acrescenta que a atividade de pedir para que os moradores trouxessem opções para votação foi muito interessante, pois a busca pela história de vida de mulheres negras deixou nítida a importância delas para a cidade, em um processo bonito de aprendizagem, descoberta e compartilhamento entre os moradores. (...) Eliete estava torcendo para que o nome Elza Soares ganhasse (Caderno de campo da autora, 21/10/2021).

Igualmente, foram feitas atividades, em grupos menores, para falar sobre esses tópicos. A ideia era criar um espaço acolhedor, em que as mulheres pudessem contar suas histórias e problemas, em um processo de escuta e troca. Nesse contexto, foram discutidas as violências sofridas por mulheres no âmbito urbano (desigualdade salarial, medo de andar nas ruas, sobrecarga com trabalho doméstico não remunerado, etc.), mas também conquistas dos últimos anos, principalmente em leis que asseguram direito e exemplos de mulheres que ganharam poder na política⁶⁷. Além disso, houve a divulgação de espaços de acolhimento para vítimas de abusos e violências domésticas, caso alguma das participantes da dinâmica precisasse desse apoio.

Assim, pode-se perceber que os movimentos sociais e os arquitetos populares

66 Místicas são apresentações de cunho artístico e poético que são feitas no início das reuniões com o intuito de sensibilizar os presentes sobre determinado assunto. É uma forma de manifestar animação, energia, persistência e falar sobre a causa pela qual se luta (BOGO, 2008).

67 Na educação, as mulheres passaram a poder frequentar a escola básica a partir de 1927 e as universidades em 1979. As mulheres tiveram direito ao voto a partir de 1932. No trabalho, a partir de 1943, a mulher não precisava mais da autorização do marido para trabalhar fora de casa. A licença maternidade passou a existir em 1934, quando também foi proibido que mulheres grávidas fossem demitidas. A licença se estendeu para 120 dias em 1988. No casamento, o divórcio passou a ser permitido por lei em 1977. Em 2006, foi aprovada a Lei Maria da Penha, que estabelece a violência doméstica (física, psicológica, sexual e patrimonial) contra a mulher como crime. Em contraposição a isso, foi mostrado que o número de mulheres eleitas no Brasil cresceu, bem como a participação das mulheres em cargos de chefia. Essas informações foram coletadas pela equipe social para serem apresentadas em assembleia.

compartilham do pensamento de que a moradia digna vai além da construção física da casa. O trabalho social por eles elaborado vai tratar de questões globais que envolvem a vida plena de cada cidadão. É prioridade também a saúde, as relações de trabalho - como já mencionado - a alimentação e a fome, as violências e violações, o acesso à internet, ao lazer, à cultura e à livre expressão. Então, quantos direitos cabem dentro do direito à moradia? Durante a pandemia, os movimentos e as assessorias se mobilizaram e deram atenção à saúde mental. As famílias foram encorajadas a buscar ajuda especializada, para acompanhamento psicológico gratuito. Isso mostra o princípio de desmercantilização da vida, onde o foco é a cooperação para o bem estar e condições de vida digna para todos. Esse tema voltará a ser debatido no Capítulo 3.

A experiência prática do trabalho associado autogestionário é também uma experiência de politização, de tomada de consciência das formas de dominação na sociedade capitalista e das alternativas para a emancipação e para a elevação das condições de vida de todos os trabalhadores e suas famílias (LAGO, 2019, p.18).

(ii)

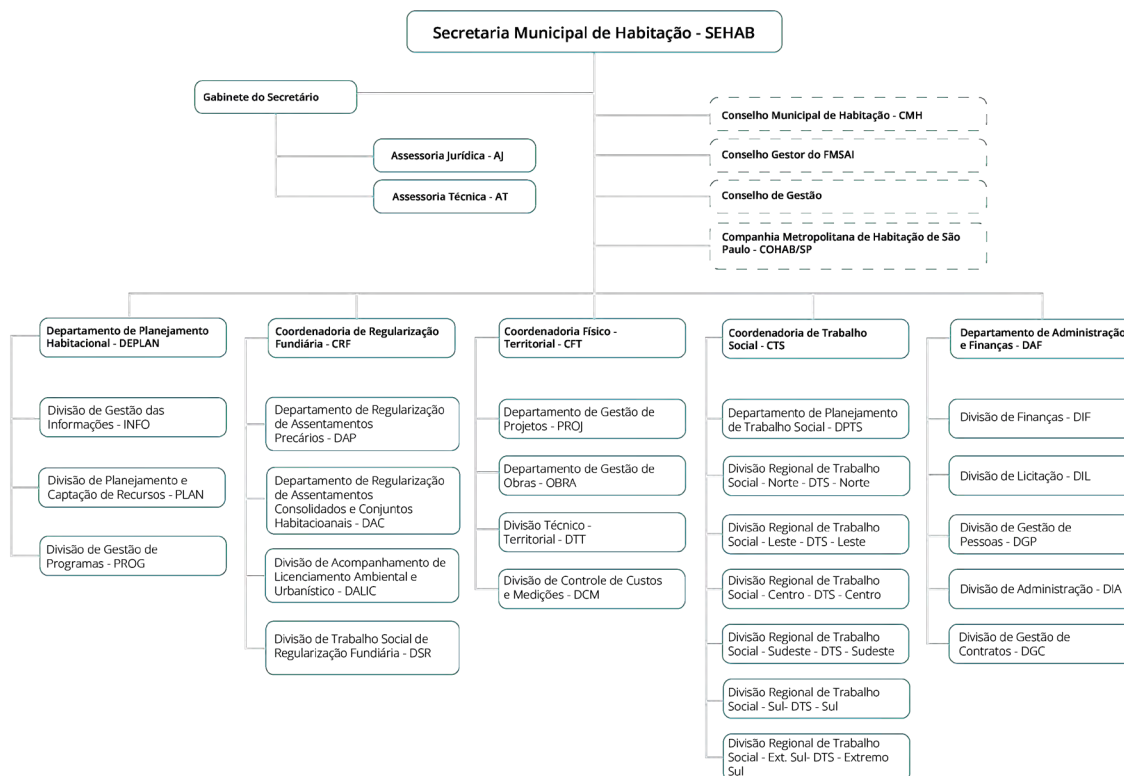
Setor público em parceria com as gerenciadoras privadas

Referente ao segundo eixo estudado, do setor público em parceria com as gerenciadoras privadas, de acordo com as entrevistas e com o Decreto divulgado no site da Sehab, em dezembro de 2017, aconteceu uma reestruturação da secretaria. Até então, a hoje chamada de Coordenadoria de Trabalho Social (CTS)⁶⁸ era mais interdisciplinar, pois contava com uma proporção de 1 arquiteto a cada 3 assistentes sociais, aproximadamente. Entretanto, havia uma disputa de entendimento da atuação dos arquitetos nessas equipes de trabalho social, visto que as atividades relacionadas a projeto e obra - normalmente atribuídas aos arquitetos - estavam em outros setores. Assim, a partir de 2018, os arquitetos foram redistribuídos para as coordenadorias físico-territorial (CFT), de regularização fundiária (CRF) ou planejamento habitacional (DEPLAN), esvaziando a interdisciplinaridade da CTS. Vale lembrar que, desde 2009, a coordenadoria relacionada à assistência social é regionalizada, ou seja, dividida entre Sudeste, Sul,

68 Para mais informações, ver: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/coordenadorias/>.

Centro-Oeste, Norte e Leste. (MARIN, 2012). Pode-se verificar o fluxograma da estrutura da secretaria na Imagem 22, a seguir.

Imagem 22: Fluxograma das Coordenadorias e departamentos da Sehab, desde outubro de 2017.



Fonte:Elaboração própria, a partir de dados fornecidos no site da Secretaria Municipal de Habitação, 2022.

Até hoje, a CTS é a única coordenadoria da secretaria que é territorializada, proporcionando uma ligação mais próxima com a população atendida, enquanto os outros departamentos vão menos a campo. Em outubro de 2022, de acordo com os dados publicados por Sehab, a equipe de funcionários públicos de CTS contava com 62 assistentes sociais e 8 arquitetos e urbanistas, distribuídos entre I - Departamento de Planejamento de trabalho social; II - Divisão Regional de trabalho social – Norte; III - Divisão Regional de trabalho social – Leste; IV - Divisão Regional de trabalho social – Centro; V - Divisão Regional de trabalho social – Sudeste; VI - Divisão Regional de trabalho social – Sul; VII - Divisão Regional de trabalho social – Extremo-Sul⁶⁹.

Eu comecei a trabalhar na secretaria em abril de 2011. Então já faz um bom tempinho aí. E aí ao longo desses anos a secretaria passou também por algumas reestruturações (...) Nessa estrutura antiga da secretaria o trabalho era bem interdisciplinar, porque

69 As políticas habitacionais já estiveram atreladas a diferentes secretarias, desde 1966 até 2022. A Sehab entra em vigor em 1986. Para mais detalhes sobre o trabalho social desenvolvido pela Sehab de forma terceirizada, entre 1989 e 2004, ver Santos (2021), com a perspectiva das assistentes sociais.

cada regional tinha uma equipe variada, assim, profissionais diversos. Então quando eu entrei em a gente tinha a equipe social, tinham assistentes sociais e tinha um psicólogo, arquitetos e engenheiros. Então, todos trabalhavam de forma bem integrada e aí existiam departamento de obras e aí as regionais atuavam meio que em conjunto com esses profissionais do departamento pra acompanhar os projetos e intervenções de urbanização da secretaria. Então, acontecia dessa forma quando eu entrei. (...) Não lembro o ano, mas a estrutura mudou, então não só o nome, porque vira e mexe muda o nome dos departamentos (...) Então além do nome, como também já tinha até mudado outras vezes, a atribuição desse departamento mudou. Então, ele passou a ser composto só de assistente sociais, ele ficava nas caixinhas, assim, da organização da secretaria. Então aí tanto a coordenadoria como essas divisões técnicas que são as regionais, elas hoje são compostas basicamente só por assistentes sociais e eventualmente alguns arquitetos, que não saíram quando houve essa reestruturação. Mas aí o trabalho ficou muito focado no trabalho de assistente social (Fátima Profissional AUH11, em entrevista, 2021).

Mas aí houve essa reestruturação e ela meio que compartimentou mais esses setores. Eu, inclusive, era pra ter ido para esse setor aí, que era só físico territorial, que ficariam só os engenheiros, os arquitetos, o que a gente chama de área física e não área social. A maioria dos arquitetos saíram das regionais, eu acho que isso é uma perda muito grande e a forma como foi pensada a reestruturação ela também não aconteceu, né? Então os arquitetos queriam ir para outro setor, acabaram indo dividindo em outros setores, planejamento, projeto, obra e até o núcleo de soluções de conflitos, gestão de conflitos fundiários. E a gente, eu, mais alguns arquitetos, a gente acabou resistindo a isso, a equipe social também, na época da coordenação brigou, ficou uma discussão “a gente precisa muito desses técnicos aqui, o trabalho não vai mudar, não é só social, ia ficar muito compartimentado” e aí ficou uma discussão, vai, não vai. Aí acabei ficando e esperando uma decisão que não aconteceu e acabei ficando, né? Eu e alguns arquitetos poucos, tem regional que nem tem arquiteto, que acabou ficando sem. Então aí a gente vem tocando esse trabalho que ele continua (Jéssica Profissional AUH13, em entrevista, 2021).

Após essa reestruturação, inclusive, como os departamentos estão localizados em andares diferentes no prédio da prefeitura, existe uma separação física entre eles. Ou seja, mesmo a troca no dia a dia do trabalho ficou mais complicada. No geral, o diálogo crítico entre os técnicos também passou a ser cada vez menos estimulado, em um processo de “desidratação” do trabalho social, que acontece desde então. A estrutura se tornou mais verticalizada. Desde 2016 isso se intensificou, com cortes nos auxílios ofertados para as famílias de baixa renda, ficando evidente a falta de compromisso com um atendimento definitivo. Desde então, a PMSP reforça que as questões relacionadas à vulnerabilidade social sejam atendidas pela Secretaria de Assistência Social e não mais pela Sehab, como se os problemas não fossem interligados. A consolidação da razão instrumental (com manuais, rotinas institucionais e cumprimento de tarefas burocráticas) contribui para o processo de alienação do trabalho⁷⁰. As autoras Vieira e Ágata (2020, p. 187) reforçam

70 Informações apresentadas em encontro do Fórum de trabalho social em 2021, a partir de relatos de assistentes sociais que trabalham na PMSP, cujos nomes foram preservados.

essa ideia:

Nesse sentido, estamos em um momento crítico, em que a conjuntura complexa de retirada de direitos, processos de privatização das políticas públicas e reorganização do Estado pela imposição da lógica gerencial — vastamente representada nos processos de controle de produtividade, impostos pelos processos de terceirização do trabalho social — modifica a forma e o conteúdo do trabalho de assistentes sociais, tornando-o fragmentado, com foco no controle quantificado das atividades realizadas mais do que na qualidade e processualidade das intervenções. Ampliam-se os mecanismos de controle institucional sobre cada uma das tarefas executadas e criam-se restrições e constrangimentos ao exercício da relativa autonomia que possui o profissional para condução do seu trabalho, no mesmo movimento em que as políticas sociais também se fragmentam e se tornam cada vez mais focalizadas, dificultando a própria articulação intersetorial.

Por isso, a atuação nesse arranjo organizacional está mais limitada ao que é possível dentro da instituição. Aparece, em muitos momentos, que o TS depende da gestão vigente ou de interesses políticos, o que dificulta a atuação pontual dos técnicos. Nesse sentido, a prática fica mais vinculada ao que é determinado pelas normativas, ou seja, mais próximo do padrão mínimo estipulado, pois é cobrado que isso aconteça.

Aí eu vou dizer pra você que depende de quem tá à frente, né. Como a cada 4 ou 8 anos a gente tá mudando, mesmo internamente a gente tem muitas mudanças de direção. A gente já teve à frente coordenador, secretário, diretores com essa visão social, esse olhar social, entende? Então foca e trabalha nessa linha. E a gente já teve momentos em que não teve esse olhar (Jéssica Profissional AUH13, em entrevista, 2021).

Ainda assim, na fala das técnicas entrevistadas, tanto da Sehab quanto de gerenciadoras, está presente a intencionalidade de dialogar com os moradores e ouvir suas histórias, demandas, necessidades e desejos. Essa é a forma encontrada por esses profissionais para traduzir essas informações para seus departamentos posteriormente, em uma tentativa de adequar os projetos e suas execuções à realidade local, na busca por alternativas e soluções melhores para aquela população.

A gente sempre a gente tinha como meta, sempre vai uma assistente social, arquiteto, a gente está sempre fazendo essa dupla, né? E aí entender o quanto a gente podia contribuir, né? Porque a intervenção em si ela é física, é uma obra. Mas a gente transmitir isso para o morador, o que a obra precisa e também trazer de volta também quais os anseios, quais as necessidades dos moradores. Então a gente fazia essa interlocução e acredito que é muito esse trabalho que a gente faz, né? Essa interlocução entre o morador e essa intervenção prevista, né? Porque tem questões técnicas, a gente sempre passa isso pra eles, desde questões legislativas e técnicas, né? Mas tem muitas questões, e aí o dentro daquilo que pode mudar e o que pode ser revisto, aí a gente busca atender ao que o morador tem mais de interesse, né? (Jéssica Profissional AUH13, em entrevista, 2021).

A preocupação com os outros direitos sociais também existe. Algumas técnicas entrevistadas comentaram que as famílias mais vulneráveis recebem uma atenção maior, por abranger, além da precariedade habitacional, problemas com drogas, membros com necessidades especiais, ou rendas muito baixas em famílias muito numerosas. Nesse sentido, a questão do feminismo aparece quando as mulheres encontram no trabalho social um lugar de acolhimento e segurança, frente a um atendimento mais cuidadoso.

Então assim, nem todas as famílias têm renda ou mesmo situação compatível com ir para o condomínio. Então, esse trabalho conjunto com a equipe social, a equipe social identificava essas famílias que não tinham perfil para o condomínio, às vezes famílias muito numerosas, famílias que tinham com alguma deficiência mental, que às vezes ficar no condomínio seria ruim, né? Ficar ali fechado num apartamento, seria complicado, situações diversas ou mesmo falta de renda, é um problema. Em relação a drogas, álcool, enfim, problemas diversos que a equipe social ela fazia um estudo social daquela família e aí junto com a gente, né? Com a equipe de arquitetos a gente pensa numa solução específica pra atender aquela família mais vulnerável (Fátima Profissional AUH11, em entrevista, 2021).

Nesse contexto, também é muito forte o intuito de promover a articulação entre as famílias da demanda e a formação de lideranças ou fortalecer as existentes. Nesse vínculo constante com os moradores, é possível trabalhar a ideia de que eles são sujeitos de direitos e, portanto, podem reivindicar a efetivação desses direitos por parte do setor público. Diferentemente das famílias dos movimentos sociais, essas pessoas não estão previamente inseridas nessas discussões.

Então dentro do processo de, de atuação, há um esforço que eu vou chamar de despertar de consciência, né? Sobre a perspectiva de compreender que você é um sujeito de direito, né? Que você, o direito à moradia está inscrito na Constituição Federal, precisa ter um movimento pra que a cidade de São Paulo transforme isso numa política pública e não mais em programas de gestão pra beneficiar aquele seu curral partidário. Então, é um processo cotidiano de possibilitar que o sujeito se perceba como cidadão de direito e não mais como sujeito de troca. É um pouco isso... a luta cotidiana na secretaria (Ana Profissional ASFP, em entrevista, 2021).

Especificamente entre os arquitetos, aparece o intuito de esclarecer as questões técnicas da intervenção. Seja para proporcionar escolhas mais esclarecidas, seja para a transparência geral do processo. Em entrevista, Fátima (Profissional AUH11) conta, por exemplo, sobre sua atuação em um empreendimento na Zona Norte de São Paulo, entre 2005 e 2009. Nesse caso, o projeto envolveu três propostas diferentes, com urbanização, provisão habitacional e melhorias habitacionais, para um atendimento melhor adaptado

a cada situação. Nesse sentido, foi possível discutir com a equipe de projetos, para encontrar usos para as áreas comuns que acolhessem os desejos da população. Ao pensar em alternativas, o projeto passou a incluir uma quadra esportiva, uma horta coletiva e um centro de reciclagem para os catadores. Isso foi fruto do diálogo e da intencionalidade de construir, ao longo do trabalho social, um leque de possibilidades com os moradores.

Isso pode ser visto como ativismo institucional (ABERS, 2019), cujo conceito está relacionado à defesa de uma ideia particular, que luta contra o status quo, ou para mudar as forças dominantes. Isso não é uma simples preferência, mas sim fruto de um processo social de construção de valores, por meio da combinação de trajetórias na vida pessoal. Ademais, também envolve uma atitude ativa ou proativa desse profissional militante, procurando e aproveitando as oportunidades para promoção daquela determinada causa. Portanto, o ativismo institucional é a atuação engajada de um grupo de técnicos defendendo uma causa reconhecida como coletiva. Individualmente, muitas vezes, esses atores se consideram “técnicos-militantes”. Suas crenças políticas não vêm das posições organizacionais, mas sim das suas identidades individuais. Normalmente, esses profissionais se unem à pressão popular para lutar pela mudança almejada, mas não precisam necessariamente estar ligados aos movimentos sociais, como os técnicos de ATHIS⁷¹ (SILVEIRA, 2018; ABERS, 2019).

71 Complementando essa ideia, Silveira (2018) levanta as principais estratégias dos atores implementadores de TS, dentro do contexto do ativismo institucional, sendo (i) articulação e atuação em rede, por meio da mobilização de parceiros em torno de uma causa coletiva; (ii) experimentação para solucionar os diferentes problemas encontrados na prática, a partir dos recursos disponíveis; (iii) promoção de visibilidade ou formas que cada ator busca para trazer reconhecimento e legitimidade a sua causa; (iv) intermediação de acordos entre os diversos atores estatais e não estatais envolvidos no processo.

Quadro 6: Quadro síntese da categoria Arranjo Institucional.

ARRANJO INSTITUCIONAL		
ASPECTOS GERAIS	ASPECTOS ESPECÍFICOS	RELAÇÃO COM ARQUITETOS E URBANISTAS
Intencionalidade	Objetivos	Atuação mais abrangente e crítica do arquiteto ou mais pontual
	Concepção de TS da instituição	Estímulo ou não a participação do arquiteto
	Escala de alcance das ações	Participação em manifestações e luta para melhorias das políticas públicas, questões locais ou abrangentes na cidade
	Participação de lideranças	Indireta
	Transparência nas informações	Indireta
Oportunidades e constrangimentos da instituição	Importância dada ao TS	Tempo disponível para atuação dos arquitetos em TS, encaixe com outras funções
	Limitantes para ação militante	Maior ou menor abertura para contestar as decisões e atuar da forma que acredita
	Entendimento sobre a multidisciplinaridade	Estímulo ou não a participação do arquiteto
	Estrutura das equipes	Divisões de tarefas e responsabilidades, abertura para ideias dos arquitetos, trocas e compartilhamentos. Tomadas de decisões hierárquicas ou horizontais
Programa habitacional	Quem executa o TS	Arranjo institucional e suas implicações
	Modo de gestão	Mais ou menos diálogo dos arquitetos com as famílias sobre prestação de contas e decisões dos moradores com embasamento técnico
	Padrões e exigências mínimos	Maior ou menor propensão a se manter no mínimo, de acordo com a intencionalidade
	Nível de envolvimento com a obra	Mais ou menos visitas das famílias na obra, participação nos orçamentos, entendimento sobre cronograma e execução dos serviços
Relação com outros direitos sociais	Ações e atividades complementares	Indireta
	Atendimento individualizado da família	Indireta

Fonte: Elaboração própria, 2022.

2.2.3

Condições de trabalho

As condições de trabalho do profissional envolvido com o trabalho social interferem diretamente em como se dará sua prática. Nesse caso, importa o regime trabalhista, o salário, os recursos disponíveis, a carga de trabalho, o tamanho da equipe e a presença ou ausência de interdisciplinaridade.

Em relação ao que pôde ser observado nas assessorias técnicas, as equipes de trabalho social são compostas, normalmente, um assistente social ou sociólogo e uma arquiteta, no mínimo, além da presença constante da coordenação do movimento. Sendo assim, são equipes interdisciplinares. Além disso, o trabalho social é visto como um eixo condutor da intervenção, em que toda a equipe delibera conjuntamente o planejamento e o andamento das atividades, antes de prosseguir com as famílias.

Eu não tinha essa visão no começo, mas hoje e há alguns anos eu entendo que o trabalho técnico social ele não vai se limitar aos espaços formais que ele participa, por exemplo, uma reunião do técnico social (...) mas eu tenho clareza que esse trabalho ele, ele se expande pra várias outras áreas e dentro do, do próprio da própria organização. Então eu vejo o trabalho técnico social como um eixo que orienta mesmo, não só as famílias, mas outros profissionais também. A gente tem que tá todo mundo bem alinhado assim (Renata Aguiar, em entrevista, 2021).

Acho que é importante isso, né, falar que é uma equipe. Não é um arquiteto que faz uma coisa, um assistente social que faz outra, né. Todo o processo, ele é feito pensado de forma interdisciplinar. (...) Então acho que é isso, a ideia de você construir, desde o projetar, a forma de executar, a forma de organizar o canteiro, a forma de você realizar o trabalho, né, ele tem que ser pensado de forma interdisciplinar. E pensando, né, que as famílias que estão no processo de autogestão, elas têm vivências muito diversas, e que vão mudando ao longo do tempo (Evaniza Rodrigues, em entrevista, 2021).

Nessa lógica, a assessoria técnica e o movimento social têm uma relação de parceria, onde suas atuações se complementam. Da mesma forma que o movimento social começa o trabalho de base, politizando as famílias, lutando cotidianamente por condições para que os projetos aconteçam, a assessoria técnica e o arquiteto popular se juntam à luta estudando viabilidades técnicas e financeiras. Igualmente, as pautas do trabalho social e as formas que elas serão trabalhadas, em geral, são pensadas em conjunto. A assessoria, em geral, tem autonomia, por ser responsável pelo TS, mas as expectativas e objetivos precisam estar alinhados com a coordenação do movimento.

Como já foi mostrado no capítulo 1, as ATHIS e os movimentos sociais têm parcerias duradouras, desde a década de 80, em São Paulo. Muitos dos projetos se tratam de processos longos e demorados, pois várias etapas são necessárias: viabilização (prospecção e negociação do terreno, análise de viabilidade técnica e financeira, estudo preliminar, etc.), enquadramento (aprovações legais dos projetos, análise do agente financiador, análise de engenharia, social e orçamentos), seleção e contratação pelo financiamento público, execução de obra e pós ocupação (ROSSETTO NETTO, 2017). Por exemplo, o Lord e o Santa Etelvina estavam em aprovação desde 2016 e a contratação aconteceu em 2018. Esse percurso pode tornar a atuação dos arquitetos e da equipe social desgastante, por acompanhar tanto tempo a espera das famílias por um atendimento habitacional definitivo. Como existe um vínculo com essas pessoas, a sobrecarga emocional pode tornar o dia a dia de trabalho pesado, dependendo da fase do projeto.

Aí foi apresentado o Adelcke como o arquiteto, né, aquela pessoa que ia fazer o projeto do prédio, como que ia ser, a nossa moradia tanto por fora quanto por dentro. Foi aí que a gente ficou mais feliz, porque a gente viu que realmente quando a gente vai pra essa reunião é como se a gente tivesse a certeza que a nossa moradia ia ficar pronta. Mas não é do dia pra noite, né. Porque isso foi lá em 2016, né, quando a gente ganhou o terreno. 2017, 2018, 2019, quando foi fevereiro de 2019 é que começou a construção daqui (Elia dos Santos, em entrevista, 2021).

Eu só acho que assim, a gente tá, os profissionais que tão mais nas bases. E a gente tá na base, né? Os arquitetos, assistentes sociais, essa luta é mais dura, não porque ela é maior ou menor, não é isso, é que cê lida com muita gente e e é muita gente que é que nem eu falei, o recorte da sociedade. (...) Então é muito é muito duro isso assim, cê tá ali na lutando, literalmente, porque eu brinco que é uma briga com a Caixa ou, assim, Renata, a caixa ela é um assunto a parte, tem coisas que cê fala assim 'não, isso não acontece', mas acontece. Coisa que é muita muita displicência, muita incompetência. Mas acontece e acontece com muita frequência. Eu acho às vezes que a gente nem consegue passar tudo que a gente passa burocraticamente na Caixa nem pras famílias, nem pra ninguém, porque é tão absurdo que parece sempre que a gente tá exagerando. Então assim, conviver com essas incertezas que nem nesse momento agora, né? De tanta, de pobreza mesmo, as as coisas tão aumentando e tal. É muito duro tá na base vivenciando isso. Porque é isso: as pessoas querem casa pra amanhã, elas não querem casa pra cada daqui 10 anos, elas precisam hoje, hoje elas não têm onde dormir, não é amanhã. Então a luta, a luta do movimento nesse sentido ela é contínua, né? (...) Aí o pessoal que tá lá embaixo a urgência é outra, a urgência é outra. Então, às vezes a gente dá uma desanimada quem tá mais nas bases, porque a luta ali é muito é muito é muito difícil. Imagina, cê conviver com gente que entrou no movimento, vai, em 2009, que já morava mal em 2009, tem um apartamento pronto e ela não pode entrar em 2021. Gente, pessoas, senhores, que coisa, a gente que se fala assim, essa pessoa merecia tá num apartamento, tem muita senhorinha. Crianças que nasceram em 2009 e tão com 11 anos dentro do movimento. Pessoas que morreram, né? A gente tem, a gente tem mutirante que faleceu, tipo assim, então cê passa por uns processos muito, muito difíceis, muito duros assim (Renata Aguiar, em entrevista, 2021).

Para além desse fator, o número de membros da equipe vai depender do tamanho do empreendimento e, conseqüentemente, do recurso financeiro disponível. No Rosa Parks e Zilda Arns, por se tratar de um projeto com apenas 50 famílias, a equipe social era reduzida a uma ou duas assistentes sociais, dependendo do momento, com ajuda do arquiteto responsável e estagiários da arquitetura de forma mais pontual. Do mesmo modo, o número de comissões estipuladas e o número de famílias em cada uma delas, comparado ao tamanho da equipe social, também afeta a atuação do profissional. Por exemplo, no Elza Soares, a equipe era composta por cinco profissionais. As atividades eram, em média: reunião semanal de equipe para alinhar a preparação da assembleia geral, reuniões de preparação dos materiais das assembleias gerais, uma ou duas assembleias gerais por mês, uma visita a obra com as famílias por mês, reuniões semanais com a coordenação do movimento e com a CRE e, em adição, as reuniões separadas das comissões específicas. Esse volume de trabalho, somado aos outros projetos e funções em andamento, pode sobrecarregar os profissionais envolvidos ou fazer com que eles não tenham tempo para realizar todas as tarefas necessárias de forma satisfatória.

Ainda, como as atividades precisam ser previamente acordadas com as famílias, para que elas consigam se organizar para participar ativamente, normalmente, os encontros acontecem aos finais de semana ou nos dias úteis à noite, ou seja, em um horário para além da carga horária “tradicional” do arquiteto. Isso também pode se tornar desgastante, se não houver um alinhamento interno sobre essa carga horária. Da mesma maneira, o processo precisa estar alinhado com o andamento da obra e com as entregas e produtos parciais necessários. Por isso, o planejamento dos tempos do trabalho social se torna fundamental.

No dia a dia, é que assim, a gente só não tá mais junto, porque o desgaste é maior. Então, a gente tem que escolher nossas batalhas às vezes. Não porque a gente quer, mas assim, eu não dou conta de ir segunda a sexta na obra, sábado e domingo no mutirão e aí no domingo que tiver social estar lá. Eu não consigo. Então, a gente se divide, a gente fez isso por um tempo e teve uma hora que a gente sentou e falou, estamos exaustos, não aguento mais, porque você já não tem mais vida social. Enfim, a gente chegou todo mundo num limite muito grande e aí a gente se dividiu (Paula Paschoal, em entrevista, 2022)⁷².

72 A assessoria técnica Ambiente e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 trabalham com regime de mutirão com as famílias do empreendimento, aos finais de semana, em regime misto com uma construtora contratada. Isso interfere bastante na relação da equipe social com as famílias, porque existe um cotidiano de serviços e atividades no canteiro que não acontece nos estudos de caso desta pesquisa. No entanto, devido aos recortes estabelecidos, as questões do mutirão não serão discutidas aqui.

Complementando o que foi apresentado no capítulo 1, os recursos financeiros do TS no PMCMV-Entidade tinham o valor específico de 2% do valor total do empreendimento. Ainda assim, os repasses da Caixa para os pagamentos, desde 2019, estavam incertos e demorando mais do que deveriam, tanto no trabalho social quanto nas obras. Ambos os casos são igualmente graves e preocupantes, porém com desdobramentos muito distintos. A obra parada traz problemas, no entanto, por se tratar de um serviço material, os impactos são calculados em tempo e dinheiro. Diferentemente, para o trabalho social, que é um processo imaterial construído de forma gradual e que depende da coesão e vínculo entre pessoas, as pausas afetam muito negativamente. As lacunas no entrosamento do grupo não são recuperáveis ou recompensáveis. Além disso, a instabilidade orçamentária implica na insegurança quanto ao salário dos profissionais da equipe social. Como visto, a carga de trabalho é grande e, muitas vezes, começa anos antes da contratação sequer ser oficializada. Assim, o valor pago pelo TS não cobre os custos de maneira adequada.

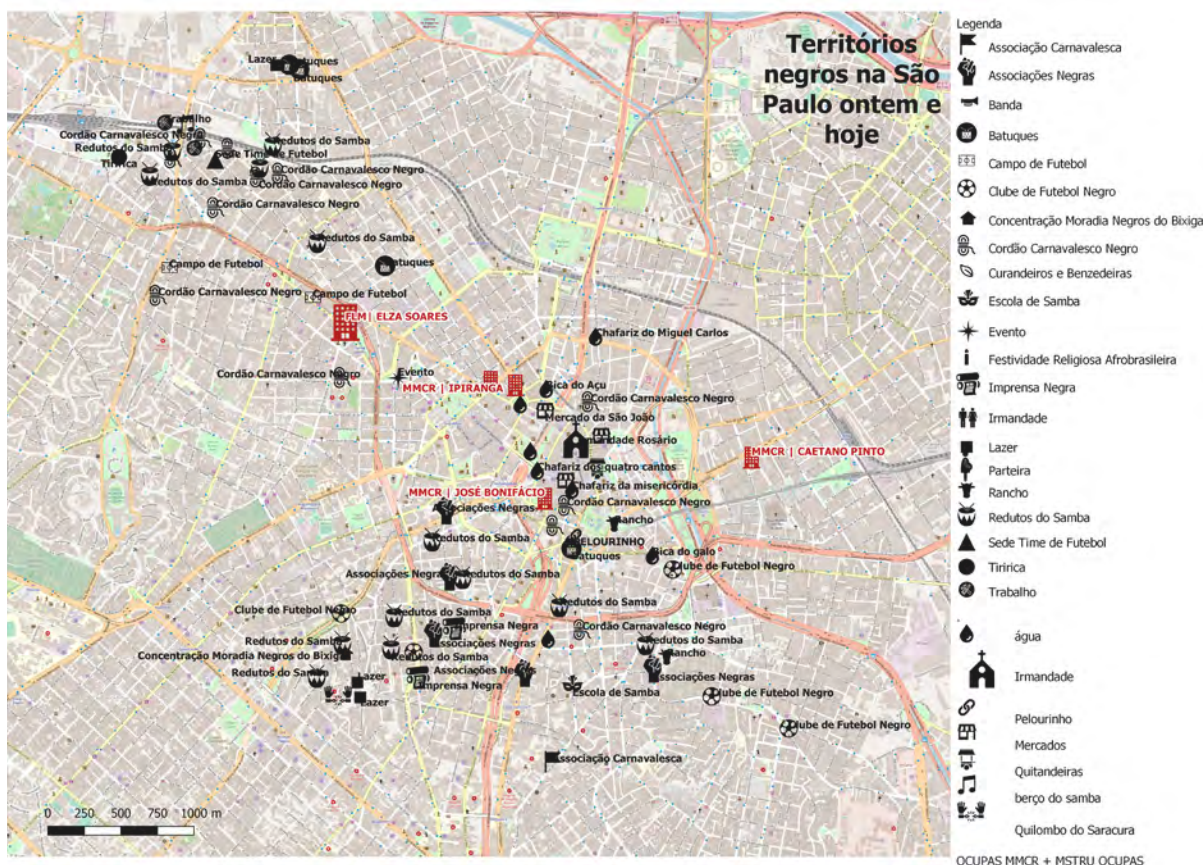
Contudo, frente aos desgastes pontuados, prevalece a militância e o desejo de uma dimensão política no ofício exercido, o que engloba uma aproximação com as populações atendidas. As trajetórias profissionais mostram que, de maneira geral, os arquitetos populares lutam por transformação social, pela tomada de consciência dos grupos minorizados e por formas contra-hegemônicas de pensar a habitação e a cidade. Por isso, buscaram atuações vinculadas ao eixo da habitação social e estão nessa área há muitos anos, desde a época da graduação. Dessa forma, esses profissionais costumam trabalhar de forma a cumprir atividades que estão além do exigido como mínimo pelas normativas e programas habitacionais. O objetivo é alcançar o projeto de cidade e de sociedade que idealizam.

Então eu entendo que a gente [os arquitetos e urbanistas] vêm de fato pra trazer esses elementos (...) e pra poder potencializar as escolhas, fazer com que as pessoas de fato compreendam ou se aproximem de uma compreensão de que luta que a gente tá falando, que não é a casa, ela é maior que a casa. Ela é bem maior que a casa (Renata Aguiar, em entrevista, 2021).

Nesse sentido, é notório que durante as discussões relacionadas à cidade (formação, história, uso e ocupação dos bairros, relação com o entorno do empreendimento, etc.), o arquiteto aparece como a figura responsável por espacializar o assunto. Trazendo mapas, levantamentos cartográficos, imagens e fotos antigas, entre outros recursos, os arquitetos e urbanistas, muitas vezes, conseguem complementar o diálogo e mostrar de forma visual algumas questões que já são percebidas pelas famílias no cotidiano. Em 2021,

complementando as pautas sobre racismo, a equipe social do Lord escolheu falar sobre os antigos territórios negros do centro da cidade, que foram destruídos com o crescimento urbano. Nesse caso, depois da conversa interna entre a equipe e a pesquisa bibliográfica sobre o tema, foram os profissionais da arquitetura e urbanismo que fizeram o exercício de localizar os locais que eram próximos ao Elza Soares. Assim, o apagamento da vivência e cultura negra, que as famílias sentem por meio dos preconceitos e discriminações enfrentados no dia a dia, foi traduzido em um mapa, que pode ser visto na imagem 23. Essas atividades geralmente têm um impacto forte nas famílias, não só pela informação histórica trazida, mas porque explicam imagetivamente o assunto.

Imagem 23: Mapa da área central de São Paulo: territórios negros (antigos e atuais), três ocupações do Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR) e o Residencial Elza Soares.



Fonte: Equipe social Peabiru TCA, 2021.

Depois das pautas iniciais, Andrei inicia a apresentação preparada pela equipe. Relembra que os moradores escolheram o novo nome do prédio como Elza Soares, como forma de marcar a presença das mulheres negras e pardas no movimento e na cidade. A moradia no Elza Soares é um marco para a conquista da moradia digna, mas também um marco para a cidade, como presença negra e de população pobre no centro. (...)

A urbanização da cidade começou pelo centro, com a presença de muitos negros e ex escravizados. Essa população foi sendo expulsa e foi ocupando as periferias, expandindo a urbanização da cidade ao longo dos anos. Hoje, os ricos e os brancos são a predominância nos bairros centrais. (...)

Mapa mostra a quantidade de territórios negros na cidade, que não conhecemos hoje.

Em toda a cidade, os pontos de água, como chafariz e lava-pés, eram lugares onde as mulheres negras trabalhavam, como lavadeiras, mas também eram um espaço de socialização. Além disso, existiam muitos lugares de resistência, como os locais religiosos que celebravam as irmandades e as matrizes afrodescendentes. Naquela época, já existia a discriminação dos terreiros, que vemos até hoje. São citados alguns exemplos. O Largo do Rosário, onde aconteciam atividades religiosas e de celebrações dos povos negros. A igreja do Rosário foi demolida para a construção de um banco internacional. O Mercadinho da Avenida São João era um local de trabalho e convivência. A Ladeira da Memória era um território indígena, depois passou a ser utilizado para a realização de leilões de escravizados. Os quilombos próximos de São Paulo organizavam revoltas, chegavam com tochas e resgatavam algumas pessoas. Isso mostra a resistência do povo negro desde sempre e como as classes dominantes brancas da cidade apagam essa história. (...)

Mapa com 04 ocupações da FLM nas áreas centrais: Elza Soares, Ipiranga, José Bonifácio e Caetano Pinto. As ocupações dos movimentos de moradia recolocam esse povo negro no centro da cidade. Por isso, a Peabiru entende que é muito importante recontar a história, não só das famílias do Lord, mas da cidade em geral, que estamos lutando para construir de uma maneira contra-hegemônica. (...)

Para entender melhor como a cidade é hoje, precisamos olhar para trás, para a história da formação da cidade. (...) Andrei destaca a potência do Lord Hotel hoje chamar Elza Soares e ter esses moradores pobres e negros, em sua maioria, no centro da cidade. Isso mostra a importância dos movimentos de luta por moradia. A assessoria técnica tem muito orgulho dessa história. (...) Moradores se emocionam, aplaudem e agradecem a apresentação (Caderno de campo da autora, 25/04/2021).

Ademais, em relação ao compartilhamento do espaço interdisciplinar, os arquitetos e urbanistas normalmente ficam responsáveis por questões tecnicamente ligadas aos projetos e à obra. Os arquitetos passam informações, tiram dúvidas dos moradores, ajudam nas discussões sobre cronograma, execução dos serviços, possibilidades de mudanças, entre outros, de forma que os moradores possam compreender, acompanhar e participar conscientemente dos processos construtivos. Também auxiliam e trazem embasamento técnico para as decisões coletivas dos moradores, além de colaborar com a parte financeira, prestação de contas e orçamentos. Isso não impede que os demais integrantes da equipe, com formações outras, estejam cientes dessas questões. Nesse contexto, assim como os arquitetos participam do trabalho social, os técnicos sociais frequentam e estão inteirados sobre a obra.

Igualmente, o arquiteto aparece como a pessoa que faz o contato com os órgãos públicos. Isso acontece desde a entrada do projeto na prefeitura, para a obtenção do alvará de aprovação e execução da obra e estende-se até o recebimento do Habite-se⁷³. Durante o processo, está incluso o diálogo com o órgão financiador, que no caso do PMCMV era a Caixa Econômica Federal, responsável pela contratação do empreendimento

73 Em São Paulo, o Habite-se é o documento da prefeitura que atesta que a construção está adequada às normas vigentes e está liberada para ocupação.

e medições para liberação mensal dos recursos. Nelson (1978) coloca o arquiteto como possível catalisador das reivindicações das associações de moradores, porque é uma pessoa legitimada por aquela comunidade, mas também pelos setores públicos de fora, como um elo. Na modalidade Entidades, o movimento social tinha maior autonomia para tratar diretamente com a Caixa, justamente porque as assessorias técnicas adotavam uma postura menos hierarquizada dos saberes.

Paralelamente, é possível perceber alguns limites. O atendimento mais próximo e individualizado a cada família fica a cargo dos técnicos sociais, seja por meio do plantão social, que oferece ajudas variadas, relacionadas a questões financeiras ou organizacionais da vida de cada morador. Para que isso aconteça, existem treinamentos e conhecimentos específicos, que dizem respeito a saber acolher essas pessoas que estão em situações graves de violações de direitos e a saber quais providências tomar. É preciso preparo psicológico para conseguir ouvir e conduzir a conversa, mas também técnico, para dar as devidas orientações necessárias para ajuda especializada. São os técnicos sociais que encaminham as famílias para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), centros de acolhida, centros de proteção, delegacias, Unidade Básica de Saúde (UBS), entre outros serviços e equipamentos públicos relacionados à assistência social. Os arquitetos populares, mesmo que tenham contato constante com essas situações, não têm o mesmo preparo profissional e estão menos aptos a realizarem esse tipo de atendimento. Na equipe da Peabiru, isso foi discutido como uma demanda de melhoria, surgindo a possibilidade de fazer oficinas formativas com assistentes sociais, psicólogos e lideranças dos movimentos.

Os técnicos sociais também se envolvem mais ativamente no papel de mediação de conflitos entre os moradores, como nos casos de descumprimentos das regras do condomínio, durante o TS de pós-ocupação. Ademais, esses profissionais enfatizam a importância do discurso e da forma de se expressar, principalmente em diálogo com as famílias. No Elza Soares, por exemplo, foi o técnico social que adotou a expressão “regulamento interno” do condomínio e não “regimento interno”, uma vez que essa última relembra termos utilizados pela polícia e exército. Por fim, os assistentes e cientistas sociais ajudam na apreensão constante de que os problemas vividos pelos moradores (como desemprego, baixa escolaridade, empregos informais, violências...) são estruturais na sociedade e não individuais. Isso permite que o grupo busque soluções coletivas, já que os problemas são comuns.

Uma coisa que eu aprendi muito com técnico social e que é uma coisa que eu... na verdade não é nem que eu não via importância, que eu não, eu nem me me atentava mesmo, era uma coisa que... a gente lida direto com as famílias, os arquitetos, né? E a gente não é preparado pra isso em momento algum na faculdade, pelo menos eu não fui, né? Você é preparado pra lidar às vezes com cliente, olhe lá. E cliente que não é alguém da classe trabalhadora, é um cliente que provavelmente vai conseguir te pagar, né? Então, assim, você trabalhar com muitas famílias, eu acho que a gente não é preparado pra isso e por não ser preparado pra isso, a gente comete muitos erros e muitos erros inclusive de fala mesmo. Eu acho que a gente não dá o peso certo para as palavras, não por mal, por falta de hábito mesmo. Então uma coisa que eu acho que a gente aprende muito com assistente social e com outros técnicos também é colocar o peso certo em cada palavra, né? Cada palavra de fato tem um significado e às vezes a gente vai falando sem refletir muito sobre isso. Só que as pessoas no canteiro vão replicando. Então se você num politiza a sua fala também você vai passando pra frente coisa que não é, que às vezes não é o que você gostaria. Então eu comecei a me atentar muito nisso por conta de assistente social e cientista social também, que às vezes eu falava alguma coisa ele falava assim, 'meu, num fala essa palavra porque essa palavra diz isso, diz aquilo... eu sei que isso não é o que você quis dizer, mas é o que você disse' (Renata Aguiar, em entrevista, 2021).

No arranjo organizacional entre Sehab e gerenciadoras, essa relação com o técnico social nas equipes interdisciplinares também aparece como uma oportunidade para outra forma de ver a realidade cotidiana das famílias de baixa renda, sem estigmas e diferenciações. Esses técnicos têm relação direta com a violação de direitos, situações de violência, questões mais graves e, por estarem diariamente em contato com as famílias e os territórios, ganham legitimidade e proximidade com elas. Por essas razões, a equipe social é vista como uma forma de proteção da população.

Relacionado a isso, na equipe social do Conjunto Ponte dos Remédios, João (Profissional AUGÉ1, em entrevista, 2022) conta que os relatórios sobre cada família são feitos, especialmente, pelos técnicos sociais e enviados para a Sehab, com a finalidade de que as famílias sejam encaminhadas para outros atendimentos públicos necessários, ligados a outras secretarias. Esse documento é pessoal e envolve assuntos sensíveis, portanto, não é compartilhado com outros profissionais. Isso reforça a importância da interdisciplinaridade das equipes sociais. Nessa empresa, discute-se, inclusive, sobre a possibilidade de contratar alguém do campo da saúde, como uma enfermeira, médica, ou fisioterapeuta, pois é uma demanda das famílias. Em teoria, há divisões evidentes entre as tarefas dos arquitetos e urbanistas e dos técnicos sociais. Porém, para João, em especial, sua atuação deve contemplar o todo da intervenção, ou seja, parte física e social, já que as áreas são complementares. E sua participação é bem vinda e bem vista pelos técnicos sociais, de acordo com ele. "Tento quebrar esse pensamento arcaico dentro da empresa, de que os trabalhos são separados. Eu tenho uma meta que é, um dia, fazer

parte da construção do plano de trabalho social, que hoje é feito só por assistentes sociais.”, complementa.

Apesar disso, dentro desse *modus operandi*, a organização da equipe é bastante diferente da linha horizontalizada e unida que apareceu nas assessorias técnicas. Primeiramente, porque existe uma disputa de olhares para o empreendimento. Dentro da Sehab, como os setores de projeto e obras têm mais recursos financeiros disponíveis, normalmente, suas opiniões têm mais poder nas decisões. Porém, essas equipes não têm vínculo com as famílias e enxergam o território de uma outra maneira, em geral, mais pragmática, voltando-se para a produtividade da obra. Isso gera conflitos entre os arquitetos da equipe social e dos outros setores, já que os entendimentos são muito divergentes. Apesar de ter menos voz, quando acontece algum problema na intervenção, é a equipe social que precisa comunicar e resolver os conflitos com os moradores.

Uma questão importante desse arranjo é que existe uma diferenciação entre os arquitetos que são funcionários públicos e os que são terceirizados. Os chamados “profissionais da casa” têm mais autonomia, podem questionar as ações ou discordar de algumas diretrizes da secretaria. Já aqueles com “contratos fragilizados”⁷⁴, se veem obrigados a seguir as regras e as exigências da instituição, por medo de serem demitidos. Essa diferença provoca alguns conflitos internos nas equipes. Inclusive, aos servidores públicos normalmente fica atribuída a função de supervisionar o trabalho dos contratados pelas gerenciadoras, que estão com a mão na massa, embora essa divisão de tarefas não faça sentido para todos os técnicos, dentro do dia a dia de trabalho.

(...) os conflitos que ocorriam entre os trabalhadores eram ocasionados pelo entendimento e defesa que tinham os gestores, seja na esfera municipal e/ou federal, que opunham funcionários contratados terceirizados/comissionados e os funcionários concursados, gerando uma situação de competição e disputa política e ideológica que, no limite, fragmenta a classe trabalhadora (SANTOS, 2021, p. 19).

Mesmo assim, existe uma parceria entre profissionais que compartilham das mesmas crenças, ou seja, que pensam igual e se importam com as mesmas causas. Por meio da militância, esses agentes conseguem se unir para lutar por pequenas mudanças nas formas de implementação do trabalho social ou de funcionamento geral do ofício. Nas entrevistas, esses agentes chamaram suas próprias atuações de “resistência criativa”, porque é necessário buscar formas alternativas de politizar os processos e conseguir agir da forma como se acredita.

74 Termos utilizados pelos profissionais durante as entrevistas.

É desgastante, Renata, é desgastante. Exige um esforço pessoal e aí eu fico morrendo de medo, meu medo é, vai chegar uma hora que eu vou querer ficar paradinha e não mexer, que nem todo mundo, sabe? Essas coisas malucas. Mas eu tô me esforçando pra não cair, eu chamo de cristalizar a minha atuação, né? De cimentar e paralisar. Eu morro de medo da paralisia. (...) Mas é uma coisa, que aí também vai muito do perfil, de você procurar outros espaços de fortalecimento, né? Pra além desse espaço institucional, que eu acho, esse espaço institucional sufoca, ele reprime, né? Ele limita, mas no momento em que você começa a fazer trocas coletivas e procurar outros espaços pra se fortalecer e pra oxigenar, que é o que eu costumo brincar muito... oxigenar o seu cérebro, pra pensar em outras estratégias, em outros caminhos, é isso que vai fortalecendo pra continuar (Ana Profissional ASFP, em entrevista, 2021).

Em linhas gerais, pelo que pode ser observado nas entrevistas, a relação dos arquitetos populares com a secretaria é conflituosa. Depois da reestruturação comentada anteriormente, ficou explícita a falta de entendimento institucional sobre a participação dos arquitetos no trabalho social. Isso dificultou a atuação desses agentes nas equipes. Em 2022, a Coordenadoria de trabalho social conta com poucos arquitetos da casa, ficando a maioria a cargo das contratações terceirizadas ou das gerenciadoras⁷⁵. Ainda assim, são poucos. Jéssica (Profissional AUH13, em entrevista, 2021), por exemplo, explica que já foi coordenadora de uma equipe grande e que, hoje, executa sozinha todas as tarefas. Como ela supervisiona empreendimentos de três regiões de São Paulo, não consegue se aproximar das famílias e considera que sua atuação ficou mais superficial, restrita ao extremamente necessário. Nesse sentido, devido à sua experiência de mais de vinte anos, ela conta com a parceria das outras técnicas e assistentes sociais da Sehab, que sabem quando agendar e solicitar uma atenção especial dela nas intervenções.

Aí eu fiquei sozinha, eu tinha uma equipe quando eu trabalhava, até já fui coordenadora da equipe, e aí a equipe acabou se desfazendo, eu fiquei sozinha e junto pra atender, imagina, toda a regional. E aí a gente conta também com o apoio de um outro arquiteto, mas que em suma a gente faz o mesmo trabalho. A gente acaba dividindo esse trabalho que, às vezes, a gente fala traduzir, mas é facilitar, esclarecer melhor pra população, a intervenção, o que está acontecendo, com palavras mais simples, mais fácil de mais fácil entendimento, pra que eles possam entender o que vai acontecer e pra que eles possam se manifestar e dizer o que pensam, o que querem, né? Aí tem questões que não chegam ao ponto de ser consenso e aí vai ter que prevalecer ou a questão técnica, a questão jurídica, que é das legislações, e tal, mas o que é possível a gente tenta rever e discutir, tanto às vezes no projeto e às vezes até durante a execução das obras. Algumas coisas a gente vai ajustando com essas conversas aí. (...) Eu tenho que me desdobrar. As assistentes sociais que atendem são bem amigas e bem parceiras, então elas até entendem. E assim, a gente nessa interdisciplinar, a gente se torna técnica, uma arquiteta social, elas também aprendem algumas coisas com a gente, é uma troca. Então a gente vai caminhando juntas, "Opa, seria bom se a Jé pudesse vir aqui pra gente fazer uma conversa, falar com esses moradores", aí num momento ela chama e a gente tenta

75 Na lista de servidores da Sehab divulgada em agosto de 2022, em CTS existem 37 assistentes sociais e 03 arquitetas.

ver com as agendas. É bem puxado, bem apertado. Com mais tempo, você consegue se dedicar, você até consegue enxergar coisas que não estão ali, uma necessidade tão na cara, tão explícita. Quando você trabalha assim, você vai levando, mas você não aprofunda tanto a sua atuação porque você sabe que você não pode ficar só numa área. Bom, não posso ficar aqui, aí eu vou fazer até onde dá, a gente briga pelas coisas mais importantes e necessárias (Jéssica Profissional AUH13, em entrevista, 2021).

Cabe pontuar também que duas das técnicas terceirizadas que foram entrevistadas, Fátima e Angélica, por trabalharem há bastante tempo diretamente com a Sehab, não se colocam imediatamente nessa condição. Em suas falas, aparecem mais como funcionárias públicas, atuando por parte da prefeitura. No entanto, depois de algum tempo de conversa, quando a temática da contratação via gerenciadora aparece, elas explicam que não são concursadas. Isso se encaixa com o conceito de “profissional híbrido”, trazido por Pulhez (2014), para classificar esses agentes que estão há anos executando um serviço público, com contratos privatizados. Portanto, Fátima e Angélica foram consideradas como profissionais híbridas nesta pesquisa. Essa divisão entre servidoras públicas e terceirizadas se mostrou um assunto delicado entre as entrevistadas e que gera um desconforto, possivelmente, devido às diferenças salariais e aos outros aspectos já comentados.

Outro ponto recorrentemente exposto é a diferença entre os tempos: tempos da gestão governamental, tempos da obra e tempos do trabalho social. O primeiro, estaria ligado às escolhas para anunciar intervenções ou empreendimentos como forma de campanha eleitoral, ou em momentos estratégicos para os interesses da classe política. O segundo está relacionado à celeridade produtiva da execução dos serviços e aos gastos financeiros. Como a obra tem custos fixos (equipe, segurança, canteiro, água, energia, tec.) que aumentam quanto mais ela demora, quanto antes acabar, melhor, do ponto de vista econômico. Já o trabalho social, como mencionado, é um processo construído com as famílias, em que o tempo é mais relativo e abstrato. Dessa forma, acontecem uma série de desencontros. Muitas vezes, o tempo do trabalho social é atropelado para acompanhar as atividades da obra ou seguir as exigências de entregas da gestão, ficando sem condições para aprofundar as questões necessárias.

No entanto, todos os temas que interessam à gestão, por exemplo, têm que entregar amanhã. Se virem. Não quero saber que existe pandemia. Então, a gente vem sempre confrontando com esse desgaste na gestão, porque pra desenvolver o trabalho social, eu não posso presencial, mas pra atender o interesse na gestão, eu tenho que tá lá e eu que me vire. Então, a gente tá também em outro, em outro espaço de disputa. (...) Escolha, por exemplo, nós tivemos, essa semana tá acontecendo escolha em um empreendimento da CTS-Leste, semana passada aconteceu e todas foram presenciais. A briga foi, e aí foi um

parto, conseguir máscaras, protetores faciais e álcool em gel em quantidade e diluir o número de famílias dentro de um número que a gente podia considerar seguro, mas o tempo inteiro dizendo ‘só o deslocamento do morador pra ir até lá, já coloca em risco’, mas tem que cumprir a agenda da gestão (Ana Profissional ASFP, em entrevista, 2021).

E aí também eu acho que às vezes a questão política, porque a gente sabe que tem interesses que são maiores do que a atuação. Às vezes joga contra, às vezes a favor. A gente aproveita que tem uma intenção política por trás, a gente fala “Opa, é agora, então vamos lá porque estão com interesses, tão com recursos nessa área, o foco tá aqui, vamos aproveitar e aí você pedir isso a gente consegue.” Isso às vezes é um limite, limita a gente, você não consegue atuar (Jéssica Profissional AUHI3, em entrevista, 2021).

Quadro 7: Quadro síntese da categoria Condições de trabalho.

CONDIÇÕES DE TRABALHO		
ASPECTOS GERAIS	ASPECTOS ESPECÍFICOS	RELAÇÃO COM ARQUITETOS E URBANISTAS
Forma de contratação	Segurança	Maior ou menor abertura e liberdade para contestar as decisões e atuar da forma que acredita
	Carga horária	Dar conta de participar das atividades do TS além das outras demandas de trabalho. Sobrecarga
	Salário e recursos financeiros	Indireta
Equipe	Tamanho	Quantidade de arquitetos na equipe: atuação mais aprofundada ou superficial
	Tamanho do empreendimento	Quantidade de trabalho para cada membro da equipe, a depender a divisão interna
	Multidisciplinaridade	Quantidade de arquitetos na equipe. Divisão de tarefas de forma complementar.
	Parceria e coesão entre os membros	Ajuda na divisão de atividades e a que cada membro consiga contribuir da melhor forma
Tempo da intervenção	Duração do início do projeto a entrega das chaves	Maior vínculo com as famílias, mas mais desgaste emocional
	Tempos externos ao TS (obra, gestão, etc)	Indireta
Oportunidades e constrangimentos da instituição	Tomada de decisões	Indireta
	Conflitos internos/disputa de olhares	Indireta
	Espaços para formação, auto avaliação e trocas	Indireta
	Relação com o território	Possibilidade dos arquitetos de ir mais a campo e criar maior vínculo com as famílias
	Limitantes para ação militante	Maior ou menor abertura e liberdade para contestar as decisões e atuar da forma que acredita

Fonte: Elaboração própria, 2022.

2.2.4

Perfil do técnico

O perfil do arquiteto dita a sua intencionalidade ao atuar no trabalho social. Isso porque os arquitetos populares - e a equipe social no geral - são personagens do fim da cadeia de produção de política, aqueles responsáveis pela entrega junto à população. Eles não só aplicam a regra, mas também a interpretam e exercem discricionariedade para adaptá-la ao local, já que, na prática, é preciso haver espaço para adaptações. O desenho da política pública já considera essas decisões operacionais que serão feitas pelos agentes, pois os problemas da realidade concreta são, muitas vezes, imprevisíveis. Isso garante a flexibilidade e atenção a quem mais precisa, favorecendo a lógica da política, ou pode ir contra a igualdade de tratamentos dos usuários, o que seria contra a lógica da política. Essas contradições fazem parte do processo, assim como a heterogeneidade não só dos agentes implementadores, mas também dos moradores envolvidos no TS (LIPSKY, 2019).

Por estarem em contato direto com a demanda, esses profissionais se tornam tomadores de decisão, interferindo na implementação da política pública. Essa interação com a população traz uma dimensão humana ao trabalho e acesso a informações importantes, como será mostrado nos exemplos a seguir (LIPSKY, 2019). Pode-se dizer que a prática é influenciada tanto pela trajetória pessoal quanto profissional de cada técnico, suas crenças, seu entendimento sobre sua própria participação na política pública e a atenção ou foco dado no andamento do processo. Ou seja, se ele tiver uma atuação política mais proeminente, o processo terá um teor político-pedagógico importante, voltado para a cidadania e luta de direitos. Se não, pode cumprir as atividades mínimas exigidas pelo programa de financiamento e não discutir as pretendidas questões sociais. Mas, ao mesmo tempo, se os técnicos não pudessem exercer essa discricionariedade, não haveria espaço para a adaptação necessária à dinâmica de cada território.

Pôde-se observar, durante a pesquisa, que no trabalho social implementado pelas assessorias técnicas e movimentos sociais, o olhar do técnico e suas crenças estão evidentes, pois sua atuação não é neutra. Sendo assim, mesmo quando há conflitos ou discordâncias, há a possibilidade de que o técnico se coloque, seja para o restante da equipe, ou para as famílias, de maneira geral. Isso vai ao encontro do que afirma Freire (2002, p. 28) sobre a neutralidade na atuação profissional:

(...) Se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que o meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação. Primordialmente, minha posição tem de ser a de respeito à pessoa que queira mudar ou que recuse mudar. Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura, mas não posso desconhecer o seu direito de rejeitá-la. Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho por que me omitir, por que ocultar a minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. (...) O meu papel, ao contrário, é o de quem testemunha o direito de comparar, de escolher, de romper, de decidir e estimular a assunção deste direito por parte dos educandos.

Além disso, de acordo com Santos (2021, p. 142):

É extremamente necessário e urgente, para o andamento das atividades cotidianas do trabalho social, que os trabalhadores do Serviço Social – e das demais áreas que compõem as equipes – tenham o entendimento de que no cotidiano da ação estão assumindo o papel de mediadores de direitos das políticas sociais e, portanto, necessitam adotar um “lado” nessa luta tão desigual, na qual todos, inclusive os próprios trabalhadores sociais, estão no bojo da escassez econômica para as políticas públicas e, agora, correndo risco de vida, dada a ampliação das condições precárias para o desenvolvimento do trabalho profissional.

No Rosa Parks e Zilda Arns, por exemplo, as assistentes sociais sempre se posicionaram sobre as questões que geraram divergências entre os moradores. Em todos os momentos em que se discutiu a possibilidade de fazer encontros presenciais durante a pandemia, elas se colocaram contra, pensando nos riscos para as famílias. No Zilda Arns, em especial, a participação das famílias era muito baixa, sobrecarregando quem aceitava assumir responsabilidades. Isso gerou um clima muito desagradável e desanimador entre os moradores. A assistente social combateu essas atitudes com veemência, ao alegar que deveria haver esperança e confiança para que o grupo fosse coeso e a convivência no novo condomínio fosse harmoniosa, senão não haveria porque continuar com o projeto. Nesses momentos, não só o técnico mostra sua intenção com a prática, mas também seus valores pessoais.

Outro ponto a se destacar é a mediação, que é crítica, politizada, não neutra e busca as condições para o diálogo. Ao profissional engajado, militante, freiriano, cabe se posicionar a favor dos interesses dos oprimidos, defendendo seus interesses e sua participação crítica nos processos de decisão. Mediar não é levar à população opções para escolherem, mas disputar a criação de espaços que permitam que o povo se coloque e diga a sua palavra (MASSIMETTI, 2022, p. 198).

Nesse arranjo, existe uma grande preocupação dos técnicos em promover autonomia e protagonismo das famílias para as discussões e para as tomadas de decisões.

Isso é feito em todas as atividades: quando o grupo é dividido em grupos menores para que todos se sintam mais confortáveis em falar; quando todas as definições são feitas por votação em assembleia; quando as comissões têm que apresentar suas tarefas na assembleia geral; quando as pessoas são ativamente chamadas a participar; quando os moradores levam sugestões de nomes para o empreendimento, entre outros.

No caso do trabalho social da Peabiru, a história de vida e a trajetória de cada família foram consideradas muito importantes. Entende-se que assim, cada pessoa se sentirá mais valorizada e, portanto, mais respeitada e mais apta a se expressar. É um processo para que essas famílias se sintam com voz ativa e, de fato, verbalizem seus pensamentos, medos e vontades, que costumam ser cotidianamente oprimidos ou ignorados. Exemplificando, foram pensadas atividades para que as famílias mostrassem fotos ou objetos pessoais de infância. Além disso, a equipe social fez um levantamento mapeado com o local de origem de cada família do projeto. Essas iniciativas facilitam que as pessoas se identifiquem umas com as outras, estreitando os laços individuais e coletivos.

A equipe da Peabiru, durante a pandemia, devido à impossibilidade de fazer grandes encontros presenciais, optou por entrevistar algumas famílias, aprofundando relações pontuais. Inicialmente, a ideia seria fazer um documentário, ou um vídeo para ser divulgado posteriormente, com a história de vida dessas famílias, que também representam a história da ocupação. Algumas pessoas foram selecionadas e chamadas para conversas presenciais, que aconteceram no escritório da Peabiru ou no terraço da cobertura do Lord. O roteiro da entrevista foi elaborado em parceria com a Comissão Ocupações e Relação com o entorno, durante o primeiro semestre de 2021. Em uma dessas entrevistas, a moradora Laura contou da época em que morava na Ocupação Lord Hotel. Uma das perguntas do roteiro era “Qual a melhor coisa que aconteceu enquanto você morava na ocupação?”, com o intuito que as pessoas comentassem também fatos de suas vidas pessoais, realizações, sonhos e acontecimentos que não estão necessariamente relacionados ao acesso à moradia. É uma forma de conhecer melhor as pessoas individualmente e entender as diversas dimensões que a casa assume na vida de cada um.

Durante os anos morando na ocupação, sua vida foi boa. Tinha amigos e seus filhos cresceram lá. Comovida, compartilhou que a melhor coisa que aconteceu para ela nesse período foi ter engravidado de sua filha Marina, pois era seu sonho ser mãe de uma menina. Marina nasceu no Lord e morou lá até os 2 anos, quando o prédio foi desocupado para início das obras de reabilitação. Laura ainda não contou para sua filha

que elas vão morar lá definitivamente quando as obras acabarem, porque quer que seja uma surpresa. Mas acredita que Marina já saiba, de alguma forma, porque toda vez que elas passam em frente ao prédio, a menina aponta e diz “minha casa”. Laura também comenta, ainda emocionada, como ter uma casa própria, sem pagar aluguel e sem risco de remoção, vai mudar sua vida para melhor. Ela vai morar lá com seus três filhos⁷⁶ (Caderno de campo da autora, 24/08/2021).

Imagem 24: Entrevistas com lideranças da FLM, na cobertura do Residencial Elza Soares.



Imagem 25: Entrevistas com moradoras do Residencial Elza Soares



Imagem 26: Entrevistas com moradoras do Residencial Elza Soares.



Fonte: Renata Antonialli, 2021.

76 A segurança de posse é um fator que interfere muito na vida da mulher, devido à preocupação com o abrigo, cuidado e proteção de seus filhos e outros dependentes (HELENE, 2019). Isso será melhor debatido no capítulo 3 desta dissertação.

Ademais, como já mencionado, pode-se observar a intencionalidade de promover relações horizontais entre as famílias e valores democráticos de justiça social. No Rosa Parks e Zilda Arns, quando houve dificuldade para encontrar candidatos para o corpo diretivo dos empreendimentos, a assistente social defendeu que um grupo de moradores com maior afinidade entre si deveria formar uma chapa coletiva, para que a gestão fosse mais democrática e ninguém ficasse sobrecarregado. Isso também é um processo que ajuda na formação de novas lideranças, que posteriormente poderão reproduzir os aprendizados do movimento social em outras esferas sociais.

Como mostrado inicialmente, durante o processo de pós-ocupação, os moradores também foram incentivados a participar de outras instâncias deliberativas do bairro Cidade Tiradentes, como o Conselho Participativo da Subprefeitura, o conselho gestor da UBS, os núcleos de conselho tutelar, as associações de bairros, equipamentos públicos, etc. O objetivo seria fazer novos contatos e se inserir na luta e mobilização do bairro. Outra ideia foi que as famílias fizessem uma parceria com o mutirão Florestan Fernandes e José Maria Amaral, da Assessoria Técnica Ambiente, que está muito próximo. Esse estímulo visava consolidar uma relação do empreendimento com seu entorno. Isso também mostra a existência de troca e parcerias entre as assessorias técnicas paulistas.

Reforçando essa ideia, as autoras Fidelis e Gusmão (2020), que também atuam como técnicas sociais na Peabiru, porém em outros projetos, afirmam:

O Programa Minha Casa Minha Vida — Entidades permitiu que os movimentos sociais viabilizassem empreendimentos habitacionais de interesse social, inclusive no centro de São Paulo. E permitiu também que os movimentos sociais pensassem sobre a dimensão do trabalho social, desenvolvendo experiências de trabalho social através de contratações diretas de seus técnicos. Nesse contexto, notamos a necessidade de promover capacitações para a gestão coletiva, estimular a ampliação da participação das famílias, fortalecer comissões, incentivar a permanência, apoiar, mobilizar e preparar o processo de tomada de decisão. No contexto da gestão do empreendimento, promover espaços onde as decisões sejam menos concentradas, mais distribuídas e transparentes também são atribuições do trabalho social. Fortalecer processos e contribuir para o desenvolvimento de capacidades em tomadas de decisões é dividir e compartilhar responsabilidades em decisões estruturantes para o processo, impacta e produz resultados também nas políticas públicas (FIDELIS e GUSMÃO, 2020, p. 220).

Em relação aos detalhes do processo de trabalho social que dependem do perfil do técnico, no Elza Soares, em especial, houve muita atenção ao lado lúdico das atividades. Houve uma grande preocupação em usar recursos como oficinas, dinâmicas, histórias reais, poemas, música, entre outros, que aproximam os moradores entre si. A intenção era sensibilizar os moradores para a discussão que vem em sequência, já trazendo elementos

para reflexão. A maneira de trabalhar é algo específico de cada técnico e, nesse caso, está ligado ao bem estar pessoal de cada integrante do grupo. Essa atuação está alinhada com as concepções da Peabiru enquanto assessoria técnica, pois liga a construção da casa ao desenvolvimento pleno do ser humano como um todo.

Ao acompanhar uma reunião interna de planejamento para o TS em 2021, no Elza Soares, ficou evidente que a assessoria técnica tem como objetivo debater os temas relacionados às injustiças estruturais presentes na sociedade, como o feminismo, racismo, luta de classes, direito à cidade, entre outros. Como dito, é uma meta fazer com que as famílias questionem o sistema em que vivem e reflitam sobre a reprodução desses padrões dentro de suas novas moradias. Essas discussões estão implícitas e complementam os outros temas já mencionados.

É relevante pontuar que, durante a análise e sistematização de dados, pode-se perceber que a intencionalidade pessoal do técnico e do espaço organizacional onde ele trabalha podem se misturar, quando são convergentes. Então, muitas vezes, não é possível separar se os elementos trazidos para aquele trabalho social são da assessoria técnica como um todo ou uma contribuição mais específica daquele técnico. Caso essa concordância não ocorra, a intencionalidade do técnico vai se colocar nos detalhes e no que for possível dentro da instituição.

Frente às imposições da prefeitura, o trabalho social poderia ser executado sem grande interdisciplinaridade e sem um viés político aflorado, cumprindo as atividades mínimas exigidas. A intencionalidade pode ser a mediação de conflitos e a disciplinarização dos grupos, para que os empreendimentos tenham mais chances de serem bem sucedidos posteriormente. Nesses casos, o cidadão é visto como um recurso para os interesses políticos e partidários, em que o objetivo principal do trabalho social é a gestão da população pobre, para que ela não se revolte contra o governo. Vale ressaltar que os técnicos são permeados pelas características institucionais, mas também pelas suas características pessoais. Assim, se seu perfil for alinhado com esse pensamento, o TS funcionará dessa maneira (SANTOS, 2021).

No Conjunto Ponte dos Remédios, a assembleia que aconteceu após a mudança das famílias para uma das torres entregues, tinha o intuito de aprovar a taxa condominial e o regulamento interno. De acordo com João (Profissional AUGÉ1, em entrevista, 2022), os temas de preocupação estão ligados à vivência no condomínio e tratam sobre o regulamento interno, corpo diretivo e administração do condomínio em geral. Esses

assuntos são complexos e, portanto, demandam tempo para discussão. Ainda assim, ao final, uma assembleia geral é necessária para votação e aprovação de todos os pontos. Nesse caso, essa assembleia foi muito longa e cansativa, então não houve grandes aprofundamentos ou contestações. Ainda assim, o técnico ressalta que o grupo costuma ser participativo.

Aos poucos, os moradores desceram para o salão de festas e a assembleia começou às 18h30. A primeira ação foi chamar o corpo diretivo, composto por cinco moradores, para se apresentar em frente ao grupo. Depois, foram apresentadas simulações de valores da taxa condominial e os moradores votaram para que a síndica recebesse a ajuda de custo de meio salário mínimo, pela contratação de uma administradora, por uma empresa de internet que disponibiliza câmeras de segurança e portão eletrônico, entre outras questões iniciais referentes ao funcionamento do condomínio.

Ao final da reunião, quando já eram 21h30, a equipe social se revezou para ler todo o Regimento Interno. Em meio ao calor, pernilongos, barulho das crianças brincando, cansaço e monotonia de uma leitura de regras, os moradores aprovaram sem questionamentos. No entanto, a equipe social se comprometeu a fazer uma série de ações para explicar melhor as regras, com as crianças, com grupos menores, para haver mais diálogo e para que não fiquem dúvidas sobre as regras a serem seguidas (Caderno de campo da autora, 17/03/2022).

No pós-ocupação, o foco extrapola o empreendimento e volta-se para a relação com o entorno e o bairro. A gerenciadora faz um mapeamento dos equipamentos que atendem o conjunto, em um raio de 2km, e elabora um caderno para as famílias com esse conteúdo. Dentre as atividades planejadas no Conjunto Ponte dos Remédios, está previsto um mapeamento afetivo, com visitas pelo território. Essa ideia foi impulsionada e implementada pela socióloga da equipe, que tem interesse no tema (João Profissional AUGÉ1, em entrevista, 2022).

Dessa forma, os agentes da ponta da política - nesse caso, a equipe social - fazem o elo entre o Estado e a sociedade, apresentando um olhar de baixo para cima (DUBOIS, 2019; LIPSKY, 2019). No arranjo entre Sehab e gerenciadoras, muitas vezes, o técnico social representa a esperança do cidadão de receber alguma atenção do governo. Por meio da mencionada militância criativa, os técnicos conseguem ditar alguns aspectos do trabalho social. Por exemplo, dão importância para ouvir a população e estabelecer um diálogo crítico, encontrando formas para questionar a lógica vigente. Assim, se esforçam para traduzir as necessidades das famílias e encontrar alternativas ou mudar soluções, com o objetivo de executar a melhor opção para os moradores. Desse modo, a intencionalidade da prática do TS se volta para a melhora da qualidade de vida das famílias, com foco em seus interesses.

(...) na minha percepção, tem muito mais a ver com o perfil do profissional do que com algo que esteja escrito, enquanto condução do trabalho. Porque, por exemplo, nós temos um tecnólogo na nossa equipe, na equipe dentro da secretaria, dentro da regional que estou vinculada, que é a regional leste. Bom, ele, esse profissional, que é o tecnólogo, tem esse perfil, né, de fazer junto, de construir junto, mas tem algum momento, até porque tem essa questão salarial, né? Implicada, e resolve que a gerenciadora ganha melhor, a gerenciadora que faça, não sou eu que vou fazer, né? Então, tem, tem um pouco dessa, dessa, dessa disputa, enfim, o outro profissional arquiteto que eu conheço, que também... é um arquiteto da Norte, que também está num contrato fragilizado e que já está há muitos anos nessa condição dentro da secretaria e porque eu trabalhei junto, eu sei que esse arquiteto, ele tem um perfil mais gerencial, né? Então, ele tá mais envolvido na coordenação, e nas diretrizes, então, não é aquele que vai a campo. Houve a necessidade, até pelo esvaziamento da equipe técnica, de ir a campo algumas vezes, mas não é uma coisa que lhe encha os olhos. Eu acho que é isso (...) (Ana Profissional ASFP, em entrevista, 2021).

Eu fui lá, não era dia de trabalho, mas num final de semana eu fiquei lá fazendo um trabalho porque eu achava legal e eu quis, eu e a equipe, a gente decidiu. Já fiquei final de semana, já fiquei até tarde à noite. É uma vida nessas áreas né, as pessoas têm muito medo, é uma vida de dia, outra de noite. Ficar até tarde da noite, ficar no final de semana isso fazia a diferença (Jéssica Profissional AUHI3, em entrevista, 2021).

Logo, aqueles que entendem sua atuação dessa forma, buscam ir mais a campo e aprofundar os vínculos com os moradores. João (Profissional AUGÉ1, em entrevista, 2022) comentou, por exemplo, que outro empreendimento que ele acompanha tem participação muito ativa da arquiteta da Sehab, que frequenta todas as reuniões e encontros com as famílias. Já no Conjunto Ponte dos Remédios, as técnicas da Sehab dão maior autonomia para a equipe terceirizada e estão presentes de forma pontual. Isto é, o nível de afeto e sensibilidade nas relações com as famílias vai depender do perfil do profissional e o quanto ele tem condições para isso. Igualmente, também varia o envolvimento do técnico social com a obra e do arquiteto com as atividades do trabalho social que estão além do seu espaço formal. Isso mostra como cada equipe será diferente e isso terá implicações na forma como o trabalho social será conduzido.

No entanto, cada técnico tem um nível de poder discricionário, que diz respeito à sua capacidade institucionalizada de autonomia para atuação e para tomar decisões durante a implementação, a depender da sua posição e condições de trabalho. Por exemplo, no projeto da Favela Viela da Paz, no Morumbi, em São Paulo, uma parte da intervenção consistia em provisão habitacional para abrigar algumas famílias removidas de áreas de risco. Fátima (Profissional AUHI1, em entrevista, 2021) comentou que lutou para que o processo de escolha dos apartamentos não fosse sorteio - como normalmente acontece -, pois acredita que os moradores têm o direito de escolher onde preferem morar, seja

por proximidade dos amigos, ou por localização no edifício. Após a reestruturação da secretaria, Fátima mudou de departamento, saindo da CTS. Mesmo com as demandas do cargo novo, ela continuou participando e frequentando as reuniões do trabalho social do empreendimento até a finalização do processo, pois já tinha criado um vínculo com o território e com as famílias.

Eu até tenho contato ainda, continuei mesmo quando eu me afastei, eu continuei acompanhando. Inclusive, meio até assim, eu continuei fazendo o trabalho social que eu fazia, participando das reuniões de pré e pós-ocupação e tudo mais. É só que agora a obra tá acabando, inclusive acaba ano que vem, só falta um só... faltam dois condomínios pra entregar. Assim, eu fazia um pouco desse trabalho conjunto com o social, mas eu fui tentando não me afastar de vez. Assim, eu tenho demanda lá em projetos e uma chefe que cobra outras questões, né? A gente tá com muitos projetos novos lá pra desenvolver, então eu não consigo ficar tanto em campo como eu ficava antigamente (Fátima Profissional AUH1, em entrevista, 2021).

Igualmente, no Conjunto Ponte dos Remédios, a escolha das unidades não foi por sorteio. Foi feita uma reunião com todos os moradores, em que as unidades foram mostradas e então a escolha aconteceu de acordo com o desejo de cada morador. Quando há conflito, as famílias têm que se acertar entre si, por meio do diálogo. A última opção é fazer sorteio, caso necessário. O único critério de prioridade é que os idosos e pessoas com deficiências tenham preferência para escolher os apartamentos do térreo. Essa é uma forma de promover a autonomia entre as famílias, para chegarem a soluções coletivas que atendam a todos igualmente. Ademais, foi uma decisão da equipe da gerenciadora e da técnica responsável da Sehab (Angélica Profissional AUH2), que compartilham do entendimento de que é melhor que o morador escolha onde quer morar.

Quadro 8: Quadro síntese da categoria Perfil do técnico.

PERFIL DO TÉCNICO		
ASPECTOS GERAIS	ASPECTOS ESPECÍFICOS	RELAÇÃO COM ARQUITETOS E URBANISTAS
Intencionalidade	Atenção ou foco durante o processo	Temas ou saberes que são importantes para o profissional podem ser usados nos instrumentais do TS
	Objetivos	Maior ou menor estímulo a autonomia e protagonismo das famílias, resolver questões locais e pontuais ou mais estruturais e abrangentes, diálogo
	Viés sócio-político proeminente	Maior ou menor disposição para ser resistente e militante, ir mais a campo, ter mais contato com as famílias
Perfil	Características, crenças e valores	Militância, forma de falar e agir, horizontalidade, democracia de saberes, criticidade, ser mais combativo ou não, sensibilidade, entre outros valores interferem na prática
	Entendimento sobre sua atuação na política pública	Interfere na forma de agir e como se colocar com a população (elo com o Estado ou aliado de luta)
	Trajetória pessoal	Temas ou saberes que são importantes para o profissional influenciam suas ações e suas relações com a população atendida
	Trajetória profissional	Repertório criado para ações
	Objetivos profissionais	Desejo de trabalhar com habitação social e esforço para se manter na área
Oportunidades e constrangimentos da instituição	Convergência / divergência com o perfil do técnico	A atuação será alinhada e alimentada com a dos outros profissionais da equipe e com a instituição em geral, ou o técnico enfrentará mais problemas para atuar como acredita
	Discrecionalidade e autonomia	Capacidade maior ou menor para tomar decisões

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A voz da minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz da minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo⁷⁷

⁷⁷ Poema escolhido para a mística inicial de uma das assembleias que tratou sobre feminismo e racismo no Residencial Elza Soares.

2.3. Perspectivas da arquitetura e urbanismo no campo do trabalho social em habitação

Por fim, esses relatos e reflexões buscam responder a pergunta inicial desta pesquisa: Qual a contribuição dos arquitetos e urbanistas no trabalho social em habitação? Para isso, foi necessário entender o dia a dia desse processo e como se dava a atuação dos técnicos nas equipes interdisciplinares de TS. Nessa análise qualitativa, o objetivo não era comparar as atuações em ATHIS com o setor público, visto que a diferença de acesso às informações já impossibilitaria uma simetria. Ainda assim, foi possível cruzar as informações obtidas nos dois campos estudados para formular diretrizes conclusivas.

A principal percepção foi que a atuação dos arquitetos populares é influenciada pelos mesmos fatores que a atuação dos demais integrantes, independente da formação do técnico. Então, as categorias aqui elencadas - Contexto local, Arranjo Institucional, Condições de trabalho e Perfil do técnico -, cada uma da sua maneira, vão interferir no modo como o técnico participa do trabalho social e, conseqüentemente, na atuação dos arquitetos. De acordo com as normativas, estabeleceu-se que o responsável pelo TS é assistente ou cientista social, com experiência em habitação. Assim, os arquitetos podem participar pontualmente ou se envolver mais com o andamento do TS, a depender de suas crenças e dos demais fatores já citados. Conclui-se que o arquiteto popular costuma participar mais ativamente do trabalho social, conforme possível.

Igualmente, ficou explícito que alguns temas são transversais às categorias estipuladas e aos campos estudados. No setor público com as gerenciadoras, as lógicas impostas pela estrutura da prefeitura vão permear todas as camadas de atuação dos técnicos. Nesse arranjo institucional, a influência da gestão e dos interesses políticos é grande. Por isso, as condições de trabalho são muito mais restritivas para aqueles profissionais militantes. Ou seja, depende do perfil do técnico tentar exercer sua resistência de forma criativa e territorializar sua prática. No contexto local, a forma verticalizada com que a Sehab fecha a lista de famílias do empreendimento - sem conexões entre os grupos e sem a preocupação de manter um vínculo com as pessoas atendidas durante o tempo da intervenção - vai estabelecer desafios para o andamento e aprofundamento do

trabalho social. Paralelamente, no arranjo de ATHIS com movimentos sociais, a conjuntura determinante é a autogestão, que interfere em grande medida na implementação do TS. Como visto, o principal objetivo nesses casos é o protagonismo e autonomia das famílias participantes, o que vai aparecer na escolha das atividades conduzidas pelos técnicos. Assim, a preexistência de vivências coletivas no contexto local facilita que esses objetivos sejam atingidos, mostrando que a participação das famílias nos movimentos de moradia em si já faz diferença.

Reforçando as sínteses ilustradas nos Quadros 05, 06, 07 e 08, existem alguns elementos que interferem mais diretamente no papel do arquiteto. No contexto local, o perfil socioeconômico das famílias da demanda traz características fundamentais para que os arquitetos, em conjunto com a equipe social, planejem os temas e as atividades a serem trabalhados com aquele grupo. Além disso, a localização do projeto dita o debate sobre a relação com o entorno, abrindo margem para discutir sobre segregação sócio espacial, sobre a formação da cidade, uso dos espaços públicos, entre outros assuntos relacionados. O programa habitacional, como visto, traz forte influência, ao determinar toda a estrutura da ação, a começar por quem executa o TS, que, conseqüentemente, desencadeia em todas as implicações referentes ao arranjo institucional. Ainda, estabelece se há recursos financeiros para contratar arquitetos (e quantos) e o modo de gestão do empreendimento - e a autogestão tem grande peso, como dito. O nível de envolvimento com a obra e os tempos do TS, também definidos pelo programa, moldam a relação do arquiteto com as famílias, ao possibilitar maior aprofundamento nas questões relacionadas aos projetos, serviços executados, cronograma de obra, orçamentos e prestação de contas, aumentando o diálogo.

Cabe dizer que as implicações do arranjo institucional perpassam todas as outras categorias, o que reafirma a escolha desta pesquisa de estudar dois exemplos distintos. O arranjo pode ser favorável ou desfavorável ao pensamento crítico, à reprodução dos padrões de desigualdade social e ao questionamento das lógicas dominantes, o que impacta no trabalho militante, porque determina as oportunidades e constrangimentos trazidos pela instituição. A intencionalidade com a qual o TS é implementado tem relação direta com a atuação dos arquitetos e urbanistas, ao estimular sua participação, com atuações mais ou menos críticas. Ou seja, a importância dada ao TS e à interdisciplinaridade determina a possibilidade de envolvimento dos arquitetos, que terão maior disponibilidade de tempo e incentivo para essas atividades. A estrutura das equipes dentro das instituições influencia na divisão de tarefas e responsabilidades, dando maior ou menor abertura

para as trocas e compartilhamentos entre os arquitetos e demais integrantes. Ademais, quando os objetivos do TS extrapolam a escala do empreendimento, o arquiteto pode contribuir na luta por políticas públicas mais adequadas e favoráveis à população de baixa renda.

Sobre as condições de trabalho, a forma de contratação dos arquitetos acarreta na sua segurança no trabalho, dando maior ou menor abertura para contestar as imposições externas. Já foi mostrado que existe uma relação direta entre o tamanho do empreendimento, recursos financeiros para o TS, tamanho da equipe e, por consequência, quantidade de trabalho para cada membro. Quando a equipe é mais numerosa e com mais arquitetos, a chance de sobrecarga é menor. Além disso, a coesão interna da equipe técnica interfere em como os arquitetos estão inseridos e em como o campo da arquitetura e urbanismo é incorporado no processo. Aqui, o arranjo institucional demarca a relação com o território durante o TS, o que ocasiona mais possibilidades para o arquiteto ir a campo e criar vínculos com as famílias.

Por fim, o papel do arquiteto no TS depende, sobretudo, de seu perfil. Suas crenças e valores geram sua forma de falar e agir com os moradores, levando em conta fatores como horizontalidade, criticidade, sensibilidade, entre outras características. Da mesma maneira, sua trajetória pessoal e profissional vai trazer repertórios e vivências específicas, que serão exploradas nas ações com as famílias. O entendimento que o profissional tem de sua própria participação na política também permeia a relação com a população, pois influencia na forma como ele se coloca. Esses elementos compõem a intencionalidade do arquiteto ao implementar o TS. O arranjo institucional pode ir ao encontro dessa intencionalidade, potencializando sua atuação, ou limitá-la ao colocar empecilhos para sua autonomia e militância.

A luz dessas informações, pode-se concluir que o arquiteto popular tem o papel de engrossar a luta pela implementação do TS com viés sócio-político. Uma vez integrante da equipe, esse profissional vai tentar, de acordo com suas possibilidades, aproximar a população atendida das questões relacionadas ao projeto, obra e orçamentos, aumentando a autonomia das famílias nesses pontos. Isso pode se dar de diferentes formas: propondo mais visitas à obra, apresentando vídeos e fotos dos serviços executados nas assembleias, garantindo a existência de oficinas formativas com os moradores, ou preparando materiais explicativos sobre os orçamentos, entre outras maneiras mencionadas ao longo do capítulo. Então o profissional da arquitetura e urbanismo tem uma função importante de ligação com as questões técnicas e físicas da intervenção.

Por isso, esse profissional é muito requisitado na etapa final da obra, principalmente na entrega dos apartamentos às famílias. Além de participar das vistorias finais - quando os moradores visitam o apartamento e analisam se há melhorias a serem feitas antes da entrega oficial -, os arquitetos montam apresentações e manuais com os projetos de cada unidade. A finalidade é explicar questões técnicas, como passagem de tubulações, sistemas estruturais, cargas elétricas, entre outras informações relevantes para que o morador faça bom uso de sua casa. Normalmente, os arquitetos estão presentes nas assembleias de escolha das unidades e na entrega das chaves.

Então a gente elaborou um, que a gente chamava de manual do condomínio e a gente explica direitinho todas as questões do apartamento, onde fica o quadro [de energia], se tem parede que pode ser derrubada ou se não pode derrubar aquela parede. Enfim, que modificações o morador pode fazer naquela unidade ou não, né? Às vezes era alvenaria estrutural, por exemplo, então a gente explicava que não poderia remover nenhuma parede, porque era alvenaria estrutural. Então a gente explicava tudo em relação a unidade e as áreas comuns do condomínio. A gente apresentava isso pros moradores junto com a assistente social, então tinham várias pautas que eram mais relacionadas aos arquitetos e a gente participava dessas reuniões com os moradores antes da entrada deles no condomínio. Ou mesmo visitas técnicas pra conhecer as unidades também, né? (Fátima Profissional AUH11, em entrevista, 2021).

Nesse domingo, eu cheguei no Lord um pouco antes das 8h. O Andrei e a Beatriz estavam na correria para arrumar as coisas. Algumas famílias já aguardavam pelo térreo. A coordenação do movimento e alguns moradores ajudaram a montar uma mesa de café da manhã para todos.

A equipe da Peabiru imprimiu as plantas de cada pavimento do edifício, em folhas bem grandes, onde cada apartamento aparecia com seu número e um espaço para escrever o nome da família que o escolheu. Cada tipologia estava marcada por uma cor (quitinete, um dormitório e dois dormitórios). (...)

Esse era o segundo dia da dinâmica programada para a escolha dos apartamentos. Eu acompanhei a escolha das primeiras 03 famílias, que foram juntas, pois estavam empatadas no ranking do movimento. As famílias eram: K. e seu companheiro, A.L. e sua filha, e N., que estava sozinha.

K. é uma mulher preta e contou que tem um filho de 13 anos. Ela e seu companheiro queriam um apartamento maior, mas as possibilidades que restaram (ela era a 60ª da lista) eram todas menores, quitinetes ou apartamentos de 1 dormitório. (...) Conversando com seu companheiro sobre a limitação dos espaços, sua resposta foi "para quem já morou na favela... favela é ruim demais. Não importa o tamanho, nois se aperta".

A.L. tem dois filhos. A menina, de 14 anos, estava acompanhando a mãe na escolha. Ela ficou o tempo todo com a mão na boca, roendo unha, um misto de nervosismo e timidez, como quem não acredita no que está acontecendo. O outro filho tem apenas 7 anos. A.L. contou que já morou em muitas pensões e quartos alugados muito pequenos, sem banheiro próprio. Hoje em dia, ela mora com os filhos em uma quitinete, no Bom Retiro, e gasta boa parte do seu salário com aluguel.

A N. é uma senhora imigrante, que se mostrou triste com a ausência da filha em um dia tão especial. Um pouco mais calada e indecisa, estava muito preocupada com a possibilidade de os elevadores não funcionarem - lembranças da ocupação -, porque tem dificuldade de locomoção. (...) Ela demorou para escolher e pediu mais atenção do Andrei, para conversar e pensar nas alternativas. Voltou algumas vezes em cada

apartamento até tomar uma decisão.

A logística foi a seguinte: primeiro as famílias olharam as plantas dos pavimentos, viram mais ou menos o que estava livre e seus possíveis interesses. Depois, subiram para olhar os apartamentos ao vivo. (...)

A Beatriz e o Andrei comentavam as vantagens e desvantagens de cada apartamento, o que dava para fazer em uma reforma simples (como colocar divisórias), apontavam onde o sol bate mais de manhã ou de tarde, em diálogo com as necessidades e desejos das famílias. A.L. disse prontamente que queria dividir a quitinete para fazer 02 quartos, um para ela e outro para os filhos.

Depois de olhar os apartamentos, visitando alguns andares do prédio, as famílias desceram e confirmaram a disponibilidade de seus apartamentos preferidos. (...)

A A.L. e a K. queriam o mesmo apartamento, mas como a A.L. tem um filho mais novo, o que é critério de desempate, ficou com o apartamento do segundo andar e sua companheira de movimento pegou a mesma tipologia no primeiro andar. A senhora N. escolheu um apartamento de um dormitório no quarto andar, por fim.

Depois disso, cada uma voltou no apartamento escolhido e abriu a porta com a sua chave pela primeira vez, em um ato simbólico. Cada família teve um tempo para ficar por lá sozinha, imaginando sua casa. (...) A A.L. se emocionou e chorou muito, abraçada à sua filha, que ainda estava incrédula. As três mulheres pareciam muito felizes e aliviadas (Caderno de campo da autora, 04/09/2022)⁷⁸.

Imagem 27: Dia da escolha dos apartamentos no Residencial Elza Soares.



Imagem 28: Dia da escolha dos apartamentos no Residencial Elza Soares.



Fonte: Renata Antonialli, 2022.

⁷⁸ Os nomes das moradoras foram substituídos por suas iniciais para manter o anonimato.

Complementar a isso, foi mostrado que também há uma preocupação com as pautas relacionadas ao direito à cidade. O arquiteto é capaz de ampliar as discussões para além da escala local do projeto e alcançar o entorno, o bairro e a cidade como um todo. Isso se dá, também, devido à sua formação como urbanista, obtendo conhecimentos sobre história do urbanismo e construção do tecido urbano. Ademais, reconhece os padrões de desigualdade que se reproduzem na produção do espaço urbano e as implicações dessa lógica perversa na vida dos cidadãos. Assim, esses assuntos são enriquecidos com a presença de um arquiteto e urbanista, que também consegue com mais facilidade espacializar e ilustrar essas discussões.

Por isso, é possível observar que o campo da arquitetura e urbanismo tem um papel fundamental no trabalho social em habitação, assim como a recíproca é verdadeira. Ou seja, o TS tem grande relevância para a formação política dos cidadãos de baixa renda, quando pautado em valores de justiça social. Sua prática coloca as famílias de baixa renda à frente das tomadas de decisão, como protagonistas, sendo uma forma contra-hegemônica de produção do espaço urbano. É por meio dessa conjuntura que essa comunidade pode questionar o sistema vigente, contestar os padrões sociais que reproduzem desigualdades estruturais e, conseqüentemente, propor maneiras transformadoras de ver e viver a cidade. Assim, o trabalho social se coloca como componente essencial das políticas habitacionais e urbanas. E isso também justifica a participação ativa dos arquitetos e urbanistas nessas equipes.

Por outro lado, pode-se observar que existem limites marcantes para a atuação dos arquitetos e urbanistas. Para além dos constrangimentos externos - como recursos, características do grupo de famílias e imposições dos arranjos organizacionais -, existem limites do próprio profissional, no sentido de tempo e desgaste físico e emocional. Foi mostrado que, muitas vezes, participar das atividades do trabalho social inclui acrescentar carga horária e disponibilizar momentos para além do horário comercial. Por isso as funções são complementares e as divisões de tarefas e responsabilidades são necessárias nas equipes, sem apresentar prejuízos à atuação dos profissionais. Além disso, o despreparo técnico para tratativa e resolução de problemas com as famílias torna os formados em arquitetura e urbanismo menos aptos ao atendimento individual e especializado. Por mais que o arquiteto popular crie vínculos com a população atendida, é preciso saber lidar com questões de violações de direitos sociais para que as providências sejam tomadas corretamente.

Enfim, o que é trabalho social para arquitetura e urbanismo? Em suma, é uma

possibilidade de aproximação com o território, de conhecer as dinâmicas espaciais e sociais do uso daquele espaço. A partir disso, pode-se entrar em contato com o cotidiano dos moradores e entender suas principais demandas e questões. É, então, o eixo condutor que vai direcionar a prática profissional, e, se possível, o projeto e a obra. Traz a dimensão social para a dimensão técnica, unindo política e prática. No entanto, vale reforçar que as separações entre as perspectivas da arquitetura e urbanismo e de outras disciplinas, como do serviço social, não devem ser reducionistas, pois o objetivo é que o trabalho social seja totalizante e interdisciplinar, assim como a moradia digna.

Ainda assim, cabe enfatizar que os técnicos e as equipes são muito heterogêneos, por isso fazer afirmações generalizadas pode ser simplista. As atuações em assessoria técnica não são uniformes entre si, embora existam similaridades, assim como a atuação no setor público e privado. Vale destacar que, por exemplo, uma das técnicas sociais que coordenou o trabalho social do Rosa Parks e Zilda Arns, depois de trabalhar na Integra, assumiu um cargo em gerenciadora. Enquanto isso, uma das arquitetas responsáveis pelo trabalho social do Elza Soares saiu da equipe para trabalhar na Sehab. Essa pesquisa tem uma aproximação recortada da realidade, então existem variações, a depender dos contextos e combinações dos arranjos, que são intercambiáveis. A atuação desses profissionais vai variar de acordo com as possibilidades e constrangimentos encontrados para sua prática.

Apesar disso, as sínteses e conclusões aqui trazidas se mostram significativas para o campo. Isso porque as informações sobre o Elza Soares e Rosa Parks e Zilda Arns retratam dois dos últimos trabalhos sociais com autogestão implementados com recursos públicos do PMCMV-Entidades, representando a atuação de assessorias técnicas e movimentos sociais importantes no município. Além disso, os dados sobre a implementação do TS no setor público e nas gerenciadoras foram pouco estudados academicamente, provavelmente devido a sua dificuldade de acesso. A vivência aqui detalhada provocou reflexões sobre direitos sociais, políticas públicas e o exercício profissional dos arquitetos populares, que serão elaboradas no próximo capítulo.

NENHUMA MULHER
SEM CASA



Capítulo 03

**Emaranhado de nós:
reflexões sobre políticas
públicas, direitos sociais
e atuação profissional**

Ao longo do percurso da pesquisa que resultou nesta dissertação, análise dos estudos de caso acompanhados e conversas com os entrevistados, uma série de questões estruturais e transversais foram suscitadas. São temas que se entrecruzam e estão presentes direta ou indiretamente nas discussões sobre trabalho social e nas bibliografias de referência, sejam originárias das ciências políticas, ATHIS ou serviço social. Assim, neste capítulo propõe-se destrinchar e discorrer sobre esses nós reflexivos, que foram organizados em três eixos principais, que são também os eixos que nortearam a pesquisa como um todo.

O primeiro eixo trata sobre os direitos sociais. A pesquisa parte do entendimento de que o trabalho social é onde o direito à moradia digna cruza com os outros direitos sociais de forma mais explícita. Ao tirar o foco da técnica e colocar nos futuros moradores, os arquitetos e urbanistas encontram a dimensão social da provisão habitacional. Nesse contexto, há uma série de conflitos, porque o técnico entra em contato com outros aspectos da vida cotidiana, igualmente relevantes, mas não tão palpáveis como uma casa. E a atuação profissional voltada para o desenho e para a construção civil, para resolver uma questão física, se torna insuficiente em meio a uma complexa trama de violação de direitos humanos.

Já o segundo eixo refere-se à política pública. Como visto, a intencionalidade com a qual o trabalho social vai ser implementado determina muitos de seus desdobramentos e resultados. Uma vez institucionalizado, a execução do TS entra em disputa, dentro das contradições do sistema capitalista neoliberal. Sendo assim, é possível garantir que o trabalho social tenha uma intencionalidade de justiça social e não de gestão da pobreza? Como assegurar que sua prática seja de fato transformadora? Em diálogo com Oliveira (2006), os trabalhos sociais aqui mostrados em ATHIS são virtuosos porque são excepcionais e não poderiam ser universalizados por meio da política habitacional? Nesse sentido, coube aprofundar a discussão sobre o processo de formulação da política pública.

Dessa forma, o terceiro eixo discorre sobre essa atuação profissional do arquiteto e urbanista. Recentemente, estudos sobre ATHIS e o arquiteto popular em ação buscam um avanço na base normativa ético-profissional da área (LOPES, 2018). Além disso, discute-se o espaço interdisciplinar do trabalho social e as contribuições e limites trazidas por cada membro dessas equipes. Entende-se que a presença de um arquiteto e urbanista militante no processo de trabalho social trará maiores oportunidades para avanço nas pautas sobre direito à cidade, relação com o entorno, apropriação do projeto como ferramenta política, entre outros. Ou seja, ele é uma peça importante para garantir

a implementação com viés sócio-político.

O entrelaçar desses três eixos de discussões compõem as principais reflexões propostas por esta dissertação.

3.1

Direitos Sociais: trabalho social para além da habitação

O trabalho social lida com famílias em situação de vulnerabilidade, a princípio, devido à falta de acesso à moradia digna. No entanto, ao entrar em contato com essas famílias, cotidianamente, por meio do vínculo que o TS permite, percebe-se que há uma série de outros direitos sociais e humanos que são igualmente violados. No capítulo 2, dentro do aspecto chamado de contexto local, foi possível perceber uma sobreposição de camadas de vulnerabilidades e violações sofridas, que aparecem no contato direto com a equipe técnica. Assim, na categoria perfil do técnico, a abordagem mais humana, a sensibilidade, a atenção dada a cada participante, evidenciaram uma visão integral da pessoa, buscando acolhê-la por meio do afeto. Na parte sobre o arranjo institucional, ficou nítido que esses técnicos se propõem, dentro do possível em sua instituição, a atender as demandas que estão além da moradia.

Como será mais detalhado a seguir, a população de baixa renda é desumanizada, discriminada e excluída da sociedade, portanto essas violações de direitos são, muitas vezes, invisíveis. Primeiramente, porque as próprias pessoas não são vistas, mas também porque são violências presentes em uma camada abstrata e subjetiva da vida. Tema importante para a pesquisa, pois o arquiteto popular enfrenta necessariamente essas questões nas equipes de TS, modificando suas condições de trabalho, já que isso não está presente na atuação tradicional do arquiteto. É algo mais próximo do trabalho do assistente social ou sociólogo. Portanto, ao atuar de forma militante com as famílias, essas violências se tornam visíveis, devido ao vínculo criado. Percebe-se que “a moradia não é um direito único, mas um direito difuso, que leva a vários outros direitos” (D’OTTAVIANO, 2021d, p. 22). Então, quantos e quais direitos cabem dentro do direito à moradia? Quais são os outros direitos abarcados dentro do TS em habitação?

O conceito de cidadania está atrelado à ideia de cidadania cívica, política e social. Isso relaciona-se com a trajetória da instituição da vida urbana e dos direitos na história. Primeiramente, surgiram as exigências relacionadas à vida e à liberdade individual (direitos civis), posteriormente, à liberdade política e à participação no governo e sociedade (direitos políticos) e, por fim, à igualdade (direitos sociais). No século XX, são incluídos também os direitos trabalhistas e relacionados à proteção social por parte do Estado, onde vão ser abarcados o direito à habitação e à assistência social (RIBEIRO, 2004; PEREIRA, 2008). De acordo com a Constituição Federal de 1988, os direitos fundamentais do cidadão brasileiro são:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; (BRASIL, 1988).

Como componente da política habitacional e urbana, o TS depende de uma política social integrada, que acolha as facetas da vida humana na cidade. Kowarick (1979; 2009) descreveu a situação da população de baixa renda na metrópole paulista ao cunhar o termo espoliação urbana e, três décadas depois, caracterizá-la como viver em risco (KOWARICK, 2009). Segundo Ribeiro (2004), a cidadania é ameaçada pela espoliação, vulnerabilização e violência urbanas. A urbanização contemporânea combina processos espoliativos, unindo a espoliação urbana com novas formas de espoliação. As implicações sociais são o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e a ampliação das formas precárias de condições materiais e de reprodução da vida. Isso afeta a coletividade, na medida em que a produção da cidade é vista como um negócio e, assim, as prioridades sociais e as políticas públicas que atenderiam os direitos sociais ficam em segundo plano, reforçando as lógicas de espoliação (FERRARA; RUFINO; SHIMBO, 2018).

Além disso, conforme já comentado, com as reformas trabalhistas recentes e a

alta volatilidade do mercado, passam a predominar as subcontratações, os trabalhos temporários, informais, irregulares e autônomos. O desemprego estrutural gera uma reserva de trabalhadores e permite que a falta de direitos e baixos níveis de remuneração permaneçam. A explosão de atividades ilegais, intensificação do ritmo produtivo, aumento da jornada e as constantes reduções das remunerações aumentam o trabalho precário e instável, evidenciando a superexploração da força de trabalho (HARVEY, 1994; KOWARICK, 2009).

Apesar da justificativa de construir infraestrutura e unidades habitacionais para a população de baixa renda, o PMCMV se pautou, principalmente, no protagonismo do mercado imobiliário e financeiro, fomentando o lucro das empresas construtoras, incorporadoras e gerenciadoras, por meio da ampliação dos financiamentos e subsídios. Isso impulsionou a dinâmica de capitalização da renda fundiária, gerando uma valorização exorbitante do preço dos imóveis em São Paulo (KLINK e SOUZA, 2017; RUFINO, 2017). A penetração do capital financeiro no setor imobiliário depende muito dos financiamentos (RUFINO, 2017). A trajetória brasileira de políticas habitacionais, desde os anos 1990, mostra um forte incentivo para acesso ao crédito imobiliário, por meio de financiamentos para a compra da casa própria. Isso se intensificou nos últimos anos, com os empréstimos firmados pelo PMCMV, e, por isso, hoje, a população de baixa e média renda apresenta altas taxas de endividamento (FERRARA; GONSALES; COMARU, 2019). Outro fator relevante é a forte difusão de créditos e microcréditos para as pessoas de baixa renda, em um processo de bancarização dos setores populares, principalmente por meio dos bancos digitais. Assim, o papel de ampliar a dominação das finanças e do rentismo na economia nacional foi passada para o próprio trabalhador (KLINK e SOUZA, 2017).

A inclusão das populações de baixa renda no mercado imobiliário com a imposição do modelo da propriedade privada força outros custos implícitos, para além do financiamento da casa. É o caso das taxas condominiais, taxas das concessionárias de água, energia, esgoto e ainda os serviços formais de TV a cabo ou internet, antes conquistados de formas irregulares e, portanto, mais baratos. Na economia e vida cotidiana das metrópoles latino-americanas, as práticas formais e informais, regulares e irregulares, legais e ilegais são muito imbricadas. Ainda assim, o processo de mercantilização avança sobre todas as formas de produção e de consumo na urbanização (FERRARA; RUFINO; SHIMBO, 2018). Dessa forma, o endividamento também se deve aos bens de consumo e serviços urbanos, que estão cada vez mais caros, e são adquiridos através de

financiamentos individuais⁷⁹. As famílias mais pobres acessam crédito a taxas exorbitantes para compra de materiais de construção, eletrodomésticos, carros, entre outros, em um processo chamado de integração espoliativa (FERRARA; RUFINO; SHIMBO, 2018). Uma vez que a renda dessas famílias já é baixa e incerta, o comprometimento, mesmo que parcial, com esses financiamentos torna as condições de vida ainda piores. Assim, a situação do trabalhador é agravada pela denominada espoliação financeira.

Harvey (2018) explica o papel da dívida no modo de produção capitalista, em que o dinheiro emprestado, além de permitir consumo crescente, torna-se uma forma de valor que circula e gera lucros por juros. No entanto, a dívida é uma reivindicação futura de produção de valor. Assim, quando as populações marginalizadas são sobrecarregadas com dívidas, elas se tornam controladas, disciplinadas, trabalhadores mais produtivos, pois precisam assegurar a renda futura para pagar os empréstimos, sob a ameaça de perder seus bens ou propriedades. “Nos últimos anos, as instituições financeiras envolvidas em empréstimos predatórios para as classes trabalhadoras conseguiram roubar com sucesso os ativos imobiliários das populações vulneráveis” (HARVEY, 2018, p.198). No Brasil, isso se dá principalmente por meio da alienação fiduciária⁸⁰. Dessa maneira, os ricos enriquecem ainda mais com as manipulações financeiras, enquanto os pobres se encontram em situações cada vez mais precárias e subordinadas para pagar suas dívidas, evidenciando o processo de espoliação financeira.

Está em curso uma profunda mudança neoliberal no padrão de acumulação, com hegemonia financeira e exponencial desenvolvimento das tecnologias de base microeletrônica e do universo maquínico-informacional-digital (...), que se expressa nas (contra) reformas trabalhista e da previdência social, na ampliação das privatizações, na destituição de direitos e nos ataques à democracia. Vivemos um cenário de sucateamento das políticas sociais, de crescimento do desemprego, do trabalho desprotegido e intermitente, da fome e da insegurança alimentar (Raichelis et al, 2022, p. 7).

A partir disso, Kowarick (2009) inclui outros pontos, além dos já demonstrados, que agravam os processos espoliativos nos anos 2010. São eles: exclusão social, pauperismo, marginalização, discriminação, encolhimento da legitimidade dos direitos sociais (perda do direito de ter direitos), repressão aos grupos reivindicativos, medo, insegurança, relação constante com criminosos, culpabilização do pobre pela sua condição de vida e

79 Em novembro de 2022, um estudo realizado pela Folha de São Paulo apontou que as classes mais baixas (renda familiar até R\$ 6000,00) estão se endividando, por meio de empréstimos, para comprar comida e pagar as contas do dia a dia. Além disso, 42% dos brasileiros entrevistados afirmaram ter alguma dívida em atraso (BOMBANA, 2022).

80 Alienação fiduciária significa que o bem só passa a ser propriedade do comprador após a finalização do pagamento da dívida. Enquanto isso, em caso de inadimplência, o credor pode tomar a propriedade para si.

individualização dos problemas comuns. Além disso, a violência praticada por bandidos e polícia - espancamentos, extorsões e humilhações - fazem parte do cotidiano das famílias de baixa renda. Todos esses fatores também caracterizam o mencionado viver em risco, no caso da metrópole paulistana.

Esse processo se constitui como “a erosão dos direitos sociais no capitalismo neoliberal” (Raichelis et al, 2022, p. 1), que é a realidade enfrentada pelas famílias acompanhadas pelos trabalhos sociais. As questões citadas estão relacionadas primordialmente à classe. No entanto, como visto ao longo do capítulo 2, durante o TS aparecem outros fatores que também exacerbam as violações de direitos sociais, principalmente gênero e raça, o que traz a necessidade de um olhar interseccional. O conceito de interseccionalidade tem sua origem no feminismo negro, ao iluminar a relação entre raça e sexo, mas considera também que as opressões não são somatórias e sim transversais umas as outras. Ou seja, não é possível enxergar questões de classe sem pensar raça e gênero, colocando esses aspectos em patamares de igualdade analítica (AKOTIRENE, 2020). A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. Pensando conjuntamente as dominações, há mais formas de contribuir para que elas não sejam reproduzidas (HIRATA, 2014).

O olhar interseccional nos ensina a pensar as dimensões de gênero, raça, classe e sexualidade (e outras) como um sistema interligado de opressões, lançando luz sobre as diferenças entre as experiências de mulheres, atravessadas por esses sistemas que estão na base das relações em nossa sociedade, calcadas no racismo, no sexismo e no capitalismo (LACERDA, 2020, p. 149).

Para entender as questões de gênero e como elas influenciam hoje na vida das mulheres participantes do TS, é preciso lembrar que é uma desigualdade histórica, mas que se modificou ao longo dos anos. O surgimento do capitalismo relaciona-se com a guerra contra as mulheres brancas europeias - caça às bruxas dos séculos XVI e XVII, quando se criou a ideia de degradar e demonizar o poder social das mulheres, colocando-as como promíscuas, falsas, vilãs, fofoqueiras, provocando a competição feminina e punindo-as com humilhações públicas e linchamentos. Em contraposição, surge a ideia da mulher subserviente, comportada, obediente e passiva. Isso reforça a hierarquização das tarefas ditas como femininas e masculinas. As mulheres brancas passaram a ser consideradas propriedade privada dos homens, porque a reprodução biológica era uma condição social para passar bens materiais e propriedades, o que também determinava as classes sociais.

Então, a propriedade privada produziu a divisão entre homens e mulheres a partir do trabalho, dividido entre reprodutivo e produtivo. E o trabalho realizado pelas mulheres passa a ser invisibilizado, colocado como um ato de amor, natural ao dever maternal. Por isso, a divisão sexual do trabalho e da opressão de gênero são partes indissociáveis da formação do capitalismo (FEDERICI, 2019; HELENE, 2019; FREITAS, 2021).

É importante ressaltar que a história das mulheres negras foi diferente. O sistema escravista⁸¹ fez com que as mulheres negras (e o povo negro, em geral) fossem consideradas propriedade muito antes das mulheres brancas. Para seus proprietários, senhores brancos, as mulheres negras escravizadas eram desprovidas de gênero, pois eram cobradas de produzir tanto quanto os homens negros no trabalho braçal. No entanto, quando convinha, eram entendidas como mulheres, pois sofriam abusos sexuais e também eram consideradas como objetos de reprodução, para gestar novos escravos. Então, não eram mães e sim reprodutoras. Ainda assim, a vida doméstica tinha importância para as famílias escravizadas, porque era um momento de vivenciar experiências como seres humanos e não apenas como objetos violentamente explorados. A força e resistência da mulher negra foi essencial para a luta contra a escravidão (DAVIS, 2016). No Brasil, foram muito significativos os papéis da mulher negra como mucama e mãe preta, escravizadas que cumpriam as funções domésticas nas casas dos senhores brancos. Elas lavavam, passavam, cozinhavam, costuravam e cuidavam das crianças brancas. Essas mulheres foram fundamentais para a manutenção da cultura, valores e crenças de origens africanas na sociedade brasileira, o que também foi visto como uma forma de resistência (GONZALEZ, 2020).

Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual - em resumo, um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher (DAVIS, 2016, p. 41).

Com a mudança para as cidades e a proletarização, os papéis sociais femininos começaram a mudar. Todos os corpos passaram a ser entendidos como máquinas, como força de trabalho abstrata. Então, a inferiorização social da mulher, que permanece há séculos, também produziu e ainda produz a exploração mais acentuada da massa de trabalhadoras femininas, que sempre tiveram salários menores. No pós-fordismo, se consolida o papel da mulher como apoio necessário para a manutenção da família

81 No Brasil, o sistema escravocrata se iniciou, aproximadamente, em 1530 e se encerrou oficialmente em 1888.

e para a produtividade do operário masculino. A condição materna é superior à condição trabalhadora, assim a mulher é duplamente explorada: no trabalho (mal) remunerado e no trabalho doméstico não pago, vivendo rotinas exaustivas (FEDERICI, 2019). No neoliberalismo, como já foi comentado, a difusão dos contratos flexíveis e empregos temporários, diminuindo os direitos trabalhistas e aumentando a ideia de empreendedorismo individual, impacta ainda mais fortemente as mulheres. No mercado de trabalho, crescem os empregos que exigem qualidades socialmente estabelecidas como femininas, como multifuncionalidade, polivalência, flexibilidade, sensibilidade, comunicação, delicadeza, etc (GONZALEZ, 2020; FREITAS, 2021).

A distinção de agora é que o discurso cultural neoliberal azeita essa situação permanente na necessidade de aprimoramento individual, na responsabilização feminina pela sua própria condição financeira, na noção positivada de “supermulher”, na noção de um empoderamento que transforma as parcas possibilidades de sobrevivência expressivas da crise em grandes oportunidades para o progresso feminino (FREITAS, 2021, p. 125).

A situação ainda é muito desigual. Por mais que tenham crescido o nível de escolaridade entre as mulheres, mesmo com avanços como o número de trabalhadoras em cargos de liderança, em posições e profissões antes tidas como masculinas, duas questões se mantêm: os homens continuam ganhando mais que as mulheres e ainda há uma grande diferença entre as mulheres brancas e negras. As mulheres negras continuam com o nível de escolaridade mais baixo que o da mulher branca e ganhando menos, independente da escolaridade, como reflexo das desigualdades históricas brevemente mencionadas (FREITAS, 2021)⁸². Além disso, os empregos precários são predominantemente realizados por mulheres, especialmente as não brancas (pretas, pardas, indígenas e imigrantes, a depender do local). Geralmente, são trabalhos ligados aos cuidados e manutenção, como limpeza, alimentação, enfermagem, em asilos - mal remunerados e de baixa qualificação (HIRATA, 2014; FREITAS, 2021). Ou seja, a mulher não branca está sempre mais suscetível a ocupações de menor prestígio e com más condições de trabalho, ou a situação de desemprego, porque a seleção racial dos postos de trabalho reforça sua segregação. Com isso, consolida-se a ideia de que a raça é a maneira como a classe é vivida (DAVIS, 2016; AKOTIRENE, 2020; GONZALEZ, 2020). Como resume Gonzalez (2020, p.58) “ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de

82 Em 2021, por hora, o rendimento médio dos ocupados brancos era de R\$ 19,00. Já para os pretos era de R\$ 10,9, e para os pardos, de R\$ 11,3. Além disso, mais da metade (53,8%) dos trabalhadores do país eram pretos ou pardos, mas esses grupos, somados, ocupavam apenas 29,5% dos cargos gerenciais, enquanto os brancos ocupavam 69% deles. Em 2019, a taxa de participação na força de trabalho dos homens era de 73,7% e das mulheres, 54,5%. Fonte: IBGE, 2021.

tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”.

Pode-se perceber que são as mulheres que cuidam dos outros (crianças, idosos, pessoas com necessidades especiais e doentes)⁸³. Por isso, para elas, o espaço da casa eleva-se para o local de abrigo necessário para si e para seus dependentes, ou seja, representa proteção e lugar de descanso. Dessa forma, a qualidade da moradia, sua localização e a distância até os serviços públicos afetam cotidianamente a vida das mulheres devido às suas atividades relacionadas ao gênero, já que elas levam as crianças para as escolas, para os parques, os enfermos a UBS, etc. Ademais, existem outros aspectos - como a segurança do bairro, a iluminação pública, a distância para caminhar sozinha até o transporte público - que incidem de forma muito diferente na vida das mulheres, e por isso, têm maior importância para elas (HELENE, 2019; XAVIER et al, 2020; D’OTTAVIANO, 2021d).

Resumindo, de acordo com Helene (2019), alguns pontos são fundamentais para o direito à moradia das mulheres: habitabilidade, disponibilidade de serviços e infraestrutura, localização, adequação cultural, não discriminação, custo acessível e segurança de posse. Essa última, porque diz respeito a uma casa estável e segura, que não deixa a mulher constantemente preocupada com sua família, nem dependente financeiramente de um homem para pagar o aluguel. Também cabe considerar que dentro da casa, cabe a hierarquia patriarcal, em âmbito privado, tanto que a maioria dos abusos físicos e sexuais são sofridos pelas mulheres dentro de suas próprias casas⁸⁴. Por isso, o empoderamento e autonomia das mulheres é muito relevante para quebrar essa lógica de exploração, opressão e espoliação mostrada (XAVIER et al, 2020;).

Exploração, como a relação de expropriação de uma classe sobre a outra mediante o trabalho; opressão, enquanto forma de dominação e hierarquia social presente na família; e a espoliação, como forma de captura específica da mais valia global, seriam momentos concretos da totalidade constitutiva do capitalismo que, antes de ser um conjunto de leis puramente econômicas, é um complexo dinâmico de relações sociais (FREITAS, 2021, p. 161).

A partir dos fatores levantados, entende-se porque as mulheres entram para os movimentos sociais de moradia e compõem a maioria de seus integrantes e lideranças.

83 Em 2019, a média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e afazeres domésticos, no Sudeste, foi de 20,7h para mulheres brancas e 22h para mulheres pretas ou pardas. Fonte: IBGE, 2019.

84 Em 2018, 30,4% dos homicídios de mulheres aconteceram no domicílio. Para mulheres negras, essa taxa aumenta para 34,8%. Fonte: IBGE, 2019.

Nesses espaços, são construídas coletivamente formas de resistência. Como foi explicitado ao longo do capítulo 2, a autogestão possibilita rompimento com as lógicas capitalistas, por mudar a organização do espaço habitacional e visar o bem estar coletivo dos ocupantes, protegendo os mais vulneráveis. Assim, essas mulheres passam por um processo de formação enquanto cidadãs, uma formação intelectual e política - que, como visto, vai interferir positivamente no andamento do TS. A partir daí, algumas relações estruturais começam a ser questionadas, como a com o Estado, com as instituições, com maridos e familiares. Essas mulheres mudam a forma de ver a si mesma e suas condições de subalternidade, passando a ter uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e posição menos desigual dentro de casa. Assim, estão menos suscetíveis a sofrer e permanecer em situações de violência doméstica, pois passam a ter uma postura de enfrentamento frente às desigualdades e injustiças. De maneira geral, se tornam mais ativas no processo social da cidade, dos espaços públicos, buscando mais e novas opções de lazer e cultura. Igualmente, passam a ter acesso a diferentes conhecimentos, habilidades e informações, ao estender suas redes sociais. Todos esses pontos levantados impactam em sua qualidade de vida (HELENE, 2019; XAVIER et al, 2020; D'OTTAVIANO, 2021d).

A luta por educação, transporte, saúde, passa a fazer parte do dia a dia das mulheres e militantes dos movimentos de moradia. A convivência com outras mulheres e histórias de vida faz parte do processo de formação de cada uma delas. Conhecer outras realidades e outras possibilidades, e com isso interferir em como pensam ou entendem o que deve ou não ser feito, pode ser transformador. São ferramentas para reflexão e mudança (D'OTTAVIANO, 2021d, p. 21).

Ademais, outro ponto relevante é que, nos últimos anos, a quantidade de mulheres chefes de família aumentou, passando de 23% para 40% entre 1995 e 2015. Também houve aumento de mulheres proprietárias, principalmente no centro expandido da cidade de São Paulo, um pouco menos nas periferias. Vale lembrar que o PMCMV Faixa 1 colocou como regra que a mulher deveria ser a titular da propriedade privada, como forma de garantir a proteção para as mulheres e seus dependentes. Ainda, nos movimentos de moradia, são formados outros grupos de discussão para debater temas igualmente relevantes, que também se interseccionam com as questões de gênero, como: LGBT e sexualidade, juventude, envelhecimento e saúde do idoso, direitos humanos, relação com a cidade, segurança, etc (XAVIER et al, 2020; FREITAS, 2021).

Podemos dizer que as mulheres participantes desses movimentos sociais engendram uma luta por direito à cidade contra uma segregação socioespacial generificada. (...) As

mulheres, nesse sentido, ao lutar pelo direito de usufruir de condições inerentes à vida desvelam dimensões fundamentais da luta pelo direito à cidade. As histórias de vida na luta por moradia dessas mulheres explicitam que as diferenças de gênero se articulam de forma indissociável às outras formas de opressão capitalista que estruturam as desigualdades urbanas, engendrando uma luta por direito à cidade marcada por segregações de classe, raça e gênero (HELENE, 2019, p. 969).

Dessa forma, é possível notar que é através do acesso aos direitos sociais básicos que a pessoa se torna livre para viver de forma plena, sem as preocupações com suas necessidades e sobrevivência. De acordo com Fontes (2017, p. 140), “A liberdade é o uso do tempo para além da necessidade, quando as necessidades fundamentais estão supridas. Um tempo livre pode ser o tempo da criação, da cultura, da arte, dos afetos”.

Os aspectos levantados aparecem de forma transversal durante os processos de trabalho social. No capítulo 2, foram mostrados os objetivos, as formas de atuação, exemplos da prática, mas, por fim, é possível apreender quais são os desdobramentos do TS? Eles são perceptíveis, palpáveis, mensuráveis? Em alguns momentos, foi pontuado que o processo é gradual e abstrato e isso dificulta essa conclusão. No entanto, alguns pontos de destaque podem sintetizar o que, para esta dissertação, são os principais resultados, que dialogam com os outros direitos sociais aqui mencionados.

Em primeiro lugar, no trabalho social do Rosa Parks, a formação do corpo diretivo aconteceu de forma coletiva e compartilhada, mostrando que a meta de questionar as relações hierárquicas, em alguma medida, funcionou. O TS acontece em meio a vida e mundo reais, enfrentando uma série de contradições. Ainda assim, foi possível que esse grupo de vinte e cinco pessoas escolhesse seguir os princípios apresentados durante o trabalho social elaborado pela Integra. Ainda, Eliana mostrou que, não só o trabalho social, mas a experiência no movimento social como um todo melhorou muito sua forma de se expressar. Com esse processo, que ela mesma chama de aprendizado diário, foi possível chegar a ser parte desse corpo diretivo, que funciona como liderança, em um empreendimento autogerido.

Aí no domingo, ela marcou 2:00 da tarde e a gente foi. E eu assim, cheguei no movimento muito quietinha, eu era muito reprimida, tinha vergonha de falar. Eu era o oposto dessa pessoa aqui, que se você me perguntasse antes do movimento: “Eliana, você vai dar, você pode fazer uma entrevista?” Eu falava: “não, não, isso não é pra mim”. O movimento também me ensinou isso, sabe? Ajuda muito a gente, porque a gente chega lá um pouco assim, quem vai para o movimento é realmente pessoas que precisa, que precisa de uma mão amiga. (...) O que eu descobri foi assim, que através do movimento, né, eu vi que eu melhorei tanto como pessoa, sabe, expor meu pensamento, fazer perguntas. E o movimento ele traz, ele traz isso, ele mostra para gente que a gente tem voz. Então, como eu fui muito para rua, eu vivia na Praça da Sé, eu vivia na prefeitura, na frente da Caixa Econômica ali da prefeitura da Praça da Sé, eu ia lá para o CDHU, eu fui pra Brasília.

Então assim, eu vi que, realmente, se a gente se calar, realmente, para as famílias de baixa renda, porque a gente é classificado pelo governo né, o governo federal e estadual, como família de baixa renda. Então assim, eu vi que realmente aquela timidez que eu tinha de falar em público, eu vi que eu melhorei um pouco. Não sei de tudo, porque eu participei 6 anos do movimento, e assim, no movimento a cada dia tem uma coisa pra aprender. Não tem como falar “aprendi tudo em 2 anos que eu fui da CRE”. Não, não tem como eu falar isso porque é um aprendizado diário (Eliana dos Santos, em entrevista, 2021).

Na trajetória junto aos movimentos de moradia organizados, os moradores também passam a conhecer melhor seus direitos e, por consequência, a perceber quando eles estão sendo violados, o que antes nem sempre era fácil perceber. Marcela (em entrevista, 2021), uma das moradoras do Lord, comentou que, após os anos junto ao movimento e, principalmente, devido às diversas atividades sobre feminismo e racismo durante o trabalho social, ela passou a estar mais atenta a essas questões. Antes, quando era menosprezada ou a olhavam de uma forma estranha, pensava que era uma questão pessoal, ou impressão dela. Agora, entende que ela, enquanto mulher preta e nordestina, enfrenta uma série de camadas de preconceitos estruturais, diariamente.

Ainda, como foi mostrado, a equipe social do Elza Soares tinha uma moradora como integrante. No início do processo, ela tinha dificuldade em se posicionar e contestar as colocações da construtora ou da coordenação do movimento. Com o passar do tempo, foi possível perceber que ela se apropriou do projeto e se tornou uma liderança entre as famílias, que depositam nela total confiança. Como parte da equipe, ela colaborou com as decisões e encaminhamentos e colocou suas opiniões frente às outras 175 famílias. No fim, ela foi uma figura muito importante. A proximidade com a obra e os arquitetos também despertou nela novos interesses, o que a motivou a cursar design de interiores, para mudar sua carreira.

Essa breve descrição buscou caracterizar o contexto neoliberal, racista e sexista que compõe a realidade enfrentada pelas famílias acompanhadas pelos trabalhos sociais. Essas questões estão imbricadas e presentes no cotidiano, mesmo que de forma abstrata e, por isso, tanto os técnicos quanto a população precisam ter a compreensão de que são aspectos estruturais e sistêmicos. O arquiteto popular lida com situações complexas de violação de direitos humanos no contato direto com as famílias, então esses temas se tornam parte integrante de sua atuação. Nesse sentido, quando o TS tem uma intencionalidade sócio-política, as discussões propostas durante o seu desenvolvimento são fundamentais para a luta contra exploração, opressão e espoliação que unem classe, raça e gênero.

Por fim, entende-se que o direito à moradia digna é um direito difuso, que perpassa e é atravessado pelos direitos trabalhistas - que incluem renda mínima adequada e suas implicações - e direito à cidade e aos seus serviços de consumo coletivo. Além disso, faz parte a existência de um Estado democrático que assegure a efetivação dos direitos sociais e que busque equilibrar as desigualdades sociais impostas pelo sistema econômico, possibilitando uma vida plena de todos os cidadãos, com igualdade étnico-racial e de gênero.

Imagem 30: Diagrama síntese: *quantos direitos cabem no direito à moradia?*



Fonte: Elaboração própria, 2022. Elaboração gráfica: Flávia Tadim.

3.2

Política Pública: trabalho social virtuoso e universal

A palavra política pode ter dois significados. O primeiro, relacionado à eleições, votos, partidos e governo. O segundo ligado às ações do Estado frente às demandas da sociedade. E a palavra pública remete a todos, ou seja, ao Estado e à sociedade, em que ambos são agentes ativos e decisivos. O conceito de política pública, então, diz respeito à organização social e política, pautada nos interesses comuns da comunidade, para a ação pública. As políticas sociais, portanto, são políticas públicas, cujo objetivo é concretizar os direitos sociais garantidos por leis, por meio de programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2008).

Ainda assim, vale lembrar que a política pública é intrinsecamente constituída de relações sociais e humanas, entre pessoas diferentes e desiguais. Como afirma Pereira (2008, p. 90) “a política é uma arena de conflitos de interesses”. Então, a conjuntura do capitalismo neoliberal pressupõe desigualdade e a política pública pressupõe disputa de interesses e poderes. Considerando que a política pública é quem fornece recursos para a efetivação dos direitos sociais, que deveriam estar baseados nos valores de justiça e igualdade social, fica exposto o caráter contraditório. Dessa forma, a instituição dos direitos sociais e as políticas que os implementam mantêm, em alguma medida, o sistema dominante (PEREIRA, 2008; SILVA, 2019).

O recorte desta dissertação é o trabalho social institucionalizado. Essa escolha se deu durante o desenvolvimento da investigação, ao perceber que o TS se consolidou enquanto direito do cidadão e, portanto, necessita de recursos públicos para assegurar sua efetivação. Uma vez integrante das políticas públicas habitacionais e urbanas, necessita também estar integrado a outras políticas sociais, com o objetivo de abranger todas as questões interdisciplinares presentes no campo da habitação. Essa compreensão implicou em uma análise mais aprofundada sobre políticas públicas sociais, desde a formação da agenda⁸⁵ até suas formas de implementação, o que foi desenvolvido nos primeiros capítulos da dissertação.

85 A formação da agenda faz parte do processo inicial de formulação da política pública. É uma ideia politicamente construída sobre um problema social, que deve ser resolvido por meio de política pública e que é legitimada pela opinião pública como tal (CAPELLA, 2006). Isso relaciona-se com a teoria do falso problema, de Oliveira (1982), com a construção do problema habitacional, a ser resolvido sem atacar suas causas estruturais.

Entende-se que as políticas sociais são desenhadas de maneira a contar com a discricionariedade dos técnicos implementadores. A necessidade de adaptações locais é intrínseca à política que lida diretamente com pessoas. Ou seja, o poder decisório do técnico na ponta da cadeia da entrega da política à população é essencial, devido tanto a problemas da realidade concreta, quanto às dificuldades trazidas pela própria política ou programa. A interação com a demanda traz uma dimensão humana e atenção à quem mais precisa, o que, no caso das políticas sociais, é desejado e vai à favor da lógica de seu funcionamento.

Igualmente, ficou evidente como o governo interfere no desenvolvimento do trabalho social. De maneira mais ampla, como visto, a gestão vai determinar a importância e os recursos dados ao tema da habitação e quais programas serão lançados. Ainda, a depender do viés da gestão, haverá maior ou menor presença de pautas populares, participação social de qualidade e dos movimentos sociais nos processos decisórios. Sendo assim, o governo influencia na ação dos técnicos, por meio das oportunidades ou constrangimentos oferecidos. Mais especificamente, mesmo em situações em que o programa federal concentrava todas as ações, como no caso do PMCMV, as gestões do estado e do município ditavam como se daria a execução do TS, as estruturas internas e conseqüentemente a formação das equipes. Isso estabelece, por exemplo, o quão permeável a ideias progressistas será a implementação dos programas.

Os trabalhos de Marin (2012) e Santos (2021), que tratam sobre a implementação dos trabalhos sociais via setor público, complementam:

Essa perspectiva de análise entende que as instituições são outra variável capaz de enquadrar e impactar o processo decisório, já que podem afetar as preferências e estratégias dos atores, bem como os resultados políticos. Isto é, a própria organização do Estado influencia a “cultura política”: ela pode estimular tipos de ação e padrões de relação entre os atores e desestimular outros (MARIN, 2012, p. 22).

Constatou-se a presença do trabalho social como componente da política habitacional, antes de 1989, no entanto percebe-se que, a depender da gestão municipal, esse componente deixa de existir, assim como o desenvolvimento de uma política habitacional inclusiva, na qual a participação da população e também dos movimentos de moradia é elemento constitutivo (SANTOS, 2021, p.137).

Cabe aqui também reforçar o que já foi apresentado sobre a importância do programa habitacional vigente. Primeiramente, porque é ele que possibilita e fixa o financiamento do TS. A partir disso, dita a relevância desse trabalho dentro do empreendimento. Com mais recursos disponíveis, a equipe social é maior, mais

qualificada, com melhores condições de planejar e desenvolver as atividades com as famílias. Ainda, determina, por meio das modalidades do programa, quem vai executar o TS. Como mostrado, quando existe a opção de autogestão, ele será implementado por ATHIS em parceria com entidades da sociedade civil. Quando não, é responsabilidade do setor público e de suas contratações. Para além, o programa habitacional, por meio de suas normativas e manuais técnicos, vai estabelecer os tempos em que o trabalho vai ocorrer, quais os principais objetivos e temas obrigatórios a serem abordados. Ou seja, diz quando o trabalho social começa, como se desenvolve e quando termina. Em alguns casos, é possível atuar de forma complementar ao mínimo estipulado, em outros não, a depender das condições impostas. Ademais, também institui a formação da demanda beneficiada. Assim, o programa desenha a atuação dessa equipe, que vai construir o processo possível com essas famílias.

O trabalho social enquanto política pública passa a ser executado em grande escala, podendo ser municipal, estadual ou federal, a depender do programa, ganhando outras dimensões. No caso do PMCMV, a normativa respondia a todos os programas do Ministério das Cidades, com abrangência nacional. Também por isso, as instruções eram mais genéricas e procuravam garantir o padrão mínimo a ser seguido. Isso também colaborou para haver um controle possível de ser mensurado, para pagamento do trabalho conforme sua execução.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral: promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção.

2.2 Objetivos Específicos: promover a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias. (PORTARIA 464, 2018, p. 2)

9. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

9.1 O monitoramento das atividades do trabalho social pelo Agente Operador/Financeiro é realizado por intermédio da apresentação do relatório de atividades pelo Proponente/Agente Executor, conforme modelo definido pelo Agente Operador/Financeiro.

9.1.1 Nesse relatório serão registradas todas as atividades constantes no projeto aprovado de acordo com a Fase a que se refere, independentemente de serem custeadas com recursos do repasse/financiamento ou de contrapartida, sendo neste caso justificadas as atividades previstas e não realizadas, quando for o caso.

9.1.2 Os referidos relatórios são os instrumentos que apresentam a medição das atividades/ações desenvolvidas no trabalho social e que ensejam o desbloqueio de recursos financeiros para pagamento, pela Instituição Financeira, do executado.

9.1.3 A não apresentação deste relatório por três meses consecutivos ensejará notificação do Agente Operador/Financeiro ao Proponente/Agente Executor e comunicado ao MCidades para que sejam apresentadas, pelo Proponente/Agente Executor, justificativas da não realização das atividades programadas.

9.1.4 A não realização do trabalho social impede a aprovação da prestação de contas pelo Agente Operador/Financeiro.

9.2 O acompanhamento das atividades do trabalho social pelo MCidades é realizado por intermédio da disponibilização rotineira de informações pelo Agente Operador/Financeiro por meio de banco de dados (PORTARIA 464, 2018, p. 18).

É importante lembrar que a prática do TS é constantemente atravessada pela lógica da racionalidade neoliberal presente na sociedade. Já que a intencionalidade do TS fica à cargo da instituição e da equipe que o executa, nos casos de terceirização e privatização, isso é exacerbado. Lógica que também pode ser entendida como “estrutura dominante”. De acordo com Freire (1987), é o sistema opressor e excludente, em que as classes dominantes mantêm uma realidade de profundas desigualdades sociais, que nega o acesso aos direitos sociais, com diversas formas de violência aos grupos oprimidos - como visto no primeiro eixo. Essa estrutura inclui o Estado, as leis, a linguagem e o mercado imobiliário e financeiro, que defendem a propriedade privada de forma perversa.

Como descrito ao longo desta dissertação, a implementação pautada em valores de justiça social e democracia busca mitigar as consequências desse sistema na vida da população oprimida, ao promover autonomia, reflexões críticas e quebrar a lógica de reprodução dos preconceitos e desigualdades. Evidencia outras formas possíveis de construir a cidade e é esperado que esse processo extrapole os limites do empreendimento e afete as relações sociais, trabalhistas, familiares e a vivência urbana de modo geral. Foi mostrado no capítulo 1 que isso acontece desde os anos 1980, por meio dos profissionais militantes, de forma autônoma, em ações conjuntas com a sociedade e movimentos populares. A partir de sua consolidação como componente da política habitacional, essa prática continua, mas de forma institucionalizada. Isso garante seus recursos e sua manutenção enquanto direito do cidadão e ainda reafirma que o trabalho social esteja no eixo da habitação e não apenas da assistência social.

Por outro lado, uma vez institucionalizado, os recursos financeiros do TS são disputados, aumentando sua operacionalização dentro do sistema. Como dito anteriormente, na produção em massa, acontece padronização para lucro, então se torna mais recorrente a instrumentalização do trabalho, seguindo as exigências mínimas, sem reflexões críticas. Nesse sentido, há mais abertura para que o foco com as famílias seja o de pacificação e domesticação, para evitar conflitos e cumprir os requisitos básicos para que o empreendimento se sustente. Ou seja, que as famílias consigam se manter no condomínio, social e financeiramente - sem inadimplência, sem desentendimentos e sem altos índices de abandono ou venda das unidades. Além disso, existe uma preocupação

com a presença do tráfico de drogas nos empreendimentos entregues, já que isso se tornou comum no PMCMV. O trabalho social foi adotado como uma forma de prevenir essas questões e, assim, a eficiência e pragmatismo se sobressaem ao objetivo de transformação social.

O que pode e deve variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo anti-diálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos da “domesticação”. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transforma-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transforma-los em massa de manobra (FREIRE, 1987, p. 29).

Para Fontes (2010; 2017), de maneira geral, a lógica é rebaixar as conquistas constitucionais das políticas universais para “políticas pobres aos pobres”. Isso coloca os recursos públicos à disposição de empresas privadas, que são pagas para geri-los. Além disso, o mercado passa a oferecer os serviços que faltam no setor público, o que funciona para o capital e não para as camadas populares. A real intenção não é diminuir as desigualdades sociais e sim diminuir as possibilidades de revolta e luta, diminuir as capacidades organizativas da população pobre, estimulando ações subservientes para receber “migalhas”. Com o endividamento público para pagar as empresas privadas e o endividamento individual para pagar os financiamentos habitacionais (entre outros), o Estado oferece os recursos por meio do sistema financeiro, que também ganha sua parte. É uma política de distribuição de renda que tira dos mais pobres aquilo que eles tinham direito e desloca os recursos para as classes dominantes, de forma indireta. Assim, o direito está garantido pela constituição e sua execução pelas empresas privadas, logo, as famílias deveriam se contentar.

Relacionado a isso, o processo de domesticação e pacificação também pode ser replicado para os movimentos sociais. Retomando o que foi colocado no capítulo 1, o PMCMV colocou a produção de habitação nessa lógica de produtividade e lucratividade do mercado. Estudos mostraram que durante sua implementação, houve financeirização da produção de habitação social, criando um nicho de mercado e valorização financeira (RIZEK, 2018). Ou seja, a ação do próprio programa fez os preços dos aluguéis subirem, aumentando a especulação da renda imobiliária, além de ter intensificado a relação entre setor privado e Estado para provisão habitacional (RUFINO, 2017; OLIVEIRA e RUFINO, 2022). Embora a modalidade Entidades tenha sido feita para atender as demandas dos movimentos de moradia, estes não conseguiram melhorar as condições de sua

implementação (RIZEK, 2018). Tiveram que se adequar aos processos produtivos do programa, às novas forças políticas e ao capital imobiliário, cada vez mais financeirizado. Além disso, se tornaram concorrentes entre si para acessar o programa, dentro da ideia de competitividade do setor privado, como detalham Rossetto Netto e D'Ottaviano (2019, p.6):

No PMCMV-E, o agente promotor acaba por concentrar os papéis que no PMCMV-FAR são destinados às construtoras (viabilização, aprovação, execução de obra e regularização das unidades) e às prefeituras (indicação da demanda e trabalho técnico social). Entre todas essas funções, apenas a organização e indicação da demanda era um papel originalmente atribuído aos movimentos de moradia. (...) De todo modo, se no caso do PMCMV-FAR já se duvidava da compatibilidade do agente promotor com o escopo dos trabalhos esperados em cada operação, no caso do PMCMV-E esse questionamento torna-se gritante, pois espera-se que uma associação de luta por moradia consiga responder às questões operacionais alheias a seus conhecimentos, capacidades organizacionais e financeiras. E esta é a principal razão pela qual poucas entidades de fato conseguem acessar o Programa.

Então, o programa também pode ser lido como um aparato do capitalismo neoliberal - da "estrutura dominante" - ao emoldurar a ação dos movimentos, aumentando as chances de mediação pacífica. Essa é uma forma de controle e de fazer os movimentos sociais dialogarem e negociarem com as construtoras e setor privado (GUERREIRO, 2019). Para Rizek et al (2014), nessa posição, muitas vezes, os movimentos se tornam intermediadores entre a Caixa Econômica Federal (agente financeiro) e o mercado imobiliário.

O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que as ajudam (FREIRE, 1987, p. 80).

Reforçando essa ideia, outra questão é que, apesar do PMCMV-Entidades ter possibilitado uma modalidade autogestionária, o que foi um avanço e permitiu que os trabalhos sociais fossem contratados por ATHIS, o controle foi elaborado pela Caixa. Isso estabeleceu padrões de medição e avaliação próprios de um banco, que não se encaixavam com o trabalho realizado, o que trouxe um endurecimento dos processos. As equipes sociais precisavam entregar relatórios e planejamentos protocolares, que não necessariamente faziam jus à riqueza da realidade, apenas para cumprir as entregas estipuladas para a liberação de recursos. O excesso de exigências burocráticas

consome o tempo dos técnicos, atrapalhando o esforço em trabalhar na parceria com os movimentos, e abrindo brechas para serviços meramente procedimentais. Os métodos de análise se assemelhavam aos da medição dos serviços executados na obra, embora as atividades com as famílias tenham outro caráter, como já foi discutido no capítulo 2. Assim, as práticas em defesa dos direitos sociais ficaram engessadas pelo formato do programa e pelas metas quantificáveis, o que diminui as possibilidades de mudanças reais (COSTA, 2018, CARDOSO, 2021).

O que implica a autogestão? Eu acho que isso é importante. O que implica um processo autogestionário? Implica você buscar a mudança. A partir daquele processo você busca a mudança social, ou seja, necessariamente implica em você projetar outra cidade, com outra arquitetura, construir de outra forma, a partir de outras relações. O que significa isso? [Relações] Mais igualitárias, menos hierárquicas, e assim por diante. O programa não é voltado para isso, a legislação do programa não colabora com isso. Então, qualquer coisa que fuja dos padrões estabelecidos pelo programa - que são bem rígidos e que são feitos baseados nos padrões construtivos das empresas, ou seja, não tem nada a ver com outra lógica produtiva - à medida que você foge, você é condenado (LAZARINI, 2021, apud CARDOSO, 2021, p. 123).

Ademais, o PMCMV se propôs a garantir a aquisição de propriedade privada unifamiliar. O sonho da casa própria reitera a defesa da propriedade individual privada, não apenas para o pequeno proprietário (família beneficiária do programa), mas também para o setor da construção civil e para os grandes capitais envolvidos no setor imobiliário, que lucram em todo o processo de urbanização (com produção de espaço construído e com renda imobiliária). Portanto, a normatização da relação com a propriedade permite que o espaço lucrativo e rentista se reproduza (D'OTTAVIANO, 2021a; FERRARA; RUFINO; SHIMBO, 2018). Além disso, o fato de o produto ser uma propriedade individualizada e não coletiva também despolitiza o processo, pois permite que a família participe em prol de um interesse individual, a parte das questões estruturais que envolvem a sociedade como um todo. Essa família tem mais chances de se desvencilhar do movimento social e das lutas por direitos sociais depois que receber sua propriedade.

(...) o modelo de [PMCMV] Entidades não respondeu a uma política autenticamente autogestionária, pois o empreendimento era tratado como uma soma de financiamentos individuais, sendo que a proposta defendida pelos movimentos era a do financiamento coletivo, podendo ou não ser individualizado no final do processo. Esse quadro foi sendo modificado em 2012, com novas regulamentações do programa. No entanto, ao final da obra as unidades e o retorno do financiamento ainda deveriam ser individualizados (CARDOSO, 2021, p. 115).

Esses elementos colocam o trabalho social em habitação em uma situação “entre conquista e negócio, entre politização e tecnologias de acomodação e gestão da vida.” (RIZEK; SANTO AMORE; CAMARGO, 2014, p. 544). Então, pensando no que afirma Lopes (2006, p. 225), “Parece que é no momento em que a ‘ação política’ vira ‘programa’ que seu conteúdo político se esvai, transformando o que era disputa em pura ação instrumental.”, pode-se considerar que os casos em que o TS consegue ter uma prática militante são excepcionais e, quando universalizados, tendem a se distanciar dessa virtuosidade?

A ideia original trazida por Oliveira (2006), ao tratar sobre os mutirões autogeridos dos anos 1990 e 2000, é interessante pois lembra a romantização das alternativas criadas dentro do sistema capitalista neoliberal. O paralelo com o tema desta dissertação se cria porque os mutirões também tinham a aspiração de pensar os processos participativos, com a expectativa de instituir uma evolução em cadeia, estendendo a consciência libertária para outros âmbitos das vidas das famílias. Porém, de acordo com Lopes (2006), constatou-se que transformar o objeto não significa transformar a estrutura. Ou seja, trazendo para esse contexto, efetivar a implementação do trabalho social com viés sócio político não significa necessariamente alterar profundamente o sistema desigual no qual ele se insere. Por isso, não se deve romantizar essas experiências.

É importante compreender de que lugar estamos falando. Mesmo atuando com o movimento de moradia, onde se espera um espaço democrático, plural, emancipador, ele não está deslocado ou fora da sociedade capitalista, onde nos confrontamos com a forte tendência à (des)coletivização, interferindo diretamente nas relações sociais. Trata-se de uma realidade complexa e um obstáculo permanente (FIDELIS e GUSMÃO, 2020, p. 221).

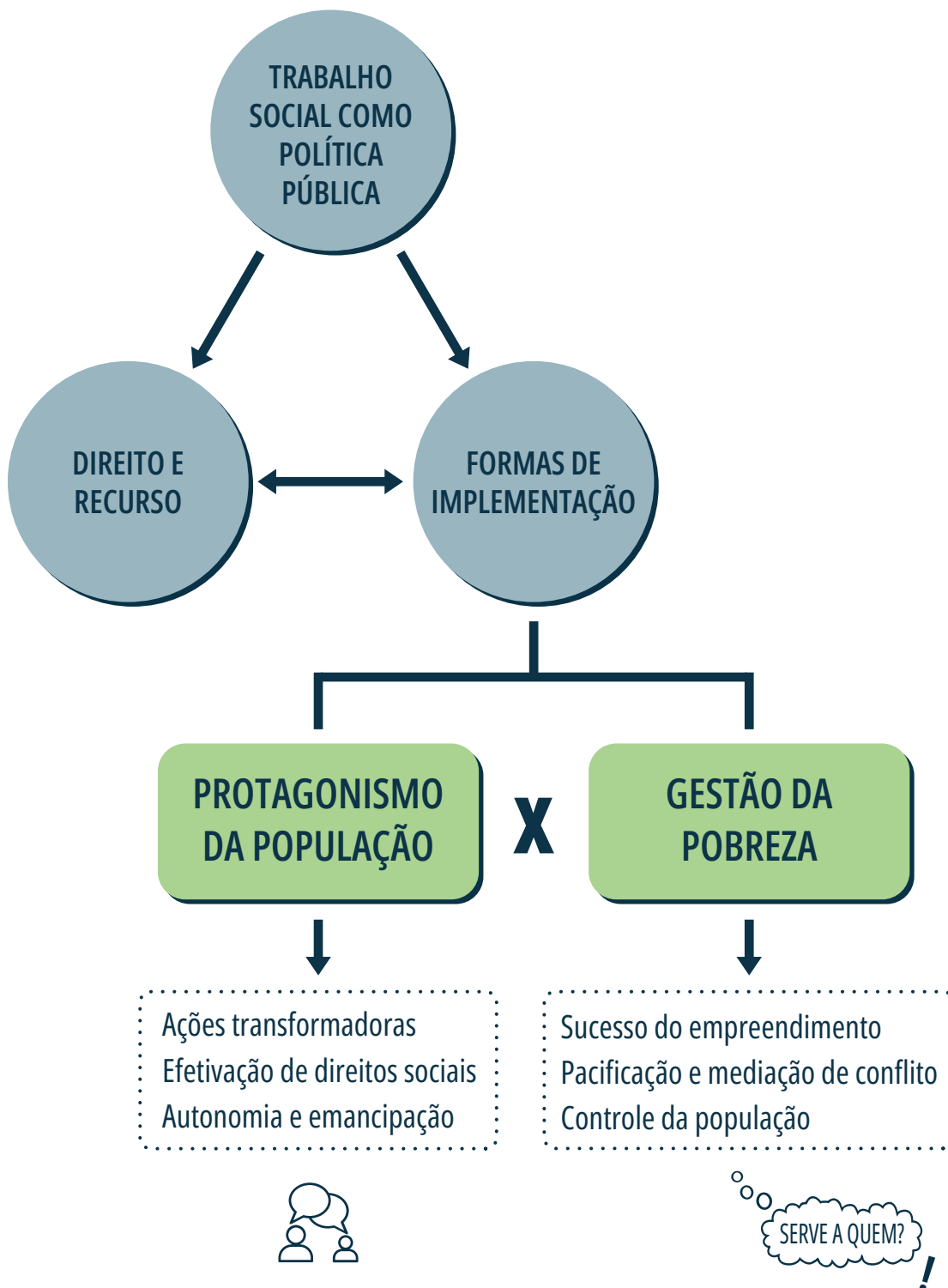
Conforme o que foi descrito, ficou evidente que operar dentro do sistema opressor traz constrangimentos, tensões e perdas, mas ainda assim, há formas de tensioná-lo e modificá-lo internamente. Com isso, justifica-se a relação traçada entre essa discussão e as ideias freirianas⁸⁶. Promover ações transformadoras em programas habitacionais que continuam baseados na propriedade privada é contraditório, pois significa colocar as pessoas oprimidas em uma posição de proprietárias, mais próximas da posição do opressor, o que mantém a lógica de desigualdades sociais entre as classes. No entanto, como comentado no primeiro eixo, acessar a moradia, para as mulheres pretas, tem uma potência libertadora em suas vidas, ao diminuir uma série de camadas de opressões

86 As ideias freirianas advém do campo da educação popular e se baseiam em um método de alfabetização, criado nos anos 1960. Considerando a realidade popular, o protagonismo é dos educandos, com troca e diálogo com e entre eles. Assim, a educação não adapta o estudante à sociedade, mas sim o faz repensá-la e transformá-la.

sofridas. Por isso, a atuação militante no TS, mesmo dentro das contradições inerentes ao sistema, é relevante porque incentiva as famílias a imaginar outras possibilidades e a ver as mudanças estruturais como possíveis de serem alcançadas. Isso é essencial para transformar a realidade opressora (FREIRE, 1987).

Dessa forma, fica posta a contradição aqui discutida: o trabalho social institucionalizado, por um lado, avança na sua consolidação enquanto direito do cidadão e serviço público financiado. Por outro lado, é atravessado pela racionalidade neoliberal da realidade concreta, o que coloca sua implementação em disputa. Assim, como afirmam Rizek et al (2014), esse processo pode apresentar uma cunha no contexto geral, ao permitir que os futuros moradores participem mais dos projetos e obras, opinem, conheçam seus bairros e sejam apresentados a melhores condições de vida. No entanto, devido à lógica dos programas, os processos podem ter o protagonismo das famílias apenas como uma aura que não se efetiva. Assim, fica o questionamento se é possível lutar por uma política que seja desenhada de forma a não minimizar o trabalho social, permitindo a atuação com viés político, garantindo o direito e o recurso e que, ainda assim, atenda a escala nacional. Como assegurar a implementação do trabalho social que tenha intencionalidade de justiça social e não de gestão da pobreza, no contexto detalhado? Isso se torna ainda mais dramático na situação recente do país, em que se vive um hiato nas políticas públicas sociais e de habitação.

Imagem 31: Diagrama síntese do trabalho social institucionalizado, virtuoso versus universal.



Fonte: Elaboração própria, 2022. Elaboração gráfica: Flávia Tadmim.

3.3

Prática Profissional: trabalho social que rompe as *caixinhas*

Militância é praticar a liberdade de forma apaixonada. É querer ser livre, mas não sozinho. A busca da liberdade individual é uma aventura que termina mal. Um ser livre só se realiza se encontrar outro ser livre. Não pode haver felicidade, se no relacionamento, um é o senhor e o outro é o escravo. Se um é o patrão e o outro é o empregado. Se um é o dirigente e o outro é o dirigido. É por causa desta busca da igualdade que existe a militância. Todas as tarefas e funções são importantes (BOGO, 2008, p.154).

Partindo do princípio de que a dimensão social da profissão é inerente a todas as profissões, esse último eixo visa discutir sobre a atuação do arquiteto popular, enquanto profissional militante, à luz do que foi apresentado ao longo dos capítulos 1 e 2 e acrescentando as produções mais recentes sobre o tema. Como disse Lopes (2006, p. 227), “É apenas a tentativa de compreender as irritantes contradições que insistem em infernizar e atordoar nossa prática de ofício.”

De maneira resumida, ao longo do século XX, foi construída uma base sobre a função social da profissão do arquiteto e urbanista, a partir das experiências possíveis. Até a década de 70, essas iniciativas foram pontuais e espaçadas, mas a partir da década de 80, a atuação dos grupos de profissionais militantes passou a ser mais expressiva, em parceria com movimentos populares, ONGs, universidades, entidades de classe, poder público e até mesmo a Igreja Católica. É necessário destacar que em São Paulo há uma particularidade importante, devido ao histórico de ações dos movimentos de luta por moradia, que culminaram em programas de provisão habitacional municipais e estaduais mais participativos e com autogestão. Então, historicamente, a trajetória de atuação dos arquitetos populares está atrelada aos movimentos sociais, às políticas habitacionais e urbanas e, ainda, a outros saberes e outros profissionais socialmente engajados.

Conforme visto ao longo dos capítulos 1 e 2, o arquiteto popular pode trabalhar em diferentes instituições, como prefeituras ou empresas privadas. A atuação militante em habitação popular envolve todos os técnicos da arquitetura e urbanismo que entendem sua prática profissional como um ato político.

O que demonstramos, no entanto, é que a militância e a sua prática, se dão mesmo em contextos menos favoráveis, e que o sujeito militante, é militante independentemente do seu papel, ou do contexto da sua atuação. O militante aqui explorado é o militante possível. Aquele que dentro de contingências estruturais realiza o processo, o levantamento, diagnóstico, projeto e obra historicamente possíveis (como nos termos do materialismo dialético) e permitidos (FERREIRA, 2017, p. 2021).

No entanto, as assessorias técnicas paulistas têm um arranjo institucional que corrobora para que suas ações se mantenham alinhadas aos princípios políticos, apesar das dificuldades impostas pelas contradições da realidade. Como será mostrado, a atuação em ATHIS tem sido estudada academicamente há alguns anos e, por isso, há mais avanços sobre a base normativa ético-profissional se baseando na tradição dessa forma de atuar. De maneira geral, os princípios que permanecem desde os anos 1980 são: trabalhar em equipes interdisciplinares, com diversos agentes que compartilhavam os mesmos objetivos, em diferentes áreas; atuar coletivamente, atendendo associações, movimentos populares, grupos organizados, entre outros, o que incluía incentivo a formação de lideranças locais; ampla participação e envolvimento das famílias, por meio de oficinas, consultas, visitas guiadas, grupos de trabalho, assembleias, plenárias, entre outras atividades; relação próxima com a população assessorada; garantir melhores condições de vida; fomentar a autonomia das famílias para decisões e ações no próprio território (CARDOSO, 2021). Essas características foram consolidadas ao longo dos anos, simultaneamente à ideia de autogestão.

Atualmente, não há uma base normativa ético-profissional definida. Não há um consenso sedimentado sobre o formato técnico e político dessas ações, pois este é um campo em construção. E, recentemente, tornou-se um tema bastante efervescente (CARDOSO, 2021). Além do meio acadêmico, em artigos, dissertações e teses, essa discussão também aparece em cursos, oficinas, seminários, eventos, grupos de trabalho, além de ser promovida pelo SASP e CAU. O CAU tem importante papel nisso, divulgando e fomentando discussões teóricas, mas também editais que possibilitem a prática (CARDOSO e LOPES, 2019). Cita-se como exemplo alguns entre vários cursos promovidos com financiamento do CAU-SP em parcerias com assessorias técnicas e universidades públicas nos últimos anos: Curso Assistência Técnica em Regularização Fundiária e Urbana - Formação Política e Técnica Sobre Atuação em REURB-S, em 2020; ATHIS para o direito à moradia: o papel de profissionais de arquitetura e urbanismo em conflitos

pela terra urbana, em 2021⁸⁷; Curso Habitação de Interesse Social e ATHIS, em 2022⁸⁸; Isso mostra como o assunto está em pauta entre os profissionais da área e o esforço em constituir parâmetros para a função social do arquiteto e urbanista.

Ao levantar a quantidade de dissertações e teses produzidas sobre a atuação profissional do arquiteto e urbanista no campo da habitação social, ilustrados na tabela 3, pode-se notar que esse tema é mais estudado em São Paulo. Deduz-se que isso se dá devido à relevância das assessorias técnicas paulistas e suas parcerias com os movimentos populares, o que também se relaciona com o fato de que o estado teve o maior número de empreendimentos entregues pelo PMCMV-Entidades (D'OTTAVIANO, 2021a). Isso é importante para reforçar a particularidade do caso de São Paulo e, conseqüentemente, da atuação aqui estudada, o que não impede que essas características e princípios sirvam de base também para outros estados, considerando os contextos locais⁸⁹.

Tabela 3: Quantidade de dissertações e teses defendidas em cada instituição de ensino, por ano, com as palavras-chave "assessoria técnica/assistência técnica; arquiteto e urbanista; prática/ofício" no título.

INSTITUIÇÃO	2022	2021	2020	2019	2018	2017	Total
USP (FAU/IAU)	1	2	0	1	0	1	5
UFRJ (PROARQ, PROURB E IPPUR)	0	0	0	0	1	0	1
UFBA (FAU)	0	1	0	0	0	0	1
UFRGS (FAU)	0	0	0	0	0	0	0
UFMG (FAU)	0	0	1	0	0	0	1

Fonte: Elaboração própria, 2022.

No discurso dessa produção contemporânea, a atuação profissional de arquitetura e urbanismo aparece, principalmente, como um direito da população de baixa renda, portanto, um serviço que deve ser público e gratuito, assegurado pelo Estado. Desde a Lei 11.888/2008, a assistência técnica está garantida enquanto direito do cidadão, mas sua implementação segue incerta. O fato de ter abrangência nacional, também remete ao que foi discutido no eixo das políticas públicas, deixando abertura para várias possibilidades e arranjos, que acabam por não se efetivar. Também cabe reforçar que o arquiteto popular entende que o direito à moradia se relaciona com outros direitos, pois engloba

87 Ver mais informações em: <https://polis.org.br/escola-da-cidadania/athisparaodireitoamoradia/#>

88 Ver mais informações em: <https://www.causp.gov.br/?p=53895>

89 Para facilitar a busca nos sites de repositório dos trabalhos acadêmicos de cada instituição, considerou-se apenas as dissertações e teses que tenham as palavras-chave selecionadas no título, muito embora existam outras pesquisas acadêmicas cujo o tema da atuação profissional do arquiteto aparece em segundo plano, o que não foi possível contabilizar. As cinco instituições foram escolhidas por representar os maiores programas públicos de pós-graduação do país.

o direito à cidade, articulando-se com outras políticas urbanas. Assim, há a necessidade de mobilização para pressionar o poder público por melhorias nas políticas existentes, ou criação de novas. Isso acontece, muitas vezes, em parceria com os movimentos populares (CICUTO, 2019).

Como foi mostrado no capítulo 2, esses técnicos dão grande importância para a reflexão sobre as questões estruturantes do sistema capitalista neoliberal, por isso, se esforçam para que isso seja debatido com as famílias de baixa renda. Isso ficou nítido durante a atuação no trabalho social, onde as causas das desigualdades sociais são levantadas e contestadas. Na categoria perfil do técnico, foi mostrado que os princípios, crenças e intencionalidades dos técnicos, de maneira geral, são similares e, portanto, em alguma medida, caracterizam a atuação militante do arquiteto e urbanista. No entanto, apesar do discurso e da ação convergirem mesmo em diferentes instituições, a concepção dessa prática profissional não está definida e por isso cabe aqui o esforço em costurar essas similaridades de maneira sistematizada.

Segundo Ferreira (2017), a atuação militante tem algumas características em comum que se mostram mais relevantes. Primeiramente, os arquitetos e urbanistas buscam fazer uma imersão no território em que vão trabalhar, ou seja, se aprofundar em suas questões físicas e sociais. Isso é essencial para a etapa de diagnóstico, que acontece no TS de pré-ocupação. O olhar para a cultura, relações e dinâmicas sociais é visto como um elo com a antropologia e também é muito relevante, pois aproxima a prática profissional dos desejos e necessidades das famílias. Além disso, a atenção dada à comunicação e à linguagem acessíveis é fundamental. Os recursos técnicos e discursivos devem ser inteligíveis e apropriados. Para isso, os arquitetos experimentam e exploram opções em parceria com os próprios interlocutores. Por fim, essa prática, em geral, envolve posturas, atitudes e propostas sensíveis, preocupadas e menos impositivas, nas quais o processo importa tanto quanto o produto final.

Igualmente, Massimetti (2022) levantou pontos de convergência entre a atuação no campo da arquitetura e urbanismo popular e os pensamentos de Paulo Freire. Assim, concluiu que as ações desses profissionais podem ser consideradas libertadoras, no sentido freiriano, porque provocam a tomada de consciência e a reflexão crítica na população. São caracterizadas pelo trabalho coletivo, politização e participação popular. Nesse contexto, é necessário construir as ferramentas com as famílias e não para as famílias, onde o diálogo e o afeto são a base dessas relações.

Quando Martins (2019) mapeia um inventário da produção das assessorias técnicas paulistas, fica nítido que a prática do arquiteto militante busca, sobretudo, unir os saberes técnicos e políticos, abordando aspectos econômicos e sociais. Assim, técnica e os projetos arquitetônicos são utilizados como ferramenta política, na tentativa de construir opções melhores para os moradores e de garantir o direito à arquitetura e à cidade. A produção dessas equipes representa alternativas para qualificar os processos construtivos de provisão de HIS, em geral. Grande parte disso vem da dimensão coletiva criada por esses profissionais com as populações atendidas, que ampliaram o escopo do projeto para a construção de uma cidade mais democrática.

Ainda assim, vale destacar que há diversos formatos, configurações, arranjos, articulações, interações e atuações possíveis dentro dos grupos técnicos, a depender dos perfis e porosidade de suas composições. Até mesmo por isso, é difícil uniformizar esse exercício profissional, visto que ele não é homogêneo (CICUTO, 2019). Ademais, como já discutido nos outros eixos, há contradições, conflitos e limites nessas atuações, impostos pela estrutura social, pela gestão governamental, ou interesses políticos. Paralelamente, o desenho dos programas habitacionais atravessa as possibilidades de atuação transformadora, ao influenciar diretamente no modo operacional. Muitas vezes, a precarização do trabalho⁹⁰ também impede que o profissional atue da maneira como acredita que seria ideal (CICUTO, 2019; MARTINS, 2019). Ainda assim, os arquitetos populares lutam permanentemente pela efetivação dessa forma de trabalhar (MASSIMETTI, 2022).

Relacionado a isso, o próprio termo assistência ou assessoria técnica pode representar algumas contradições. De forma geral, a assistência técnica refere-se ao atendimento voltado para as populações de baixa renda, dando ênfase às questões técnicas e construtivas ligadas à moradia. Para Cardoso e Lopes (2019), a assistência pode atender apenas uma família, por exemplo, enquanto as assessorias, como visto, consolidaram-se atendendo grandes grupos. Santo Amore (2016) também afirma que a palavra assistência prevaleceu no aparato legislativo, por isso, instituiu-se que a expressão é mais utilizada pelo poder público, enquanto a assessoria técnica é melhor aceita entre os movimentos populares.

A assistência técnica tem caráter mais assistencialista, porque pode haver relação

⁹⁰ É comum que recém formados ocupem cargos militantes, porque têm pouca experiência e se submetem a situações mais precárias de emprego. Nas assessorias técnicas, apesar da consciência política, muitas vezes o trabalho também é precarizado, devido à ausência de recursos (CICUTO, 2019).

hierarquizada entre assessores e assessorados, por meio de imposição da cultura e visão do arquiteto, ou seja, a partir do pressuposto de superioridade técnica. Assim, essa prática pode ser acrítica e distante dos reais problemas da população pobre. O atendimento tende a ser individualizado, perdendo a perspectiva global mencionada até então na prática militante. Além disso, é mais comum haver parceria com iniciativas privadas, em arranjos comerciais ou empresariais e, por isso, há forte relação com a ideia de empreendedorismo. As ações proporcionam com que as famílias de baixa renda tenham acesso a versões baratas dos produtos análogos ao das classes dominantes. Isto é, o foco da atuação estaria mais ligado ao produto do que ao processo e a um atendimento pontual que visa resolver o problema habitacional de forma superficial, sem mudanças sociais estruturais (CARDOSO, 2021). Traçando um paralelo, essa seria uma forma de atuação em habitação social que se relaciona com a implementação do TS voltada para a gestão da pobreza, conforme descrito anteriormente.

Como visto no eixo anterior, isso foi incentivado, muitas vezes, pelo setor público, devido à influência do setor privado nos programas habitacionais. Por exemplo, no PMCMV-Entidades, a construção por empreitada global⁹¹ foi uma opção atrativa para as Entidades, direcionada pelo desenho do programa. As equipes das assessorias técnicas tiveram que se adaptar a essas condicionantes (MARTINS, 2019). Cicuto (2019, p. 237) analisa as formas de participação das ATHIS no programa e traz a categoria “ATHIS projeto + fiscal + construtora”, em que o projeto e o trabalho social são realizados pela assessoria, que também atua como agente fiscalizador da obra realizada pela construtora. Isso mostra uma redução da atuação dos arquitetos militantes (e das próprias famílias e movimentos sociais) nos processos decisórios da obra.

Ao mesmo tempo, o programa produz mudanças na atuação das assessorias, que deixam de ser participantes ativas e passam a ter um papel muito mais voltado à prestação de serviços. Isso se observa claramente nas diversas configurações desse trabalho, que ora abrange toda a etapa de projeto, obra, trabalho social e dialoga com as entidades, ora executa apenas parte dessas atividades. Os casos das assessorias que desempenharam papel de fiscal das construtoras é um claro exemplo disso (CARDOSO, 2021, p. 123).

91 “A Entidade poderia escolher entre quatro regimes distintos de construção: a autogestão por (1) autoconstrução, por (2) mutirão ou por (3) administração direta; ou a (4) cogestão através da empreitada global da obra, a ser feita por empresa construtora. As opções de autogestão ou empreitada global, no entanto, têm uma diferença fundamental: para todas as opções ligadas à autogestão há uma redução de 8% no valor máximo do financiamento. Apenas na opção pelo regime de empreitada global é possível solicitar o valor máximo do financiamento definido pelo Programa. O regime de construção por empreitada global, no entanto, representa a contratação de empresas, para a execução total do empreendimento. Ou seja, a empreitada global caminha na direção oposta dos exemplos que originaram os programas habitacionais autogestionários” (D’OTTAVIANO, 2021, p.48).

Conforme complementa Cardoso (2021), essa prática se aproxima de uma prestação de serviços, muito mais limitada. Embora essa dissertação tenha mostrado que a atuação da equipe social do Lord foi muito virtuosa, a Peabiru se enquadra nessa categoria, pois fez o projeto e o TS e fiscalizou a obra. No caso, como a construtora era a Integra, que também atua como assessoria técnica e tem esse histórico de relação com as pautas da autogestão, isso se deu de forma mais amena, mas ainda assim notória. Isso reforça o quanto essas práticas são porosas e constantemente atravessadas pelas contradições da estrutura dominante.

Outrossim, de acordo com Martins (2019), dos anos 1980 para os anos 2010 houve uma redução na quantidade de assessorias técnicas atuantes em São Paulo, devido a descontinuidades dos programas habitacionais. Conforme mostrado anteriormente, o Brasil vive, desde 2016, uma ausência de políticas habitacionais que promovam a autogestão e a parceria com associações e movimentos populares. Devido a falta de investimento público para financiar atuações mais próximas do viés aqui descrito, o setor privado se coloca como alternativa para viabilizar esses serviços. Isso responde a um intenso processo de avanço do neoliberalismo mesmo dentro do campo de habitação de interesse social e torna a atuação militante mais difícil para os profissionais da área.

Conforme apontado por Cardoso (2021), o CAU também incentiva ações em ATHIS que estão ligadas ao setor privado, quando promove eventos e palestras com a participação de empresas. Essas empresas têm uma prática voltada ao empreendedorismo social, que busca causar impacto social por meio de uma atuação assistencialista, pontual e acrítica. O objetivo não é discutir soluções estruturais, reprodução de desigualdades ou mesmo os modos de atuar com a população de baixa renda, mas sim criar negócios lucrativos, enxergando a habitação como uma oportunidade de mercado. O tema já foi debatido com outros vieses ao longo desta dissertação, mas essa é mais uma forma do setor privado penetrar o campo popular, substituindo a função do Estado em promover assistência técnica qualificada para a sociedade.

Por outro lado, também em resposta à ausência do Estado⁹², ou seja, à falta de políticas públicas específicas, o trabalho socialmente engajado do arquiteto popular pode acontecer de forma espontânea, não necessariamente atrelado a um programa habitacional. Isso é mais raro, pois o financiamento precisa vir das próprias famílias,

92 O termo ausência aparece entre aspas, pois já foi mostrado ao longo dessa dissertação que a não ação estatal ou governamental frente a determinados problemas é uma escolha política (PEREIRA, 2008). O Estado funciona como um aparato do capitalismo neoliberal, ao terceirizar serviços públicos e criar formas de transferir recursos públicos indiretamente para o setor privado.

que nem sempre conseguem se mobilizar para arcar com os custos para contratar uma equipe técnica e social. Algumas ocupações do centro de São Paulo, no entanto, já se organizam para ratear consultas técnicas e projetos de adequações nos edifícios, tratando diretamente com as assessorias técnicas. Ainda, conforme Santo Amore (2016), existe uma dimensão da atuação militante que envolve resistência e apoio, articulando ações que antecedem as ações do Estado. Além disso, vale lembrar que, conforme foi mostrado no capítulo 2, o trabalho dos profissionais do setor público e privado apresenta ações cotidianas de resistência criativa, que configuram práticas militantes. Ainda assim, uma das técnicas entrevistadas pontuou que, sem a possibilidade de um atendimento definitivo previsto pela política pública, o contato com as famílias, normalmente, diminui.

Dentro do PMCMV-Entidades, as funções da assessoria técnica não eram centrais no desenho do programa. Em 2014, nas resoluções normativas, as ATHIS apareceriam como um dos agentes, tendo função de projeto, acompanhamento e gerenciamento da execução do empreendimento. Já em 2017, o custo dos projetos executivos foi colocado dentro dos custos indiretos do empreendimento, diminuindo, conseqüentemente, o pagamento para as equipes de arquitetos e urbanistas. O tripé da autogestão⁹³, caracterizado pela junção Estado + movimento popular + ATHIS se modificou com o tempo e, no Entidades, a lógica de funcionamento do programa depositou um peso muito maior ao poder público. As associações, por sua vez, apresentaram maiores responsabilidades e protagonismo, como observado no eixo anterior. Já as assessorias, passaram a ter um papel secundário (CICUTO, 2019; CARDOSO, 2021).

Igualmente, cabe pontuar que nos manuais e normativas relacionadas ao PMCMV-Entidades não havia uma caracterização objetiva do escopo e formato do trabalho das assessorias técnicas. Conforme foi mostrado, isso difere muito do trabalho social, que tinha instruções normativas bem definidas. Assim como as legislações vigentes ajudaram a construir o conceito de TS em habitação, a ausência delas corrobora para que a prática do arquiteto popular não tenha uma base normativa ético-profissional bem delimitada, deixando possível diversas formas de atuação e arranjo.

Apesar dos paralelos comparativos traçados entre trabalho social em habitação e a atuação do arquiteto popular, cabe reforçar que são duas práticas diferentes e independentes. No entanto, recentemente, a autogestão possível dentro dos programas muito se aproxima do TS e, por isso, há uma relação íntima entre os campos. O arquiteto

93 O tripé da autogestão, termo cunhado por Ronconi (1995), explica a estrutura existente no programa Funaps Comunitário e foi usado para caracterizar as práticas das políticas habitacionais, entre as décadas de 1980 e 1990.

popular entende as outras dimensões além da técnica e, por isso, se envolve mais ativamente no trabalho social e nas ações com as famílias, de forma geral, porque isso é um dos princípios de sua atuação. Nos casos mostrados no capítulo 2 e nos programas de provisão habitacional em geral, a participação da população no processo, no projeto e na obra está muito imbricada com o trabalho das comissões do TS e suas divisões de atividades e debates (CICUTO, 2019).

O processo de envolvimento das famílias na obra pode ser feito de outras formas, a gente tem Minha Casa Minha Vida Entidades hoje em curso, o Maria Domitila no Brás, e a gente criou acho que oito comissões para garantir a participação das famílias. Tem as comissões que o próprio programa exige, tem também a comissão de comunicação, de geração de trabalho e renda, de meio ambiente, participação e democracia, território e inserção local, então todas as famílias têm que estar em alguma comissão e debatendo com a gente, fora as assembleias mensais. Do ponto de vista da gestão, a Entidade tem o controle e a palavra final, eles que assinam os cheques, ajudam nos orçamentos, então autogestão quem faz a gestão do empreendimento é a associação (...) (ROSSETTO NETTO, em entrevista, 2018 apud CICUTO, 2019, p.250).

Com isso, entende-se que o arquiteto popular, justamente por defender e exercer sua prática profissional de forma crítica e em diálogo com as famílias, é uma peça chave na implementação do TS com viés sócio-político. Sua atuação reforça os propósitos de transformação social presentes no processo do TS. Por fim, à luz dos elementos trazidos, entende-se que essa prática se dá em um espaço interdisciplinar, rompendo com o esperado para um arquiteto tradicional. Dessa forma, sua participação no trabalho social também rompe as caixinhas delimitadas para cada profissão e vai além da construção física da casa, abrangendo os outros direitos já mencionados. Isso mostra como essa atuação é totalizante e contribui para a construção de uma base normativa ético-profissional da área, considerando as especificidades de cada arranjo e dos contextos locais.



Considerações finais

Esta dissertação debruçou-se sobre o tema do trabalho social em provisão habitacional, investigando o papel do arquiteto e a dimensão sociopolítica de seu trabalho nesse contexto. Um dos objetivos era trazer a perspectiva da arquitetura e urbanismo para o campo do TS, ao responder a pergunta que moveu a investigação: Qual a contribuição dos arquitetos e urbanistas no trabalho social em habitação? Para aprofundamento da discussão, o recorte espacial foi o município de São Paulo e o recorte temporal, os anos 2000 - escolhas que se reafirmaram ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Aqui, considera-se que o TS é um processo de trabalho com uma série de ações e atividades, territorializadas, em prol do desenvolvimento da autonomia da população atendida. Tem viés socioeducativo e político e é pautado nos valores democráticos e de justiça social. Seu principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a defesa dos direitos sociais, incluindo o acesso à cidade e à moradia digna. Então, parte-se do pressuposto de que o direito à moradia digna abarca outros direitos, portanto, o TS vai além da construção física da casa, prevalecendo o desenvolvimento integral dos cidadãos. Pode-se perceber que o TS é intrinsecamente interdisciplinar, ao ligar questões da vida cotidiana das pessoas com o território em que vivem. Por isso, a presença de arquitetos e urbanistas em suas equipes é fundamental, além de assistentes sociais, sociólogos, cientistas sociais e engenheiros.

No Capítulo 1, por meio da revisão bibliográfica apresentada, foi possível entender a construção histórica da concepção de trabalho social em habitação, em conjunto com a formação da base ética para a atuação do arquiteto popular. A partir disso, pode-se notar que, em São Paulo, há uma série de cruzamentos e interseções entre os campos, ligando as duas histórias. Desde os anos 1980, profissionais militantes de diversas áreas se uniram para trabalhar em conjunto com as populações de baixa renda e com os movimentos de luta por moradia, em prol da efetivação de direitos sociais por meio de políticas públicas. Além disso, o TS se consolidou enquanto componente da política habitacional e urbana nos anos 2000, quando se tornou um serviço público financiável. É um direito do cidadão. Então, a construção do conceito do que é trabalho social e como ele deve ser executado acompanhou, ao longo dos anos, as normativas dos programas habitacionais existentes.

Igualmente, o contexto da racionalidade neoliberal, que avança desde a década de 90 no Brasil, somado às condições políticas, interferem na forma como o trabalho social é implementado. Primeiro, porque isso impacta diretamente na vida das famílias de baixa renda, trazendo temas e demandas tratados pela equipe social. Como o contato com as famílias é permanente e frequente durante todo o tempo de execução

do empreendimento (pré-obra, obra e pós ocupação), cria-se um vínculo afetivo com as pessoas. Nessa interação, é possível notar as camadas de violações de direitos sociais e vulnerabilidade socioeconômica a qual essa população encontra-se submetida. É uma situação de desproteção, sem a garantia de acesso à moradia e outros direitos sociais básicos para uma vida digna. O cenário de precariedades e de restrições severas ao pleno desenvolvimento humano é ainda agudizado pela flexibilização e financeirização da economia. Além disso, o racismo e o machismo estruturais atravessam de forma transversal essas questões, trazendo outras camadas de opressão e violências, como foi mostrado ao longo dos capítulos 2 e 3.

Nessa conjuntura neoliberal, a produção da cidade cada vez mais é vista como um negócio e assim, as prioridades sociais e políticas públicas que deveriam atender os direitos sociais ficam em segundo plano, reforçando as lógicas de espoliação descritas. O Estado assume função reguladora e passa a assegurar ganhos extraordinários aos agentes privados (FERRARA et al, 2018; OLIVEIRA e RUFINO, 2022). Consolidou-se a prática de terceirização do trabalho social, por meio das contratações de empresas gerenciadoras sociais, que executam o TS em parceria com o setor público. Isso permite que a lógica mercadológica penetre também no processo do trabalho social, que, assim, aproxima-se das ideias de disciplinarização da população, como forma de gestão da pobreza. Que papel tem a organização das famílias para receber uma propriedade privada? Como defendem Fontes (2010, 2017) e Rizek (2011), o papel seria, em resumo, inserir as camadas mais pobres na lógica dominante e reprimir o surgimento de reivindicações populares.

Entre 2009 e 2019, o principal financiador do TS em provisão habitacional foi o programa federal Minha Casa Minha Vida, que exigiu sua execução nos empreendimentos destinados às famílias com faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. O programa teve um grande contingente produtivo e estipulou que 2% do valor total do empreendimento seria destinado para o TS. O que já era uma disputa de concepção ideológica, passa a ser também uma disputa pelos recursos financeiros. Isso intensifica ainda mais a terceirização dessa função. Em contraposição, o programa possibilitou a modalidade PMCMV-Entidades, na qual a execução do TS foi responsabilidade de movimentos sociais e assessorias técnicas. A autogestão proporcionou casos em que a intencionalidade sócio-política se destacou, trazendo como foco os pressupostos da participação democrática, justiça social e autonomia das famílias.

Em São Paulo, o arquiteto e urbanista participa do trabalho social em dois principais contextos, muito distintos, porém igualmente relevantes: (i) movimentos sociais em

parceria com assessorias técnicas e (ii) setor público e empresas gerenciadoras por ele contratadas. A partir dessa compreensão, para se aproximar das questões do contexto (i), a metodologia foi acompanhar o trabalho social do Edifício Elza Soares e dos Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns, além de entrevistas com personagens importantes (arquitetas de outra assessoria técnica, lideranças de movimentos sociais e moradoras dos empreendimentos). Para o aprofundamento acerca do TS executado pelo setor público e gerenciadoras (ii), o foco se deu na Sehab, que contrata duas grandes empresas gerenciadoras, divididas pelas regiões da cidade. O diálogo com esses agentes aconteceu por meio de entrevistas com arquitetos e urbanistas e assistentes sociais que trabalham ou trabalharam na Coordenaria de trabalho social, tanto funcionários públicos quanto terceirizados. Além disso, foi possível se aproximar do TS do Conjunto Habitacional Ponte dos Remédios, responsabilidade da Divisão Regional de trabalho social Centro. Após análise dos dados obtidos, conclui-se que a construção do TS, assim como a contribuição dos arquitetos, varia de acordo com: (1) contexto local, (2) arranjo institucional, (3) condições de trabalho e (4) perfil do técnico.

No Residencial Elza Soares, o contexto local foi caracterizado, principalmente, pelo fato do projeto ser uma reabilitação de edifício na área central da cidade, que estava ocupado pela FLM, desde 2012. O grupo é composto por 176 famílias, vindas de dois grupos distintos de famílias integrantes da FLM, um que morava na ocupação do Lord Hotel e outro que ocupava um terreno na zona leste. Além disso, o perfil das famílias é, em sua maioria, de pessoas negras, com mulheres chefes de família, muitas das quais migraram de outros estados para encontrar melhores condições de vida em São Paulo. Como as famílias já tinham uma relação prévia e um histórico de politização coletiva pelo movimento, foi possível aprofundar questões estruturais que a equipe técnica julgou importantes, como gênero e raça na cidade, além de reafirmar a presença da população pobre em bairros valorizados. Os arquitetos tiveram grande relevância nisso, espacializaram e ilustraram as discussões, o que permeou as ações do trabalho social durante 2021.

A assessoria técnica Peabiru, responsável pelo TS do Elza Soares, enquanto arranjo institucional, proporciona um local de atuação que corrobora e reforça a atuação técnica militante. A equipe é horizontal e, embora o responsável pelo TS seja sociólogo, os arquitetos são maioria na equipe e contribuem nas atividades de planejamento do TS. A equipe também contava com uma moradora do projeto, o que legitimou as ações e colaborou na comunicação com as demais famílias. A FLM, enquanto entidade

organizadora, deu bastante autonomia para a assessoria técnica seguir com o processo. Isso favoreceu as condições de trabalho dos profissionais militantes, embora a carga de trabalho seja intensa, com reuniões aos finais de semana e preparo das atividades com as famílias. Nesse caso, o perfil dos técnicos trouxe um olhar lúdico e humano para as questões, utilizando místicas e buscando valorizar as histórias individuais de cada morador. A equipe incentivou o diálogo e as trocas entre eles.

Os Edifícios Rosa Parks e Zilda Arns estão localizados na periferia da Zona Leste, no bairro Cidade Tiradentes, e contemplam 25 famílias cada. O grupo era originalmente disperso, formado pela junção de 20 grupos de base diferentes da ULCM e, por isso, o distanciamento social imposto pela pandemia afetou mais a coesão coletiva. Além disso, como o empreendimento era pequeno, o recurso financeiro disponível para o TS era baixo. A equipe contava com uma ou duas assistentes sociais, a depender do momento, e o arquiteto e urbanista da Integra. Isso mostra como outros fatores determinam a interdisciplinaridade da equipe, havendo variações significativas mesmo dentro das assessorias paulistanas. Nesse caso, como as comissões de trabalho e a equipe social eram pequenas, os encontros foram mais fluidos e aconteceram de acordo com a evolução dos grupos. Alguns conflitos aconteceram no percurso, principalmente a respeito da participação das famílias na vigília para segurança do prédio, na etapa final, pois algumas famílias ficaram sobrecarregadas. Essa mediação foi função da equipe social. Como arranjo institucional, a Integra e a ULCM compartilham dos mesmos princípios para a elaboração do TS e isso incentivou os princípios democráticos, destaque do processo. O perfil dos profissionais trouxe uma grande atenção à participação ativa das famílias nas questões relacionadas ao condomínio, mas também ao bairro, como forma de assegurar seus direitos enquanto cidadãos.

No que diz respeito ao TS na Sehab e gerenciadoras, pode-se constatar que a demanda se forma de acordo com a lista de atendimento do município, então não há relacionamento prévio entre as famílias. Além disso, no caso do Conjunto Ponte dos Remédios, o TS começou quando a mudança para os apartamentos estava próxima, com a obra em estágio avançado. Como a Sehab toma as decisões de forma verticalizada, as famílias não puderam participar das discussões de projeto e nem acompanhar a obra. O processo como um todo foi complicado, devido à morosidade da obra (o projeto começou em 2010 e a primeira torre foi entregue apenas em 2022), sendo agravado por uma ocupação de outras famílias, o que teve que ser resolvido judicialmente ao longo de 2021.

Nesse arranjo, como visto, o entendimento sobre a interdisciplinaridade e a

participação dos arquitetos no TS é uma questão conflituosa. Desde 2018, a reestruturação institucional da Sehab esvaziou o diálogo crítico e a troca de saberes entre as áreas. Ainda assim, as equipes contam com, pelo menos, um arquiteto e urbanista, que muitas vezes fica sobrecarregado, por cuidar de muitos empreendimentos. Isso não permite o aprofundamento de sua participação, ficando muito restrito às questões físicas e etapas pontuais do processo. Nesse sentido, destaca-se a relevância do perfil dos profissionais. Atuar de acordo com princípios pessoais e profissionais depende de resistência frente às imposições dos setores público e privado. Nisso, também interfere o fato de muitos contratos serem terceirizados, ou seja, fragilizados, como os próprios técnicos da área classificaram.

Aqui, considera-se que os arquitetos populares são aqueles que exercem sua profissão com dimensão sócio-política afluída, por isso são militantes. Esse parâmetro ético inclui trabalhar em prol do direito à cidade, à moradia digna, à informação e participação qualificada da população de baixa renda. Como visto, é parte crucial dessa forma de atuar a aproximação sensível com o território, criando vínculo e afeto com as famílias. Para isso, é necessário ouvir, dialogar, compartilhar ferramentas e se colocar em uma posição igualitária, sem hierarquia de saberes. Isso estimula a autonomia das famílias, ao dar voz às suas demandas. Dessa forma, percebe-se que, embora o trabalho social e a dimensão sócio-política da profissão sejam práticas distintas e independentes, no campo da arquitetura e urbanismo popular isso se mistura, porque os princípios são os mesmos.

Outrossim, como mostrado nos Capítulos 2 e 3, a experiência dos últimos empreendimentos do PMCMV-Entidades evidenciou que a autogestão está muito baseada no processo do trabalho social. Isso porque, cada vez mais, os movimentos de moradia se aproximam da ideia de que a autogestão estaria pautada no acompanhamento assíduo do processo, com transparência, informação e horizontalidade entre as famílias, o que condiz com as atividades propostas pelas comissões do TS. Retomando o Capítulo 1, a autogestão ganhou relevância nos anos 1980, quando havia programas públicos para provisão habitacional em regime de mutirão. Com o tempo, esse entendimento se alterou e, hoje, a organização das famílias em grupos de trabalho (envolvidos com as prestações de contas, visitas à obra, formações técnicas sobre cronograma e execução de serviços, entre outros) permite que a gestão do empreendimento seja feita de forma democrática e pelas próprias entidades (CICUTO, 2019). Ao longo desta dissertação, a relação entre TS e autogestão ficou explícita.

(...) a autogestão com alguns trabalhos que sempre podem ser feitos coletivamente e que possam inclusive fazer parte do processo de implementação do trabalho social a ser desenvolvido com as famílias beneficiárias dos programas de autogestão, sem dúvida são uma das alternativas a serem consideradas seriamente em qualquer política pública voltada à habitação e ao desenvolvimento local urbano (SAMPAIO, 2019 apud CICUTO, 2019, p. 249).

Assim, o arquiteto popular se mostra uma peça chave na afirmação da implementação transformadora do TS. Igualmente, a prática do TS representa uma forma contra-hegemônica de relações sociais e produção do espaço urbano. É dessa maneira que os oprimidos podem questionar a estrutura dominante e opressora, contestando a reprodução de desigualdades sociais e, conseqüentemente, propondo outras vivências na cidade. Por isso o trabalho social se mostra um componente essencial das políticas habitacionais e urbanas. Cabe ressaltar que a consolidação do TS como componente da política habitacional tem avanços na garantia da efetivação desse direito, mas também tem retrocessos. Como mostrado, a disputa pela sua implementação e o engessamento do processo por meio de exigências e padronização mínima mostram alguns limites ao projeto de um TS totalizante. É a contradição discutida no Capítulo 3: fazer parte de um sistema opressor - da estrutura dominante - para poder tensioná-lo internamente. Ainda, vale lembrar que as normativas organizam a atuação a nível global, em grande escala, sendo inviável prever todas as nuances e especificidades dos pormenores da realidade. Por isso, são padrões mínimos. Cabe à discricionariedade da ponta da cadeia - ou seja, dos profissionais militantes - o papel de enriquecer o processo, acrescentando discussões e ações que façam sentido àquele grupo. Com isso, os arquitetos populares também são responsáveis por questionar a racionalidade neoliberal presente no cotidiano das famílias atendidas, com o objetivo de provocar a criticidade.

De acordo com Pulhez (2007), é preciso, inclusive, tensionar os conteúdos do ofício do arquiteto. Não se nega sua contribuição ligada às questões físicas das intervenções, porque é por meio disso que os arquitetos se posicionam no contexto social, econômico, cultural e político existente. Isto é, o projeto e a técnica são usados pelos arquitetos populares como ferramenta de luta política. Ainda, esses profissionais estão refletindo criticamente sobre sua própria atuação e, por consequência, questionando o sistema ao propor alternativas.

Por fim, esta dissertação deixa caminhos abertos a serem trilhados sobre a atuação profissional dos arquitetos populares, principalmente no setor público e privado, onde

ainda há muito a ser investigado. As tensões existentes nos espaços interdisciplinares fazem parte da realidade concreta. Porém, esta dissertação avança no sentido de romper as caixinhas preconcebidas dos saberes e das profissões, ao mostrar a importância na totalidade do trabalho social, com a intenção de avançar para a transdisciplinaridade. Isso reitera o fato de que o campo da habitação social não envolve apenas a construção física da casa, mas sim todo o conjunto de direitos sociais, bens e serviços que ela abriga, além da vida plena do cidadão que faz dela seu lar. Como defendem Dardot e Larval (2009, s/p):

(...) temos de desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente. O princípio do comum que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais.

Dessa forma, os arquitetos e urbanistas populares, em parceria com os movimentos sociais de luta por moradia e outros profissionais militantes, ao implementarem o trabalho social em habitação com viés sócio político, efetivam possibilidades de transformação social. Assegurar o TS enquanto componente da política habitacional, como um direito do cidadão, é uma forma de resistência frente aos avanços da racionalidade neoliberal, da extrema direita e das tentativas de golpes antidemocráticos. O cenário de 2022 no Brasil e do mundo explicitaram a relevância do tema abordado nesta dissertação e a necessidade de fortalecimento das práticas populares.

Por fim, cabe pontuar que esta dissertação foi finalizada poucos dias após a posse do novo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Desde 1 de janeiro de 2023, foi recriado o Ministério das Cidades, com a abertura de uma Secretaria Nacional de Habitação, com o Departamento de Produção Social da Moradia, para tratar exclusivamente de projetos autogestionados. Ainda não se sabe como se darão as políticas habitacionais e de trabalho social no próximo governo Lula (2023-2026), mas existe uma perspectiva política positiva.

Mil nações moldaram minha cara
Minha voz uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala
O meu país é meu lugar de fala
Pra que explorar?
Pra que destruir?
Por que obrigar?
Por que coagir?
Pra que abusar?
Pra que iludir?
E violentar, pra nos oprimir?

Trecho da música O que se cala, de Elza Soares

Referências

AGUIAR, R.M. **O canteiro autogerido entre a experiência coletiva e a vida cotidiana: Empreendimentos José Maria Amaral e Florestan Fernandes**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2021.

ABERS, R. Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State. **Latin American Politics and Society**, V. 61, n. 2, 2019, p. 21-44.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, 2009, p. 49–86.

ARANTES, P. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigues Lefèvre, de Artigos aos Multirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARREGUI, C. e PAZ, R.D.O. (Org.) **Metodologia do trabalho social em habitação: a experiência do município de Osasco-SP, 2005-2016**. São Paulo: EDUC/CEDEPE/PUCSP, 2016.

BARBON, A.L. **Atendimento habitacional social: produto ou serviço?** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2018.

BARROS, J.; COSTA, A.D.; RIZEK, C. (orgs) **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: IAU-USP, 2018.

BOGO, A. A mística: parte da vida e da luta. In: MST. (org.) **Caderno de Formação 32: Método de trabalho de base e organização popular**, 2009, p. 148-159.

BOLAFFI, G. O Problema e o Falso Problema. In: MARICATO, E. (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BONDUKI, N. Habitação social e arquitetura moderna: os conjuntos residenciais dos IAPs. In: BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, p. 132-207, 1998.

BOMBANA, L. Mais pobres se endividam para comprar comida e pagar contas básicas. In: Folha de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/mais-pobres-se-endividam-para-comprar-comida-e-pagar-contas-basicas-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 01/12/2022.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, V. 02, n. 01, 2005, p. 68-80.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: Bourdieu, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BRASIL. **Portaria n. 21**, de 21 de janeiro de 2014. Alterações no trabalho social dos programas habitacionais. Brasília: Ministério das Cidades, 2014.

BRASIL. **Portaria n. 464**, de 25 de julho de 2018. Trabalho social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2018.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Minha Casa, Minha Vida: Cartilha da Caixa**. Brasília: Caixa, 2009.

CAMARGO, C.M. **Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2016.

CAPELLA, A. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. In: **Revista BIB**, n. 61, 2006, p. 25-52.

CARDOSO, F.S. **Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2021.

CARDOSO, A.L.; D’OTTAVIANO, C. (orgs) **Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021.

CARDOSO, F.S.; SANTO AMORE, C. Assessoria e assistência técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. In: XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. **Anais (...)**, Barcelona, 2018.

CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M.A. Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática. In: XVIII ENANPUR 2019. **Anais (...)**, Natal, 2019, p. 1–17.

CARDOSO, A.; ARAGÃO, T.A.; JAENISCH, S. T. Introdução. In: CARDOSO, A.; ARAGÃO, T.A.; JAENISCH, S. T (orgs). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15-48.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Palestra de Ermínia Maricato na abertura do Seminário Nacional de ATHIS, 2019. Disponível em: <https://www.caurj.gov.br/mais-importante-que-construir-moradia-e-levar-cidade-afirma-erminia-maricato-na-abertura-do-seminario-nacional-de-athis/>. Acesso em: novembro, 2022.

COSTA, A. D. **Luta social e a produção neoliberal do espaço: As trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2019.

COSTA, A. D.; GUERREIRO, I. A. As Ocupações Urbanas Na Macrometrópole Paulistana: Da Potencialidade Política Ao Amoldamento Neoliberal. In: CANETTIERI, T. et al (org). **Não são só quatro paredes e um teto: uma década de luta nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Código de ética e disciplina para arquivos e urbanistas**. Brasília: CAU/BR, 2015.

DANTINE, B. Apartamentos de conjunto habitacional são ocupados. Reportagem Jornal da gente, 2021. Disponível em: <https://jornaldagente.tudoeste.com.br/2021/03/06/apartamentos-de-conjunto-habitacional-sao-ocupados/>. Acesso em: setembro, 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2009.

D'OTTAVIANO, C. (Org). **Habitação, autogestão e cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2021a.

D'OTTAVIANO, C. **Movimentos de Moradia no Brasil e a luta por direitos sociais**. Texto para discussão. São Paulo: FAUUSP, 2021b.

D'OTTAVIANO, C. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: crítica necessária versus consolidação dos avanços. In: D'OTTAVIANO, C. (Org.) **Habitação, autogestão e cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2021c, p. 31-80.

D'OTTAVIANO, C. Moradia, emergência e resistência. In LIMONAD, E.; MONTEIRO, J.C.; MANSILLA, P. **Planejamento territorial: reflexões críticas e práticas alternativas**, v. 2, 2021d, p. 100-130.

D'OTTAVIANO, C. Extensão em movimento. In: D'OTTAVIANO, C. e ROVATI, J. (orgs). **Além dos Muros da Universidade: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária**. São Paulo: FAU-USP e ANPUR, 2019.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S.C. A Contrarreforma Neoliberal e a Terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, 2019, p. 289-305.

DUARTE, C. A. S. **Pé e fé na caminhada: povo em movimento na produção do espaço urbano paulistano**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2021.

DUBOIS, V. Políticas no guichê, políticas do guichê. In: PIRES, R. (org.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2019, p. 105-126.

ESCALANTE, M. La vivienda digna y la vivienda adecuada. In: **CUADERNOS DE VIVIENDA Y URBANISMO**. v. 9, No. 18, 2016, p. 292-307.

FELIPE, J.P. **O Arquiteto em processos participativos de produção do habitat: origem, formação e atuação profissional**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2004.

FERRARA, L. N.; GONSALES, T. A.; COMARÚ, F. DE A. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, 2019, p. 807-829.

FERRARA, L. N.; RUFINO, M. B. C.; SHIMBO, L. Z. Imobiliário-infraestrutura na cidade do século XXI: desafios para uma crítica contra-hegemônica. **Revista Risco**, São Carlos, v. 16,

n.03, 2018, p. 84-101.

FERREIRA, L. **Arquitetos militantes em urbanização de favelas: uma exploração a partir de casos de São Paulo e do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2017.

FIDELIS, C. A.; GUSMÃO, I. G. Trabalho Social em Ocupações: vivências e possibilidades. In: Paz, R.D.O.; Diniz, M.R.G. (orgs). **Serviço social e Trabalho Social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 212-228.

FREITAS, C. A. **Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio**. São Paulo: FAUUSP, 2021, 258 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FONTES, V. Capitalismo, crises e conjuntura. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, 2018, p. 409-425.

FORUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. Dossiê de monitoramento das políticas urbanas nacionais, 2021. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/>. Acesso em: novembro, 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIA, G. E MELLO, I.Q. Uma avaliação do trabalho social do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, A.; ARAGÃO, T.A.; E JAENISCH, S. T. **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 353-373.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A, 2020.

GUSMÃO, I.G. **Trabalho social, autogestão e movimentos de moradia: resgate e reflexões da experiência dos anos 1980 na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2018.

HARVEY, D. Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia.

Caderno Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, 2019, p. 951-974.

HERE N  E FERRONI ARQUITETOS. Conjunto Ponte dos Remédios, 2021. Disponível em: <https://www.hf.arq.br/projeto/conjunto-ponte-dos-remedios/>. Acesso em outubro, 2022.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das rela es sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014, p. 1-73.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. Financeiriza o: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 19, n. 39, 2017, p. 379-406.

KOWARICK, L. **A espolia o urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioecon mica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACERDA, L. et al Desposse o, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remo es. In: MOREIRA, F.A.; ROLNIK, R. E SANTORO, P.F. (orgs). **Cartografias da produ o, transitoriedade e desposse o dos territórios populares - observatório de remo es: relatório bianual 2019-2020**. São Paulo, 2020, p. 147-180.

LAGO, L. (org). **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradi es**. Rio de Janeiro: Letra Capital e Observatório das Metr poles, 2012.

LAGO, L. Economia popular e solidária no Brasil urbano as políticas e suas pesquisas. **Revista e-metropolis**, n. 38, 2019, p. 6-19.

LAVOS, A.P.A. **Sociabilidades em conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado: o caso da COHAB-SP Cidade Tiradentes**. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2009.

Lima, M. Raça e pobreza em contextos metropolitanos. **Tempo Social**, v. 24, n. 2, 2012, p. 233-254.

LEFEBVRE, H. **O direito   cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIPSKY, M. Burocratas de nível de rua como produtores de políticas públicas. In: LIPSKY, M. **Burocracia de nível da rua: dilemas do indivíduo no serviço público**. Brasília: ENAP, 2019, p. 55-73.

LOPES, J. M. D. A. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2011.

LOPES, J. M. D. A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.2, 2018, p.237-253.

LOTTA, G. E PIRES, R. Burocracia de nível de rua e (re)produ o de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. In: PIRES, R. (org.) **Implementando desigualdades:**

reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília: IPEA, 2019, p. 127-152.

MARIN, T.R. **Entre a caridade e os direitos sociais: a política da política de assistência social no município de São Paulo (1989-2012).** Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2012.

MAGAMI, D.T.; SANTO AMORE, C. **Lacunas e brechas, direito à moradia e assistência técnica.** In: Ponto de vista do Nexo Políticas Públicas, 2021. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Lacunas-e-brechas-direito-%C3%A0-moradia-e-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica>. Acesso em: novembro, 2021.

MARICATO, E. (org.) **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva.** v.14, n.4, 2004, p.21-33.

MARTINS, L.M. **Direito à arquitetura: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2019.

MARQUES, E. Como estudar as políticas do urbano? In: **As políticas do urbano em São Paulo.** São Paulo: Ed. Unesp/CEM, 2018.

MASSIMETTI, F.T. **Diálogo e política: a influência de Paulo Freire no campo popular da arquitetura e urbanismo.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2022.

MATOS, T. Em 5 anos, real perdeu 30% de seu poder de compra. Reportagem G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/04/em-5-anos-real-perdeu-quase-30percent-de-seu-poder-de-compra.ghtml>. Acesso em outubro, 2022.

MELLO, B. **Dias de destruir, de construir: uma experiência de extensão universitária.** Porto Alegre: Libretos, 2022.

MILLS, W. A promessa. In: **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.

MINAYO, M.C.S. (Org) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MIRANDA, A.C.M. **Autogestão habitacional no Rio de Janeiro: o acúmulo de experiências e a influência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

NOIA, P.R.C. **Participação e qualidade do ambiente construído na habitação: processo e produto no Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2017.

OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES. **As metrópoles e a Covid-19: Dossiê Nacional**. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/dossie-covid-19/>. Acesso em maio de 2022.

PAZ, R. D. O. ET AL. Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L.Z.; RUFINO, B.C. (orgs.) **Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 255-288.

PAZ, R.D.O. E ARREGUI, C.C. (orgs) **Trabalho social, territórios e moradia. A construção do direito à cidade**. São Paulo: Veras Editora, 2018.

PAZ, R.D.O. E DINIZ, T.M.R.G. Trabalho social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas. In: PAZ, R. D.O. E DINIZ, M.R.G. (orgs). **Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 21-49.

PAZ, R.D.O. E DINIZ, T.M.R.G. Trabalho social na política habitacional: a vitalidade do serviço social. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória, 2018.

PAZ, R.D.O. E TABOADA, K. J. **Trabalho social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Curso a distância. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PAZ, R.D.O. E TABOADA, K. J. Trabalho social em habitação de interesse social: lacunas e tensões entre os normativos e as possibilidades de trabalho social. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS)**. Ribeirão Preto, 2016.

PEREIRA, P.C.X. Reestruturação Imobiliária em São Paulo: especificidades e tendências. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.

PEREIRA, P.C.X. A reprodução do capital no setor imobiliário e a urbanização contemporânea: o que fica e o que muda. In: PEREIRA, P. C. X. (org). **Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos**. São Paulo: FAU-USP, 2016, p. 125-138.

PETERS, G. The recruitment of public administrators. In: PETERS, G. **The politics of bureaucracy**. Nova Iorque: Routledge, 2001, p. 85-127.

PULHEZ, M. **O arranjo gerencial: Estado, empresas de engenharia e arquitetos nos cotidianos de gestão da política habitacional em São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2014.

PULHEZ, M. Práticas gerenciais de trabalho social em urbanizações de favela. **Anais do II CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte: ANINTER, 2013.

PULHEZ, M. **Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo,

2007.

RAICHELIS R. et al. A erosão dos direitos humanos e sociais no capitalismo neoliberal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 143, 2022, p. 5-11.

RIZEK, C. Produção de moradia e produção urbana: políticas sociais, consensos, desmanches e violência de Estado. In: **Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios** [S.l.: s.n.], 2018, p. 169.

RIZEK, C.S.; SANTO AMORE, C.; CAMARGO, C.M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida "entidades". **CADERNO CRH**, Salvador, V. 27, n. 72, 2014, p. 531-546.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Central de Habitação. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/acesso_a_informacao/institucional/index.php?p=240684. Acesso em outubro, 2022.

RODRIGUES, E. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2013.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel – FAPESP, 1997.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RONCONI, R.L.N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (O Programa FUNAPS Comunitário)**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia Civil, USP, São Carlos, 1995.

ROSSETTO NETO, A. E D'OTTAVIANO, C. Habitação em área central via Programa Minha Casa Minha Vida Entidades - Alternativas possíveis. **Anais do XVIII ENANPUR**. Natal: ANPUR, 2019.

RUFINO, M.B.C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L.Z.; RUFINO, B.C. (orgs.) **Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 51-72.

RUFINO, M.B.C. Financeirização do imobiliário e transformações na produção do espaço: especificidades da reprodução do capital e expansão recente na metrópole paulistana. In: FERREIRA, A. et al. **Metropolização: espaço, cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017, p. 213-240.

RUFINO, M.B.C.; WEHBA, C. MAGALHÃES, A.L. Quando empreiteiras tornam-se incorporadoras: um olhar sobre as articulações entre produção imobiliária e de infraestruturas na metrópole de São Paulo do século XXI. **Revista Eure**, Santiago, V.47, N.140, 2021, p. 159-177.

SANTANA, J.V. (org.) **Habitação e Serviço social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTO AMORE, C. Assessoria e Assistência técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação de Interesse Social. **II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, Rio de Janeiro, 2016.

SANTO AMORE, C. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco, São Paulo, anos 90 e atualidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2004.

SANTO AMORE, C. E LEITÃO, K.O. O espaço existe, o espaço importa: impactos da austeridade fiscal na provisão de habitação social e na urbanização de favelas. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A.L.M. (orgs). **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L.Z.; RUFINO, B.C. (orgs.) **Minha casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, C. N. Como projetar de baixo para cima – uma experiência em favela. In: COSTA, M.L.P.M. E SILVA, M.L.P. (orgs). **Sementes Urbanas 2**. Rio de Janeiro: Eduff, 1978, p. 142-152.

SANTOS, C.D. **Trabalho social e movimentos de moradia: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 2016.

SILVA, H. F. R. **O capitalismo, a política e as cidades no Brasil: conceitos fundamentais para formação política popular**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

SILVEIRA, M.C. **Mobilizando redes e construindo arenas participativas: o trabalho social nas políticas de reurbanização de favelas da CDHU**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2018.

SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

TURNER, J.F.C. **Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments**. Londres: Marion Boyars Publishers Ltd, 1976.

UNIÃO NACIONAL DE MORADIA POPULAR. **Cartilha de autogestão em habitação**. São Paulo: UNMP, 2019.

USINA CTAH. **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

VELASCO, T. **O mutirão habitacional autogerido: Trabalho Coletivo em Canteiro e Transformações Sociais**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)

– Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

VIANA, L.A. **Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2020.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, 2011, p. 37–58.

VINUTO, J. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, 2014, p. 203-220.

XAVIER, M. G. et al. O empoderamento das mulheres na luta por moradia: Mutirão Jardim Celeste em São Paulo. In: **Anais do Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo - XII SIIU**, São Paulo/Lisboa, 2020.

